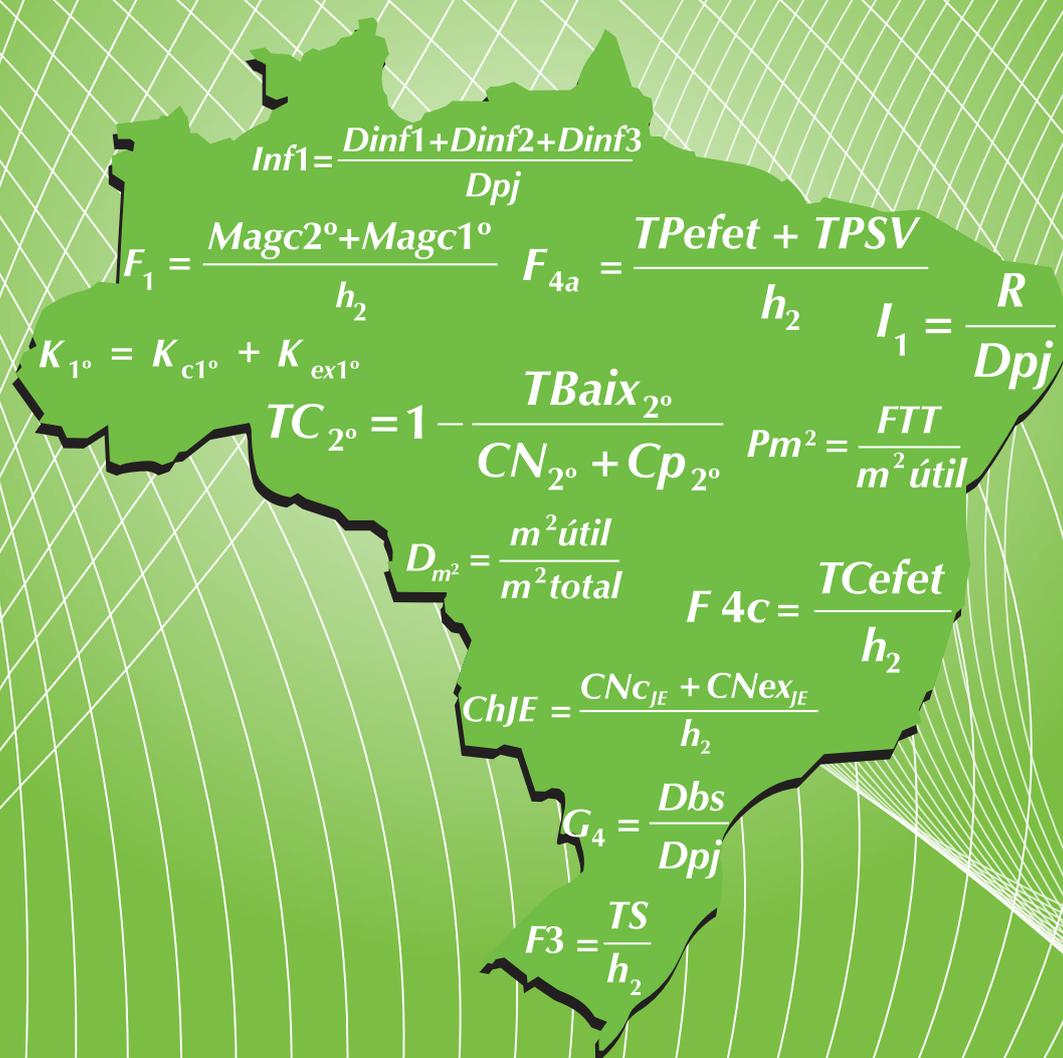


# Justiça em Números 2009

## Indicadores do Poder Judiciário

### JUSTIÇA DO TRABALHO



# Conselho Nacional de Justiça

---

## **Presidente do Conselho Nacional de Justiça**

Ministro Cezar Peluso

## **Corregedor Nacional de Justiça**

Ministra Eliana Calmon

## **Conselheiros**

Ives Gandra

Milton Nobre

Leomar Barros

Nelson Braga

Paulo Tamburini

Walter Nunes

Morgana Richa

José Adonis

Felipe Locke

Jefferson Kravchychyn

Jorge Hélio

Marcelo Nobre

Marcelo Neves

## **Secretário-Geral**

Fernando Florido Marcondes

## **Secretário-Geral Adjunto**

José Guilherme Vasi Werner

## **Departamento de Pesquisas Judiciárias**

### **Diretora Executiva**

Lêda Bandeira

### **Diretor de Projetos**

Pedro Florêncio

### **Diretor Técnico**

Fábio Mirto

### **Pesquisadores**

Ana Carolina Prata

Fernanda Paixão Araújo Pinto

Guilherme Viana

Jeovan Assis da Silva

### **Estatísticos**

Igor Stemler

Gabriela Azevedo

### **Apoio à Pesquisa:**

Ganem Neto

Mari Lúcia

Marília de Mello

Pedro Amorim

Rejane Canuto

Ricardo Marques

Thaís Nascimento

### **Secretárias:**

Camila Baltazar

Josane Ribeiro

Patrícia de Almeida

### **Estagiários:**

Davidson Pereira

Polliana Cristina

## Sumário

1. Insumos, Dotações e Graus de Utilização.	5
1.1. Recursos Financeiros	5
1.1.1. G1 - Despesa Total da Justiça em relação ao PIB	5
1.1.2. G2 - Despesa Total da Justiça em relação à Despesa Pública	8
1.1.3a. DRH - Despesa com Recursos Humanos	11
1.1.3b. G3 - Despesa com Recursos Humanos em relação à Despesa Total da Justiça Estadual	14
1.1.4. G4 - Despesa com Bens e Serviços e de Capital em relação à Despesa Total da Justiça Estadual	17
1.1.5. G5 - Despesa com Pessoal e Encargos do Quadro Permanente em relação à Despesa Total da Justiça Estadual	20
1.1.6. G5a - Despesa com Pessoal Ativo e Encargos em relação à Despesa Total da Justiça Estadual	23
1.1.7. G5b - Despesa com Pessoal Inativo e Instituidores de Pensão em relação à Despesa Total da Justiça Estadual	26
1.1.8. G6 - Despesa com Custeio e Capital em relação à Despesa Total da Justiça Estadual	29
1.1.9. G7 - Despesa Total da Justiça Estadual por Habitante	32
1.1.10. Inf1 - Despesa com Tecnologia da Informação e Comunicação em relação à Despesa Total da Justiça Estadual	35
1.1.11. I1 - Arrecadação com Custas e Emolumentos em relação à Despesa Total da Justiça Estadual	38
1.1.12. I2 - Arrecadação com Receitas de Execução Fiscal em Relação à Despesa Total da Justiça Estadual	41
1.1.13. I2a - Arrecadação com Execução Fiscal e Impostos causa mortis em Relação à Despesa Total da Justiça Estadual	44
1.1.14. I5 - Valores Pagos aos Jurisdicionados em relação à Despesa Total da Justiça Estadual	47
1.1.15. I6 - Saldo de Depósitos Judiciais Pendentes em relação à Despesa Total da Justiça Estadual	50
1.2. Recursos Humanos e Recursos Físicos	53
1.2.1. MagE - Total de Cargos de Magistrado Existentes	53
1.2.2. Mag2º - Total de Magistrados no 2º Grau	56
1.2.3. Mag1º - Total Magistrados no 1º Grau	59
1.2.6. Mag - Total de Magistrados: Força de Trabalho	62
1.2.7. TS - Total de Servidores: Força de Trabalho	65
1.2.8. FTT - Força de Trabalho Total de Servidores e Magistrados	68
1.2.9. F1 - Cargos de Magistrado Existentes por 100.000 habitantes	71
1.2.10. F2 - Magistrados por 100.000 habitantes	74
1.2.11. F3 - Força de Trabalho por 100.000 habitantes	77
1.2.12. F4a - Servidores do Quadro Efetivo por 100.000 habitantes	80
1.2.13. F4b - Força de Trabalho Auxiliar por 100.000 habitantes	83
1.2.14. F4c - Cargos Efetivos Existentes por 100.000 habitantes	86
1.2.15. F4d - Cargos em Comissão e Funções Comissionadas Existentes em relação aos Cargos Efetivos Existentes	89
1.2.16. Inf2 - Número de Computadores por Usuário	92
1.2.17. Dm <sup>2</sup> - Área Útil em relação à Área Total (em metros quadrados)	95
1.2.18. Pm <sup>2</sup> - Força de Trabalho Total em relação à Área Útil (metros quadrados)	98
1.2.19. ProcML - Espaço Utilizado em relação ao Espaço Disponível para Arquivamento de Processos Judiciais (metros lineares)	101

2. Litigiosidade.	104
2.1. Litigiosidade de 2º grau	104
2.1.1. Ch2º - Casos Novos por 100.000 habitantes no 2º Grau	104
2.1.2. Cm2º - Casos Novos por Magistrado no 2º Grau	107
2.1.3. Cs2º - Casos Novos por Servidor no 2º Grau	110
2.1.4. K2º - Carga de Trabalho dos Magistrados no 2º Grau	113
2.1.5. TC2º - Taxa de Congestionamento no 2º Grau	116
2.1.6. DTM2º - Decisões Terminativas de Processo por Magistrado no 2º Grau	119
2.1.7. ProcEl2º - Índice de Processos Eletrônicos no 2º Grau	122
2.1.8. Rx2º - Recorribilidade Externa de 2º grau	125
2.1.9. RxAI2º - Recorribilidade Externa de Agravo de Instrumento para o TST	128
2.1.10. Rin2º - Recorribilidade Interna de 2º Grau	131
2.1.11. Rin2ºa - Recorribilidade Interna de Decisão Monocrática de 2º Grau	134
2.1.12. Rin2ºb - Recorribilidade Interna de Embargos de Declaração no 2º Grau	137
2.1.13. Rd2º - Reforma de Decisão no 2º Grau	140
2.2. Litigiosidade de 1º grau	143
2.2.1. CnEx1º - Casos Novos de Execução no 1º Grau	143
2.2.2. CnExt1º - Casos Novos de Execução de Título Extrajudicial no 1º Grau	146
2.2.3. CpExt1º - Casos Pendentes de Execução de Título Extrajudicial no 1º Grau	149
2.2.4. CpEx1º - Casos Pendentes de Execução no 1º Grau	152
2.2.5. TBAixExt1º - Total de Processos Baixados de Execução de Título Extrajudicial no 1º Grau	155
2.2.6. TBAixEx1º - Total de Processos Baixados de Execução no 1º Grau	158
2.2.7. SentExt1º - Sentenças em Execução de Título Extrajudicial no 1º Grau	161
2.2.8. SentEx1º - Sentenças em Execução no 1º Grau	164
2.2.9. IncEx1º - Incidentes em Execução no 1º Grau	167
2.2.10. IncExP1º - Incidentes em Execução Pendentes no 1º Grau	170
2.2.11. ExeSuS1º - Execuções Suspensas, Sobrestadas ou em Arquivo Provisório no 1º Grau	173
2.2.12. Ch1º - Casos Novos por 100.000 habitantes no 1º Grau	176
2.2.13. Cm1º - Casos Novos por Magistrado no 1º Grau	179
2.2.14. Cs1º - Casos Novos por Servidor no 1º Grau	182
2.2.15. PEXFisc1º - Percentual de Processos de Execução Fiscal em Tramitação no 1º grau	185
2.2.16. PEXSFisc1º - Percentual de Processos de Execução Fiscal Suspensos ou Sobrestados ou em Arquivo Provisório no 1º grau	188
2.2.17. PEXS1º - Percentual de Processos de Execução de Títulos Judiciais e Extrajudiciais (exceto fiscal) que estão Suspensos ou Sobrestados ou em Arquivo Provisório no 1º grau	191
2.2.18. KC1º - Carga de Trabalho dos Magistrados na Fase de Conhecimento do 1º Grau	194
2.2.19. KEX1º - Carga de Trabalho dos Magistrados na Fase de Execução do 1º Grau	197
2.2.20. TCC1º - Taxa de Congestionamento na Fase de Conhecimento do 1º Grau	200
2.2.21. TCEx1º - Taxa de Congestionamento na Fase de Execução do 1º Grau	203
2.2.22. SMC1º - Sentenças por Magistrados na Fase de Conhecimento do 1º Grau	206
2.2.23. SMEx1º - Sentenças por Magistrados na Fase de Execução do 1º Grau	209
2.2.24. ProcEl1º - Índice de Processos Eletrônicos no 1º Grau	212
2.2.25. RxRO1º - Recorribilidade Externa na Fase de Conhecimento no 1º Grau	215
2.2.26. RxAP1º - Recorribilidade Externa na Fase de Execução no 1º Grau	218
2.2.27. Rin1º - Recorribilidade Interna de 1º Grau	221
2.2.28. Rd1º - Reforma de Decisão no 1º Grau	224
3. Acesso à Justiça e Perfil das Demandas.	227
3.1. A1 - Assistência Judiciária Gratuita em relação à Despesa Total da Justiça Estadual	227
3.2. A2 - Assistência Judiciária Gratuita por 100.000 habitantes	230
3.3. Dem - Demandantes	233
4.1. Poder Público como Demandante.	236
4.1.1. DGovP2º - Poder Público como Demandante no 2º Grau:	236
4.1.2. DGovP1º - Poder Público como Demandante no 1º Grau:	239
4.2. Poder Público como Demandado.	242
4.2.1. DGovC2º - Poder Público como Demandado no 2º Grau:	242
4.2.2. DGovC1º - Poder Público como Demandado no 1º Grau:	245

## 1. Insumos, Dotações e Graus de Utilização.

### 1.1. Recursos Financeiros

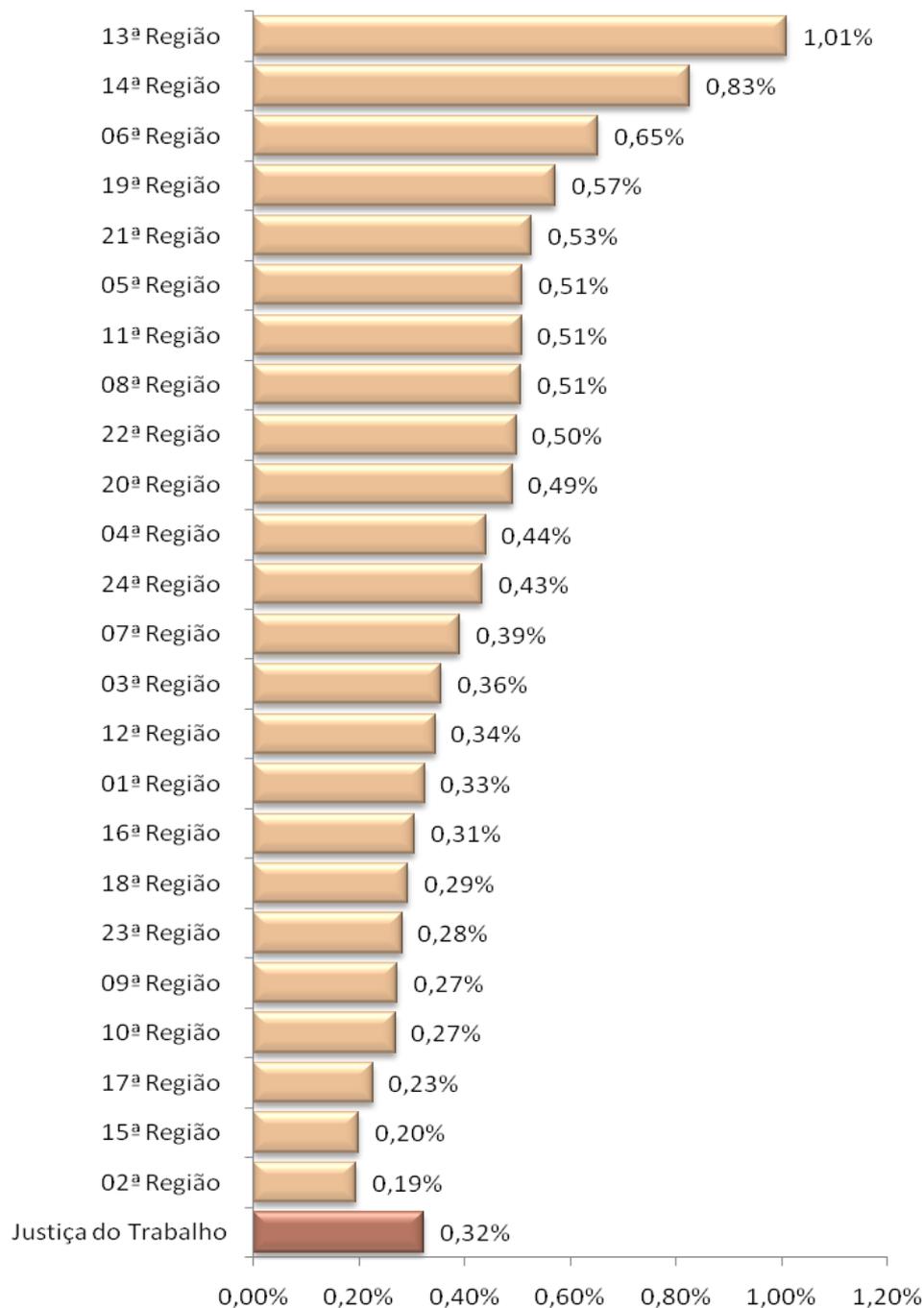
#### 1.1.1. G1 - Despesa Total da Justiça em relação ao PIB

Tabela 1.1 G1 - Despesa Total da Justiça em relação ao PIB

Tribunal Regional do Trabalho	Dpj - Despesa Total da Justiça do Trabalho	PIB - Produto Interno Bruto	G1 - Despesa Total da Justiça em relação ao PIB
01ª Região - RJ	1.139.906.890	350.479.085.728	0,33%
02ª Região - SP	1.246.930.370	640.129.531.022	0,19%
03ª Região - MG	1.015.793.285	284.964.114.937	0,36%
04ª Região - RS	917.483.938	208.580.219.080	0,44%
05ª Região - BA	659.436.837	129.497.472.894	0,51%
06ª Região - PE	480.454.195	73.523.197.261	0,65%
07ª Região - CE	232.926.815	59.440.741.778	0,39%
08ª Região - AM e PA	332.697.786	65.579.388.222	0,51%
09ª Região - PR	521.719.533	190.826.160.657	0,27%
10ª Região - DF e TO	353.542.717	131.136.494.508	0,27%
11ª Região - AM e RR	277.304.415	54.551.965.094	0,51%
12ª Região - SC	426.077.723	123.558.407.653	0,34%
13ª Região - PB	264.910.174	26.219.992.564	1,01%
14ª Região - AC e RO	202.626.127	24.521.124.127	0,83%
15ª Região - Campinas	854.265.730	426.047.534.161	0,20%
16ª Região - MA	114.081.576	37.326.326.612	0,31%
17ª Região - ES	161.924.038	71.260.578.629	0,23%
18ª Região - GO	225.829.549	77.012.377.574	0,29%
19ª Região - AL	120.428.558	21.013.580.865	0,57%
20ª Região - SE	97.866.941	19.953.601.954	0,49%
21ª Região - RN	142.729.951	27.074.806.696	0,53%
22ª Região - PI	83.105.269	16.694.287.403	0,50%
23ª Região - MT	142.099.304	50.412.960.458	0,28%
24ª Região - MS	144.395.182	33.211.050.122	0,43%
<b>Justiça do Trabalho</b>	<b>10.158.536.903</b>	<b>3.143.015.000.000</b>	<b>0,32%</b>

Fonte: Justiça em Números 2009.

Gráfico 1.1 G1 - Despesa Total da Justiça em relação ao PIB



Glossário:

G1 - Despesa Total da Justiça em relação ao PIB

Finalidade: Medir quanto a despesa total de cada Tribunal Regional do Trabalho e suas respectivas unidades judiciárias representa em relação ao PIB produzido na respectiva Região no ano-base.

Fórmula:  $G1 = D_{pj} / PIB$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

- **D<sub>pj</sub> - Despesa Total da Justiça do Trabalho:** As despesas efetivamente realizadas no ano-base pelo Tribunal Regional do Trabalho e suas respectivas unidades judiciárias, abrangendo as despesas liquidadas e as despesas empenhadas inscritas em “restos a pagar”. Excluem-se os gastos com precatórios judiciais, com as Requisições de Pequeno Valor (RPV's) e com as despesas de exercícios anteriores no ano-base.
- **PIB - Produto Interno Bruto:** Representa a soma, em valores monetários, de todos os bens e serviços finais produzidos na região sob jurisdição do Tribunal Regional do Trabalho durante um período determinado (Fonte: IBGE).

## 1. Insumos, Dotações e Graus de Utilização.

### 1.1. Recursos Financeiros

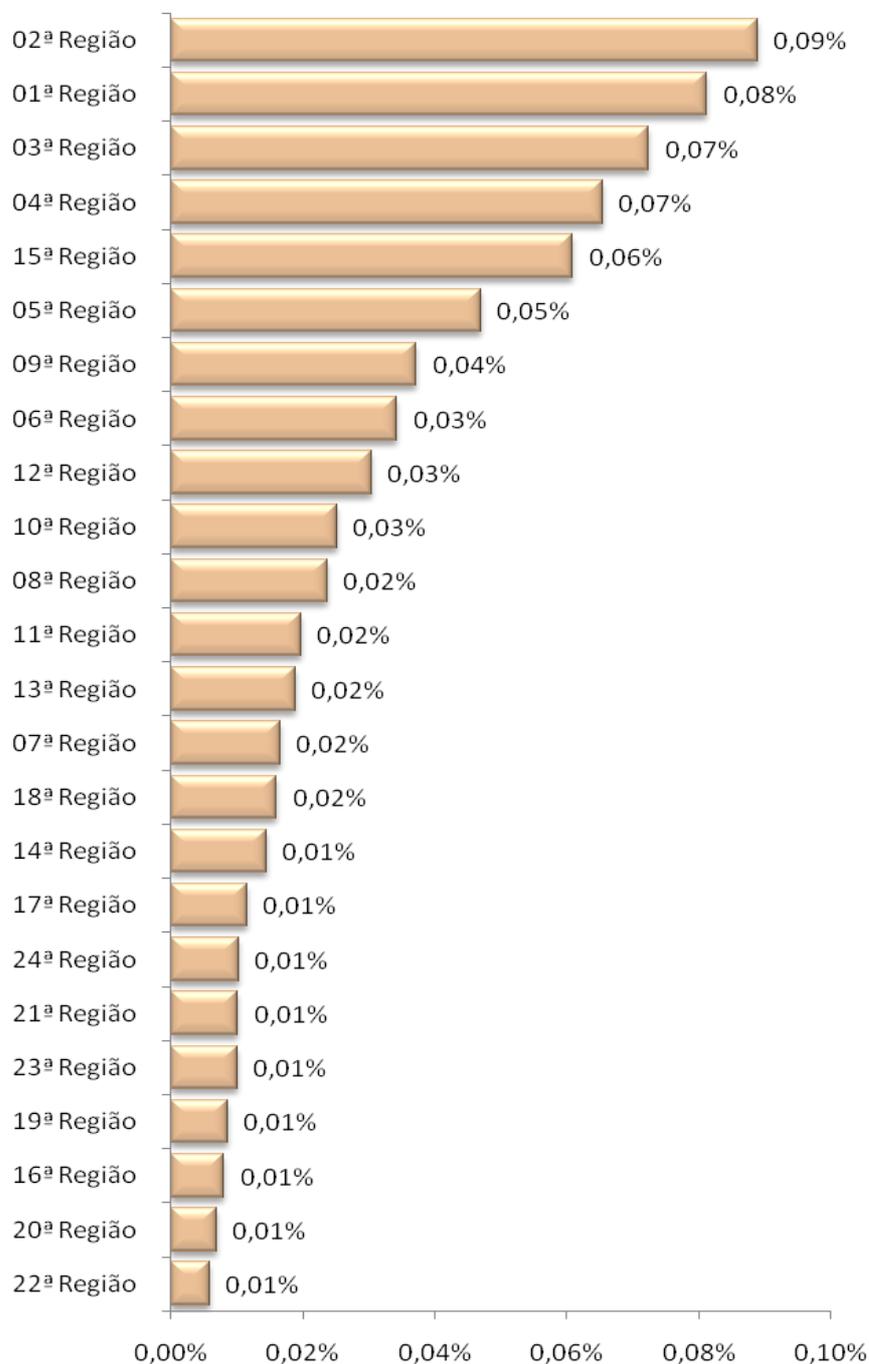
#### 1.1.2. G2 - Despesa Total da Justiça em relação à Despesa Pública

Tabela 1.2 G2 - Despesa Total da Justiça em relação à Despesa Pública

Tribunal Regional do Trabalho	Dpj - Despesa Total da Justiça do Trabalho	GTot - Gastos Totais	G2 - Despesa Total da Justiça em relação à Despesa Pública
01ª Região - RJ	1.139.906.890	1.402.517.194.252	0,08%
02ª Região - SP	1.246.930.370	1.402.517.194.252	0,09%
03ª Região - MG	1.015.793.285	1.402.517.194.252	0,07%
04ª Região - RS	917.483.938	1.402.517.194.252	0,07%
05ª Região - BA	659.436.837	1.402.517.194.252	0,05%
06ª Região - PE	480.454.195	1.402.517.194.252	0,03%
07ª Região - CE	232.926.815	1.402.517.194.252	0,02%
08ª Região - AM e PA	332.697.786	1.402.517.194.252	0,02%
09ª Região - PR	521.719.533	1.402.517.194.252	0,04%
10ª Região - DF e TO	353.542.717	1.402.517.194.252	0,03%
11ª Região - AM e RR	277.304.415	1.402.517.194.252	0,02%
12ª Região - SC	426.077.723	1.402.517.194.252	0,03%
13ª Região - PB	264.910.174	1.402.517.194.252	0,02%
14ª Região - AC e RO	202.626.127	1.402.517.194.252	0,01%
15ª Região - Campinas	854.265.730	1.402.517.194.252	0,06%
16ª Região - MA	114.081.576	1.402.517.194.252	0,01%
17ª Região - ES	161.924.038	1.402.517.194.252	0,01%
18ª Região - GO	225.829.549	1.402.517.194.252	0,02%
19ª Região - AL	120.428.558	1.402.517.194.252	0,01%
20ª Região - SE	97.866.941	1.402.517.194.252	0,01%
21ª Região - RN	142.729.951	1.402.517.194.252	0,01%
22ª Região - PI	83.105.269	1.402.517.194.252	0,01%
23ª Região - MT	142.099.304	1.402.517.194.252	0,01%
24ª Região - MS	144.395.182	1.402.517.194.252	0,01%
<b>Justiça do Trabalho</b>	<b>10.158.536.903</b>	<b>1.402.517.194.252</b>	<b>0,72%</b>

Fonte: Justiça em Números 2009.

Gráfico 1.2 G2 - Despesa Total da Justiça em relação à Despesa Pública



Glossário:

G2 - Despesa Total da Justiça em relação à Despesa Pública

Finalidade: Medir quanto a despesa total de cada Tribunal Regional do Trabalho e suas respectivas unidades judiciárias representa em relação à despesa pública total da União no ano-base.

Fórmula:  $G2 = Dpj / GTot$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

- Dpj - Despesa Total da Justiça do Trabalho: As despesas efetivamente realizadas no ano-base pelo Tribunal Regional do Trabalho e suas respectivas unidades judiciárias, abrangendo as despesas liquidadas e as despesas empenhadas inscritas em “restos a pagar”. Excluem-se os gastos com precatórios judiciais, com as Requisições de Pequeno Valor (RPV's) e com as despesas de exercícios anteriores no ano-base.
- GTot - Gastos Totais: O total da Despesa Pública da União (Fonte: STN).

## 1. Insumos, Dotações e Graus de Utilização.

### 1.1. Recursos Financeiros

#### 1.1.3a. DRH - Despesa com Recursos Humanos

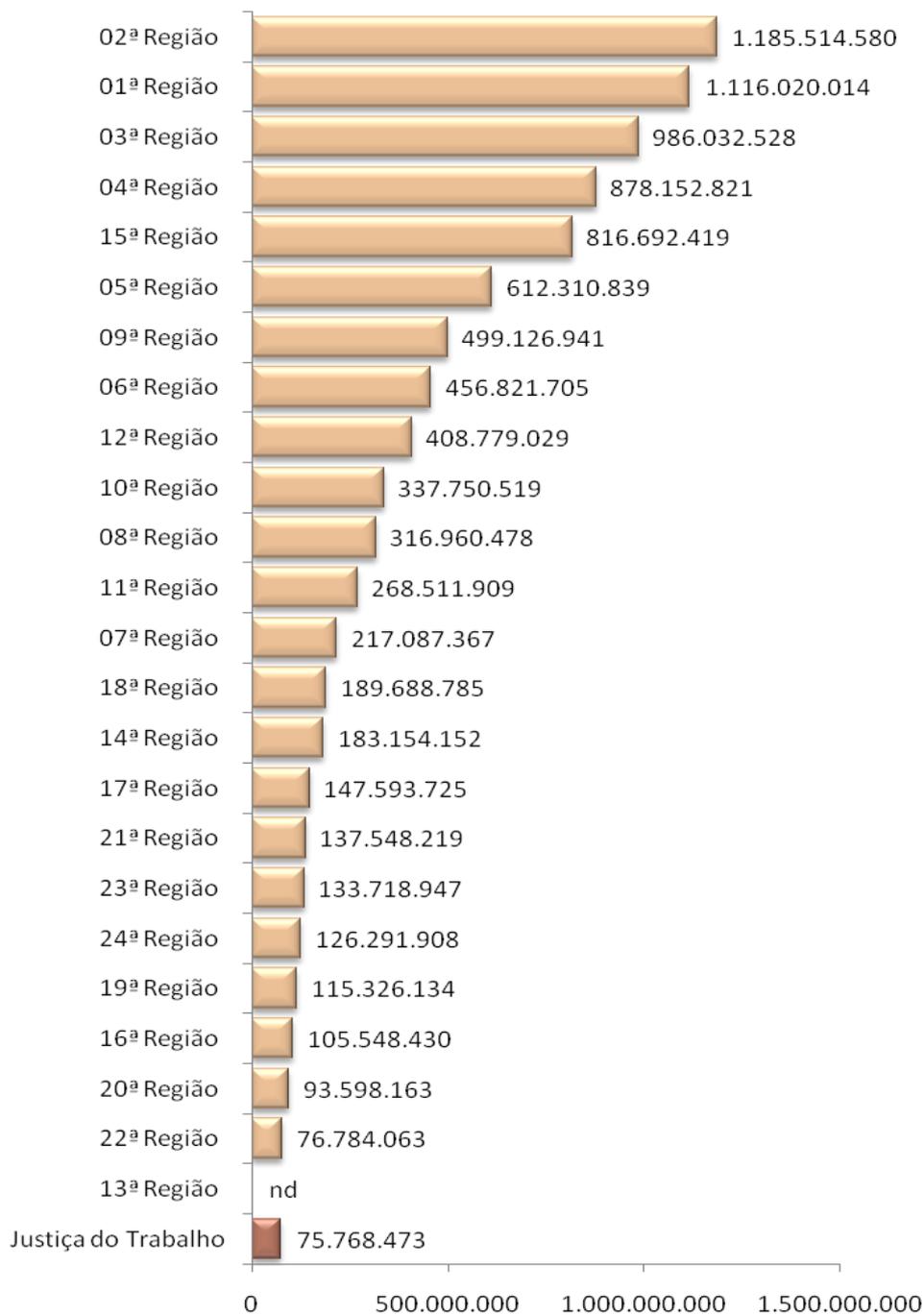
Tabela 1.3 DRH - Despesa com Recursos Humanos

Tribunal Regional do Trabalho	DRem - Despesas com Remuneração, Proventos e Pensão	DBen - Despesas com Benefícios	DEnc - Despesas com Encargos	DTer+DEst - Despesas com Terceirizados e Estagiários	Dip - Outras Despesas Indenizatórias e Indiretas com Recursos Humanos
01ª Região - RJ	943.136.793	36.474.150	112.074.835	19.765.897	4.568.339
02ª Região - SP	991.694.586	47.802.573	121.076.961	16.865.435	8.075.025
03ª Região - MG	831.570.856	33.116.534	102.989.893	10.801.883	7.553.362
04ª Região - RS	744.297.729	33.210.284	88.689.930	5.975.786	5.979.092
05ª Região - BA	510.812.994	23.714.904	64.339.439	8.323.226	5.120.276
06ª Região - PE	377.312.796	16.460.811	54.727.302	5.170.923	3.149.873
07ª Região - CE	174.621.989	8.481.994	28.104.647	4.278.730	1.600.007
08ª Região - AM e PA	266.255.269	10.880.643	33.446.052	3.894.521	2.483.993
09ª Região - PR	407.122.830	21.917.517	59.406.791	6.268.133	4.411.670
10ª Região - DF e TO	273.116.813	15.902.235	39.755.939	6.480.354	2.495.178
11ª Região - AM e RR	221.457.958	10.890.584	32.282.633	2.544.422	1.336.312
12ª Região - SC	336.476.643	13.278.294	50.607.526	4.759.405	3.657.161
13ª Região - PB	nd	11.027.972	33.006.889	1.679.755	1.446.109
14ª Região - AC e RO	148.851.208	5.966.733	23.907.221	2.815.955	1.613.035
15ª Região - Campinas	659.984.910	35.913.921	97.786.170	12.208.819	10.798.599
16ª Região - MA	85.345.607	5.596.840	13.815.730	324.331	465.922
17ª Região - ES	116.978.643	7.598.257	18.779.895	3.067.405	1.169.525
18ª Região - GO	148.797.547	9.391.462	23.151.433	6.220.983	2.127.360
19ª Região - AL	89.118.271	6.896.977	14.209.966	3.527.642	1.573.278
20ª Região - SE	74.022.908	4.622.411	12.239.622	1.699.228	1.013.994
21ª Região - RN	108.873.769	8.771.267	17.251.862	2.182.456	468.865
22ª Região - PI	60.173.874	4.036.991	10.596.007	1.103.609	873.582
23ª Região - MT	106.164.571	4.330.573	17.506.634	3.744.833	1.972.336
24ª Região - MS	99.398.863	6.958.897	16.696.631	1.421.937	1.815.580
<b>Justiça do Trabalho</b>	<b>7.775.587.427</b>	<b>383.242.824</b>	<b>1.086.450.008</b>	<b>135.125.668</b>	<b>75.768.473</b>

Fonte: Justiça em Números 2009.

Obs: 'nd' significa que o dado não está disponível.

Gráfico 1.3 DRH - Despesa com Recursos Humanos



Obs: 'nd' significa que o dado não está disponível.

Glossário:

DRH - Despesa com Recursos Humanos

Fórmula:  $DRH = DRem + DBen + DEnc + DTer + DEst + Dip$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

- **DRem - Despesas com Remuneração, Proventos e Pensão:** As despesas efetivamente realizadas com remuneração, proventos e pensão, independentemente da nomenclatura adotada (subsídio, vencimentos, gratificações, vantagens pessoais; adicionais; abonos, parcelas incorporadas, férias), tanto para magistrados e servidores ativos quanto para inativos e instituidores de pensão, como também para servidores que não integram o quadro efetivo (cedidos, requisitados e ocupantes apenas de cargo em comissão), pagas à conta dos recursos consignados ao Tribunal Regional do Trabalho e às suas respectivas unidades judiciárias no orçamento da União no ano-base, incluídas as despesas empenhadas inscritas em “restos a pagar” e excluídas as despesas de exercícios anteriores.
- **DBen - Despesas com Benefícios:** As despesas efetivamente realizadas com benefícios, independentemente da nomenclatura adotada (auxílio-funeral, auxílio-reclusão, auxílio-natalidade, auxílio-creche, auxílio pré-escolar, auxílio-invalidez, auxílio-alimentação, auxílio-transporte, assistência médica e odontológica), tanto para magistrados e servidores ativos quanto para inativos e instituidores de pensão, como também para servidores que não integram o quadro efetivo (cedidos, requisitados e ocupantes apenas de cargo em comissão), pagas à conta dos recursos consignados ao Tribunal Regional do Trabalho e às suas respectivas unidades judiciárias no orçamento da União no ano-base, incluídas as despesas empenhadas inscritas em “restos a pagar” e excluídas as despesas de exercícios anteriores.
- **DEnc - Despesas com Encargos:** As despesas efetivamente realizadas com encargos incidentes sobre a folha de pessoal, referentes a magistrados e servidores ativos, inclusive os servidores que não integram o quadro efetivo (cedidos, requisitados e ocupantes apenas de cargo em comissão), pagas à conta dos recursos consignados ao Tribunal Regional do Trabalho e às suas respectivas unidades judiciárias no orçamento da União no ano-base, incluídas as despesas empenhadas inscritas em “restos a pagar” e excluídas as despesas de exercícios anteriores.
- **DTer+DEst - Despesas com Terceirizados e Estagiários:** As despesas efetivamente realizadas com terceirizados (prestadores de serviços não-eventuais, locação de mão de obra e autônomos, que não substituem mão de obra do Quadro de Pessoal) e estagiários, incluída, no caso de autônomos, a contribuição patronal pagas à conta dos recursos consignados ao Tribunal Regional do Trabalho e às suas respectivas unidades judiciárias no orçamento da União no ano-base, incluídas as despesas empenhadas inscritas em “restos a pagar” e excluídas as despesas de exercícios anteriores e os contratos de prestação de serviço que envolvam mão de obra eventual (obras, reformas, etc.).
- **Dip - Outras Despesas Indenizatórias e Indiretas com Recursos Humanos:** As despesas efetivamente realizadas com indenizações (ajuda de custo, diárias, transporte, auxílio moradia, licença-prêmio convertida em pecúnia) e as indiretas relacionadas a recursos humanos (passagens e locomoção, gastos com cursos de treinamento e de capacitação), tanto para magistrados e servidores ativos quanto para servidores que não integram o quadro efetivo (cedidos, requisitados e ocupantes apenas de cargo em comissão), pagas à conta dos recursos consignados ao Tribunal Regional do Trabalho e às suas respectivas unidades judiciárias no orçamento da União no ano-base, incluídas as despesas empenhadas inscritas em “restos a pagar” e excluídas as despesas de exercícios anteriores.

## 1. Insumos, Dotações e Graus de Utilização.

### 1.1. Recursos Financeiros

#### 1.1.3b. G3 - Despesa com Recursos Humanos em relação à Despesa Total da Justiça

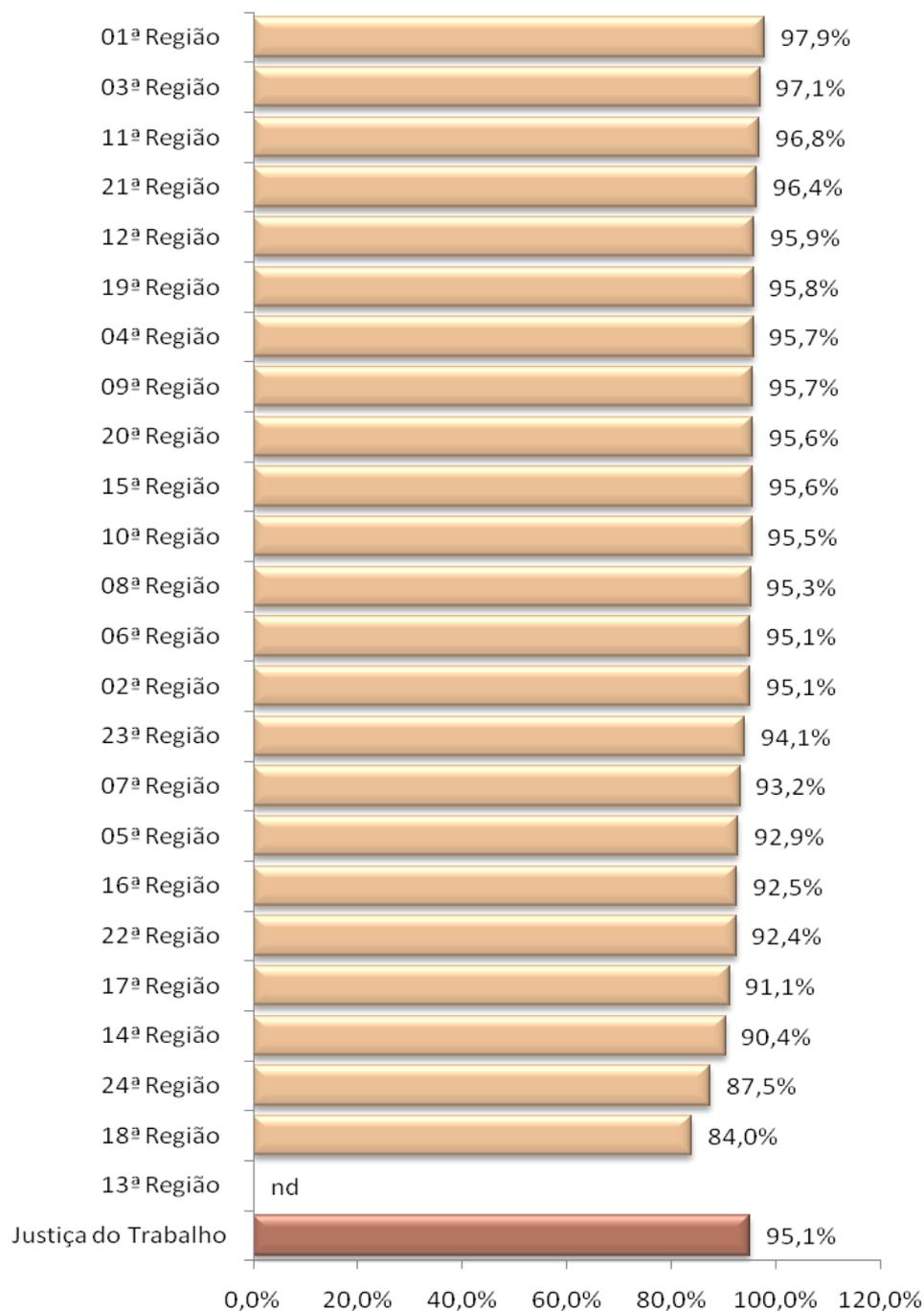
Tabela 1.4 G3 - Despesa com Recursos Humanos em relação à Despesa Total da Justiça

Tribunal Regional do Trabalho	DRH - Despesa com Recursos Humanos	Dpj - Despesa Total da Justiça do Trabalho	G3 - Despesa com Recursos Humanos em relação à Despesa Total da Justiça
01ª Região - RJ	1.116.020.014	1.139.906.890	97,9%
02ª Região - SP	1.185.514.580	1.246.930.370	95,1%
03ª Região - MG	986.032.528	1.015.793.285	97,1%
04ª Região - RS	878.152.821	917.483.938	95,7%
05ª Região - BA	612.310.839	659.436.837	92,9%
06ª Região - PE	456.821.705	480.454.195	95,1%
07ª Região - CE	217.087.367	232.926.815	93,2%
08ª Região - AM e PA	316.960.478	332.697.786	95,3%
09ª Região - PR	499.126.941	521.719.533	95,7%
10ª Região - DF e TO	337.750.519	353.542.717	95,5%
11ª Região - AM e RR	268.511.909	277.304.415	96,8%
12ª Região - SC	408.779.029	426.077.723	95,9%
13ª Região - PB	nd	264.910.174	nd
14ª Região - AC e RO	183.154.152	202.626.127	90,4%
15ª Região - Campinas	816.692.419	854.265.730	95,6%
16ª Região - MA	105.548.430	114.081.576	92,5%
17ª Região - ES	147.593.725	161.924.038	91,1%
18ª Região - GO	189.688.785	225.829.549	84,0%
19ª Região - AL	115.326.134	120.428.558	95,8%
20ª Região - SE	93.598.163	97.866.941	95,6%
21ª Região - RN	137.548.219	142.729.951	96,4%
22ª Região - PI	76.784.063	83.105.269	92,4%
23ª Região - MT	133.718.947	142.099.304	94,1%
24ª Região - MS	126.291.908	144.395.182	87,5%
<b>Justiça do Trabalho</b>	<b>9.409.013.675</b>	<b>10.158.536.903</b>	<b>95,1%</b>

Fonte: Justiça em Números 2009.

Obs: 'nd' significa que o dado não está disponível.

Gráfico 1.4 G3 - Despesa com Recursos Humanos em relação à Despesa Total da Justiça



Obs: 'nd' significa que o dado não está disponível.

Glossário:

G3 - Despesa com Recursos Humanos em relação à Despesa Total da Justiça

Finalidade: Medir quanto a despesa com recursos humanos representa em relação à despesa total de cada Tribunal Regional do Trabalho e suas respectivas unidades judiciárias no ano-base.

Fórmula:  $G3 = DRH / Dpj$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

· DRH - Despesas com Recursos Humanos: As despesas com recursos humanos efetivamente realizadas, independentemente da nomenclatura adotada (remuneração, ajuda de custo, diárias, passagens e locomoções, auxílio moradia, auxílio-alimentação, auxílio-transporte, auxílio pré-escolar, auxílio-funeral, auxílio-natalidade, assistência médica e odontológica, encargos, gastos com cursos de treinamento e de capacitação, e outros benefícios assistenciais), tanto para magistrados e servidores ativos quanto para inativos e instituidores de pensão, como também para servidores que não integram o quadro efetivo (cedidos, requisitados e ocupantes apenas de cargo em comissão), estagiários e terceirizados (prestadores de serviços não-eventuais, locação de mão de obra e autônomos, que não substituem mão de obra do Quadro de Pessoal), pagas à conta dos recursos consignados ao Tribunal Regional do Trabalho e às suas respectivas unidades judiciárias no orçamento da União no ano-base, incluídas as despesas empenhadas inscritas em “restos a pagar” e excluídas as despesas de exercícios anteriores e os contratos de prestação de serviços que envolvam mão de obra eventual (obras, reformas etc.).

· Dpj - Despesa Total da Justiça do Trabalho: As despesas efetivamente realizadas no ano-base pelo Tribunal Regional do Trabalho e suas respectivas unidades judiciárias, abrangendo as despesas liquidadas e as despesas empenhadas inscritas em “restos a pagar”. Excluem-se os gastos com precatórios judiciais, com as Requisições de Pequeno Valor (RPV's) e com as despesas de exercícios anteriores no ano-base.

## 1. Insumos, Dotações e Graus de Utilização.

### 1.1. Recursos Financeiros

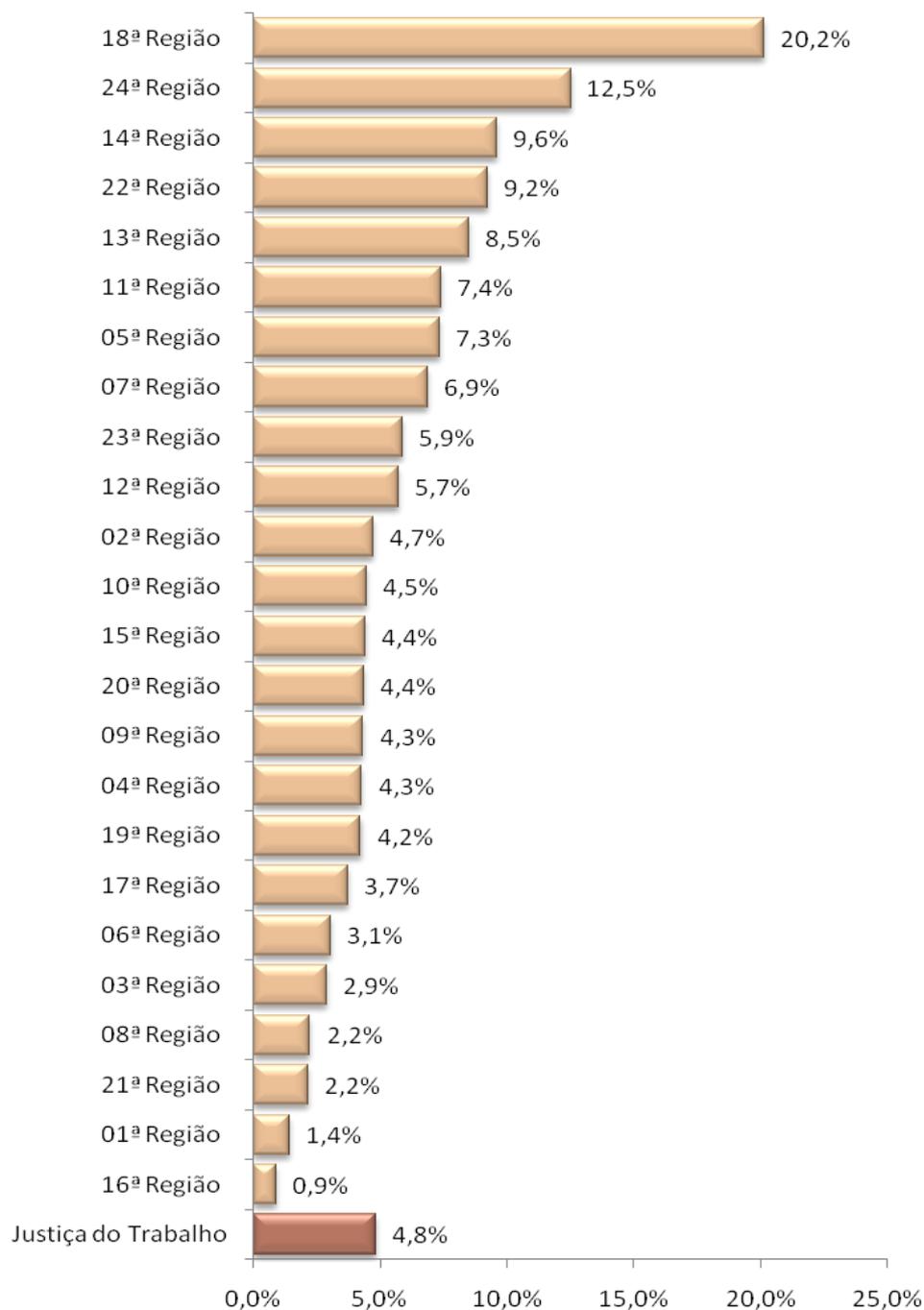
#### 1.1.4. G4 - Despesa com Bens e Serviços e de Capital em relação à Despesa Total da Justiça

Tabela 1.5 G4 - Despesa com Bens e Serviços e de Capital em relação à Despesa Total da Justiça

Tribunal Regional do Trabalho	DBS - Despesa com Bens e Serviços e de Capital	Dpj - Despesa Total da Justiça do Trabalho	G4 - Despesa com Bens e Serviços e de Capital em relação à Despesa Total da Justiça
01ª Região - RJ	16.038.574	1.139.906.890	1,4%
02ª Região - SP	58.902.361	1.246.930.370	4,7%
03ª Região - MG	29.515.193	1.015.793.285	2,9%
04ª Região - RS	39.331.114	917.483.938	4,3%
05ª Região - BA	48.365.807	659.436.837	7,3%
06ª Região - PE	14.696.957	480.454.195	3,1%
07ª Região - CE	16.009.662	232.926.815	6,9%
08ª Região - AM e PA	7.448.510	332.697.786	2,2%
09ª Região - PR	22.592.587	521.719.533	4,3%
10ª Região - DF e TO	15.792.194	353.542.717	4,5%
11ª Região - AM e RR	20.478.949	277.304.415	7,4%
12ª Região - SC	24.393.627	426.077.723	5,7%
13ª Região - PB	22.478.590	264.910.174	8,5%
14ª Região - AC e RO	19.471.975	202.626.127	9,6%
15ª Região - Campinas	37.573.311	854.265.730	4,4%
16ª Região - MA	1.015.944	114.081.576	0,9%
17ª Região - ES	6.013.088	161.924.038	3,7%
18ª Região - GO	45.530.978	225.829.549	20,2%
19ª Região - AL	5.102.423	120.428.558	4,2%
20ª Região - SE	4.268.782	97.866.941	4,4%
21ª Região - RN	3.096.888	142.729.951	2,2%
22ª Região - PI	7.661.405	83.105.269	9,2%
23ª Região - MT	8.380.357	142.099.304	5,9%
24ª Região - MS	18.103.272	144.395.182	12,5%
<b>Justiça do Trabalho</b>	<b>492.262.548</b>	<b>10.158.536.903</b>	<b>4,8%</b>

Fonte: Justiça em Números 2009.

Gráfico 1.5 G4 - Despesa com Bens e Serviços e de Capital em relação à Despesa Total da Justiça



### Glossário:

G4 - Despesa com Bens e Serviços e de Capital em relação à Despesa Total da Justiça

Finalidade: Medir quanto a despesa realizada com bens e serviços e de capital representa em relação à despesa total de cada Tribunal Regional do Trabalho e suas respectivas unidades judiciárias no ano-base.

Fórmula:  $G4 = DBS / Dpj$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

- DBS - Despesa com Bens e Serviços e de Capital: As despesas com bens e serviços e de capital, incluídas as inscritas em “restos a pagar”, realizadas à conta dos recursos consignados ao Tribunal Regional do Trabalho e às suas respectivas unidades judiciárias no orçamento da União no ano-base. Excluem-se as despesas de exercícios anteriores e as despesas que, embora relacionadas a bens e serviços e de capital, já foram consideradas no conceito de despesas com recursos humanos - DRH (contratos de terceirização de mão de obra e de estagiários, passagens e locomoção, gastos com cursos de treinamento e de capacitação).
- Dpj - Despesa Total da Justiça do Trabalho: As despesas efetivamente realizadas no ano-base pelo Tribunal Regional do Trabalho e suas respectivas unidades judiciárias, abrangendo as despesas liquidadas e as despesas empenhadas inscritas em “restos a pagar”. Excluem-se os gastos com precatórios judiciais, com as Requisições de Pequeno Valor (RPV's) e com as despesas de exercícios anteriores no ano-base.

## 1. Insumos, Dotações e Graus de Utilização.

### 1.1. Recursos Financeiros

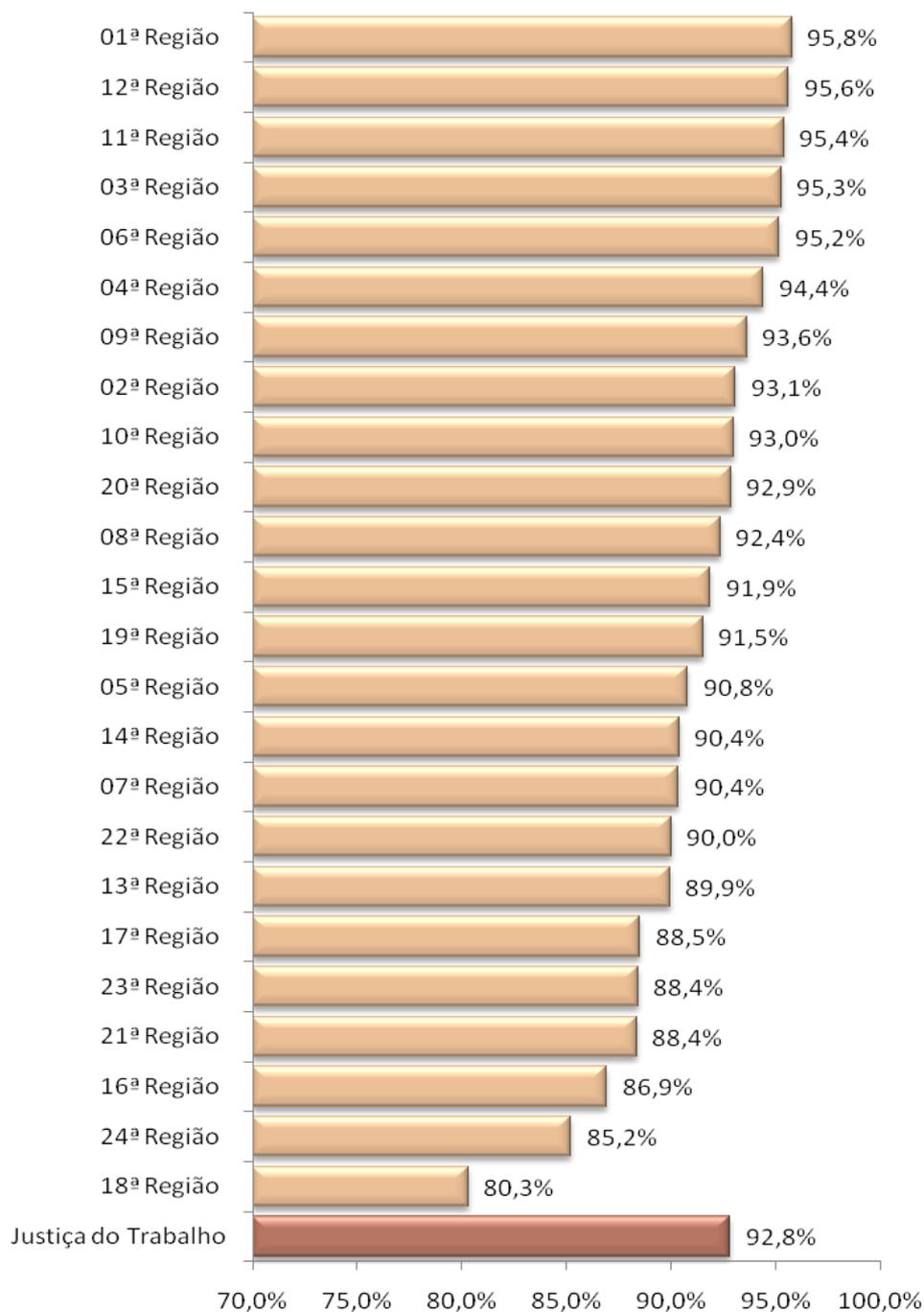
#### 1.1.5. G5 - Despesa com Pessoal e Encargos do Quadro Permanente em relação à Despesa Total da Justiça

Tabela 1.6 G5 - Despesa com Pessoal e Encargos do Quadro Permanente em relação à Despesa Total da Justiça

Tribunal Regional do Trabalho	DPE - Despesa com Pessoal e Encargos	Dpj - Despesa Total da Justiça do Trabalho	G5 - Despesa com Pessoal e Encargos do Quadro Permanente em relação à Despesa Total da Justiça
01ª Região - RJ	1.091.685.778	1.139.906.890	95,8%
02ª Região - SP	1.160.574.121	1.246.930.370	93,1%
03ª Região - MG	967.677.284	1.015.793.285	95,3%
04ª Região - RS	866.197.943	917.483.938	94,4%
05ª Região - BA	598.867.337	659.436.837	90,8%
06ª Região - PE	457.273.368	480.454.195	95,2%
07ª Região - CE	210.475.601	232.926.815	90,4%
08ª Região - AM e PA	307.293.156	332.697.786	92,4%
09ª Região - PR	488.447.140	521.719.533	93,6%
10ª Região - DF e TO	328.774.988	353.542.717	93,0%
11ª Região - AM e RR	264.559.697	277.304.415	95,4%
12ª Região - SC	407.441.464	426.077.723	95,6%
13ª Região - PB	238.233.636	264.910.174	89,9%
14ª Região - AC e RO	183.154.152	202.626.127	90,4%
15ª Região - Campinas	784.939.963	854.265.730	91,9%
16ª Região - MA	99.161.338	114.081.576	86,9%
17ª Região - ES	143.356.796	161.924.038	88,5%
18ª Região - GO	181.332.548	225.829.549	80,3%
19ª Região - AL	110.208.838	120.428.558	91,5%
20ª Região - SE	90.884.940	97.866.941	92,9%
21ª Região - RN	126.138.097	142.729.951	88,4%
22ª Região - PI	74.806.874	83.105.269	90,0%
23ª Região - MT	125.633.045	142.099.304	88,4%
24ª Região - MS	123.054.391	144.395.182	85,2%
<b>Justiça do Trabalho</b>	<b>9.430.172.495</b>	<b>10.158.536.903</b>	<b>92,8%</b>

Fonte: Justiça em Números 2009.

Gráfico 1.6 G5 - Despesa com Pessoal e Encargos do Quadro Permanente em relação à Despesa Total da Justiça



Glossário:

G5 - Despesa com Pessoal e Encargos do Quadro Permanente em relação à Despesa Total da Justiça

Finalidade: Medir quanto a despesa realizada com pessoal e encargos representa em relação à despesa total de cada Tribunal Regional do Trabalho e suas respectivas unidades judiciárias no ano-base.

Fórmula:  $G5 = DPE / Dpj$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

· DPE - Despesa com Pessoal e Encargos: As despesas efetivamente realizadas, inclusive as empenhadas inscritas em “restos a pagar”, com todos os servidores e magistrados do quadro permanente, ativos e inativos, e com os instituidores de pensão e os servidores requisitados, além dos benefícios sociais (auxílio-funeral, auxílio-reclusão, auxílio-natalidade, auxílio-creche, auxílio pré-escolar, auxílio-invalidéz, auxílio-alimentação, auxílio-transporte, assistência médica e odontológica) e dos encargos, excluídas as despesas de exercícios anteriores, pagas à conta dos recursos consignados ao Tribunal Regional do Trabalho e às suas respectivas unidades judiciárias no orçamento da União no ano-base.

· Dpj - Despesa Total da Justiça do Trabalho: As despesas efetivamente realizadas no ano-base pelo Tribunal Regional do Trabalho e suas respectivas unidades judiciárias, abrangendo as despesas liquidadas e as despesas empenhadas inscritas em “restos a pagar”. Excluem-se os gastos com precatórios judiciais, com as Requisições de Pequeno Valor (RPV's) e com as despesas de exercícios anteriores no ano-base.

## 1. Insumos, Dotações e Graus de Utilização.

### 1.1. Recursos Financeiros

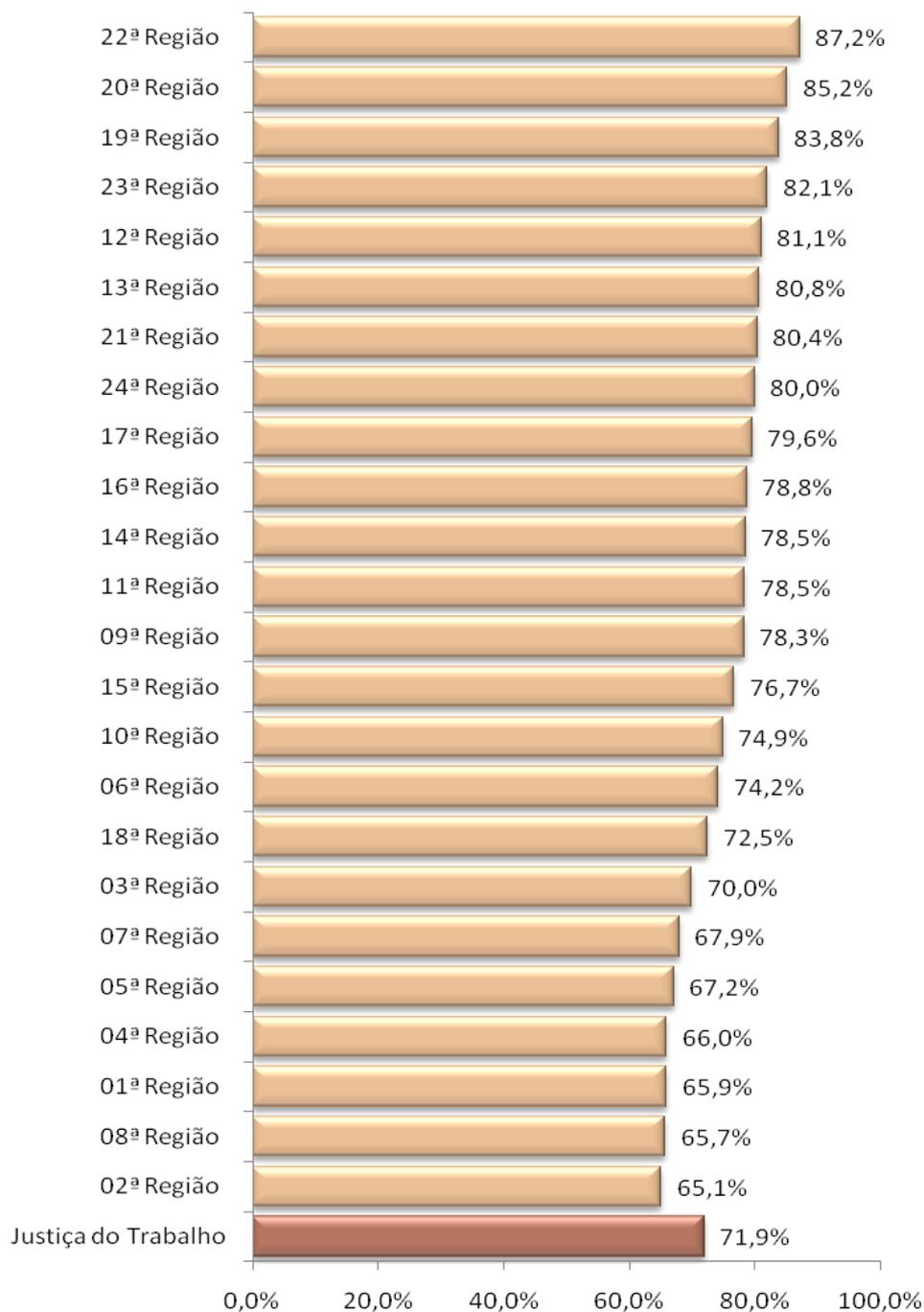
#### 1.1.6. G5a - Despesa com Pessoal Ativo e Encargos em relação à Despesa Total da Justiça

Tabela 1.7 G5a - Despesa com Pessoal Ativo e Encargos em relação à Despesa Total da Justiça

Tribunal Regional do Trabalho	DPEA - Despesa com Pessoal e Encargos do Quadro Ativo	Dpj - Despesa Total da Justiça do Trabalho	G5a - Despesa com Pessoal Ativo e Encargos em relação à Despesa Total da Justiça
01ª Região - RJ	751.407.964	1.139.906.890	65,9%
02ª Região - SP	811.797.866	1.246.930.370	65,1%
03ª Região - MG	711.064.060	1.015.793.285	70,0%
04ª Região - RS	605.249.740	917.483.938	66,0%
05ª Região - BA	442.896.014	659.436.837	67,2%
06ª Região - PE	356.589.100	480.454.195	74,2%
07ª Região - CE	158.188.718	232.926.815	67,9%
08ª Região - AM e PA	218.622.929	332.697.786	65,7%
09ª Região - PR	408.385.713	521.719.533	78,3%
10ª Região - DF e TO	264.741.972	353.542.717	74,9%
11ª Região - AM e RR	217.594.066	277.304.415	78,5%
12ª Região - SC	345.588.760	426.077.723	81,1%
13ª Região - PB	213.955.729	264.910.174	80,8%
14ª Região - AC e RO	159.078.910	202.626.127	78,5%
15ª Região - Campinas	655.285.128	854.265.730	76,7%
16ª Região - MA	89.871.503	114.081.576	78,8%
17ª Região - ES	128.876.810	161.924.038	79,6%
18ª Região - GO	163.693.320	225.829.549	72,5%
19ª Região - AL	100.914.664	120.428.558	83,8%
20ª Região - SE	83.409.013	97.866.941	85,2%
21ª Região - RN	114.793.537	142.729.951	80,4%
22ª Região - PI	72.455.727	83.105.269	87,2%
23ª Região - MT	116.606.227	142.099.304	82,1%
24ª Região - MS	115.548.372	144.395.182	80,0%
<b>Justiça do Trabalho</b>	<b>7.306.615.842</b>	<b>10.158.536.903</b>	<b>71,9%</b>

Fonte: Justiça em Números 2009.

Gráfico 1.7 G5a - Despesa com Pessoal Ativo e Encargos em relação à Despesa Total da Justiça



### Glossário:

G5a - Despesa com Pessoal Ativo e Encargos em relação à Despesa Total da Justiça

Finalidade: Medir quanto a despesa realizada com pessoal ativo e encargos representa em relação à despesa total de cada Tribunal Regional do Trabalho e suas respectivas unidades judiciárias no ano-base.

Fórmula:  $G5a = DPEA / Dpj$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

- DPEA - Despesa com Pessoal e Encargos do Quadro Ativo: As despesas efetivamente realizadas, inclusive as empenhadas inscritas em “restos a pagar”, com servidores e magistrados ativos do quadro permanente, incluídos os servidores requisitados, além dos benefícios sociais (auxílio-funeral, auxílio-reclusão, auxílio-natalidade, auxílio-creche, auxílio pré-escolar, auxílio-invalidéz, auxílio-alimentação, auxílio-transporte, assistência médica e odontológica) e dos encargos, excluídas as despesas de exercícios anteriores, pagas à conta dos recursos consignados ao Tribunal Regional do Trabalho e às suas respectivas unidades judiciárias no orçamento da União no ano-base.
- Dpj - Despesa Total da Justiça do Trabalho: As despesas efetivamente realizadas no ano-base pelo Tribunal Regional do Trabalho e suas respectivas unidades judiciárias, abrangendo as despesas liquidadas e as despesas empenhadas inscritas em “restos a pagar”. Excluem-se os gastos com precatórios judiciais, com as Requisições de Pequeno Valor (RPV's) e com as despesas de exercícios anteriores no ano-base.

## 1. Insumos, Dotações e Graus de Utilização.

### 1.1. Recursos Financeiros

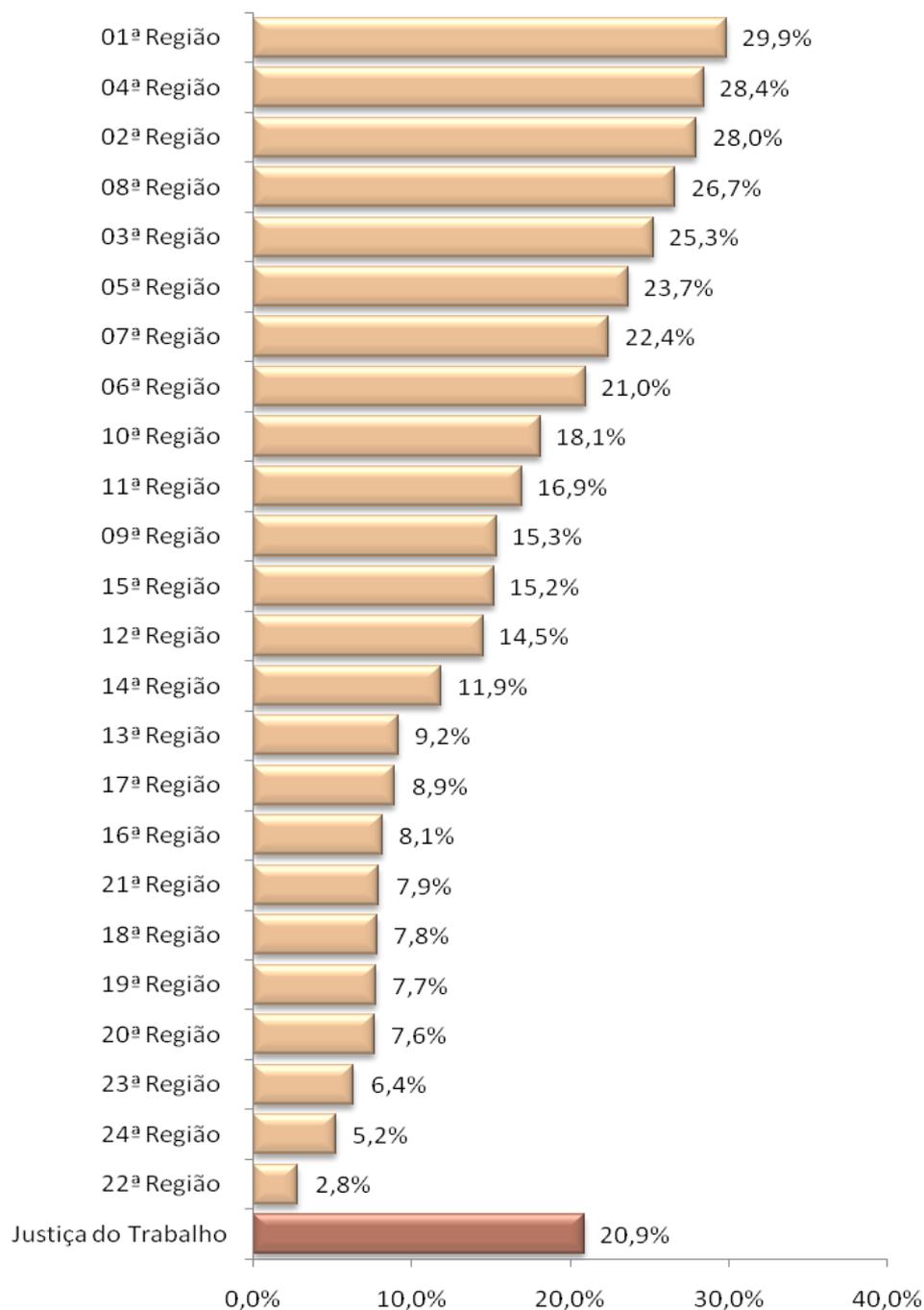
#### 1.1.7. G5b - Despesa com Pessoal Inativo e Instituidores de Pensão em relação à Despesa Total da Justiça

Tabela 1.8 G5b - Despesa com Pessoal Inativo e Instituidores de Pensão em relação à Despesa Total da Justiça

Tribunal Regional do Trabalho	DPeI - Despesa com Pessoal do Quadro Inativo	Dpj - Despesa Total da Justiça do Trabalho	G5b - Despesa com Pessoal Inativo e Instituidores de Pensão em relação à Despesa Total da Justiça
01ª Região - RJ	340.277.814	1.139.906.890	29,9%
02ª Região - SP	348.776.255	1.246.930.370	28,0%
03ª Região - MG	256.613.224	1.015.793.285	25,3%
04ª Região - RS	260.948.203	917.483.938	28,4%
05ª Região - BA	155.971.323	659.436.837	23,7%
06ª Região - PE	100.684.267	480.454.195	21,0%
07ª Região - CE	52.286.883	232.926.815	22,4%
08ª Região - AM e PA	88.670.227	332.697.786	26,7%
09ª Região - PR	80.061.426	521.719.533	15,3%
10ª Região - DF e TO	64.033.015	353.542.717	18,1%
11ª Região - AM e RR	46.965.631	277.304.415	16,9%
12ª Região - SC	61.852.704	426.077.723	14,5%
13ª Região - PB	24.277.907	264.910.174	9,2%
14ª Região - AC e RO	24.075.242	202.626.127	11,9%
15ª Região - Campinas	129.654.835	854.265.730	15,2%
16ª Região - MA	9.289.835	114.081.576	8,1%
17ª Região - ES	14.479.985	161.924.038	8,9%
18ª Região - GO	17.639.228	225.829.549	7,8%
19ª Região - AL	9.294.174	120.428.558	7,7%
20ª Região - SE	7.475.926	97.866.941	7,6%
21ª Região - RN	11.344.560	142.729.951	7,9%
22ª Região - PI	2.351.146	83.105.269	2,8%
23ª Região - MT	9.026.818	142.099.304	6,4%
24ª Região - MS	7.506.018	144.395.182	5,2%
<b>Justiça do Trabalho</b>	<b>2.123.556.646</b>	<b>10.158.536.903</b>	<b>20,9%</b>

Fonte: Justiça em Números 2009.

Gráfico 1.8 G5b - Despesa com Pessoal Inativo e Instituidores de Pensão em relação à Despesa Total da Justiça



### Glossário:

G5b - Despesa com Pessoal Inativo e Instituidores de Pensão em relação à Despesa Total da Justiça

Finalidade: Medir quanto a despesa realizada com pessoal inativo e com instituidores de pensão representa em relação à despesa total de cada Tribunal Regional do Trabalho e suas respectivas unidades judiciárias no ano-base.

Fórmula:  $G5b = DPel / Dpj$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

- DPel - Despesa com Pessoal do Quadro Inativo: As despesas efetivamente realizadas, inclusive as empenhadas inscritas em “restos a pagar”, com servidores e magistrados inativos, e com instituidores de pensão, além dos benefícios sociais (assistência médica e odontológica, plano de saúde, auxílio-saúde, auxílio-natalidade, auxílio-funeral e auxílio-creche). Excluem-se as despesas de exercícios anteriores, pagas à conta dos recursos consignados ao Tribunal Regional do Trabalho e às suas respectivas unidades judiciárias no orçamento da União no ano-base.
- Dpj - Despesa Total da Justiça do Trabalho: As despesas efetivamente realizadas no ano-base pelo Tribunal Regional do Trabalho e suas respectivas unidades judiciárias, abrangendo as despesas liquidadas e as despesas empenhadas inscritas em “restos a pagar”. Excluem-se os gastos com precatórios judiciais, com as Requisições de Pequeno Valor (RPV's) e com as despesas de exercícios anteriores no ano-base.

## 1. Insumos, Dotações e Graus de Utilização.

### 1.1. Recursos Financeiros

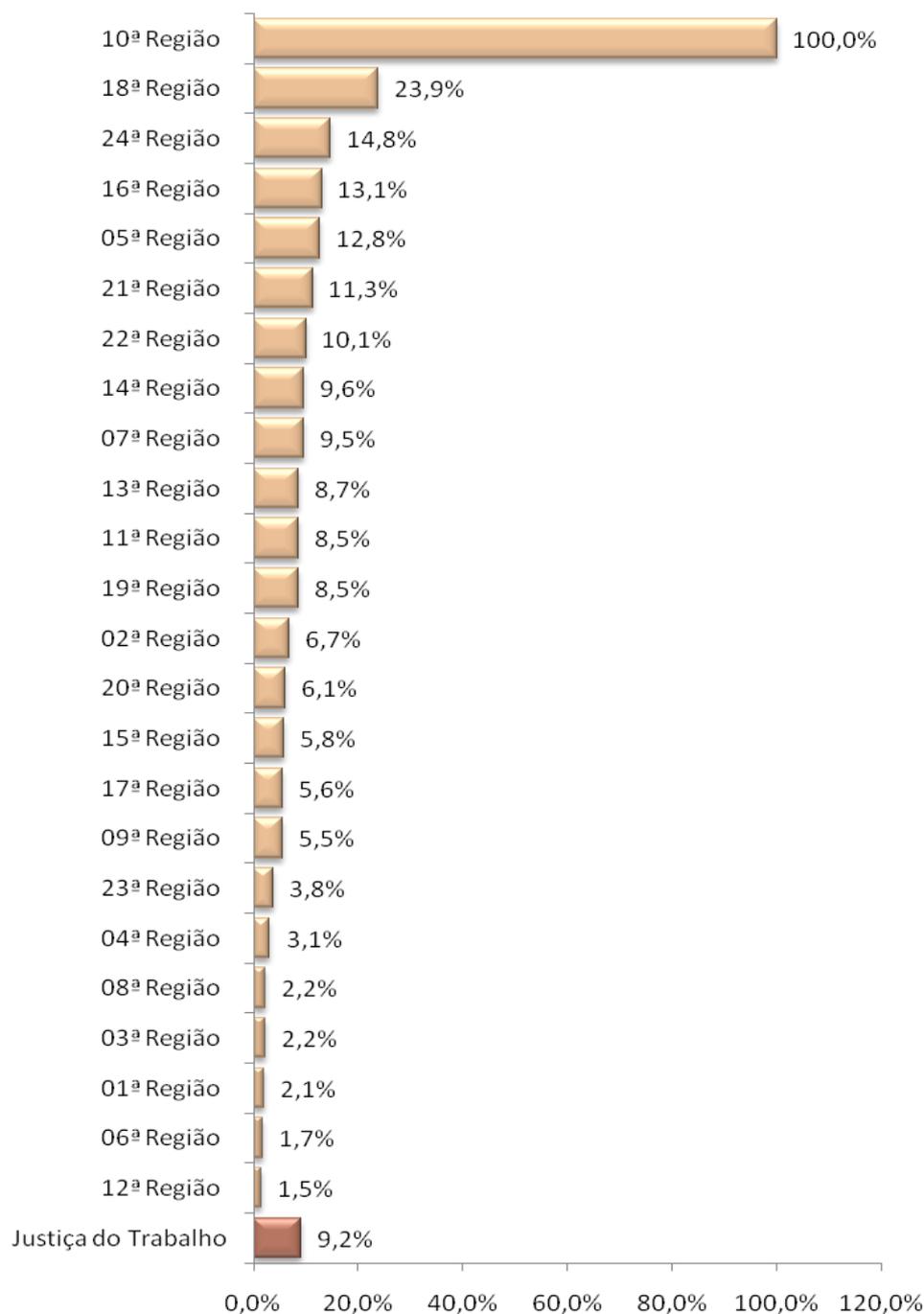
#### 1.1.8. G6 - Despesa com Custeio e Capital em relação à Despesa Total da Justiça

Tabela 1.9 G6 - Despesa com Custeio e Capital em relação à Despesa Total da Justiça

Tribunal Regional do Trabalho	Dpj - Despesa Total da Justiça do Trabalho	DCt - Despesa com Custeio	Dk - Despesa com Capital	G6 - Despesa com Custeio e Capital em relação à Despesa Total da Justiça
01ª Região - RJ	1.139.906.890	20.169.354	3.430.719	2,1%
02ª Região - SP	1.246.930.370	57.814.978	26.027.844	6,7%
03ª Região - MG	1.015.793.285	16.352.655	5.872.235	2,2%
04ª Região - RS	917.483.938	17.440.693	11.306.357	3,1%
05ª Região - BA	659.436.837	50.863.899	33.420.504	12,8%
06ª Região - PE	480.454.195	6.431.044	1.851.237	1,7%
07ª Região - CE	232.926.815	19.594.741	2.543.346	9,5%
08ª Região - AM e PA	332.697.786	7.008.450	440.060	2,2%
09ª Região - PR	521.719.533	23.025.906	5.834.816	5,5%
10ª Região - DF e TO	353.542.717	347.483.016	6.059.700	100,0%
11ª Região - AM e RR	277.304.415	20.959.579	2.604.244	8,5%
12ª Região - SC	426.077.723	4.789.657	1.678.138	1,5%
13ª Região - PB	264.910.174	19.677.543	3.271.050	8,7%
14ª Região - AC e RO	202.626.127	18.255.758	1.216.217	9,6%
15ª Região - Campinas	854.265.730	41.827.586	7.954.543	5,8%
16ª Região - MA	114.081.576	13.904.294	1.015.944	13,1%
17ª Região - ES	161.924.038	8.598.653	481.840	5,6%
18ª Região - GO	225.829.549	29.526.126	24.353.196	23,9%
19ª Região - AL	120.428.558	8.913.814	1.305.906	8,5%
20ª Região - SE	97.866.941	5.328.010	640.000	6,1%
21ª Região - RN	142.729.951	15.000.522	1.122.465	11,3%
22ª Região - PI	83.105.269	5.201.527	3.177.631	10,1%
23ª Região - MT	142.099.304	3.744.833	1.607.961	3,8%
24ª Região - MS	144.395.182	7.427.527	13.913.262	14,8%
<b>Justiça do Trabalho</b>	<b>10.158.536.903</b>	<b>769.340.165</b>	<b>161.129.215</b>	<b>9,2%</b>

Fonte: Justiça em Números 2009.

Gráfico 1.9 G6 - Despesa com Custeio e Capital em relação à Despesa Total da Justiça



Glossário:

G6 - Despesa com Custeio e Capital em relação à Despesa Total da Justiça

Finalidade: Medir quanto a despesa realizada com custeio e capital, incluindo as relativas a pessoal e encargos dos servidores que não integram o quadro permanente, representa em relação à despesa total de cada Tribunal Regional do Trabalho e suas respectivas unidades judiciárias no ano-base.

Fórmula:  $G6 = DCCa / Dpj$                        $DCCa = Dct + Dk$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

- Dpj - Despesa Total da Justiça do Trabalho: As despesas efetivamente realizadas no ano-base pelo Tribunal Regional do Trabalho e suas respectivas unidades judiciárias, abrangendo as despesas liquidadas e as despesas empenhadas inscritas em “restos a pagar”. Excluem-se os gastos com precatórios judiciais, com as Requisições de Pequeno Valor (RPV’s) e com as despesas de exercícios anteriores no ano-base.
- Dct - Despesa com Custeio: As despesas com custeio, abrangendo as despesas com remuneração, benefícios e encargos referentes a estagiários, terceirizados (prestadores de serviços não-eventuais, locação de mão de obra e autônomos, que não substituem mão de obra do Quadro de Pessoal) e a contratos de prestação de serviço que envolvam mão de obra eventual (obras, reformas, etc.), pagas à conta dos recursos consignados ao Tribunal Regional do Trabalho e às suas respectivas unidades judiciárias no orçamento da União no ano-base, incluídas as empenhadas inscritas em “restos a pagar” e excluídas as despesas de exercícios anteriores.
- Dk - Despesa com Capital: As despesas com capital pagas à conta dos recursos consignados ao Tribunal Regional do Trabalho e às suas respectivas unidades judiciárias no orçamento da União no ano-base, incluídas as empenhadas inscritas em “restos a pagar” e excluídas as despesas de exercícios anteriores.

## 1. Insumos, Dotações e Graus de Utilização.

### 1.1. Recursos Financeiros

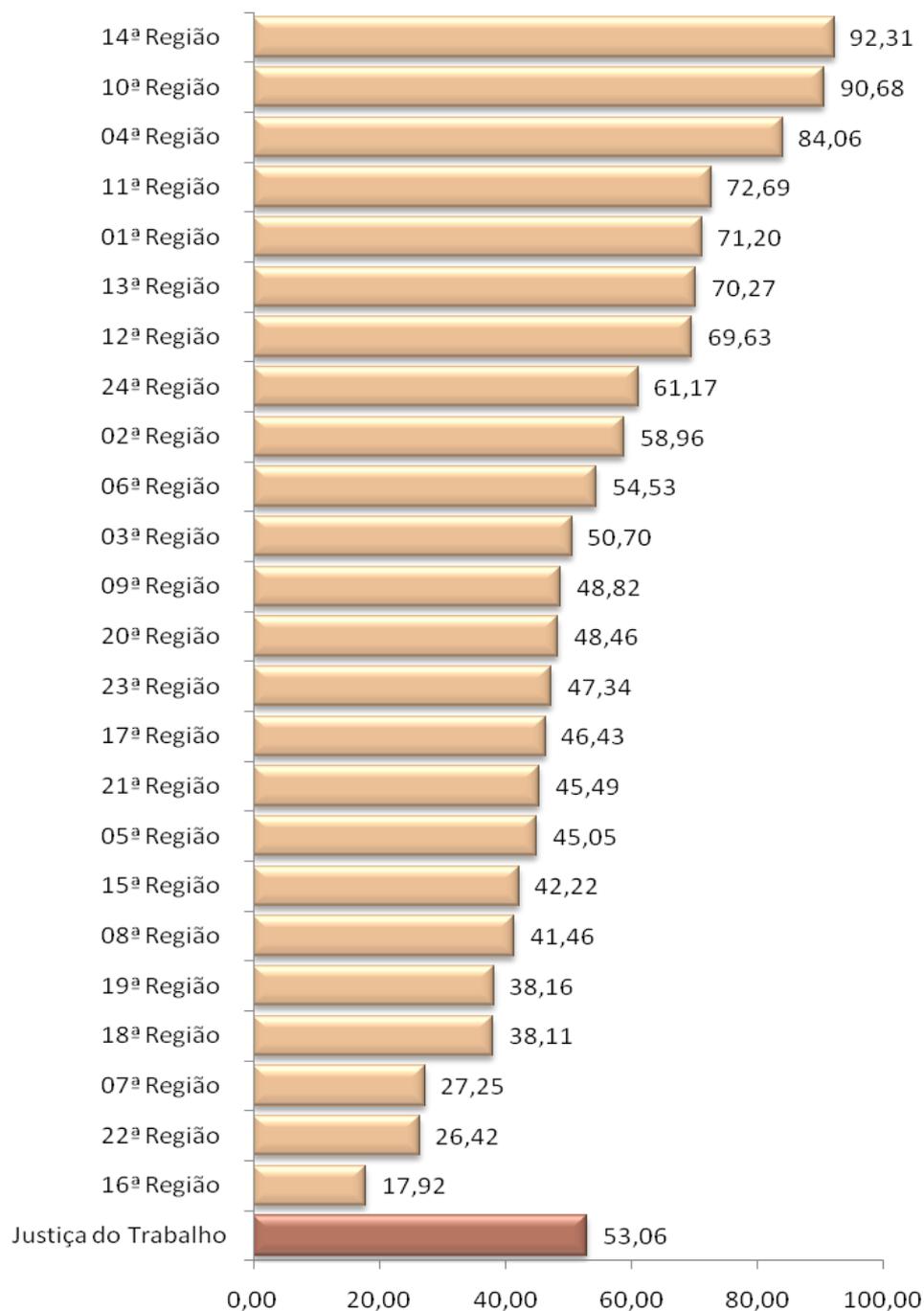
#### 1.1.9. G7 - Despesa Total da Justiça por Habitante (R\$)

Tabela 1.10 G7 - Despesa Total da Justiça por Habitante (R\$)

<b>Tribunal Regional do Trabalho</b>	<b>Dpj - Despesa Total da Justiça do Trabalho</b>	<b>h1 - Número de Habitantes</b>	<b>G7 - Despesa Total da Justiça por Habitante (R\$)</b>
01ª Região - RJ	1.139.906.890	16.010.429	71,20
02ª Região - SP	1.246.930.370	21.149.140	58,96
03ª Região - MG	1.015.793.285	20.033.665	50,70
04ª Região - RS	917.483.938	10.914.128	84,06
05ª Região - BA	659.436.837	14.637.364	45,05
06ª Região - PE	480.454.195	8.810.256	54,53
07ª Região - CE	232.926.815	8.547.809	27,25
08ª Região - AM e PA	332.697.786	8.023.847	41,46
09ª Região - PR	521.719.533	10.686.247	48,82
10ª Região - DF e TO	353.542.717	3.898.936	90,68
11ª Região - AM e RR	277.304.415	3.814.868	72,69
12ª Região - SC	426.077.723	6.118.743	69,63
13ª Região - PB	264.910.174	3.769.977	70,27
14ª Região - AC e RO	202.626.127	2.195.060	92,31
15ª Região - Campinas	854.265.730	20.234.899	42,22
16ª Região - MA	114.081.576	6.367.138	17,92
17ª Região - ES	161.924.038	3.487.199	46,43
18ª Região - GO	225.829.549	5.926.300	38,11
19ª Região - AL	120.428.558	3.156.108	38,16
20ª Região - SE	97.866.941	2.019.679	48,46
21ª Região - RN	142.729.951	3.137.541	45,49
22ª Região - PI	83.105.269	3.145.325	26,42
23ª Região - MT	142.099.304	3.001.692	47,34
24ª Região - MS	144.395.182	2.360.498	61,17
<b>Justiça do Trabalho</b>	<b>10.158.536.903</b>	<b>191.446.848</b>	<b>53,06</b>

Fonte: Justiça em Números 2009.

Gráfico 1.10 G7 - Despesa Total da Justiça por Habitante (R\$)



Glossário:

G7 - Despesa Total da Justiça por Habitante (R\$)

Finalidade: Medir a despesa total de cada Tribunal Regional do Trabalho e suas respectivas unidades judiciárias em relação à população da Região no ano-base.

Fórmula:  $G7 = D_{pj} / h1$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

- $D_{pj}$  - Despesa Total da Justiça do Trabalho: As despesas efetivamente realizadas no ano-base pelo Tribunal Regional do Trabalho e suas respectivas unidades judiciárias, abrangendo as despesas liquidadas e as despesas empenhadas inscritas em “restos a pagar”. Excluem-se os gastos com precatórios judiciais, com as Requisições de Pequeno Valor (RPV's) e com as despesas de exercícios anteriores no ano-base.
- $h1$  - Número de Habitantes: Número de habitantes baseado nas estimativas realizadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (Fonte: IBGE).

## 1. Insumos, Dotações e Graus de Utilização.

### 1.1. Recursos Financeiros

#### 1.1.10. Inf1 - Despesa com Tecnologia da Informação e Comunicação em relação à Despesa Total da Justiça

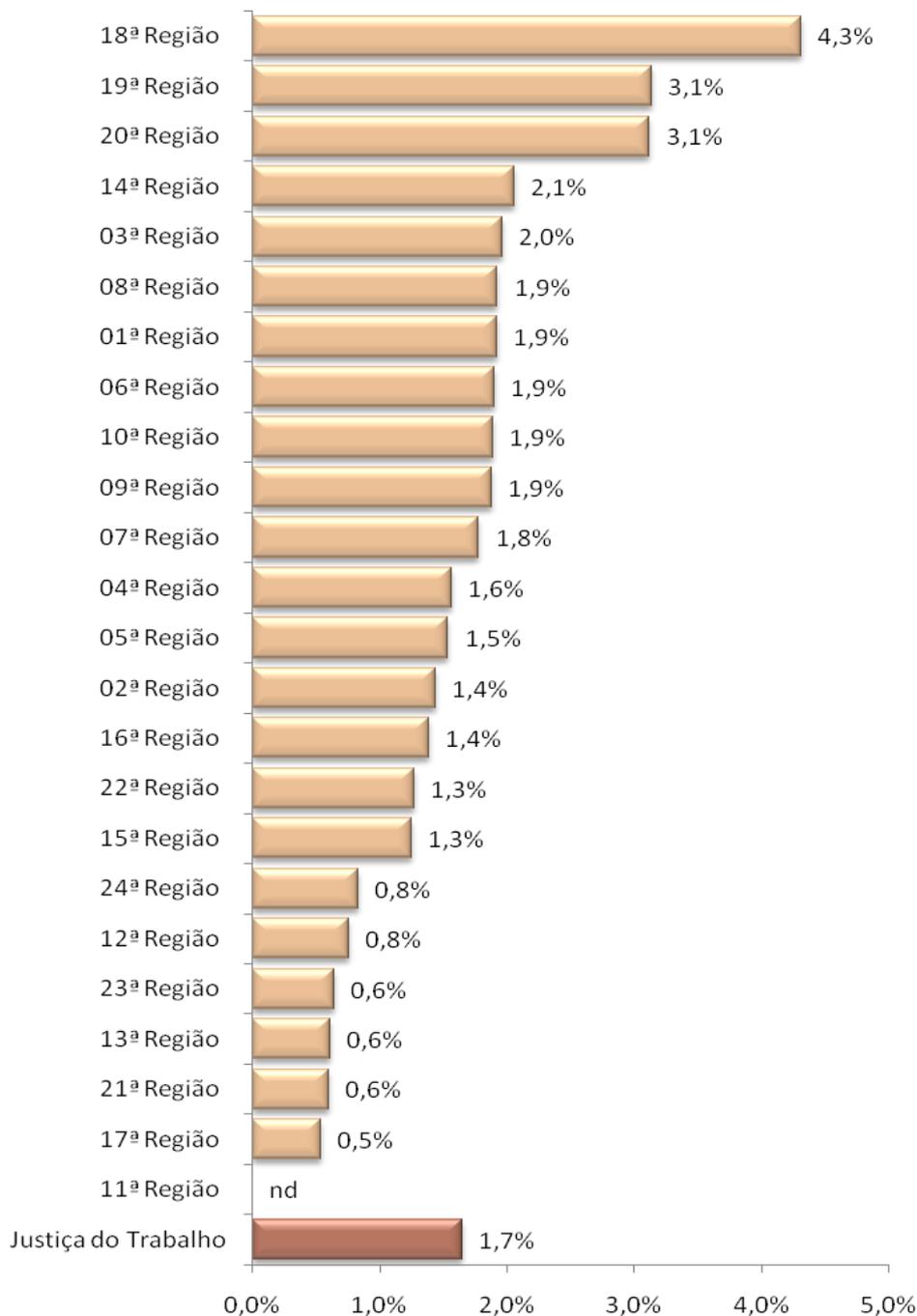
Tabela 1.11 Inf1 - Despesa com Tecnologia da Informação e Comunicação em relação à Despesa Total da Justiça

Tribunal Regional do Trabalho	DInf1 - Despesa com Aquisições em Tecnologia de Informação e Comunicação da Justiça do Trabalho	DInf2 - Despesa com Custeio da Tecnologia de Informação e Comunicação da Justiça do Trabalho	DInf3 - Despesa com Contratos da Tecnologia de Informação e Comunicação da Justiça do Trabalho	Dpj - Despesa Total da Justiça do Trabalho	Inf1 - Despesa com Tecnologia da Informação e Comunicação em relação à Despesa Total da Justiça
01ª Região - RJ	5.076.515	14.429.165	2.383.022	1.139.906.890	1,9%
02ª Região - SP	7.107.362	899.681	9.908.691	1.246.930.370	1,4%
03ª Região - MG	1.436.509	15.018.092	3.488.543	1.015.793.285	2,0%
04ª Região - RS	9.191.184	2.456.536	2.698.352	917.483.938	1,6%
05ª Região - BA	868.852	9.279.573	0	659.436.837	1,5%
06ª Região - PE	772.860	7.860.777	487.174	480.454.195	1,9%
07ª Região - CE	1.090.936	2.387.307	665.642	232.926.815	1,8%
08ª Região - AM e PA	1.650.853	3.673.331	1.086.589	332.697.786	1,9%
09ª Região - PR	6.238.367	1.083.935	2.483.609	521.719.533	1,9%
10ª Região - DF e TO	512.741	5.341.938	835.404	353.542.717	1,9%
11ª Região - AM e RR	919.039	435.936	nd	277.304.415	nd
12ª Região - SC	299.983	674.575	2.250.555	426.077.723	0,8%
13ª Região - PB	792.208	320.859	514.336	264.910.174	0,6%
14ª Região - AC e RO	142.672	3.739.170	283.964	202.626.127	2,1%
15ª Região - Campinas	1.215.067	8.277.917	1.206.350	854.265.730	1,3%
16ª Região - MA	333.221	767.730	477.682	114.081.576	1,4%
17ª Região - ES	182.828	512.230	180.331	161.924.038	0,5%
18ª Região - GO	6.130.164	3.208.849	390.428	225.829.549	4,3%
19ª Região - AL	470.189	1.875.946	1.429.000	120.428.558	3,1%
20ª Região - SE	587.254	1.918.337	548.881	97.866.941	3,1%
21ª Região - RN	263.570	268.585	320.245	142.729.951	0,6%
22ª Região - PI	418.853	386.812	250.804	83.105.269	1,3%
23ª Região - MT	409.886	341.505	165.584	142.099.304	0,6%
24ª Região - MS	775.373	292.877	134.779	144.395.182	0,8%
<b>Justiça do Trabalho</b>	<b>46.886.486</b>	<b>85.451.663</b>	<b>32.189.965</b>	<b>10.158.536.903</b>	<b>1,7%</b>

Fonte: Justiça em Números 2009.

Obs: 'nd' significa que o dado não está disponível.

Gráfico 1.11 Inf1 - Despesa com Tecnologia da Informação e Comunicação em relação à Despesa Total da Justiça



Obs: 'nd' significa que o dado não está disponível.

Glossário:

Inf1 - Despesa com Tecnologia da Informação e Comunicação em relação à Despesa Total da Justiça

Finalidade: Indicar o que a despesa com a área de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) representa em relação à despesa total de cada Tribunal Regional do Trabalho e suas respectivas unidades judiciárias no ano-base.

Fórmula:  $Inf1 = (DInf1 + DInf2 + DInf3) / Dpj$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

- DInf1 - Despesa com Aquisições em Tecnologia de Informação e Comunicação da Justiça do Trabalho: As despesas efetivamente realizadas, no ano-base, pelo Tribunal Regional do Trabalho e suas respectivas unidades judiciárias, com aquisição de software (pronto) e hardware de informática na área de Tecnologia da Informação e Comunicação, inclusive as despesas empenhadas e inscritas em “restos a pagar”.
- DInf2 - Despesa com Custeio da Tecnologia de Informação e Comunicação da Justiça do Trabalho: As despesas efetivamente realizadas pelo Tribunal Regional do Trabalho e suas respectivas unidades judiciárias no ano-base, com o custo de funcionamento e de manutenção da área de Tecnologia de Informação e Comunicação (TIC), abrangendo as despesas com compras de suprimentos, despesas de pessoal com servidores do quadro efetivo e não efetivo, terceirizados, estagiários, diárias, deslocamentos, cursos de capacitação e treinamento, inclusive as despesas empenhadas e inscritas em “restos a pagar”.
- DInf3 - Despesa com Contratos da Tecnologia de Informação e Comunicação da Justiça do Trabalho: As despesas efetivamente realizadas pelo Tribunal Regional do Trabalho e suas respectivas unidades judiciárias no ano-base, com contratos de prestação de serviços para o desenvolvimento e a manutenção de sistemas de Tecnologia de Informação e Comunicação (TIC), inclusive as despesas empenhadas e inscritas em “restos a pagar”.
- Dpj - Despesa Total da Justiça do Trabalho: As despesas efetivamente realizadas no ano-base pelo Tribunal Regional do Trabalho e suas respectivas unidades judiciárias, abrangendo as despesas liquidadas e as despesas empenhadas inscritas em “restos a pagar”. Excluem-se os gastos com precatórios judiciais, com as Requisições de Pequeno Valor (RPV's) e com as despesas de exercícios anteriores no ano-base.

## 1. Insumos, Dotações e Graus de Utilização.

### 1.1. Recursos Financeiros

#### 1.1.11. I1 - Arrecadação com Custas e Emolumentos em relação à Despesa Total da Justiça

Tabela 1.12 I1 - Arrecadação com Custas e Emolumentos em relação à Despesa Total da Justiça

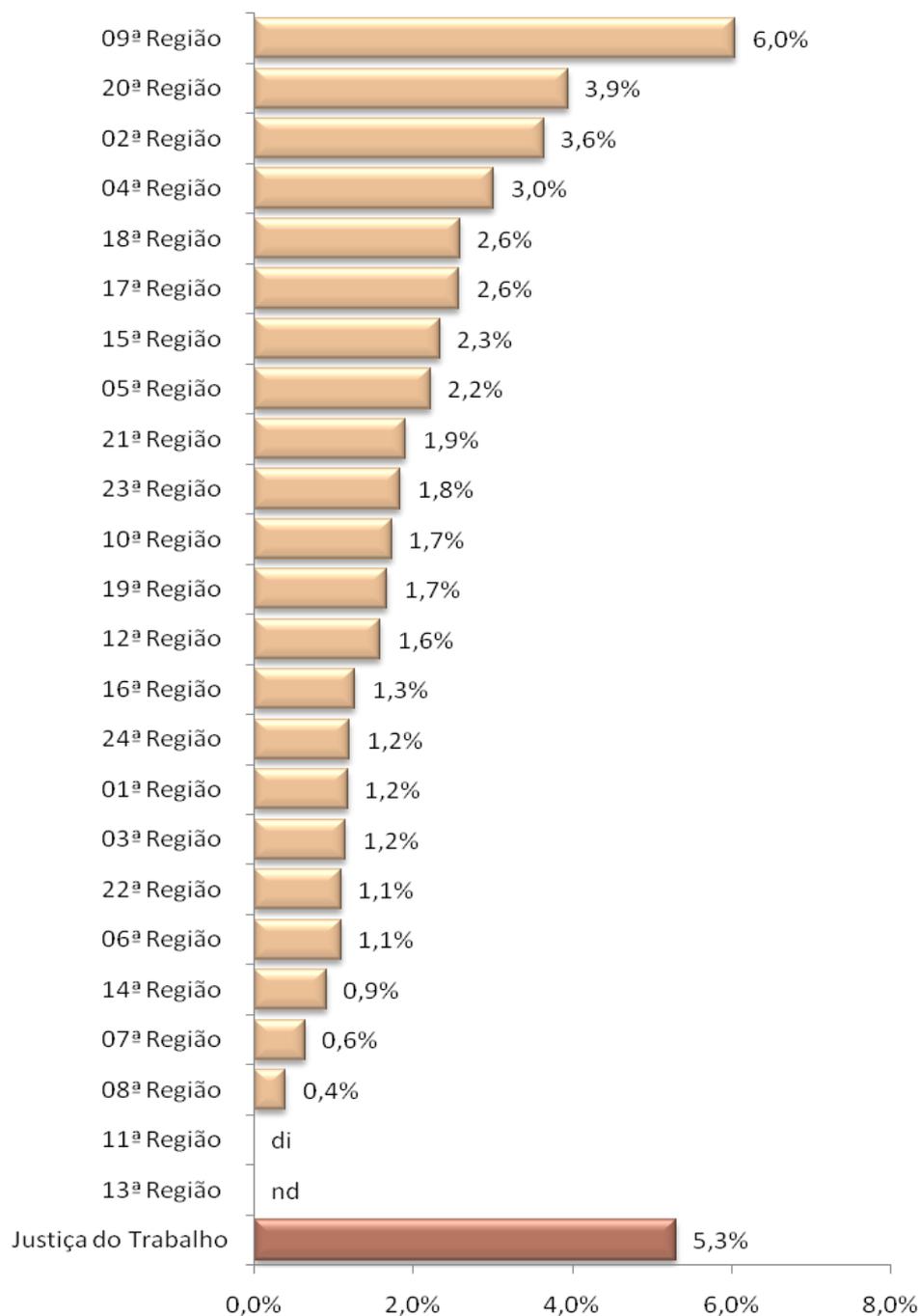
Tribunal Regional do Trabalho	R - Recolhimentos Diversos	Dpj - Despesa Total da Justiça do Trabalho	I1 - Arrecadação com Custas e Emolumentos em relação à Despesa Total da Justiça
01ª Região - RJ	13.406.654	1.139.906.890	1,2%
02ª Região - SP	45.367.388	1.246.930.370	3,6%
03ª Região - MG	11.693.812	1.015.793.285	1,2%
04ª Região - RS	27.657.859	917.483.938	3,0%
05ª Região - BA	14.633.394	659.436.837	2,2%
06ª Região - PE	5.232.329	480.454.195	1,1%
07ª Região - CE	1.480.108	232.926.815	0,6%
08ª Região - AM e PA	1.327.823	332.697.786	0,4%
09ª Região - PR	31.559.476	521.719.533	6,0%
10ª Região - DF e TO	6.122.537	353.542.717	1,7%
11ª Região - AM e RR	312.197.785	277.304.415	113%(*)
12ª Região - SC	6.766.639	426.077.723	1,6%
13ª Região - PB	nd	264.910.174	nd
14ª Região - AC e RO	1.837.401	202.626.127	0,9%
15ª Região - Campinas	19.928.895	854.265.730	2,3%
16ª Região - MA	1.447.348	114.081.576	1,3%
17ª Região - ES	4.177.100	161.924.038	2,6%
18ª Região - GO	5.850.785	225.829.549	2,6%
19ª Região - AL	2.016.226	120.428.558	1,7%
20ª Região - SE	3.863.236	97.866.941	3,9%
21ª Região - RN	2.721.793	142.729.951	1,9%
22ª Região - PI	910.328	83.105.269	1,1%
23ª Região - MT	2.615.362	142.099.304	1,8%
24ª Região - MS	1.736.789	144.395.182	1,2%
<b>Justiça do Trabalho</b>	<b>524.551.067</b>	<b>10.158.536.903</b>	<b>5,3%</b>

Fonte: Justiça em Números 2009.

Obs: 'nd' significa que o dado não está disponível.

(\*) di: Valor apresentado está muito acima da média da Justiça.

Gráfico 1.12 11 - Arrecadação com Custas e Emolumentos em relação à Despesa Total da Justiça



Obs: 'nd' significa que o dado não está disponível.

(\*) di: Valor apresentado está muito acima da média da Justiça.

Glossário:

I1 - Arrecadação com Custas e Emolumentos em relação à Despesa Total da Justiça

Finalidade: Indicar o que a arrecadação com custas e emolumentos pela Justiça do Trabalho representa em relação à despesa total de cada Tribunal Regional do Trabalho e suas respectivas unidades judiciárias no ano-base.

Fórmula:  $I1 = R / Dpj$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

- R - Recolhimentos Diversos: Todos os recolhimentos arrecadados pela Justiça do Trabalho com custas (incluindo as da fase de execução) e emolumentos no ano-base e eventuais taxas.
- Dpj - Despesa Total da Justiça do Trabalho: As despesas efetivamente realizadas no ano-base pelo Tribunal Regional do Trabalho e suas respectivas unidades judiciárias, abrangendo as despesas liquidadas e as despesas empenhadas inscritas em “restos a pagar”. Excluem-se os gastos com precatórios judiciais, com as Requisições de Pequeno Valor (RPV's) e com as despesas de exercícios anteriores no ano-base.

## 1. Insumos, Dotações e Graus de Utilização.

### 1.1. Recursos Financeiros

#### 1.1.12. I2b - Arrecadação decorrente de Execução das Penalidades impostas pelos Órgãos de Fiscalização das Relações de Trabalho em relação à Despesa Total da Justiça

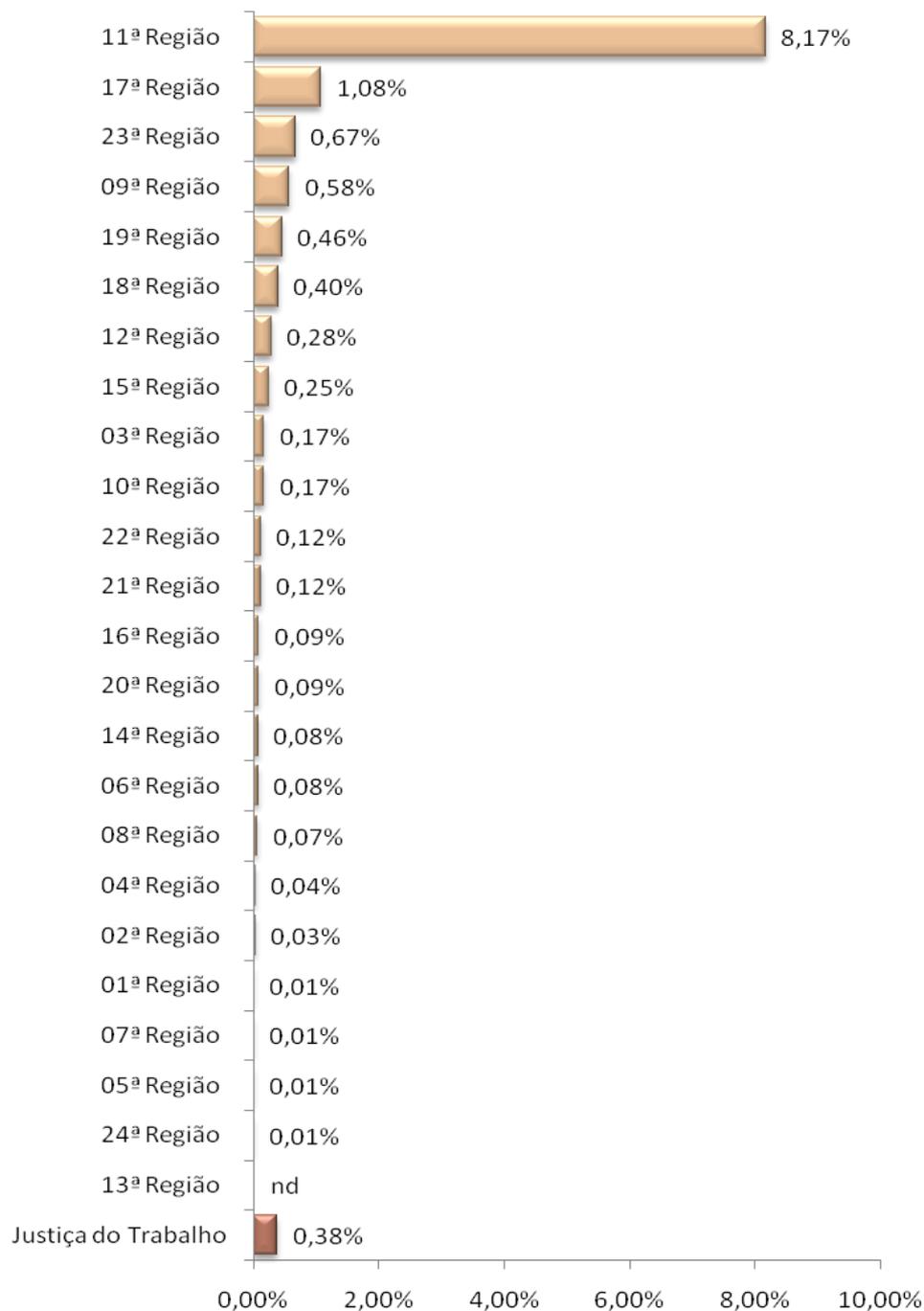
Tabela 1.13 I2b - Arrecadação decorrente de Execução das Penalidades impostas pelos Órgãos de Fiscalização das Relações de Trabalho em relação à Despesa Total da Justiça

Tribunal Regional do Trabalho	RERT - Receitas decorrentes de Execução das Penalidades impostas pelos Órgãos de Fiscalização das Relações de Trabalho	Dpj - Despesa Total da Justiça do Trabalho	I2b - Arrecadação decorrente de Execução das Penalidades impostas pelos Órgãos de Fiscalização das Relações de Trabalho em relação à Despesa Total da Justiça
01ª Região - RJ	165.562	1.139.906.890	0,01%
02ª Região - SP	386.891	1.246.930.370	0,03%
03ª Região - MG	1.766.272	1.015.793.285	0,17%
04ª Região - RS	364.214	917.483.938	0,04%
05ª Região - BA	79.021	659.436.837	0,01%
06ª Região - PE	364.943	480.454.195	0,08%
07ª Região - CE	28.243	232.926.815	0,01%
08ª Região - AM e PA	217.988	332.697.786	0,07%
09ª Região - PR	3.003.672	521.719.533	0,58%
10ª Região - DF e TO	599.760	353.542.717	0,17%
11ª Região - AM e RR	22.659.610	277.304.415	8,17%
12ª Região - SC	1.210.059	426.077.723	0,28%
13ª Região - PB	nd	264.910.174	nd
14ª Região - AC e RO	155.172	202.626.127	0,08%
15ª Região - Campinas	2.113.172	854.265.730	0,25%
16ª Região - MA	104.769	114.081.576	0,09%
17ª Região - ES	1.749.298	161.924.038	1,08%
18ª Região - GO	899.897	225.829.549	0,40%
19ª Região - AL	555.385	120.428.558	0,46%
20ª Região - SE	85.709	97.866.941	0,09%
21ª Região - RN	175.290	142.729.951	0,12%
22ª Região - PI	103.226	83.105.269	0,12%
23ª Região - MT	952.370	142.099.304	0,67%
24ª Região - MS	16.693	144.395.182	0,01%
<b>Justiça do Trabalho</b>	<b>37.757.216</b>	<b>10.158.536.903</b>	<b>0,38%</b>

Fonte: Justiça em Números 2009.

Obs: 'nd' significa que o dado não está disponível.

Gráfico 1.13 12b - Arrecadação decorrente de Execução das Penalidades impostas pelos Órgãos de Fiscalização das Relações de Trabalho em relação à Despesa Total da Justiça



Obs: 'nd' significa que o dado não está disponível.

### Glossário:

I2b - Arrecadação decorrente de Execução das Penalidades impostas pelos Órgãos de Fiscalização das Relações de Trabalho em relação à Despesa Total da Justiça

Finalidade: Indicar o que a arrecadação fiscal da Justiça do Trabalho com a execução das penalidades impostas aos empregadores pelos órgãos de fiscalização das relações de trabalho representa em relação à despesa total de cada Tribunal Regional do Trabalho e suas respectivas unidades judiciárias no ano-base.

Fórmula:  $I2b = RERT / Dpj$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

- RERT - Receitas decorrentes de Execução das Penalidades impostas pelos Órgãos de Fiscalização das Relações de Trabalho: As receitas transferidas aos cofres da União em decorrência da atividade da Justiça do Trabalho de execução das penalidades impostas aos empregadores pelos órgãos de fiscalização das relações de trabalho no ano-base.
- Dpj - Despesa Total da Justiça do Trabalho: As despesas efetivamente realizadas no ano-base pelo Tribunal Regional do Trabalho e suas respectivas unidades judiciárias, abrangendo as despesas liquidadas e as despesas empenhadas inscritas em “restos a pagar”. Excluem-se os gastos com precatórios judiciais, com as Requisições de Pequeno Valor (RPV's) e com as despesas de exercícios anteriores no ano-base.

## 1. Insumos, Dotações e Graus de Utilização.

### 1.1. Recursos Financeiros

#### 1.1.13. I3 - Arrecadação com Execuções Previdenciárias em relação à Despesa Total da Justiça

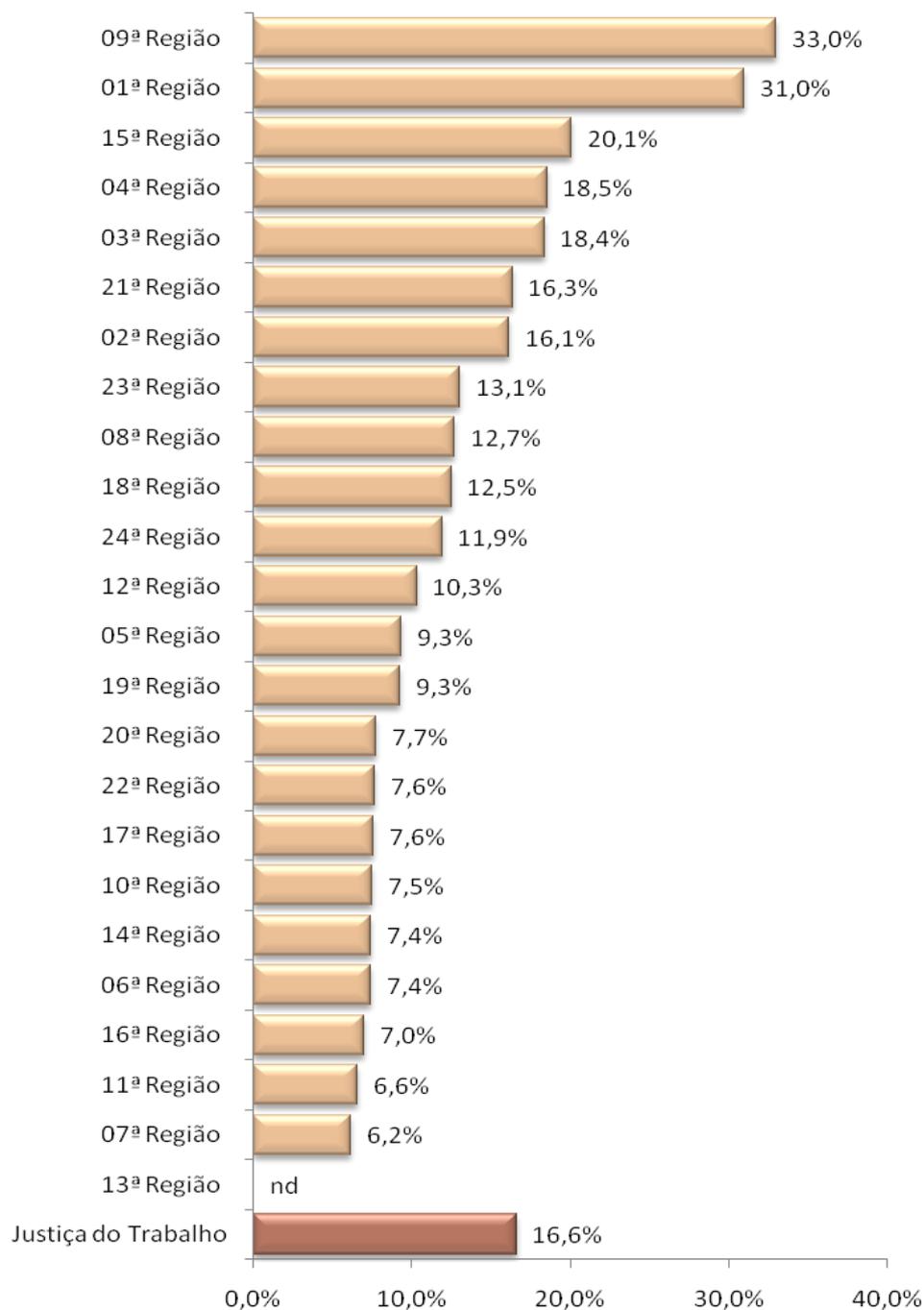
Tabela 1.14 I3 - Arrecadação com Execuções Previdenciárias em relação à Despesa Total da Justiça

Tribunal Regional do Trabalho	RPrev - Receitas de Execução Previdenciária	Dpj - Despesa Total da Justiça do Trabalho	I3 - Arrecadação com Execuções Previdenciárias em relação à Despesa Total da Justiça
01ª Região - RJ	353.225.764	1.139.906.890	31,0%
02ª Região - SP	201.290.763	1.246.930.370	16,1%
03ª Região - MG	186.585.657	1.015.793.285	18,4%
04ª Região - RS	170.098.901	917.483.938	18,5%
05ª Região - BA	61.372.684	659.436.837	9,3%
06ª Região - PE	35.537.833	480.454.195	7,4%
07ª Região - CE	14.377.079	232.926.815	6,2%
08ª Região - AM e PA	42.247.040	332.697.786	12,7%
09ª Região - PR	172.226.010	521.719.533	33,0%
10ª Região - DF e TO	26.488.546	353.542.717	7,5%
11ª Região - AM e RR	18.204.730	277.304.415	6,6%
12ª Região - SC	43.938.742	426.077.723	10,3%
13ª Região - PB	nd	264.910.174	nd
14ª Região - AC e RO	15.053.932	202.626.127	7,4%
15ª Região - Campinas	171.506.396	854.265.730	20,1%
16ª Região - MA	7.942.917	114.081.576	7,0%
17ª Região - ES	12.230.518	161.924.038	7,6%
18ª Região - GO	28.201.046	225.829.549	12,5%
19ª Região - AL	11.142.217	120.428.558	9,3%
20ª Região - SE	7.559.321	97.866.941	7,7%
21ª Região - RN	23.320.392	142.729.951	16,3%
22ª Região - PI	6.333.222	83.105.269	7,6%
23ª Região - MT	18.567.844	142.099.304	13,1%
24ª Região - MS	17.187.723	144.395.182	11,9%
<b>Justiça do Trabalho</b>	<b>1.644.639.277</b>	<b>10.158.536.903</b>	<b>16,6%</b>

Fonte: Justiça em Números 2009.

Obs: 'nd' significa que o dado não está disponível.

Gráfico 1.14 I3 - Arrecadação com Execuções Previdenciárias em relação à Despesa Total da Justiça



Obs: 'nd' significa que o dado não está disponível.

Glossário:

I3 - Arrecadação com Execuções Previdenciárias em relação à Despesa Total da Justiça

Finalidade: Indicar o que a arrecadação da Justiça do Trabalho com a execução das contribuições previdenciárias representa em relação à despesa total de cada Tribunal Regional do Trabalho e suas respectivas unidades judiciárias no ano-base.

Fórmula:  $I3 = RPrev / Dpj$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

- RPrev - Receitas de Execução Previdenciária: As receitas transferidas pela Justiça do Trabalho aos cofres públicos em decorrência da execução das contribuições sociais previstas no art. 195, I, a, e II, da Constituição, e seus acréscimos legais, no ano-base.
- Dpj - Despesa Total da Justiça do Trabalho: As despesas efetivamente realizadas no ano-base pelo Tribunal Regional do Trabalho e suas respectivas unidades judiciárias, abrangendo as despesas liquidadas e as despesas empenhadas inscritas em “restos a pagar”. Excluem-se os gastos com precatórios judiciais, com as Requisições de Pequeno Valor (RPV's) e com as despesas de exercícios anteriores no ano-base.

## 1. Insumos, Dotações e Graus de Utilização.

### 1.1. Recursos Financeiros

#### 1.1.14. I4 - Arrecadação com Imposto de Renda em relação à Despesa Total da Justiça

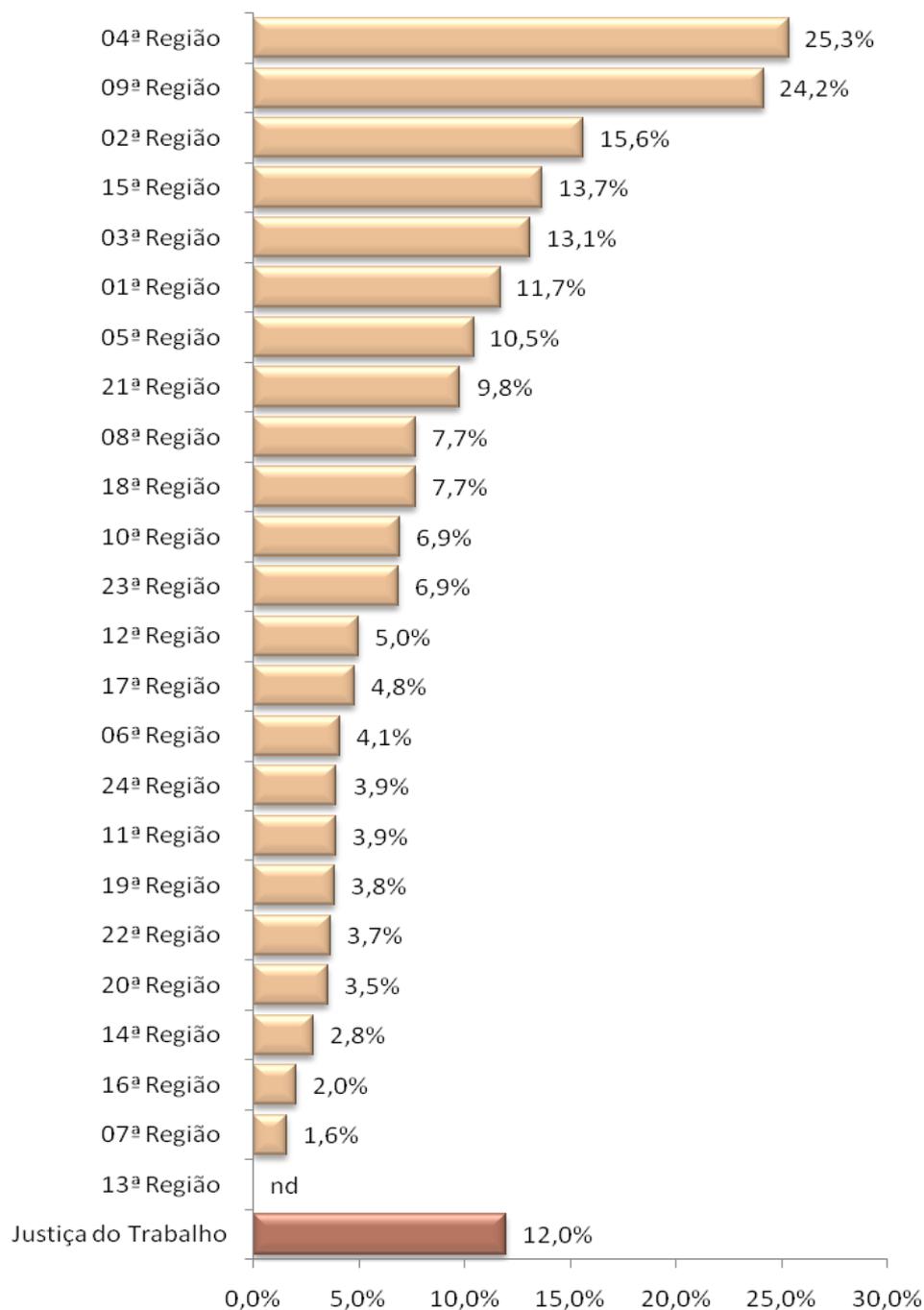
Tabela 1.15 I4 - Arrecadação com Imposto de Renda em relação à Despesa Total da Justiça

Tribunal Regional do Trabalho	RIR - Receitas de Arrecadação de Imposto de Renda	Dpj - Despesa Total da Justiça do Trabalho	I4 - Arrecadação com Imposto de Renda em relação à Despesa Total da Justiça
01ª Região - RJ	133.233.113	1.139.906.890	11,7%
02ª Região - SP	195.007.113	1.246.930.370	15,6%
03ª Região - MG	133.289.715	1.015.793.285	13,1%
04ª Região - RS	232.550.906	917.483.938	25,3%
05ª Região - BA	68.948.241	659.436.837	10,5%
06ª Região - PE	19.703.042	480.454.195	4,1%
07ª Região - CE	3.700.229	232.926.815	1,6%
08ª Região - AM e PA	25.535.739	332.697.786	7,7%
09ª Região - PR	126.094.672	521.719.533	24,2%
10ª Região - DF e TO	24.553.861	353.542.717	6,9%
11ª Região - AM e RR	10.905.325	277.304.415	3,9%
12ª Região - SC	21.146.995	426.077.723	5,0%
13ª Região - PB	nd	264.910.174	nd
14ª Região - AC e RO	5.744.270	202.626.127	2,8%
15ª Região - Campinas	116.911.308	854.265.730	13,7%
16ª Região - MA	2.311.606	114.081.576	2,0%
17ª Região - ES	7.788.822	161.924.038	4,8%
18ª Região - GO	17.307.260	225.829.549	7,7%
19ª Região - AL	4.627.313	120.428.558	3,8%
20ª Região - SE	3.443.109	97.866.941	3,5%
21ª Região - RN	13.985.158	142.729.951	9,8%
22ª Região - PI	3.057.406	83.105.269	3,7%
23ª Região - MT	9.772.046	142.099.304	6,9%
24ª Região - MS	5.703.135	144.395.182	3,9%
<b>Justiça do Trabalho</b>	<b>1.185.320.384</b>	<b>10.158.536.903</b>	<b>12,0%</b>

Fonte: Justiça em Números 2009.

Obs: 'nd' significa que o dado não está disponível.

Gráfico 1.15 I4 - Arrecadação com Imposto de Renda em relação à Despesa Total da Justiça



Obs: 'nd' significa que o dado não está disponível.

Glossário:

I4 - Arrecadação com Imposto de Renda em relação à Despesa Total da Justiça

Finalidade: Indicar o que a arrecadação da Justiça do Trabalho com a retenção de imposto de renda representa em relação à despesa total de cada Tribunal Regional do Trabalho e suas respectivas unidades judiciárias no ano-base.

Fórmula:  $I4 = RIR / Dpj$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

- RIR - Receitas de Arrecadação de Imposto de Renda: As receitas de imposto de renda transferidas aos cofres públicos decorrentes da atividade jurisdicional da Justiça do Trabalho no ano-base.
- Dpj - Despesa Total da Justiça do Trabalho: As despesas efetivamente realizadas no ano-base pelo Tribunal Regional do Trabalho e suas respectivas unidades judiciárias, abrangendo as despesas liquidadas e as despesas empenhadas inscritas em “restos a pagar”. Excluem-se os gastos com precatórios judiciais, com as Requisições de Pequeno Valor (RPV's) e com as despesas de exercícios anteriores no ano-base.

## 1. Insumos, Dotações e Graus de Utilização.

### 1.1. Recursos Financeiros

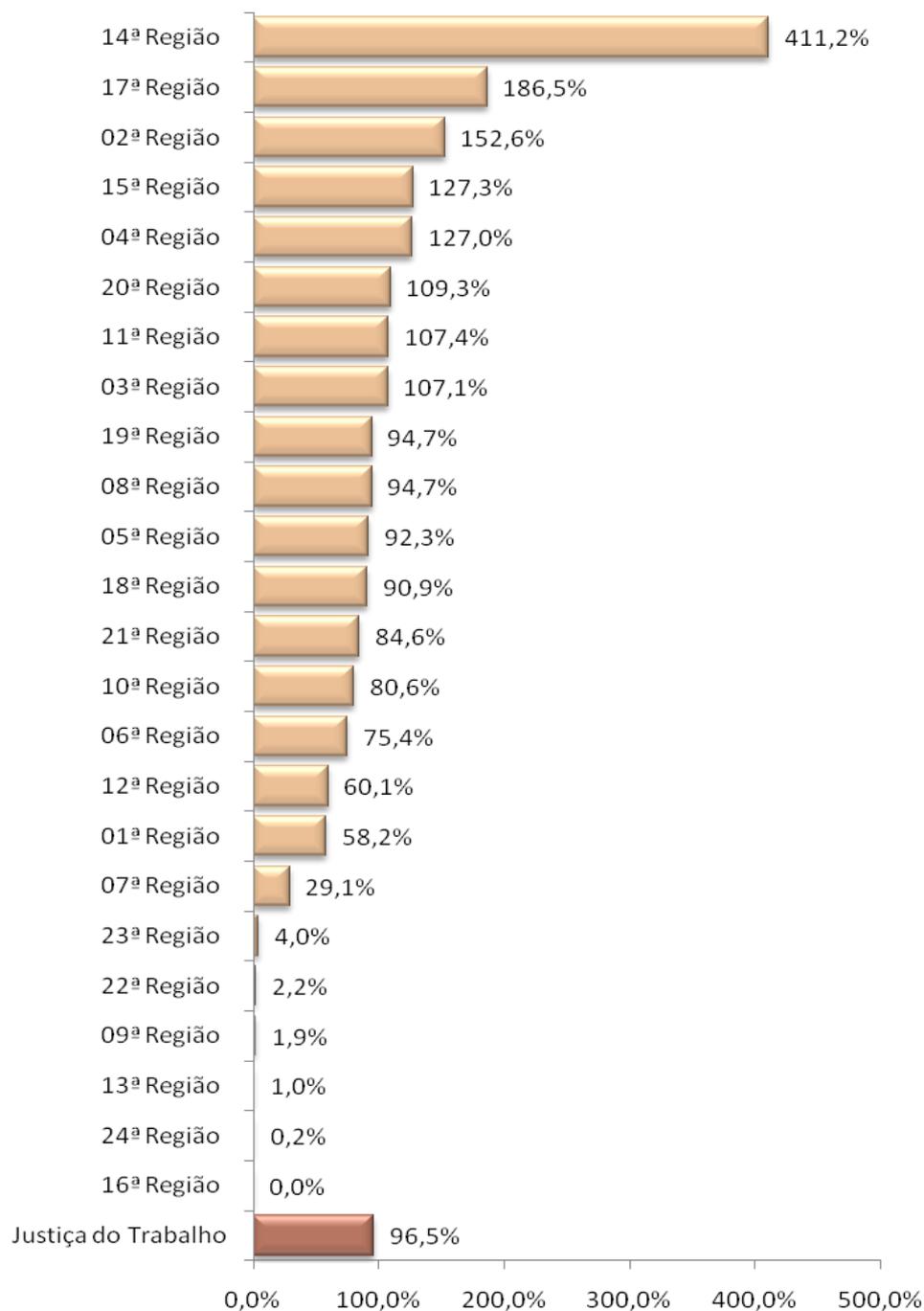
#### 1.1.15. I5 - Valores Pagos aos Jurisdicionados em relação à Despesa Total da Justiça

Tabela 1.16 I5 - Valores Pagos aos Jurisdicionados em relação à Despesa Total da Justiça

Tribunal Regional do Trabalho	VPag - Valores Pagos aos Jurisdicionados	Dpj - Despesa Total da Justiça do Trabalho	I5 - Valores Pagos aos Jurisdicionados em relação à Despesa Total da Justiça
01ª Região - RJ	662.979.439	1.139.906.890	58,2%
02ª Região - SP	1.902.588.356	1.246.930.370	152,6%
03ª Região - MG	1.088.350.174	1.015.793.285	107,1%
04ª Região - RS	1.165.623.635	917.483.938	127,0%
05ª Região - BA	608.399.097	659.436.837	92,3%
06ª Região - PE	362.220.678	480.454.195	75,4%
07ª Região - CE	67.897.247	232.926.815	29,1%
08ª Região - AM e PA	314.947.002	332.697.786	94,7%
09ª Região - PR	9.661.679	521.719.533	1,9%
10ª Região - DF e TO	284.964.101	353.542.717	80,6%
11ª Região - AM e RR	297.862.765	277.304.415	107,4%
12ª Região - SC	256.109.939	426.077.723	60,1%
13ª Região - PB	2.700.236	264.910.174	1,0%
14ª Região - AC e RO	833.204.526	202.626.127	411,2%
15ª Região - Campinas	1.087.765.817	854.265.730	127,3%
16ª Região - MA	39.942	114.081.576	0,0%
17ª Região - ES	301.976.277	161.924.038	186,5%
18ª Região - GO	205.220.780	225.829.549	90,9%
19ª Região - AL	114.082.052	120.428.558	94,7%
20ª Região - SE	106.956.761	97.866.941	109,3%
21ª Região - RN	120.783.700	142.729.951	84,6%
22ª Região - PI	1.803.065	83.105.269	2,2%
23ª Região - MT	5.729.186	142.099.304	4,0%
24ª Região - MS	349.204	144.395.182	0,2%
<b>Justiça do Trabalho</b>	<b>9.802.215.658</b>	<b>10.158.536.903</b>	<b>96,5%</b>

Fonte: Justiça em Números 2009.

Gráfico 1.16 15 - Valores Pagos aos Jurisdicionados em relação à Despesa Total da Justiça



Glossário:

I5 - Valores Pagos aos Jurisdicionados em relação à Despesa Total da Justiça

Finalidade: Indicar o que o montante dos valores pagos aos jurisdicionados em decorrência da atividade da Justiça do Trabalho representa em relação à despesa total de cada Tribunal Regional do Trabalho e suas respectivas unidades judiciárias, no ano-base.

Fórmula:  $I5 = VPag / Dpj$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

- VPag - Valores Pagos aos Jurisdicionados: Total dos valores pagos aos demandantes em decorrência da atividade da Justiça do Trabalho durante o ano-base, inclusive os decorrentes de Precatórios Judiciais e Requisições de Pequeno Valor (RPV's). Excluem-se os valores atinentes aos executivos fiscais e aos recolhimentos previdenciários e fiscais.
- Dpj - Despesa Total da Justiça do Trabalho: As despesas efetivamente realizadas no ano-base pelo Tribunal Regional do Trabalho e suas respectivas unidades judiciárias, abrangendo as despesas liquidadas e as despesas empenhadas inscritas em "restos a pagar". Excluem-se os gastos com precatórios judiciais, com as Requisições de Pequeno Valor (RPV's) e com as despesas de exercícios anteriores no ano-base.

## 1. Insumos, Dotações e Graus de Utilização.

### 1.1. Recursos Financeiros

#### 1.1.16. I6 - Saldo de Depósitos Judiciais em relação à Despesa Total da Justiça

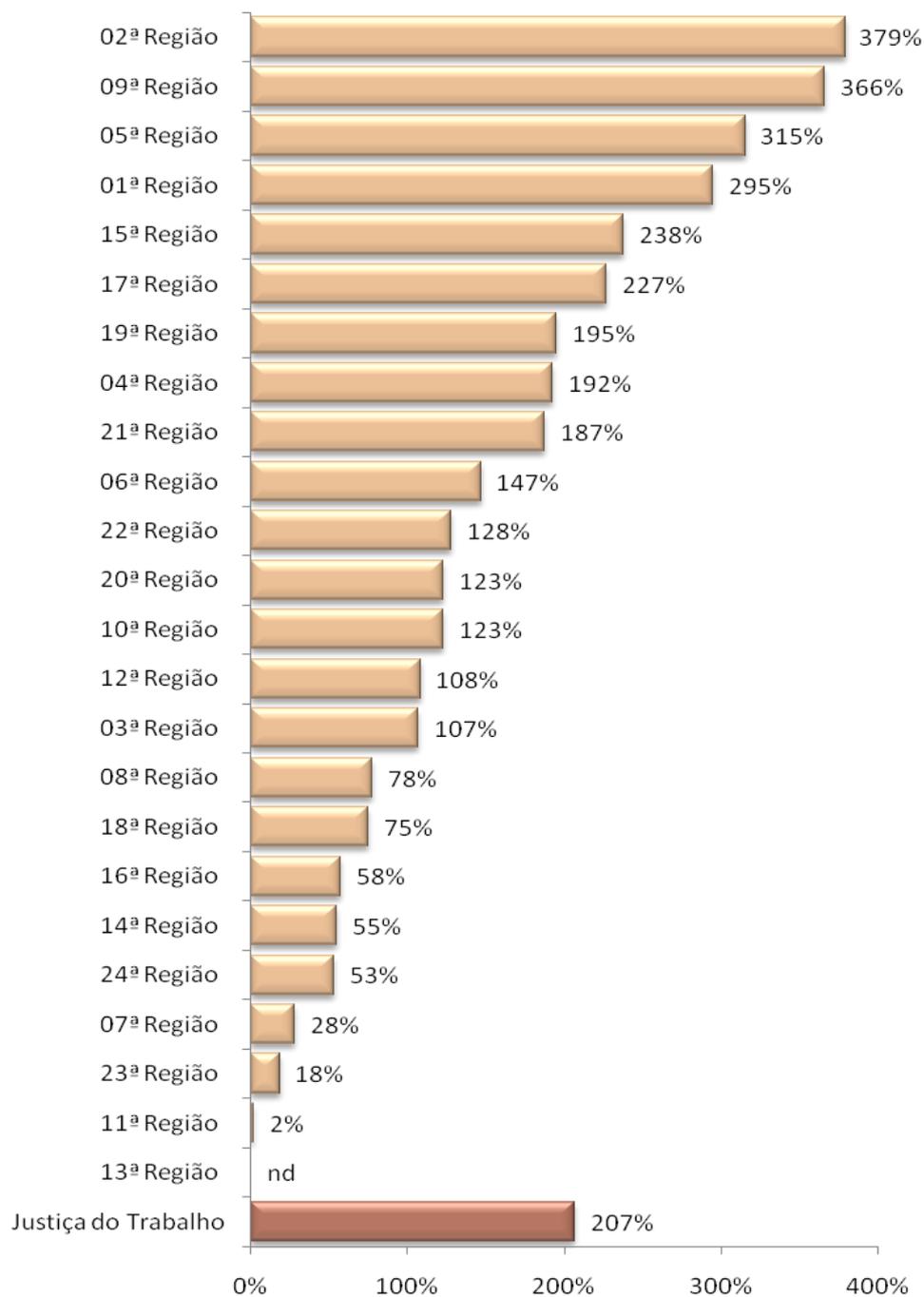
Tabela 1.17 I6 - Saldo de Depósitos Judiciais em relação à Despesa Total da Justiça

Tribunal Regional do Trabalho	DepJud - Saldo de Depósitos Judiciais	Dpj - Despesa Total da Justiça do Trabalho	I6 - Saldo de Depósitos Judiciais em relação à Despesa Total da Justiça
01ª Região - RJ	3.360.998.491	1.139.906.890	295%
02ª Região - SP	4.727.078.458	1.246.930.370	379%
03ª Região - MG	1.088.845.963	1.015.793.285	107%
04ª Região - RS	1.764.949.002	917.483.938	192%
05ª Região - BA	2.078.784.348	659.436.837	315%
06ª Região - PE	704.418.122	480.454.195	147%
07ª Região - CE	65.550.062	232.926.815	28%
08ª Região - AM e PA	258.489.590	332.697.786	78%
09ª Região - PR	1.910.979.368	521.719.533	366%
10ª Região - DF e TO	434.141.279	353.542.717	123%
11ª Região - AM e RR	5.274.016	277.304.415	2%
12ª Região - SC	460.507.187	426.077.723	108%
13ª Região - PB	nd	264.910.174	nd
14ª Região - AC e RO	111.423.712	202.626.127	55%
15ª Região - Campinas	2.032.705.690	854.265.730	238%
16ª Região - MA	65.640.147	114.081.576	58%
17ª Região - ES	367.217.186	161.924.038	227%
18ª Região - GO	169.896.328	225.829.549	75%
19ª Região - AL	234.262.466	120.428.558	195%
20ª Região - SE	120.333.558	97.866.941	123%
21ª Região - RN	267.477.655	142.729.951	187%
22ª Região - PI	106.160.194	83.105.269	128%
23ª Região - MT	26.189.289	142.099.304	18%
24ª Região - MS	77.010.673	144.395.182	53%
<b>Justiça do Trabalho</b>	<b>20.438.332.784</b>	<b>10.158.536.903</b>	<b>207%</b>

Fonte: Justiça em Números 2009.

Obs: 'nd' significa que o dado não está disponível.

Gráfico 1.17 I6 - Saldo de Depósitos Judiciais em relação à Despesa Total da Justiça



Obs: 'nd' significa que o dado não está disponível.

Glossário:

I6 - Saldo de Depósitos Judiciais em relação à Despesa Total da Justiça

Finalidade: Indicar o que o montante dos valores dos depósitos judiciais no final do ano-base representam em relação à despesa total de cada Tribunal Regional do Trabalho e suas respectivas unidades judiciárias

Fórmula:  $I6 = \text{DepJud} / \text{Dpj}$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

- DepJud - Saldo de Depósitos Judiciais: Saldo total de depósitos judiciais na Justiça do Trabalho no final do ano-base, incluindo os depósitos dos executivos fiscais.
- Dpj - Despesa Total da Justiça do Trabalho: As despesas efetivamente realizadas no ano-base pelo Tribunal Regional do Trabalho e suas respectivas unidades judiciárias, abrangendo as despesas liquidadas e as despesas empenhadas inscritas em “restos a pagar”. Excluem-se os gastos com precatórios judiciais, com as Requisições de Pequeno Valor (RPV's) e com as despesas de exercícios anteriores no ano-base.

## 1. Insumos, Dotações e Graus de Utilização.

### 1.1. Recursos Financeiros

#### 1.1.17. I7 - Saldo de Depósitos Recursais Pendentes em relação à Despesa Total da Justiça

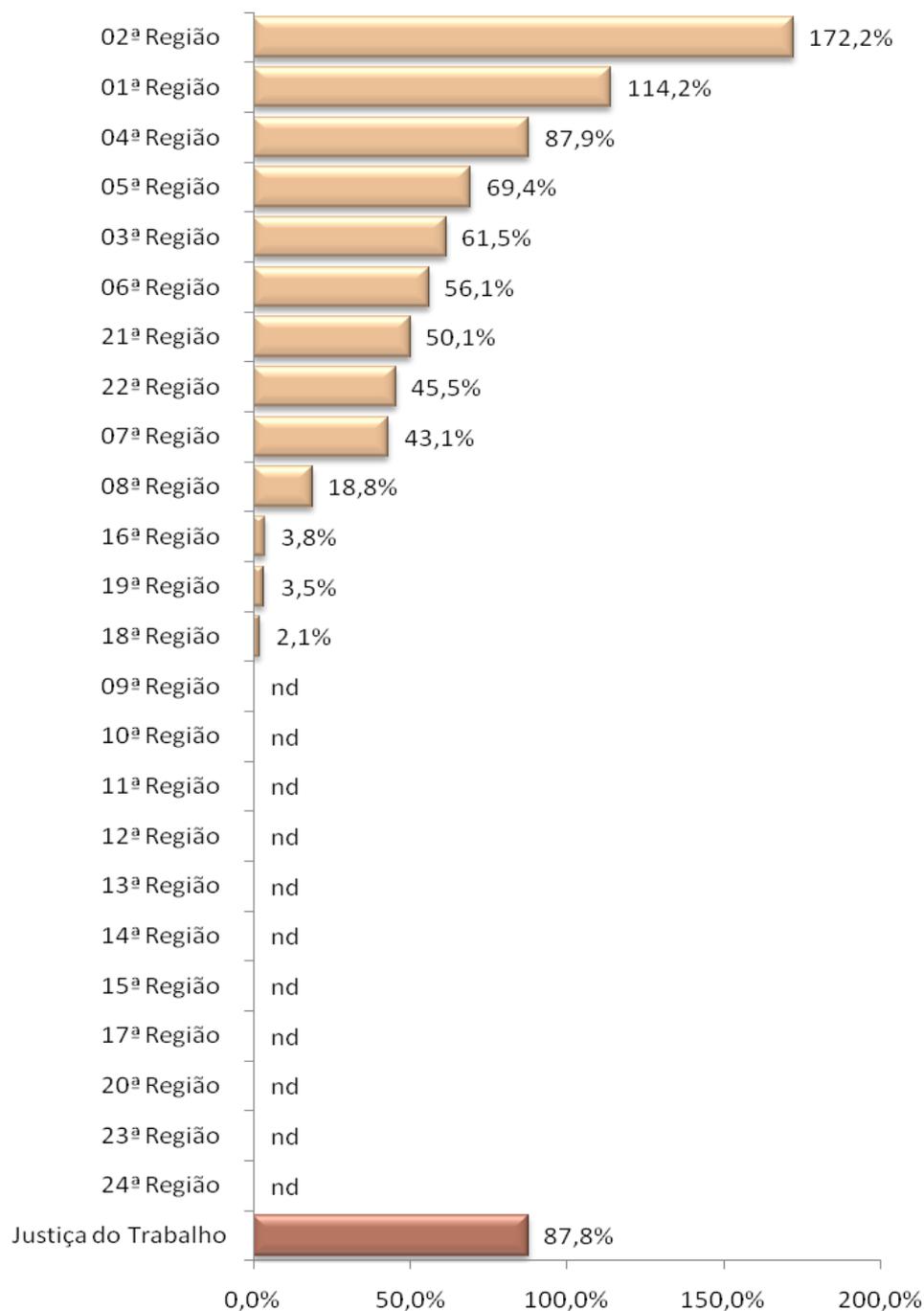
Tabela 1.18 I7 - Saldo de Depósitos Recursais Pendentes em relação à Despesa Total da Justiça

Tribunal Regional do Trabalho	DepRecP - Saldo de Depósitos Recursais Pendentes	Dpj - Despesa Total da Justiça do Trabalho	I7 - Saldo de Depósitos Recursais Pendentes em relação à Despesa Total da Justiça
01ª Região - RJ	1.302.130.227	1.139.906.890	114,2%
02ª Região - SP	2.147.483.647	1.246.930.370	172,2%
03ª Região - MG	624.540.712	1.015.793.285	61,5%
04ª Região - RS	806.148.770	917.483.938	87,9%
05ª Região - BA	457.842.307	659.436.837	69,4%
06ª Região - PE	269.618.719	480.454.195	56,1%
07ª Região - CE	100.499.394	232.926.815	43,1%
08ª Região - AM e PA	62.546.468	332.697.786	18,8%
09ª Região - PR	nd	521.719.533	nd
10ª Região - DF e TO	nd	353.542.717	nd
11ª Região - AM e RR	nd	277.304.415	nd
12ª Região - SC	nd	426.077.723	nd
13ª Região - PB	nd	264.910.174	nd
14ª Região - AC e RO	nd	202.626.127	nd
15ª Região - Campinas	nd	854.265.730	nd
16ª Região - MA	4.383.810	114.081.576	3,8%
17ª Região - ES	nd	161.924.038	nd
18ª Região - GO	4.824.545	225.829.549	2,1%
19ª Região - AL	4.222.905	120.428.558	3,5%
20ª Região - SE	nd	97.866.941	nd
21ª Região - RN	71.507.904	142.729.951	50,1%
22ª Região - PI	37.788.992	83.105.269	45,5%
23ª Região - MT	nd	142.099.304	nd
24ª Região - MS	nd	144.395.182	nd
<b>Justiça do Trabalho</b>	<b>5.893.538.400</b>	<b>10.158.536.903</b>	<b>87,8%</b>

Fonte: Justiça em Números 2009.

Obs: 'nd' significa que o dado não está disponível.

Gráfico 1.18 17 - Saldo de Depósitos Recursais Pendentes em relação à Despesa Total da Justiça



Obs: 'nd' significa que o dado não está disponível.

Glossário:

I7 - Saldo de Depósitos Recursais Pendentes em relação à Despesa Total da Justiça

Finalidade: Indicar o que o montante dos valores dos depósitos recursais pendentes de liberação pela Justiça do Trabalho no final do ano-base representa em relação à despesa total de cada Tribunal Regional do Trabalho e suas respectivas unidades judiciárias.

Fórmula:  $I7 = \text{DepRecP} / \text{Dpj}$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

- DepRecP - Saldo de Depósitos Recursais Pendentes: Saldo total de depósitos recursais pendentes de liberação pela Justiça do Trabalho no termo final do ano-base, incluindo o resíduo de depósitos recursais dos anos anteriores e aqueles realizados fora de conta vinculada em virtude de controvérsia sobre a existência de vínculo empregatício ou relação de trabalho.
- Dpj - Despesa Total da Justiça do Trabalho: As despesas efetivamente realizadas no ano-base pelo Tribunal Regional do Trabalho e suas respectivas unidades judiciárias, abrangendo as despesas liquidadas e as despesas empenhadas inscritas em “restos a pagar”. Excluem-se os gastos com precatórios judiciais, com as Requisições de Pequeno Valor (RPV's) e com as despesas de exercícios anteriores no ano-base.

## 1. Insumos, Dotações e Graus de Utilização.

### 1.2. Recursos Humanos e Recursos Físicos

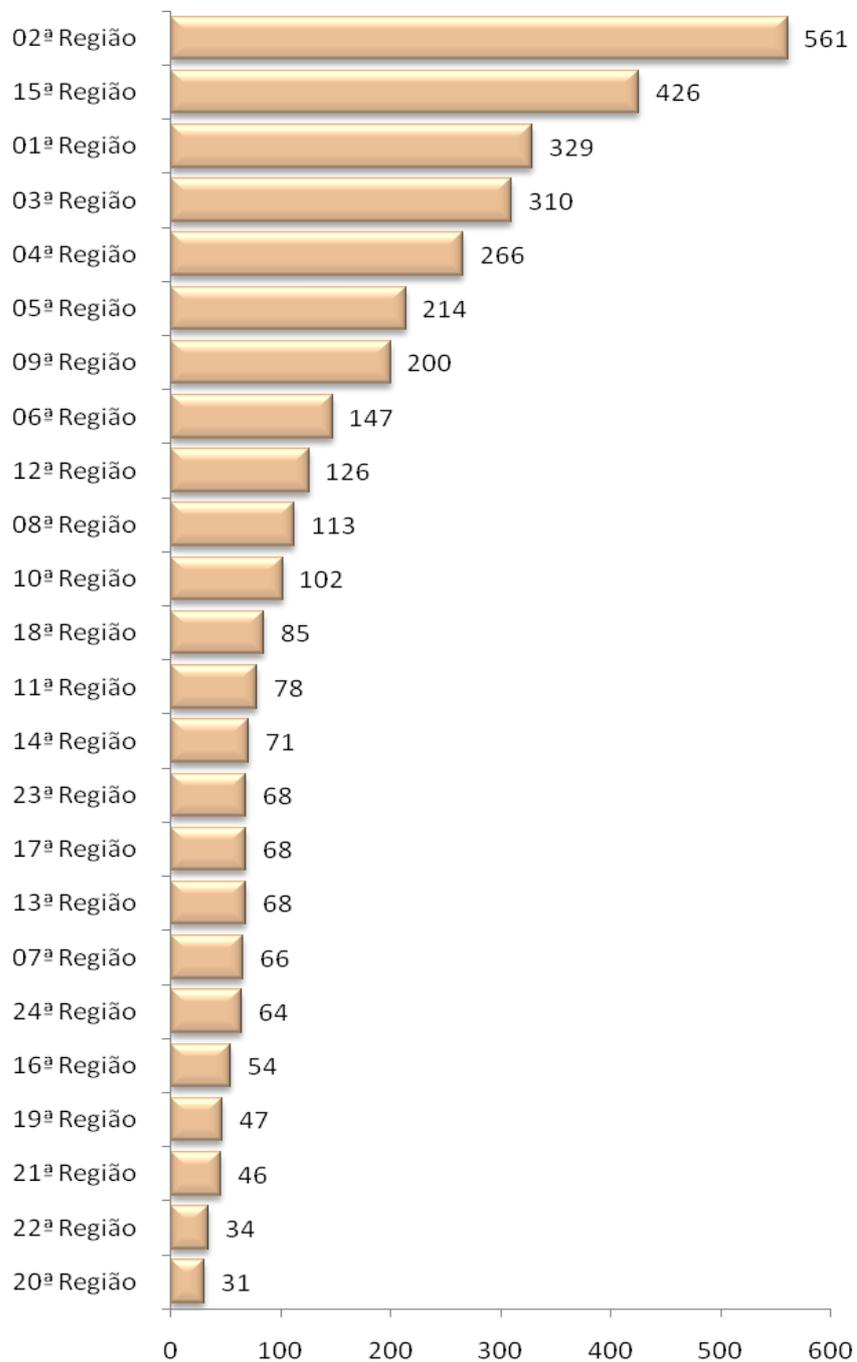
#### 1.2.1. MagE - Total de Cargos de Magistrado Existentes

Tabela 1.19 MagE - Total de Cargos de Magistrado Existentes

Tribunal Regional do Trabalho	MagE2º - Número de Cargos Existentes de Magistrado no 2º Grau	MagE1º - Número de Cargos Existentes de Magistrado no 1º Grau	MagE - Total de Cargos de Magistrado Existentes
01ª Região - RJ	54	275	329
02ª Região - SP	94	467	561
03ª Região - MG	36	274	310
04ª Região - RS	36	230	266
05ª Região - BA	29	185	214
06ª Região - PE	18	129	147
07ª Região - CE	14	52	66
08ª Região - AM e PA	23	90	113
09ª Região - PR	28	172	200
10ª Região - DF e TO	17	85	102
11ª Região - AM e RR	14	64	78
12ª Região - SC	18	108	126
13ª Região - PB	8	60	68
14ª Região - AC e RO	8	63	71
15ª Região - Campinas	55	371	426
16ª Região - MA	8	46	54
17ª Região - ES	12	56	68
18ª Região - GO	13	72	85
19ª Região - AL	8	39	47
20ª Região - SE	8	23	31
21ª Região - RN	8	38	46
22ª Região - PI	8	26	34
23ª Região - MT	8	60	68
24ª Região - MS	8	56	64
<b>Justiça do Trabalho</b>	<b>533</b>	<b>3.041</b>	<b>3.574</b>

Fonte: Justiça em Números 2009.

Gráfico 1.19 MagE - Total de Cargos de Magistrado Existentes



Glossário:

MagE - Total de Cargos de Magistrado Existentes

Finalidade: Indicar o número de cargos de magistrado existentes, providos ou não, em cada um dos Tribunais Regionais do Trabalho e suas respectivas unidades judiciárias no final do ano-base.

Fórmula:  $\text{MagE} = \text{MagE}^{2^\circ} + \text{MagE}^{1^\circ}$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

- **MagE<sup>2º</sup>** - Número de Cargos Existentes de Magistrado no 2º Grau: Número de cargos de Magistrado existentes no 2º Grau da Justiça do Trabalho no final do ano-base, providos ou não.
- **MagE<sup>1º</sup>** - Número de Cargos Existentes de Magistrado no 1º Grau: Número de cargos de Magistrado existentes, providos ou não, no 1º Grau da Justiça do Trabalho no final do ano-base. Incluem-se os Juízes Titulares e os Juízes Substitutos.

## 1. Insumos, Dotações e Graus de Utilização.

### 1.2. Recursos Humanos e Recursos Físicos

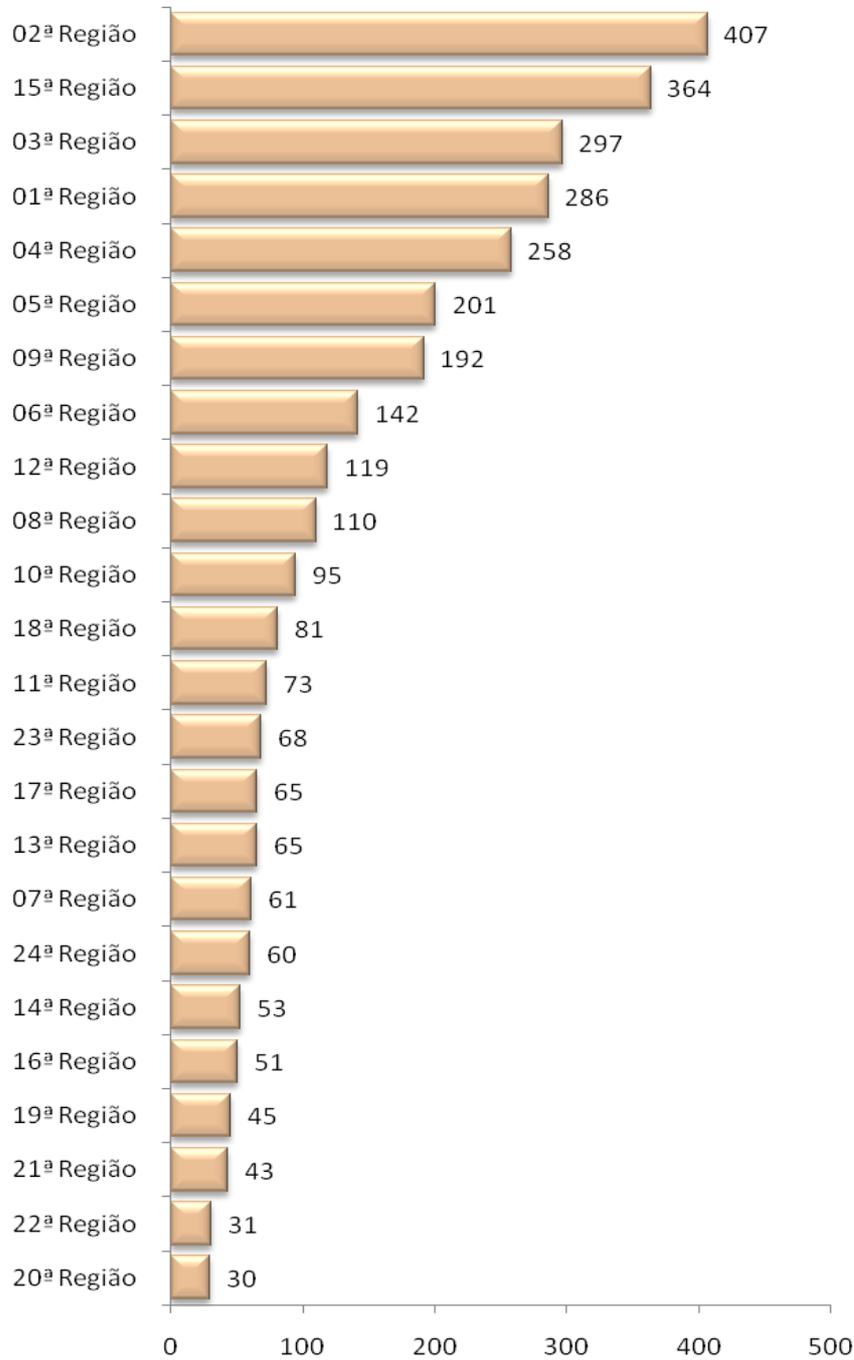
#### 1.2.2. Mag - Total de Magistrados

Tabela 1.20 Mag - Total de Magistrados

Tribunal Regional do Trabalho	MagE2º - Número de Cargos Existentes de Magistrado no 2º Grau	MagP1º - Número de Cargos Providos de Magistrado no 1º Grau	MagAJ1º - Número de Magistrados Afastados da Jurisdição no 1º Grau	Mag - Total de Magistrados
01ª Região - RJ	54	238	6	286
02ª Região - SP	94	317	4	407
03ª Região - MG	36	263	2	297
04ª Região - RS	36	227	5	258
05ª Região - BA	29	185	13	201
06ª Região - PE	18	124	0	142
07ª Região - CE	14	50	3	61
08ª Região - AM e PA	23	87	0	110
09ª Região - PR	28	168	4	192
10ª Região - DF e TO	17	83	5	95
11ª Região - AM e RR	14	60	1	73
12ª Região - SC	18	102	1	119
13ª Região - PB	8	60	3	65
14ª Região - AC e RO	8	46	1	53
15ª Região - Campinas	55	311	2	364
16ª Região - MA	8	45	2	51
17ª Região - ES	12	53	0	65
18ª Região - GO	13	68	0	81
19ª Região - AL	8	38	1	45
20ª Região - SE	8	22	0	30
21ª Região - RN	8	36	1	43
22ª Região - PI	8	23	0	31
23ª Região - MT	8	60	0	68
24ª Região - MS	8	55	3	60
<b>Justiça do Trabalho</b>	<b>533</b>	<b>2.721</b>	<b>57</b>	<b>3.197</b>

Fonte: Justiça em Números 2009.

Gráfico 1.20 Mag - Total de Magistrados



Glossário:

Mag - Total de Magistrados

Finalidade: Indicar o número de cargos de magistrado providos, exceto aqueles afastados da atividade, em cada um dos Tribunais Regionais do Trabalho e suas respectivas unidades judiciárias no final do ano-base.

Fórmula:  $Mag = MagE2^{\circ} + MagP1^{\circ} - MagAJ1^{\circ}$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

- **MagE2º** - Número de Cargos Existentes de Magistrado no 2º Grau: Número de cargos de Magistrado existentes no 2º Grau da Justiça do Trabalho no final do ano-base, providos ou não.
- **MagP1º** - Número de Cargos Providos de Magistrado no 1º Grau: Número de cargos de Magistrado providos no 1º grau da Justiça do Trabalho no final do período-base (semestre), incluídos os Juízes Titulares e os Juízes Substitutos. Indicadores relacionados: Mag.
- **MagAJ1º** - Número de Magistrados Afastados da Jurisdição no 1º Grau: Número de Magistrados da Justiça do Trabalho afastados da jurisdição de 1º grau, durante todo o período-base (semestre). Incluem-se os convocados para outro órgão.

## 1. Insumos, Dotações e Graus de Utilização.

### 1.2. Recursos Humanos e Recursos Físicos

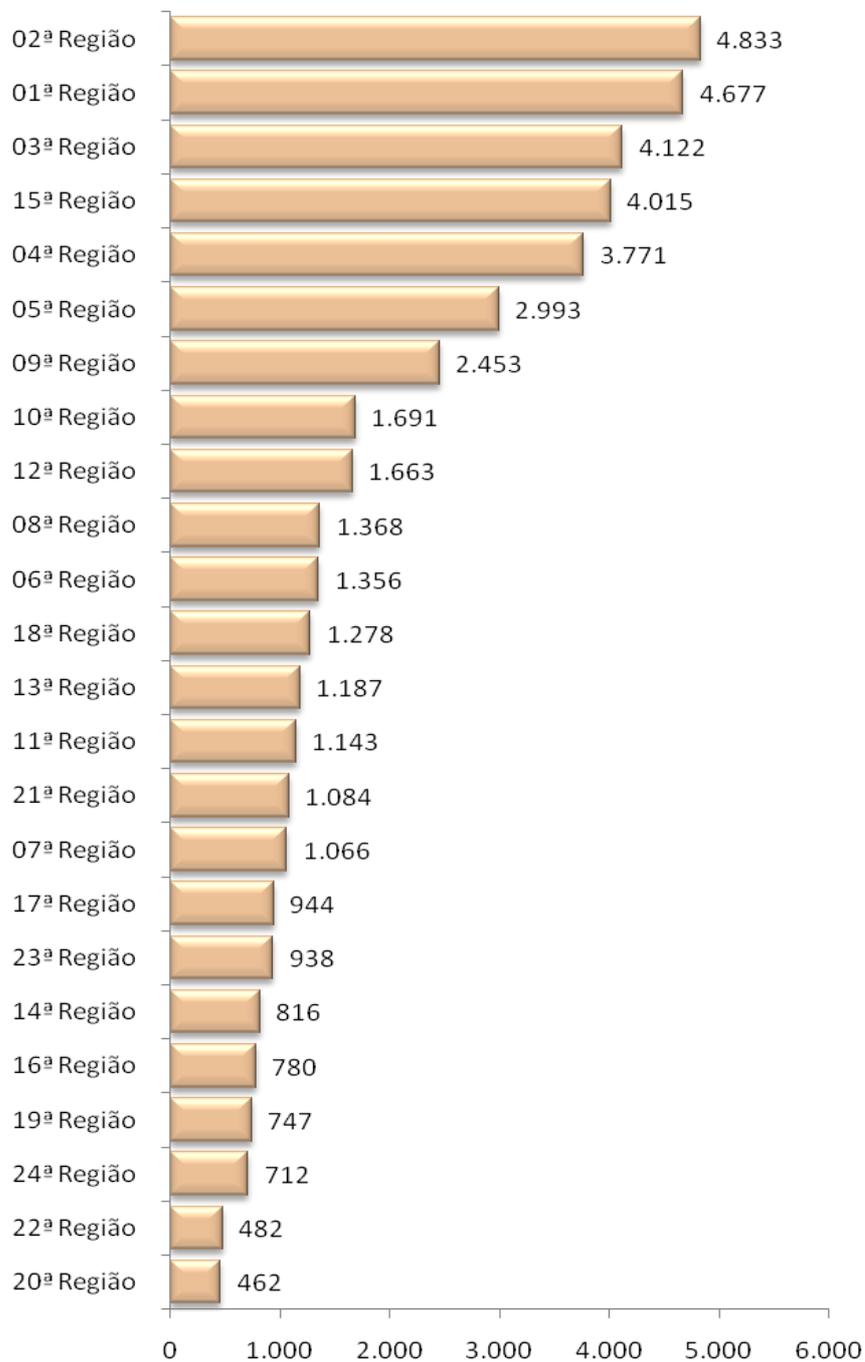
#### 1.2.3. TS - Total de Servidores

Tabela 1.21 TS - Total de Servidores

Tribunal Regional do Trabalho	TPEfet - Total de Pessoal do Quadro Efetivo	TPCed - Total de Pessoal Cedido	TPReq - Total de Pessoal Requisitado	TFAux - Total da Força de Trabalho Auxiliar	TPSV - Total de Pessoal sem Vínculo	TS - Total de Servidores
01ª Região - RJ	3.644	133	190	950	26	4.677
02ª Região - SP	4.034	256	219	820	16	4.833
03ª Região - MG	2.875	24	361	888	22	4.122
04ª Região - RS	3.172	5	3	597	4	3.771
05ª Região - BA	2.486	17	196	309	19	2.993
06ª Região - PE	1.020	38	154	214	6	1.356
07ª Região - CE	659	41	112	320	16	1.066
08ª Região - AM e PA	1.027	10	9	331	11	1.368
09ª Região - PR	2.048	112	6	502	9	2.453
10ª Região - DF e TO	1.106	154	272	463	4	1.691
11ª Região - AM e RR	1.040	26	45	79	5	1.143
12ª Região - SC	1.436	11	21	215	2	1.663
13ª Região - PB	978	26	98	129	8	1.187
14ª Região - AC e RO	765	34	6	78	1	816
15ª Região - Campinas	2.760	13	410	850	8	4.015
16ª Região - MA	438	26	70	282	16	780
17ª Região - ES	578	45	181	226	4	944
18ª Região - GO	734	61	249	355	1	1.278
19ª Região - AL	413	46	157	221	2	747
20ª Região - SE	321	31	56	112	4	462
21ª Região - RN	544	37	133	437	7	1.084
22ª Região - PI	294	17	92	104	9	482
23ª Região - MT	656	40	96	224	2	938
24ª Região - MS	475	36	127	143	3	712
<b>Justiça do Trabalho</b>	<b>33.503</b>	<b>1.239</b>	<b>3.263</b>	<b>8.849</b>	<b>205</b>	<b>44.581</b>

Fonte: Justiça em Números 2009.

Gráfico 1.21 TS - Total de Servidores



Glossário:

TS - Total de Servidores

Finalidade: Indicar o número de servidores em atividade em cada Tribunal Regional do Trabalho e suas respectivas unidades judiciárias para cada 100.000 habitantes da Região no ano-base.

Fórmula:  $TS = TPEfet - TPCed + TPREq + TFAux + TPSV$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

- TPEfet - Total de Pessoal do Quadro Efetivo: Número total de servidores ocupantes de cargo de provimento efetivo no quadro de pessoal do Tribunal Regional do Trabalho e suas respectivas unidades judiciárias no final do ano-base, incluídos os cedidos a outros órgãos.
- TPCed - Total de Pessoal Cedido: Número total de servidores cedidos a outros órgãos, ocupantes de cargo de provimento efetivo no quadro de pessoal do Tribunal Regional do Trabalho e suas respectivas unidades judiciárias no final do ano-base.
- TPREq - Total de Pessoal Requisitado: Número total de servidores requisitados de órgãos do Poder Judiciário e de órgãos fora do Poder Judiciário, que estão em atividade no Tribunal Regional do Trabalho e suas respectivas unidades judiciárias no final do ano-base.
- TFAux - Total da Força de Trabalho Auxiliar: Número total de terceirizados e estagiários do Tribunal Regional do Trabalho e suas respectivas unidades judiciárias no final do ano-base.
- TPSV - Total de Pessoal sem Vínculo: Número total de servidores ocupantes apenas de cargo em comissão do Tribunal Regional do Trabalho e suas respectivas unidades judiciárias no final do ano-base.

## 1. Insumos, Dotações e Graus de Utilização.

### 1.2. Recursos Humanos e Recursos Físicos

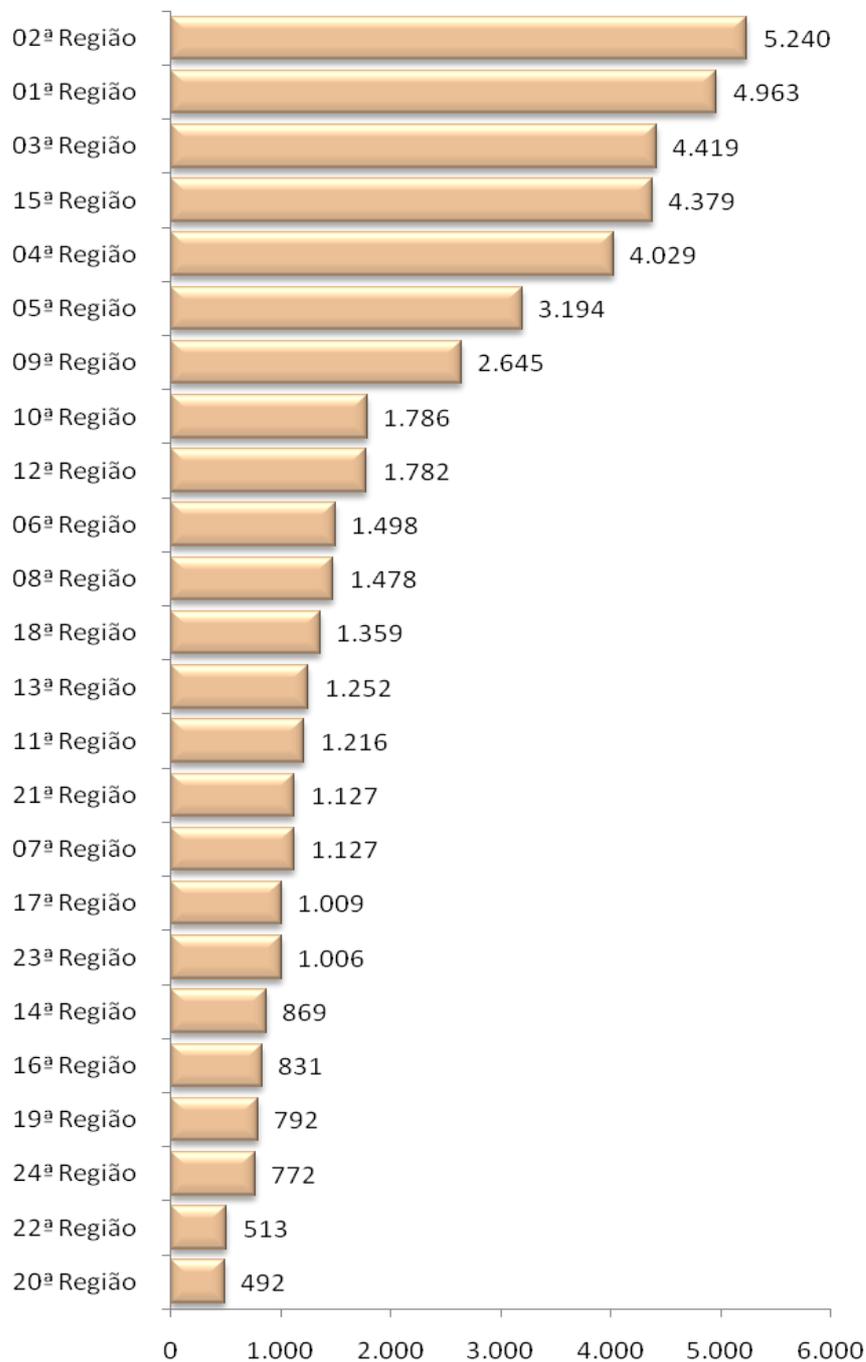
#### 1.2.4. FTT - Força de Trabalho Total de Servidores e Magistrados

Tabela 1.22 FTT - Força de Trabalho Total de Servidores e Magistrados

<b>Tribunal Regional do Trabalho</b>	<b>TS - Total de Servidores</b>	<b>Mag - Total de Magistrados</b>	<b>FTT - Força de Trabalho Total de Servidores e Magistrados</b>
01ª Região - RJ	4.677	286	4.963
02ª Região - SP	4.833	407	5.240
03ª Região - MG	4.122	297	4.419
04ª Região - RS	3.771	258	4.029
05ª Região - BA	2.993	201	3.194
06ª Região - PE	1.356	142	1.498
07ª Região - CE	1.066	61	1.127
08ª Região - AM e PA	1.368	110	1.478
09ª Região - PR	2.453	192	2.645
10ª Região - DF e TO	1.691	95	1.786
11ª Região - AM e RR	1.143	73	1.216
12ª Região - SC	1.663	119	1.782
13ª Região - PB	1.187	65	1.252
14ª Região - AC e RO	816	53	869
15ª Região - Campinas	4.015	364	4.379
16ª Região - MA	780	51	831
17ª Região - ES	944	65	1.009
18ª Região - GO	1.278	81	1.359
19ª Região - AL	747	45	792
20ª Região - SE	462	30	492
21ª Região - RN	1.084	43	1.127
22ª Região - PI	482	31	513
23ª Região - MT	938	68	1.006
24ª Região - MS	712	60	772
<b>Justiça do Trabalho</b>	<b>44.581</b>	<b>3.197</b>	<b>47.778</b>

Fonte: Justiça em Números 2009.

Gráfico 1.22 FTT - Força de Trabalho Total de Servidores e Magistrados



Glossário:

FTT - Força de Trabalho Total de Servidores e Magistrados

Finalidade: Indicar Número total da força de trabalho em cada Tribunal Regional do Trabalho e suas respectivas unidades judiciárias para cada 100.000 habitantes da Região no ano-base

Fórmula:  $FTT = TS + Mag$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

- $TS = TPEfet - TPCed + TPReq + TFAux + TPSV$
- $Mag = MagE2º + MagP1º - MagAJ1º$

## 1. Insumos, Dotações e Graus de Utilização.

### 1.2. Recursos Humanos e Recursos Físicos

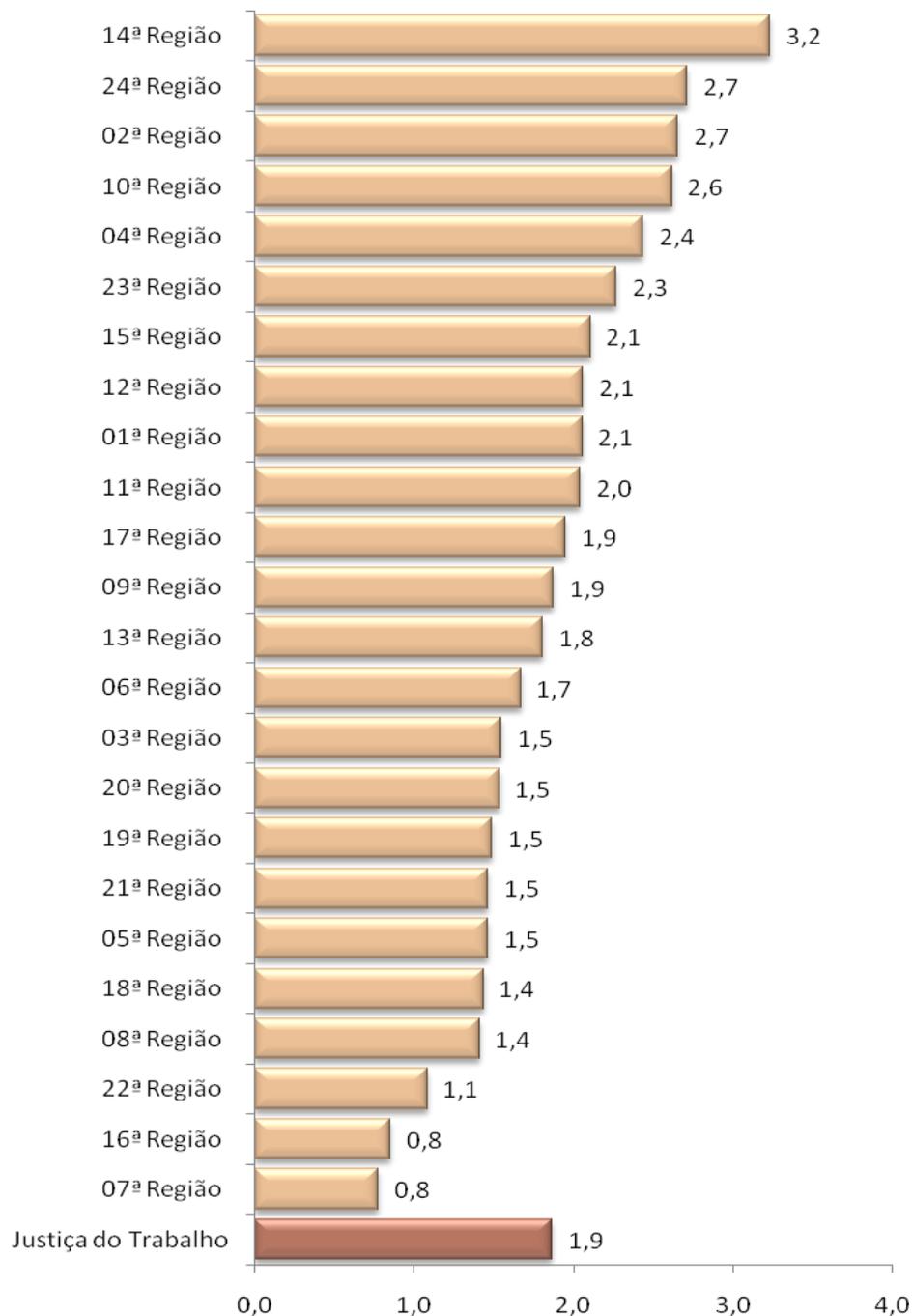
#### 1.2.5. F1 - Cargos de Magistrado Existentes por 100.000 habitantes

Tabela 1.23 F1 - Cargos de Magistrado Existentes por 100.000 habitantes

Tribunal Regional do Trabalho	MagE - Total de Cargos de Magistrado Existentes	h2 - Número de Habitantes dividido por 100.000	F1 - Cargos de Magistrado Existentes por 100.000 habitantes
01ª Região - RJ	329	160	2,1
02ª Região - SP	561	211	2,7
03ª Região - MG	310	200	1,5
04ª Região - RS	266	109	2,4
05ª Região - BA	214	146	1,5
06ª Região - PE	147	88	1,7
07ª Região - CE	66	85	0,8
08ª Região - AM e PA	113	80	1,4
09ª Região - PR	200	107	1,9
10ª Região - DF e TO	102	39	2,6
11ª Região - AM e RR	78	38	2,0
12ª Região - SC	126	61	2,1
13ª Região - PB	68	38	1,8
14ª Região - AC e RO	71	22	3,2
15ª Região - Campinas	426	202	2,1
16ª Região - MA	54	64	0,8
17ª Região - ES	68	35	1,9
18ª Região - GO	85	59	1,4
19ª Região - AL	47	32	1,5
20ª Região - SE	31	20	1,5
21ª Região - RN	46	31	1,5
22ª Região - PI	34	31	1,1
23ª Região - MT	68	30	2,3
24ª Região - MS	64	24	2,7
<b>Justiça do Trabalho</b>	<b>3.574</b>	<b>1.914</b>	<b>1,9</b>

Fonte: Justiça em Números 2009.

Gráfico 1.23 F1 - Cargos de Magistrado Existentes por 100.000 habitantes



Glossário:

F1 - Cargos de Magistrado Existentes por 100.000 habitantes

Finalidade: Indicar o número de cargos de magistrados existentes, providos ou não, em cada Tribunal Regional do Trabalho e suas respectivas unidades judiciárias para cada 100.000 habitantes da Região no ano-base.

Fórmula:  $F1 = (\text{MagE}) / h2$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

- $\text{MagE} = \text{MagE2}^\circ + \text{MagE1}^\circ$
- h2 - Número de Habitantes dividido por 100.000: Número de habitantes baseado nas estimativas realizadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística dividido por 100.000 (Fonte: IBGE).

## 1. Insumos, Dotações e Graus de Utilização.

### 1.2. Recursos Humanos e Recursos Físicos

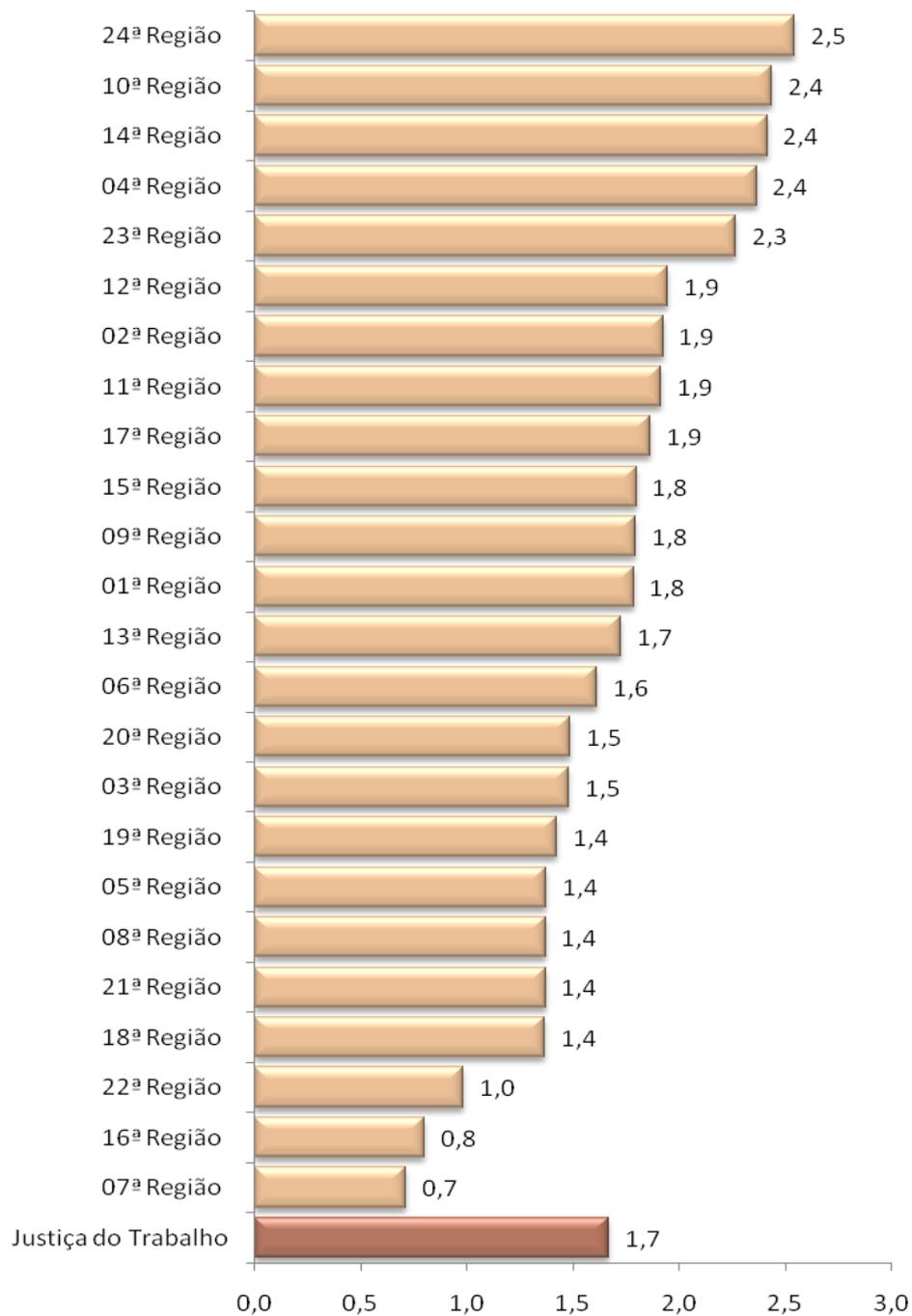
#### 1.2.6. F2 - Magistrados por 100.000 habitantes

Tabela 1.24 F2 - Magistrados por 100.000 habitantes

<b>Tribunal Regional do Trabalho</b>	<b>Mag - Total de Magistrados</b>	<b>h2 - Número de Habitantes dividido por 100.000</b>	<b>F2 - Magistrados por 100.000 habitantes</b>
01ª Região - RJ	286	160	1,8
02ª Região - SP	407	211	1,9
03ª Região - MG	297	200	1,5
04ª Região - RS	258	109	2,4
05ª Região - BA	201	146	1,4
06ª Região - PE	142	88	1,6
07ª Região - CE	61	85	0,7
08ª Região - AM e PA	110	80	1,4
09ª Região - PR	192	107	1,8
10ª Região - DF e TO	95	39	2,4
11ª Região - AM e RR	73	38	1,9
12ª Região - SC	119	61	1,9
13ª Região - PB	65	38	1,7
14ª Região - AC e RO	53	22	2,4
15ª Região - Campinas	364	202	1,8
16ª Região - MA	51	64	0,8
17ª Região - ES	65	35	1,9
18ª Região - GO	81	59	1,4
19ª Região - AL	45	32	1,4
20ª Região - SE	30	20	1,5
21ª Região - RN	43	31	1,4
22ª Região - PI	31	31	1,0
23ª Região - MT	68	30	2,3
24ª Região - MS	60	24	2,5
<b>Justiça do Trabalho</b>	<b>3.197</b>	<b>1.914</b>	<b>1,7</b>

Fonte: Justiça em Números 2009.

Gráfico 1.24 F2 - Magistrados por 100.000 habitantes



Glossário:

F2 - Magistrados por 100.000 habitantes

Finalidade: Indicar o número de magistrados em cada Tribunal Regional do Trabalho e suas respectivas unidades judiciárias para cada 100.000 habitantes da Região no ano-base.

Fórmula:  $F2 = (Mag) / h2$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

- $Mag = MagE2^o + MagP1^o - MagAJ1^o$
- h2 - Número de Habitantes dividido por 100.000: Número de habitantes baseado nas estimativas realizadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística dividido por 100.000 (Fonte: IBGE).

## 1. Insumos, Dotações e Graus de Utilização.

### 1.2. Recursos Humanos e Recursos Físicos

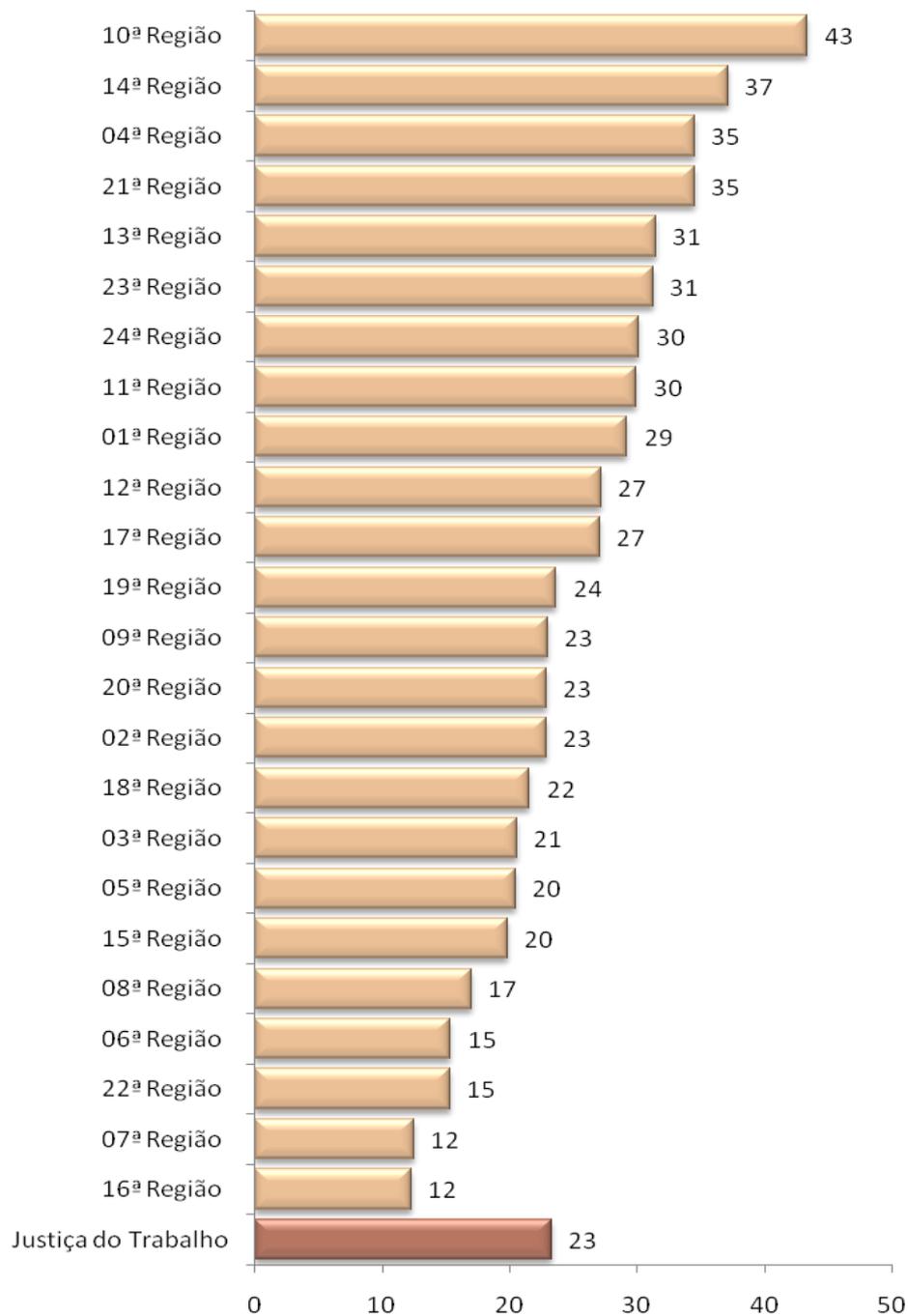
#### 1.2.7. F3 - Força de Trabalho por 100.000 habitantes

Tabela 1.25 F3 - Força de Trabalho por 100.000 habitantes

Tribunal Regional do Trabalho	TS - Total de Servidores	h2 - Número de Habitantes dividido por 100.000	F3 - Força de Trabalho por 100.000 habitantes
01ª Região - RJ	4.677	160	29
02ª Região - SP	4.833	211	23
03ª Região - MG	4.122	200	21
04ª Região - RS	3.771	109	35
05ª Região - BA	2.993	146	20
06ª Região - PE	1.356	88	15
07ª Região - CE	1.066	85	12
08ª Região - AM e PA	1.368	80	17
09ª Região - PR	2.453	107	23
10ª Região - DF e TO	1.691	39	43
11ª Região - AM e RR	1.143	38	30
12ª Região - SC	1.663	61	27
13ª Região - PB	1.187	38	31
14ª Região - AC e RO	816	22	37
15ª Região - Campinas	4.015	202	20
16ª Região - MA	780	64	12
17ª Região - ES	944	35	27
18ª Região - GO	1.278	59	22
19ª Região - AL	747	32	24
20ª Região - SE	462	20	23
21ª Região - RN	1.084	31	35
22ª Região - PI	482	31	15
23ª Região - MT	938	30	31
24ª Região - MS	712	24	30
<b>Justiça do Trabalho</b>	<b>44.581</b>	<b>1.914</b>	<b>23</b>

Fonte: Justiça em Números 2009.

Gráfico 1.25 F3 - Força de Trabalho por 100.000 habitantes



Glossário:

F3 - Força de Trabalho por 100.000 habitantes

Finalidade: Indicar o quantitativo de força de trabalho total disponível em cada Tribunal Regional do Trabalho e suas respectivas unidades judiciárias para cada 100.000 habitantes da Região no ano-base.

Fórmula:  $F3 = TS / h2$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

- $TS = TPEfet - TPCed + TPReq + TFAux + TPSV$
- h2 - Número de Habitantes dividido por 100.000: Número de habitantes baseado nas estimativas realizadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística dividido por 100.000 (Fonte: IBGE).

## 1. Insumos, Dotações e Graus de Utilização.

### 1.2. Recursos Humanos e Recursos Físicos

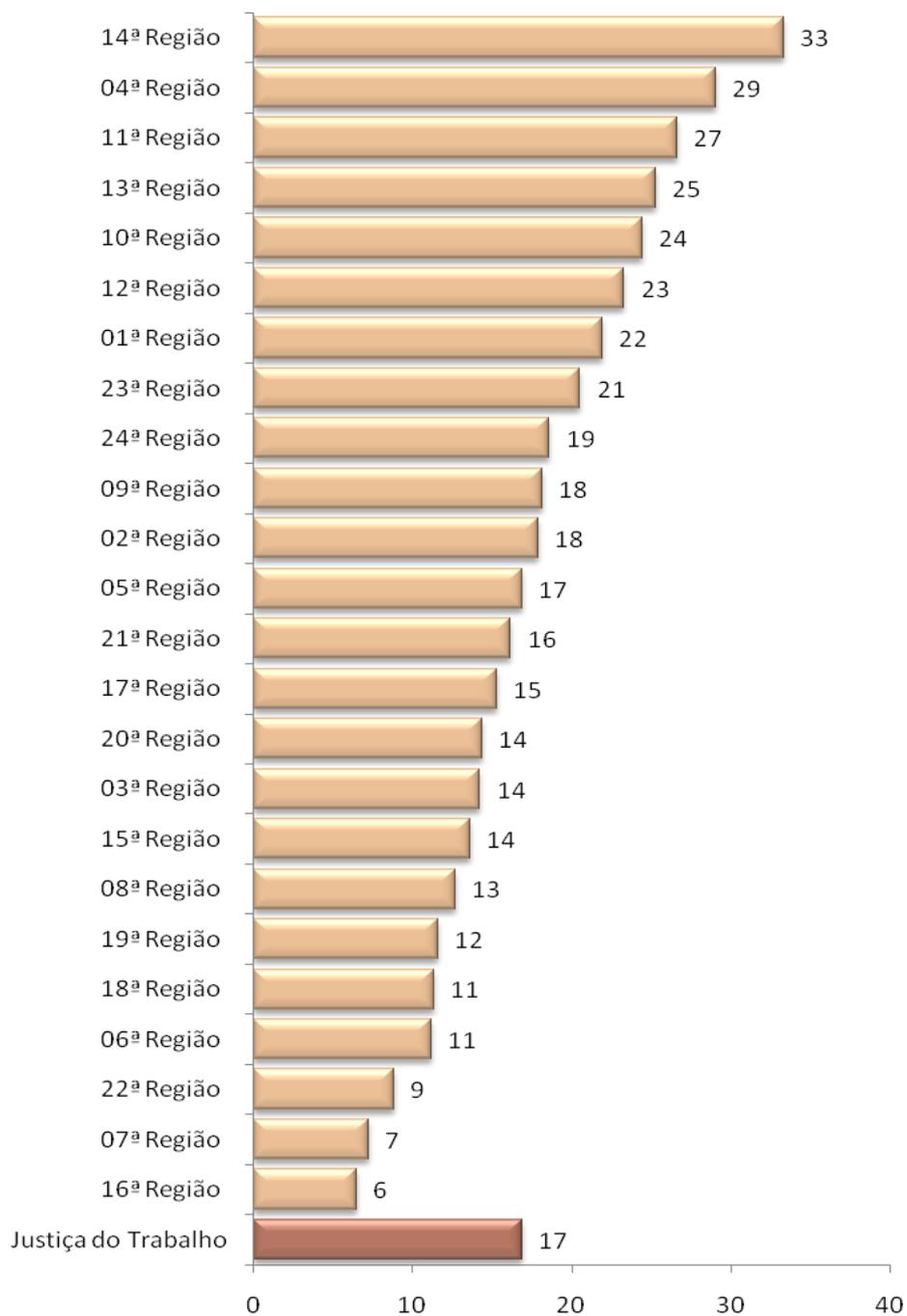
#### 1.2.8. F4a - Servidores do Quadro Efetivo por 100.000 habitantes

Tabela 1.26 F4a - Servidores do Quadro Efetivo por 100.000 habitantes

Tribunal Regional do Trabalho	TPEfet - Total de Pessoal do Quadro Efetivo	TPCed - Total de Pessoal Cedido	h2 - Número de Habitantes dividido por 100.000	F4a - Servidores do Quadro Efetivo por 100.000 habitantes
01ª Região - RJ	3.644	133	160	22
02ª Região - SP	4.034	256	211	18
03ª Região - MG	2.875	24	200	14
04ª Região - RS	3.172	5	109	29
05ª Região - BA	2.486	17	146	17
06ª Região - PE	1.020	38	88	11
07ª Região - CE	659	41	85	7
08ª Região - AM e PA	1.027	10	80	13
09ª Região - PR	2.048	112	107	18
10ª Região - DF e TO	1.106	154	39	24
11ª Região - AM e RR	1.040	26	38	27
12ª Região - SC	1.436	11	61	23
13ª Região - PB	978	26	38	25
14ª Região - AC e RO	765	34	22	33
15ª Região - Campinas	2.760	13	202	14
16ª Região - MA	438	26	64	6
17ª Região - ES	578	45	35	15
18ª Região - GO	734	61	59	11
19ª Região - AL	413	46	32	12
20ª Região - SE	321	31	20	14
21ª Região - RN	544	37	31	16
22ª Região - PI	294	17	31	9
23ª Região - MT	656	40	30	21
24ª Região - MS	475	36	24	19
<b>Justiça do Trabalho</b>	<b>33.503</b>	<b>1.239</b>	<b>1.914</b>	<b>17</b>

Fonte: Justiça em Números 2009.

Gráfico 1.26 F4a - Servidores do Quadro Efetivo por 100.000 habitantes



Glossário:

F4a - Servidores do Quadro Efetivo por 100.000 habitantes

Finalidade: Indicar o quantitativo de servidores do quadro efetivo de cada Tribunal Regional do Trabalho e suas respectivas unidades judiciárias para cada 100.000 habitantes da Região no ano-base.

Fórmula:  $F4a = (TPEfet - TPCed) / h2$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

- TPEfet - Total de Pessoal do Quadro Efetivo: Número total de servidores ocupantes de cargo de provimento efetivo no quadro de pessoal do Tribunal Regional do Trabalho e suas respectivas unidades judiciárias no final do ano-base, incluídos os cedidos a outros órgãos.
- TPCed - Total de Pessoal Cedido: Número total de servidores cedidos a outros órgãos, ocupantes de cargo de provimento efetivo no quadro de pessoal do Tribunal Regional do Trabalho e suas respectivas unidades judiciárias no final do ano-base.
- h2 - Número de Habitantes dividido por 100.000: Número de habitantes baseado nas estimativas realizadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística dividido por 100.000 (Fonte: IBGE).

## 1. Insumos, Dotações e Graus de Utilização.

### 1.2. Recursos Humanos e Recursos Físicos

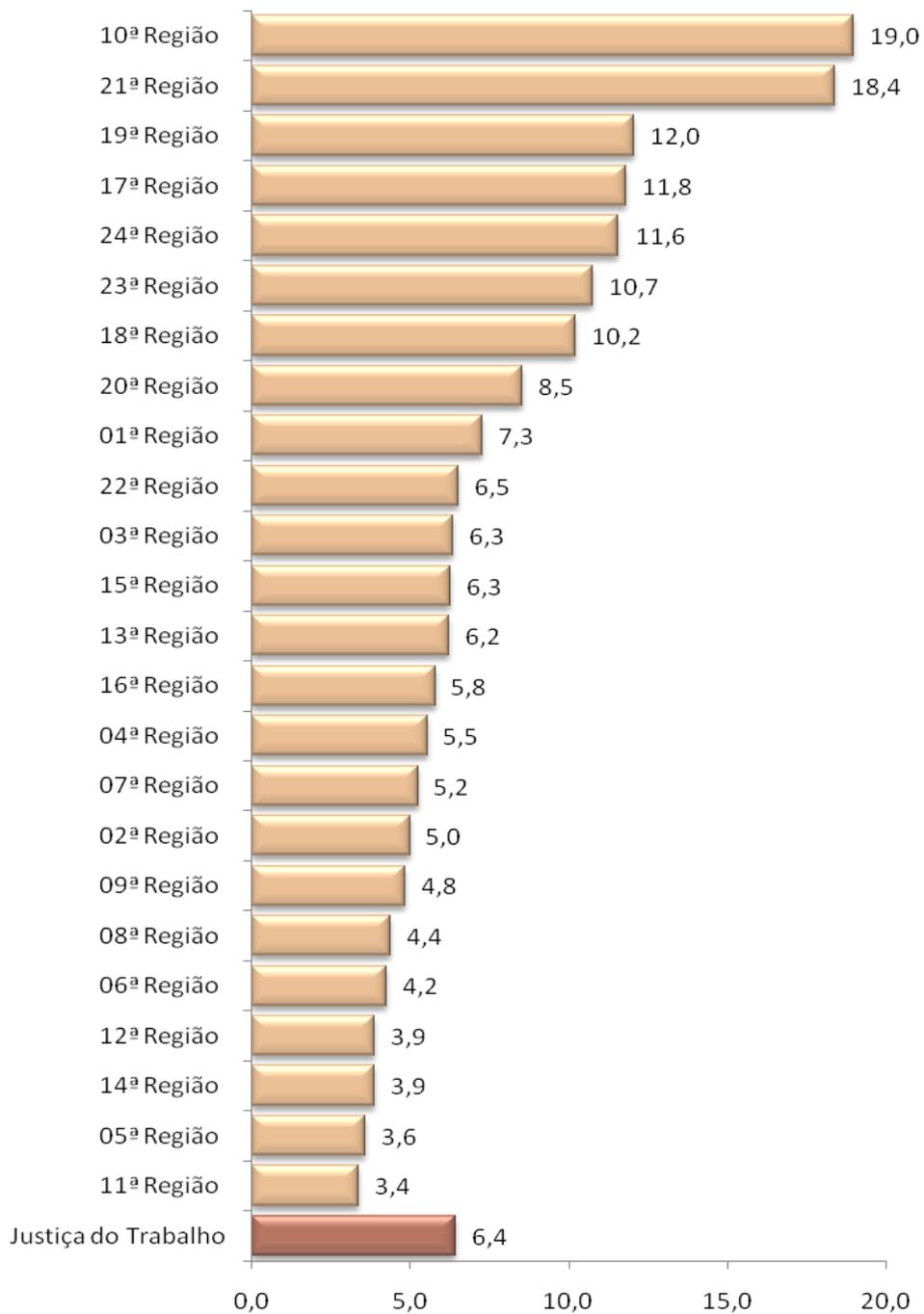
#### 1.2.9. F4b - Força de Trabalho Auxiliar por 100.000 habitantes

Tabela 1.27 F4b - Força de Trabalho Auxiliar por 100.000 habitantes

Tribunal Regional do Trabalho	TPSV - Total de Pessoal sem Vínculo	TPReq - Total de Pessoal Requisitado	TFAux - Total da Força de Trabalho Auxiliar	h2 - Número de Habitantes dividido por 100.000	F4b - Força de Trabalho Auxiliar por 100.000 habitantes
01ª Região - RJ	26	190	950	160	7,3
02ª Região - SP	16	219	820	211	5,0
03ª Região - MG	22	361	888	200	6,3
04ª Região - RS	4	3	597	109	5,5
05ª Região - BA	19	196	309	146	3,6
06ª Região - PE	6	154	214	88	4,2
07ª Região - CE	16	112	320	85	5,2
08ª Região - AM e PA	11	9	331	80	4,4
09ª Região - PR	9	6	502	107	4,8
10ª Região - DF e TO	4	272	463	39	19,0
11ª Região - AM e RR	5	45	79	38	3,4
12ª Região - SC	2	21	215	61	3,9
13ª Região - PB	8	98	129	38	6,2
14ª Região - AC e RO	1	6	78	22	3,9
15ª Região - Campinas	8	410	850	202	6,3
16ª Região - MA	16	70	282	64	5,8
17ª Região - ES	4	181	226	35	11,8
18ª Região - GO	1	249	355	59	10,2
19ª Região - AL	2	157	221	32	12,0
20ª Região - SE	4	56	112	20	8,5
21ª Região - RN	7	133	437	31	18,4
22ª Região - PI	9	92	104	31	6,5
23ª Região - MT	2	96	224	30	10,7
24ª Região - MS	3	127	143	24	11,6
<b>Justiça do Trabalho</b>	<b>205</b>	<b>3.263</b>	<b>8.849</b>	<b>1.914</b>	<b>6,4</b>

Fonte: Justiça em Números 2009.

Gráfico 1.27 F4b - Força de Trabalho Auxiliar por 100.000 habitantes



Glossário:

F4b - Força de Trabalho Auxiliar por 100.000 habitantes

Finalidade: Indicar o quantitativo de força de trabalho auxiliar de cada Tribunal Regional do Trabalho e suas respectivas unidades judiciárias para cada 100.000 habitantes da Região no ano-base.

Fórmula:  $F4b = (TPSV + TPReq + TFAux) / h2$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

- TPSV - Total de Pessoal sem Vínculo: Número total de servidores ocupantes apenas de cargo em comissão do Tribunal Regional do Trabalho e suas respectivas unidades judiciárias no final do ano-base.
- TPReq - Total de Pessoal Requisitado: Número total de servidores requisitados de órgãos do Poder Judiciário e de órgãos fora do Poder Judiciário, que estão em atividade no Tribunal Regional do Trabalho e suas respectivas unidades judiciárias no final do ano-base.
- TFAux - Total da Força de Trabalho Auxiliar: Número total de terceirizados e estagiários do Tribunal Regional do Trabalho e suas respectivas unidades judiciárias no final do ano-base.
- h2 - Número de Habitantes dividido por 100.000: Número de habitantes baseado nas estimativas realizadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística dividido por 100.000 (Fonte: IBGE).

## 1. Insumos, Dotações e Graus de Utilização.

### 1.2. Recursos Humanos e Recursos Físicos

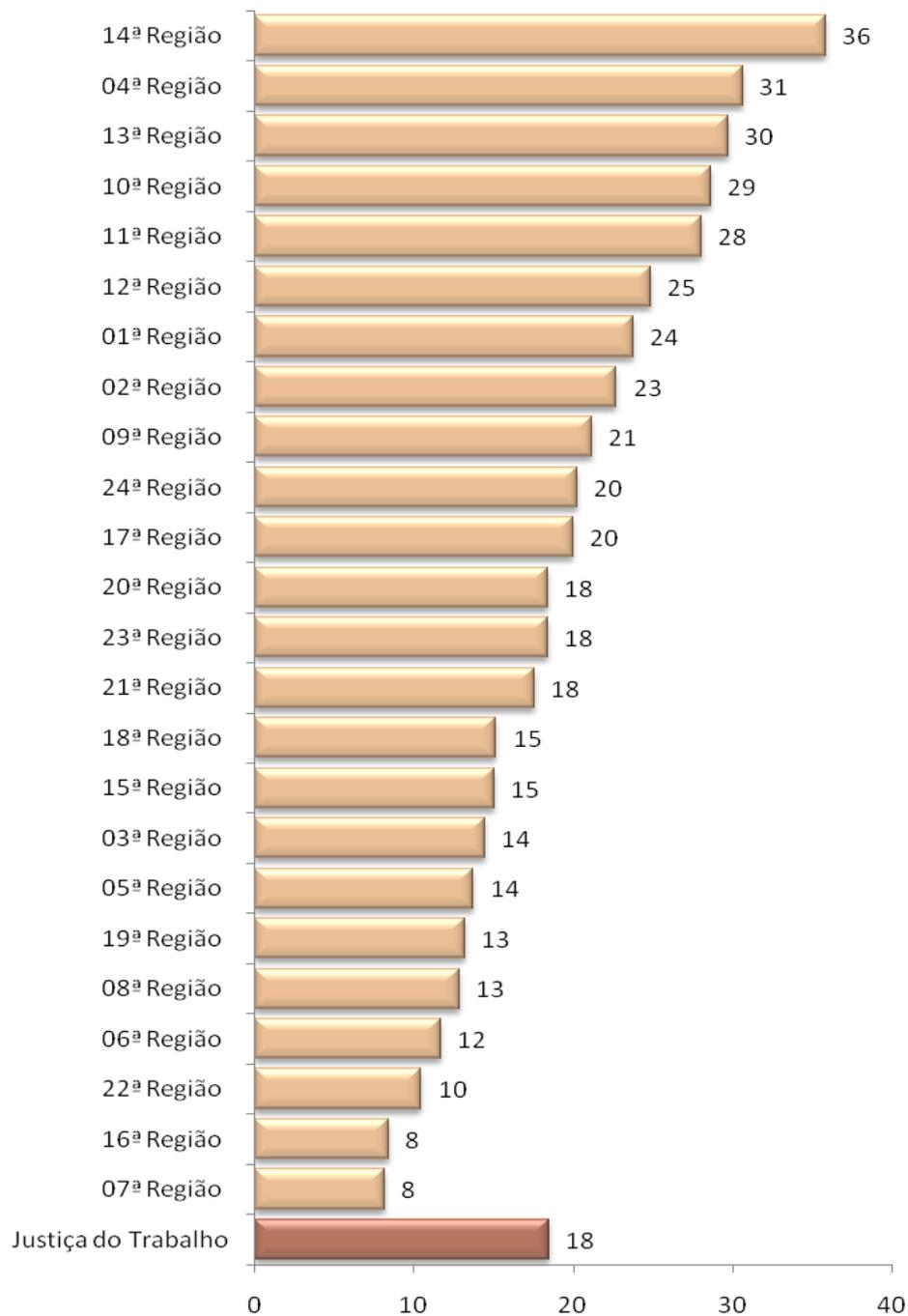
#### 1.2.10. F4c - Cargos Efetivos Existentes por 100.000 habitantes

Tabela 1.28 F4c - Cargos Efetivos Existentes por 100.000 habitantes

Tribunal Regional do Trabalho	TCEfet - Total de Cargos do Quadro Efetivo Existentes	h2 - Número de Habitantes dividido por 100.000	F4c - Cargos Efetivos Existentes por 100.000 habitantes
01ª Região - RJ	3.802	160	24
02ª Região - SP	4.803	211	23
03ª Região - MG	2.899	200	14
04ª Região - RS	3.344	109	31
05ª Região - BA	2.010	146	14
06ª Região - PE	1.029	88	12
07ª Região - CE	700	85	8
08ª Região - AM e PA	1.031	80	13
09ª Região - PR	2.259	107	21
10ª Região - DF e TO	1.116	39	29
11ª Região - AM e RR	1.070	38	28
12ª Região - SC	1.518	61	25
13ª Região - PB	1.119	38	30
14ª Região - AC e RO	786	22	36
15ª Região - Campinas	3.040	202	15
16ª Região - MA	535	64	8
17ª Região - ES	697	35	20
18ª Região - GO	898	59	15
19ª Região - AL	417	32	13
20ª Região - SE	372	20	18
21ª Região - RN	550	31	18
22ª Região - PI	329	31	10
23ª Região - MT	551	30	18
24ª Região - MS	478	24	20
<b>Justiça do Trabalho</b>	<b>35.353</b>	<b>1.914</b>	<b>18</b>

Fonte: Justiça em Números 2009.

Gráfico 1.28 F4c - Cargos Efetivos Existentes por 100.000 habitantes



Glossário:

F4c - Cargos Efetivos Existentes por 100.000 habitantes

Finalidade: Indicar o quantitativo de cargos de provimento efetivo existentes no quadro de pessoal de cada Tribunal Regional do Trabalho e suas respectivas unidades judiciárias para cada 100.000 habitantes da Região no ano-base.

Fórmula:  $F4c = TCEfet / h2$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

- TCEfet - Total de Cargos do Quadro Efetivo Existentes: Número total de cargos de provimento efetivo de servidor existentes, providos ou não, no quadro de pessoal do Tribunal Regional do Trabalho e suas respectivas unidades judiciárias no ano-base.

- h2 - Número de Habitantes dividido por 100.000: Número de habitantes baseado nas estimativas realizadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística dividido por 100.000 (Fonte: IBGE).

## 1. Insumos, Dotações e Graus de Utilização.

### 1.2. Recursos Humanos e Recursos Físicos

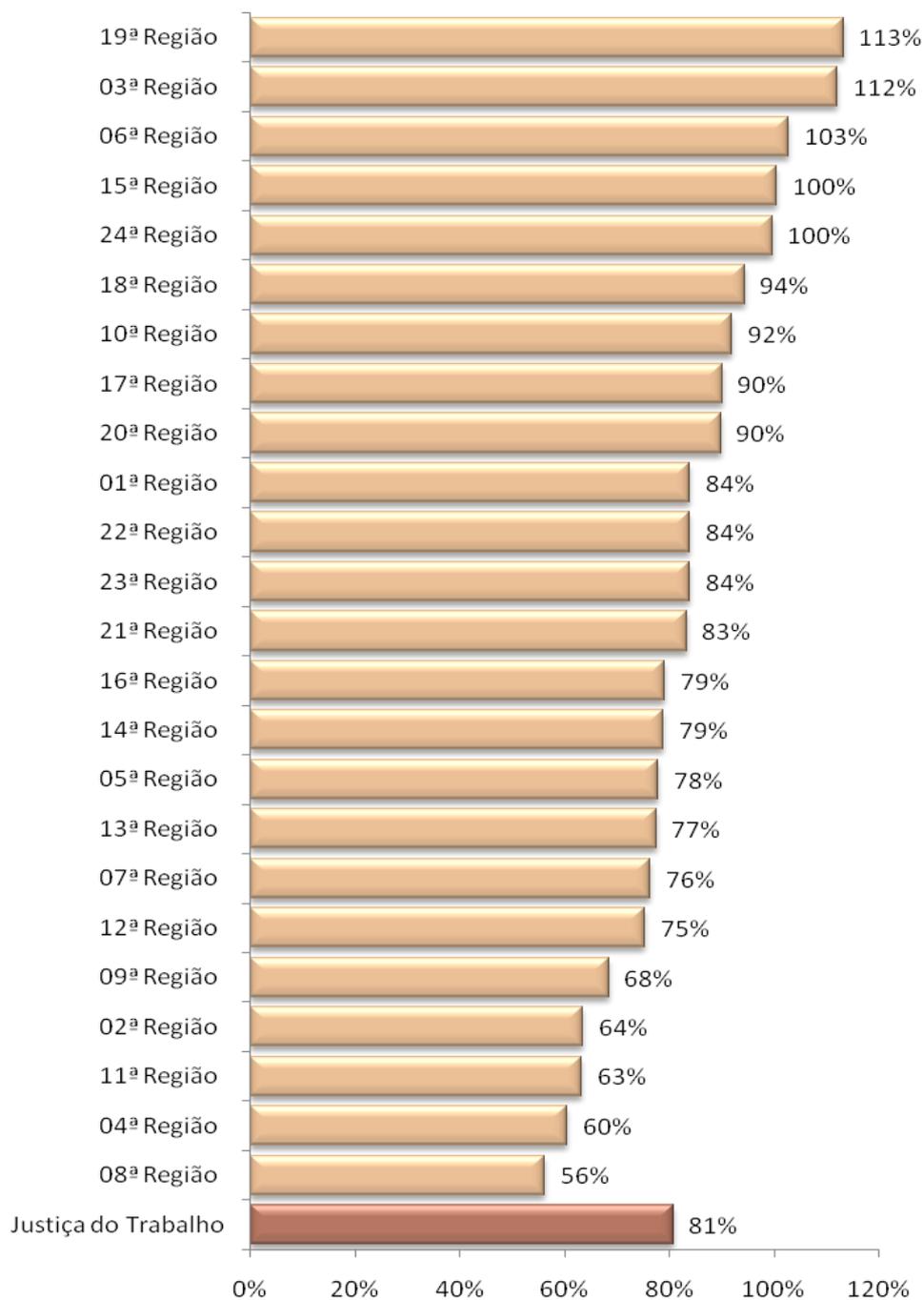
#### 1.2.11. F4d - Cargos em Comissão e Funções Comissionadas Existentes em relação aos Cargos Efetivos Existentes

Tabela 1.29 F4d - Cargos em Comissão e Funções Comissionadas Existentes em relação aos Cargos Efetivos Existentes

Tribunal Regional do Trabalho	TCC - Total de Cargos em Comissão Existentes	TFc - Total de Funções Comissionadas Existentes	TCEfet - Total de Cargos do Quadro Efetivo Existentes	F4d - Cargos em Comissão e Funções Comissionadas Existentes em relação aos Cargos Efetivos Existentes
01ª Região - RJ	498	2.692	3.802	84%
02ª Região - SP	625	2.429	4.803	64%
03ª Região - MG	238	3.010	2.899	112%
04ª Região - RS	271	1.752	3.344	60%
05ª Região - BA	158	1.407	2.010	78%
06ª Região - PE	120	938	1.029	103%
07ª Região - CE	69	465	700	76%
08ª Região - AM e PA	101	478	1.031	56%
09ª Região - PR	291	1.254	2.259	68%
10ª Região - DF e TO	96	930	1.116	92%
11ª Região - AM e RR	11	666	1.070	63%
12ª Região - SC	238	905	1.518	75%
13ª Região - PB	78	789	1.119	77%
14ª Região - AC e RO	71	549	786	79%
15ª Região - Campinas	345	2.707	3.040	100%
16ª Região - MA	51	372	535	79%
17ª Região - ES	57	571	697	90%
18ª Região - GO	79	768	898	94%
19ª Região - AL	47	425	417	113%
20ª Região - SE	39	295	372	90%
21ª Região - RN	45	413	550	83%
22ª Região - PI	36	240	329	84%
23ª Região - MT	55	407	551	84%
24ª Região - MS	51	425	478	100%
<b>Justiça do Trabalho</b>	<b>3.670</b>	<b>24.887</b>	<b>35.353</b>	<b>81%</b>

Fonte: Justiça em Números 2009.

Gráfico 1.29 F4d - Cargos em Comissão e Funções Comissionadas Existentes em relação aos Cargos Efetivos Existentes



Glossário:

F4d - Cargos em Comissão e Funções Comissionadas Existentes em relação aos Cargos Efetivos Existentes

Finalidade: Indicar a proporção do número total de cargos em comissão e de funções comissionadas existentes no quadro de pessoal de cada Tribunal Regional do Trabalho e suas respectivas unidades judiciárias, em relação ao número total de cargos de provimento efetivo existentes no ano-base.

Fórmula:  $F4d = (TCC + TFC) / TCEfet$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

- TCC - Total de Cargos em Comissão Existentes: Número total de cargos em comissão existentes, providos ou não, no quadro de pessoal do Tribunal Regional do Trabalho e suas respectivas unidades judiciárias no ano-base.
- TFC - Total de Funções Comissionadas Existentes: Número de funções comissionadas existentes, providas ou não, no quadro de pessoal do Tribunal Regional do Trabalho e suas respectivas unidades judiciárias no ano-base.
- TCEfet - Total de Cargos do Quadro Efetivo Existentes: Número total de cargos de provimento efetivo de servidor existentes, providos ou não, no quadro de pessoal do Tribunal Regional do Trabalho e suas respectivas unidades judiciárias no ano-base.

## 1. Insumos, Dotações e Graus de Utilização.

### 1.2. Recursos Humanos e Recursos Físicos

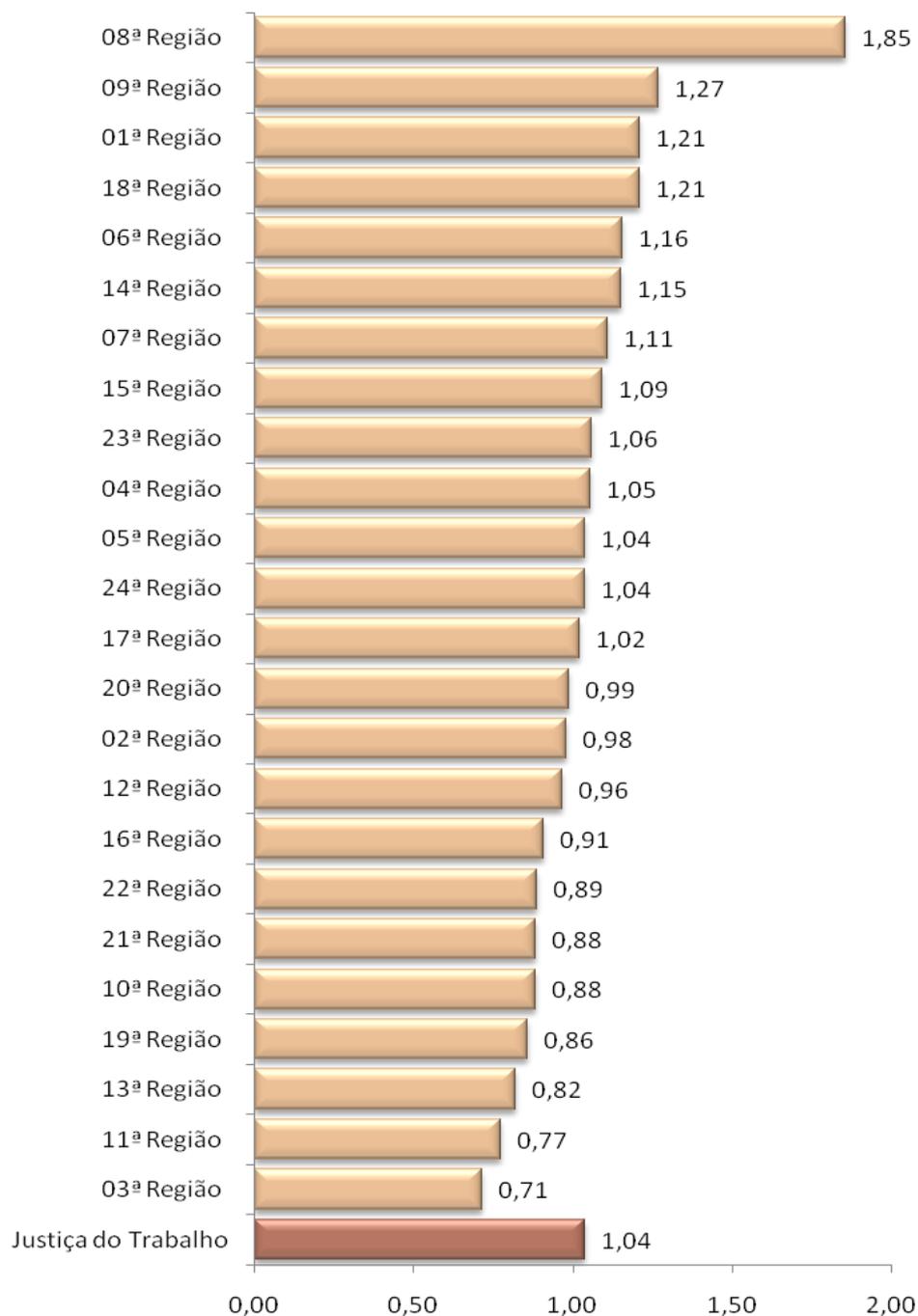
#### 1.2.12. Inf2 - Número de Computadores por Usuário

Tabela 1.30 Inf2 - Número de Computadores por Usuário

Tribunal Regional do Trabalho	Comp - Número de computadores de uso pessoal	Ui - Usuários de computador	Inf2 - Número de Computadores por Usuário
01ª Região - RJ	5.451	4.502	1,21
02ª Região - SP	4.663	4.761	0,98
03ª Região - MG	3.312	4.633	0,71
04ª Região - RS	3.602	3.417	1,05
05ª Região - BA	2.579	2.486	1,04
06ª Região - PE	2.077	1.797	1,16
07ª Região - CE	1.242	1.122	1,11
08ª Região - AM e PA	2.123	1.145	1,85
09ª Região - PR	3.040	2.400	1,27
10ª Região - DF e TO	1.305	1.483	0,88
11ª Região - AM e RR	873	1.130	0,77
12ª Região - SC	1.634	1.695	0,96
13ª Região - PB	882	1.079	0,82
14ª Região - AC e RO	937	816	1,15
15ª Região - Campinas	4.205	3.856	1,09
16ª Região - MA	672	740	0,91
17ª Região - ES	989	971	1,02
18ª Região - GO	1.286	1.064	1,21
19ª Região - AL	570	665	0,86
20ª Região - SE	433	439	0,99
21ª Região - RN	735	835	0,88
22ª Região - PI	422	476	0,89
23ª Região - MT	870	823	1,06
24ª Região - MS	755	728	1,04
<b>Justiça do Trabalho</b>	<b>44.657</b>	<b>43.063</b>	<b>1,04</b>

Fonte: Justiça em Números 2009.

Gráfico 1.30 Inf2 - Número de Computadores por Usuário



Glossário:

Inf2 - Número de Computadores por Usuário

Finalidade: Indicar o número de equipamentos de informática (microcomputadores e notebooks) para cada usuário em cada um dos Tribunais Regionais do Trabalho e suas respectivas unidades judiciárias no ano-base.

Fórmula:  $Inf2 = Comp / Ui$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

- **Comp** - Número de computadores de uso pessoal: O número de microcomputadores e de notebooks, em condições de uso, existentes no Tribunal Regional do Trabalho e em suas respectivas unidades judiciárias no ano-base. Excluem-se os terminais de consulta.
- **Ui** - Usuários de computador: Número total de magistrados, servidores do quadro permanente, terceirizados, estagiários e contratados que utilizam de forma contínua computadores e notebooks no Tribunal Regional do Trabalho e em suas respectivas unidades judiciárias no ano-base.

## 1. Insumos, Dotações e Graus de Utilização.

### 1.2. Recursos Humanos e Recursos Físicos

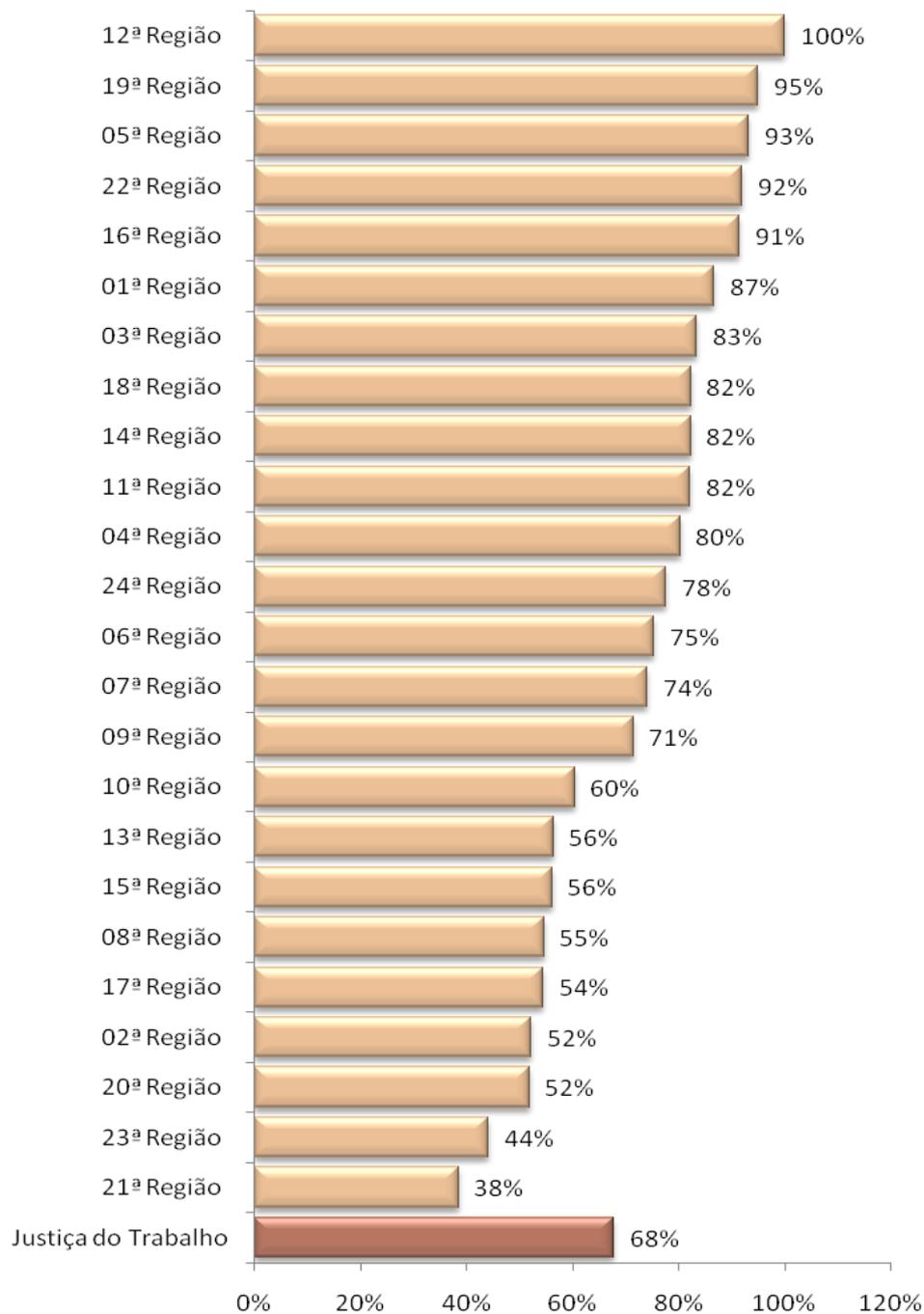
#### 1.2.13. Dm<sup>2</sup> - Área Útil em relação à Área Total (em metros quadrados)

Tabela 1.31 Dm<sup>2</sup> - Área Útil em relação à Área Total (em metros quadrados)

Tribunal Regional do Trabalho	m <sup>2</sup> Util - Área útil em metros quadrados	m <sup>2</sup> Total - Área total em metros quadrados	Dm <sup>2</sup> - Área Útil em relação à Área Total (em metros quadrados)
01ª Região - RJ	93.597	108.071	87%
02ª Região - SP	120.346	230.635	52%
03ª Região - MG	101.670	122.004	83%
04ª Região - RS	90.609	112.964	80%
05ª Região - BA	59.722	64.088	93%
06ª Região - PE	52.191	69.302	75%
07ª Região - CE	35.235	47.548	74%
08ª Região - AM e PA	36.609	67.066	55%
09ª Região - PR	80.205	112.226	71%
10ª Região - DF e TO	36.232	60.023	60%
11ª Região - AM e RR	23.472	28.599	82%
12ª Região - SC	44.056	44.056	100%
13ª Região - PB	26.418	46.840	56%
14ª Região - AC e RO	24.064	29.255	82%
15ª Região - Campinas	119.841	213.624	56%
16ª Região - MA	18.623	20.372	91%
17ª Região - ES	20.238	37.153	54%
18ª Região - GO	27.103	32.938	82%
19ª Região - AL	18.763	19.756	95%
20ª Região - SE	16.880	32.578	52%
21ª Região - RN	25.984	67.533	38%
22ª Região - PI	9.927	10.787	92%
23ª Região - MT	28.411	64.244	44%
24ª Região - MS	17.311	22.312	78%
<b>Justiça do Trabalho</b>	<b>1.127.507</b>	<b>1.663.974</b>	<b>68%</b>

Fonte: Justiça em Números 2009.

Gráfico 1.31 Dm<sup>2</sup> - Área Útil em relação à Área Total (em metros quadrados)



Glossário:

Dm<sup>2</sup> - Área Útil em relação à Área Total (em metros quadrados)

Finalidade: Indicar o número de metros quadrados de área útil em relação à área total existente nos prédios dos órgãos integrantes da estrutura de cada um dos Tribunais Regionais do Trabalho e suas respectivas unidades judiciárias no ano-base.

Fórmula:  $Dm^2 = m^2_{\text{util}} / m^2_{\text{total}}$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

- m<sup>2</sup>Util - Área útil em metros quadrados: A área construída (própria ou não) destinada pelos órgãos integrantes da estrutura do Tribunal Regional do Trabalho e suas respectivas unidades judiciárias à atividade-fim e à atividade de apoio administrativo no ano-base, desconsideradas as áreas utilizadas como jardins, creche, áreas de lazer, estacionamentos e museus.
- m<sup>2</sup>Total - Área total em metros quadrados: A área total de todos os prédios dos órgãos integrantes da estrutura do Tribunal Regional do Trabalho e suas respectivas unidades judiciárias, independentemente da finalidade, incluindo área para arquivos, depósitos, auditórios, museus, estacionamentos privativos e jardins, existente no final do ano-base.

## 1. Insumos, Dotações e Graus de Utilização.

### 1.2. Recursos Humanos e Recursos Físicos

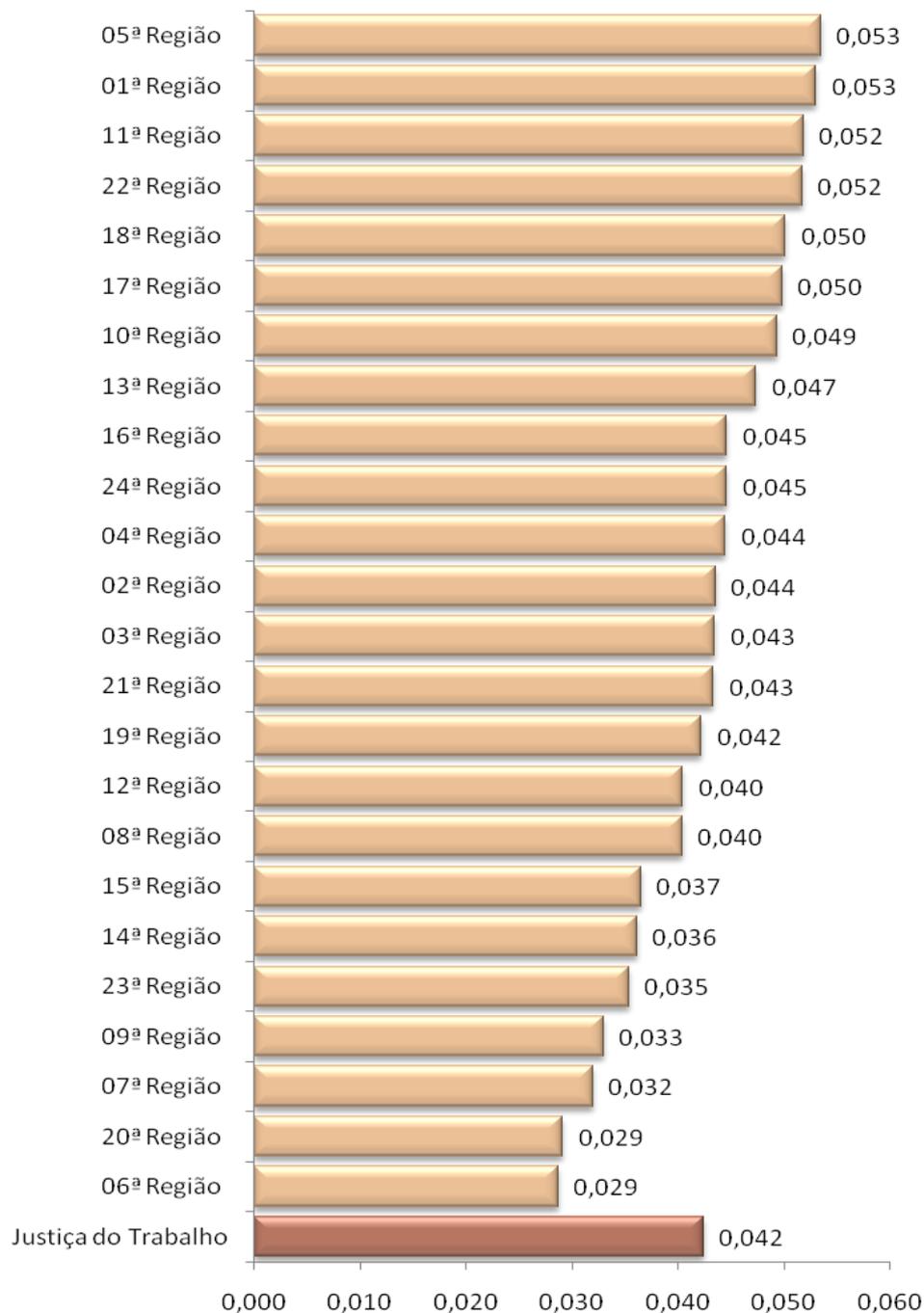
#### 1.2.14. Pm<sup>2</sup> - Força de Trabalho Total em relação à Área Útil (metros quadrados)

Tabela 1.32 Pm<sup>2</sup> - Força de Trabalho Total em relação à Área Útil (metros quadrados)

Tribunal Regional do Trabalho	FTT - Força de Trabalho Total de Servidores e Magistrados	m <sup>2</sup> Util - Área útil em metros quadrados	Pm <sup>2</sup> - Força de Trabalho Total em relação à Área Útil (metros quadrados)
01ª Região - RJ	4.963	93.597	0,053
02ª Região - SP	5.240	120.346	0,044
03ª Região - MG	4.419	101.670	0,043
04ª Região - RS	4.029	90.609	0,044
05ª Região - BA	3.194	59.722	0,053
06ª Região - PE	1.498	52.191	0,029
07ª Região - CE	1.127	35.235	0,032
08ª Região - AM e PA	1.478	36.609	0,040
09ª Região - PR	2.645	80.205	0,033
10ª Região - DF e TO	1.786	36.232	0,049
11ª Região - AM e RR	1.216	23.472	0,052
12ª Região - SC	1.782	44.056	0,040
13ª Região - PB	1.252	26.418	0,047
14ª Região - AC e RO	869	24.064	0,036
15ª Região - Campinas	4.379	119.841	0,037
16ª Região - MA	831	18.623	0,045
17ª Região - ES	1.009	20.238	0,050
18ª Região - GO	1.359	27.103	0,050
19ª Região - AL	792	18.763	0,042
20ª Região - SE	492	16.880	0,029
21ª Região - RN	1.127	25.984	0,043
22ª Região - PI	513	9.927	0,052
23ª Região - MT	1.006	28.411	0,035
24ª Região - MS	772	17.311	0,045
<b>Justiça do Trabalho</b>	<b>47.778</b>	<b>1.127.507</b>	<b>0,042</b>

Fonte: Justiça em Números 2009.

Gráfico 1.32 Pm<sup>2</sup> - Força de Trabalho Total em relação à Área Útil (metros quadrados)



Glossário:

Pm<sup>2</sup> - Força de Trabalho Total em relação à Área Útil (metros quadrados)

Finalidade: Indicar o número total de força de trabalho em atividade (incluindo servidores efetivos, auxiliares e magistrados) em relação à área útil existente nos prédios dos órgãos integrantes da estrutura de cada um dos Tribunais Regionais do Trabalho e suas respectivas unidades judiciárias no ano-base.

Fórmula:  $Pm^2 = FTT / m^2\text{util}$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

·  $FTT = TS + Mag$

· m<sup>2</sup>Util - Área útil em metros quadrados: A área construída (própria ou não) destinada pelos órgãos integrantes da estrutura do Tribunal Regional do Trabalho e suas respectivas unidades judiciárias à atividade-fim e à atividade de apoio administrativo no ano-base, desconsideradas as áreas utilizadas como jardins, creche, áreas de lazer, estacionamentos e museus.

## 1. Insumos, Dotações e Graus de Utilização.

### 1.2. Recursos Humanos e Recursos Físicos

#### 1.2.15. ProcML - Espaço Utilizado em relação ao Espaço Disponível para Arquivamento de Processos Judiciais (metros lineares)

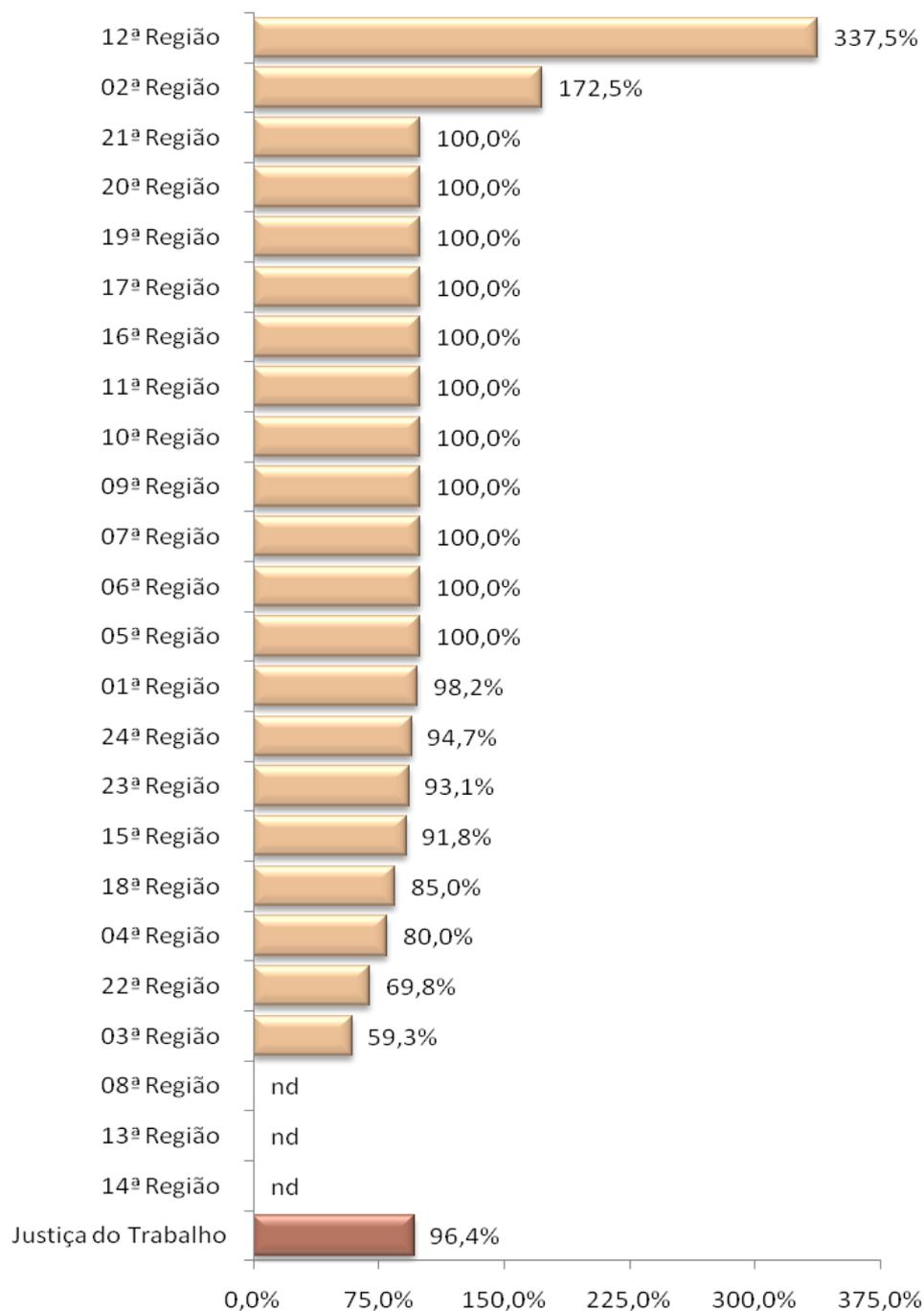
Tabela 1.33 ProcML - Espaço Utilizado em relação ao Espaço Disponível para Arquivamento de Processos Judiciais (metros lineares)

Tribunal Regional do Trabalho	MLUtilArq - Espaço utilizado com arquivo em metros lineares	MLDispArq - Espaço disponível de arquivo em metros lineares	ProcML - Espaço Utilizado em relação ao Espaço Disponível para Arquivamento de Processos Judiciais (metros lineares)
01ª Região - RJ	15.226	15.500	98,2%
02ª Região - SP	60.551	35.100	172,5%
03ª Região - MG	29.150	49.150	59,3%
04ª Região - RS	64.361	80.451	80,0%
05ª Região - BA	12.917	12.917	100,0%
06ª Região - PE	13.508	13.508	100,0%
07ª Região - CE	3.855	3.855	100,0%
08ª Região - AM e PA	nd	nd	nd
09ª Região - PR	4.359	4.359	100,0%
10ª Região - DF e TO	10.407	10.407	100,0%
11ª Região - AM e RR	354	354	100,0%
12ª Região - SC	5.400	1.600	337,5%
13ª Região - PB	nd	nd	nd
14ª Região - AC e RO	nd	nd	nd
15ª Região - Campinas	10.097	11.000	91,8%
16ª Região - MA	1.427	1.427	100,0%
17ª Região - ES	1.843	1.843	100,0%
18ª Região - GO	1.206	1.419	85,0%
19ª Região - AL	891	891	100,0%
20ª Região - SE	1.220	1.220	100,0%
21ª Região - RN	9.460	9.460	100,0%
22ª Região - PI	1.219	1.746	69,8%
23ª Região - MT	6.863	7.372	93,1%
24ª Região - MS	18.140	19.150	94,7%
<b>Justiça do Trabalho</b>	<b>272.454</b>	<b>282.729</b>	<b>96,4%</b>

Fonte: Justiça em Números 2009.

Obs: 'nd' significa que o dado não está disponível.

Gráfico 1.33 ProcML - Espaço Utilizado em relação ao Espaço Disponível para Arquivamento de Processos Judiciais (metros lineares)



Obs: 'nd' significa que o dado não está disponível.

### Glossário:

ProcML - Espaço Utilizado em relação ao Espaço Disponível para Arquivamento de Processos Judiciais (metros lineares)

Finalidade: Indicar a proporção, em metros lineares, do espaço utilizado com arquivamento de processos judiciais em relação ao espaço para arquivo disponível em cada um dos Tribunais Regionais do Trabalho e suas respectivas unidades judiciárias. Consideram-se os documentos acondicionados na posição vertical (caixas de papelão ou de plástico, pastas "A" a "Z" ou suspensas, etc.),

Fórmula:  $\text{ProcML} = \text{MLUtilArq} / \text{MLDispArq}$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

- **MLUtilArq** - Espaço utilizado com arquivo em metros lineares: espaço utilizado para arquivo de processos judiciais em cada Tribunal Regional do Trabalho e suas respectivas unidades judiciárias, no ano-base. A metragem linear tem por base o comprimento das estantes e/ou a profundidade das gavetas dos arquivos de aço. E, ainda, para a documentação empacotada, amarrada ou amontoada utilizar-se-á a metragem cúbica, ou seja, comprimento  $\times$  altura  $\times$  largura das pilhas de documentos. Para conversão em metros lineares, multiplique o resultado obtido em  $\text{m}^3$  por 12 (Fonte: Arquivo Nacional).
- **MLDispArq** - Espaço disponível de arquivo em metros lineares: espaço disponibilizado para arquivo de processos judiciais em cada Tribunal Regional do Trabalho e suas respectivas unidades judiciárias, no ano-base. A metragem linear tem por base o comprimento das estantes e/ou a profundidade das gavetas dos arquivos de aço. E, ainda, para a documentação empacotada, amarrada ou amontoada utilizar-se-á a metragem cúbica, ou seja, comprimento  $\times$  altura  $\times$  largura das pilhas de documentos. Para conversão em metros lineares, multiplique o resultado obtido em  $\text{m}^3$  por 12 (Fonte: Arquivo Nacional).

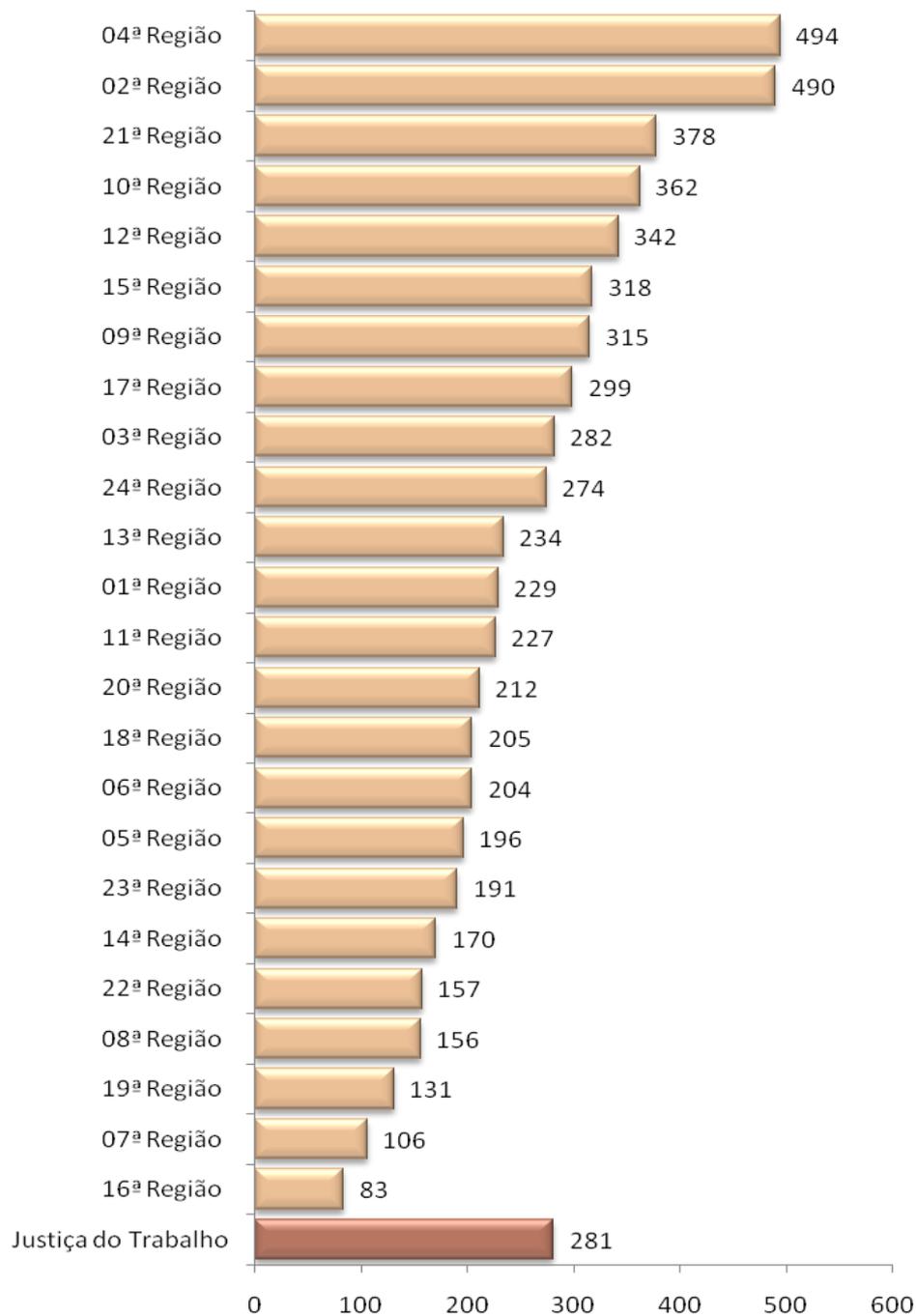
**2. Litigiosidade.**
**2.1. Litigiosidade de 2º grau**
**2.1.1. Ch2º - Casos Novos por 100.000 habitantes no 2º Grau**

Tabela 2.1 - Ch2º - Casos Novos por 100.000 habitantes no 2º Grau

<b>Tribunal Regional do Trabalho</b>	<b>Cn2º - Casos Novos de 2º Grau</b>	<b>h2 - Número de Habitantes dividido por 100.000</b>	<b>Ch2º - Casos Novos por 100.000 habitantes no 2º Grau</b>
01ª Região - RJ	36.670	160	229
02ª Região - SP	103.628	211	490
03ª Região - MG	56.544	200	282
04ª Região - RS	53.968	109	494
05ª Região - BA	28.696	146	196
06ª Região - PE	18.010	88	204
07ª Região - CE	9.031	85	106
08ª Região - AM e PA	12.516	80	156
09ª Região - PR	33.675	107	315
10ª Região - DF e TO	14.117	39	362
11ª Região - AM e RR	8.646	38	227
12ª Região - SC	20.944	61	342
13ª Região - PB	8.832	38	234
14ª Região - AC e RO	3.741	22	170
15ª Região - Campinas	64.299	202	318
16ª Região - MA	5.291	64	83
17ª Região - ES	10.414	35	299
18ª Região - GO	12.123	59	205
19ª Região - AL	4.138	32	131
20ª Região - SE	4.273	20	212
21ª Região - RN	11.859	31	378
22ª Região - PI	4.945	31	157
23ª Região - MT	5.723	30	191
24ª Região - MS	6.476	24	274
<b>Justiça do Trabalho</b>	<b>538.559</b>	<b>1.914</b>	<b>281</b>

Fonte: Justiça em Números 2009.

Gráfico 2.1 - Ch2º - Casos Novos por 100.000 habitantes no 2º Grau



### Glossário:

Ch2º - Casos Novos por 100.000 habitantes no 2º Grau

Finalidade: Indicar o número de casos novos que ingressaram ou foram protocolizados no 2º Grau da Justiça do Trabalho para cada 100.000 habitantes no período-base (semestre).

Fórmula:  $Ch2^\circ = Cn2^\circ / h2$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

- Cn2º - Casos Novos de 2º Grau: Os processos originários e os em grau de recurso oriundos de instância inferior que foram protocolizados e interpostos para julgamento na Justiça do Trabalho de 2º Grau no período-base (semestre). Excluem-se os recursos internos (embargos de declaração, agravo regimental, agravo do art. 557 do CPC), as cartas precatórias, de ordem e rogatórias recebidas, os precatórios judiciais e as Requisições de Pequeno Valor (RPV's), os recursos destinados aos tribunais superiores e outros procedimentos passíveis de solução por despacho de mero expediente.
- h2 - Número de Habitantes dividido por 100.000: Número de habitantes baseado nas estimativas realizadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística dividido por 100.000 (Fonte: IBGE).

## 2. Litigiosidade.

### 2.1. Litigiosidade de 2º grau

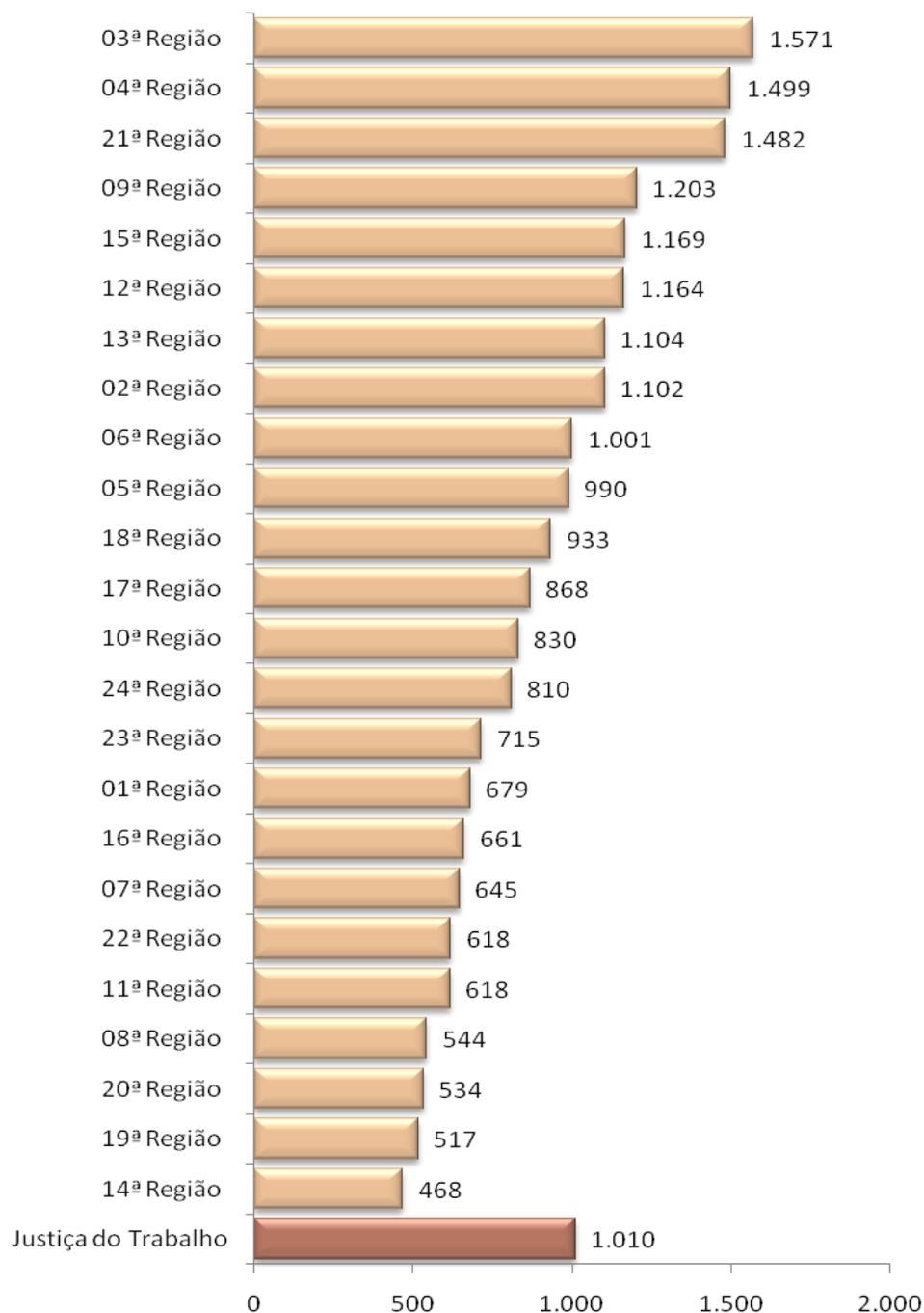
#### 2.1.2. Cm2º - Casos Novos por Magistrado no 2º Grau

Tabela 2.2 - Cm2º - Casos Novos por Magistrado no 2º Grau

Tribunal Regional do Trabalho	Cn2º - Casos Novos de 2º Grau	Mag2º - Total de Magistrados no 2º Grau	Cm2º - Casos Novos por Magistrado no 2º Grau
01ª Região - RJ	36.670	54	679
02ª Região - SP	103.628	94	1.102
03ª Região - MG	56.544	36	1.571
04ª Região - RS	53.968	36	1.499
05ª Região - BA	28.696	29	990
06ª Região - PE	18.010	18	1.001
07ª Região - CE	9.031	14	645
08ª Região - AM e PA	12.516	23	544
09ª Região - PR	33.675	28	1.203
10ª Região - DF e TO	14.117	17	830
11ª Região - AM e RR	8.646	14	618
12ª Região - SC	20.944	18	1.164
13ª Região - PB	8.832	8	1.104
14ª Região - AC e RO	3.741	8	468
15ª Região - Campinas	64.299	55	1.169
16ª Região - MA	5.291	8	661
17ª Região - ES	10.414	12	868
18ª Região - GO	12.123	13	933
19ª Região - AL	4.138	8	517
20ª Região - SE	4.273	8	534
21ª Região - RN	11.859	8	1.482
22ª Região - PI	4.945	8	618
23ª Região - MT	5.723	8	715
24ª Região - MS	6.476	8	810
<b>Justiça do Trabalho</b>	<b>538.559</b>	<b>533</b>	<b>1.010</b>

Fonte: Justiça em Números 2009.

Gráfico 2.2 - Cm2º - Casos Novos por Magistrado no 2º Grau



Glossário:

Cm2º - Casos Novos por Magistrado no 2º Grau

Finalidade: Indicar o número de casos novos que ingressaram ou foram protocolizados na Justiça do Trabalho de 2º Grau, para cada magistrado na Justiça do Trabalho de 2º Grau no período-base (semestre).

Fórmula:  $Cm2^\circ = Cn2^\circ / Mag2^\circ$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

- Cn2º - Casos Novos de 2º Grau: Os processos originários e os em grau de recurso oriundos de instância inferior que foram protocolizados e interpostos para julgamento na Justiça do Trabalho de 2º Grau no período-base (semestre). Excluem-se os recursos internos (embargos de declaração, agravo regimental, agravo do art. 557 do CPC), as cartas precatórias, de ordem e rogatórias recebidas, os precatórios judiciais e as Requisições de Pequeno Valor (RPV's), os recursos destinados aos tribunais superiores e outros procedimentos passíveis de solução por despacho de mero expediente.
- Mag2º = MagE2º

## 2. Litigiosidade.

### 2.1. Litigiosidade de 2º grau

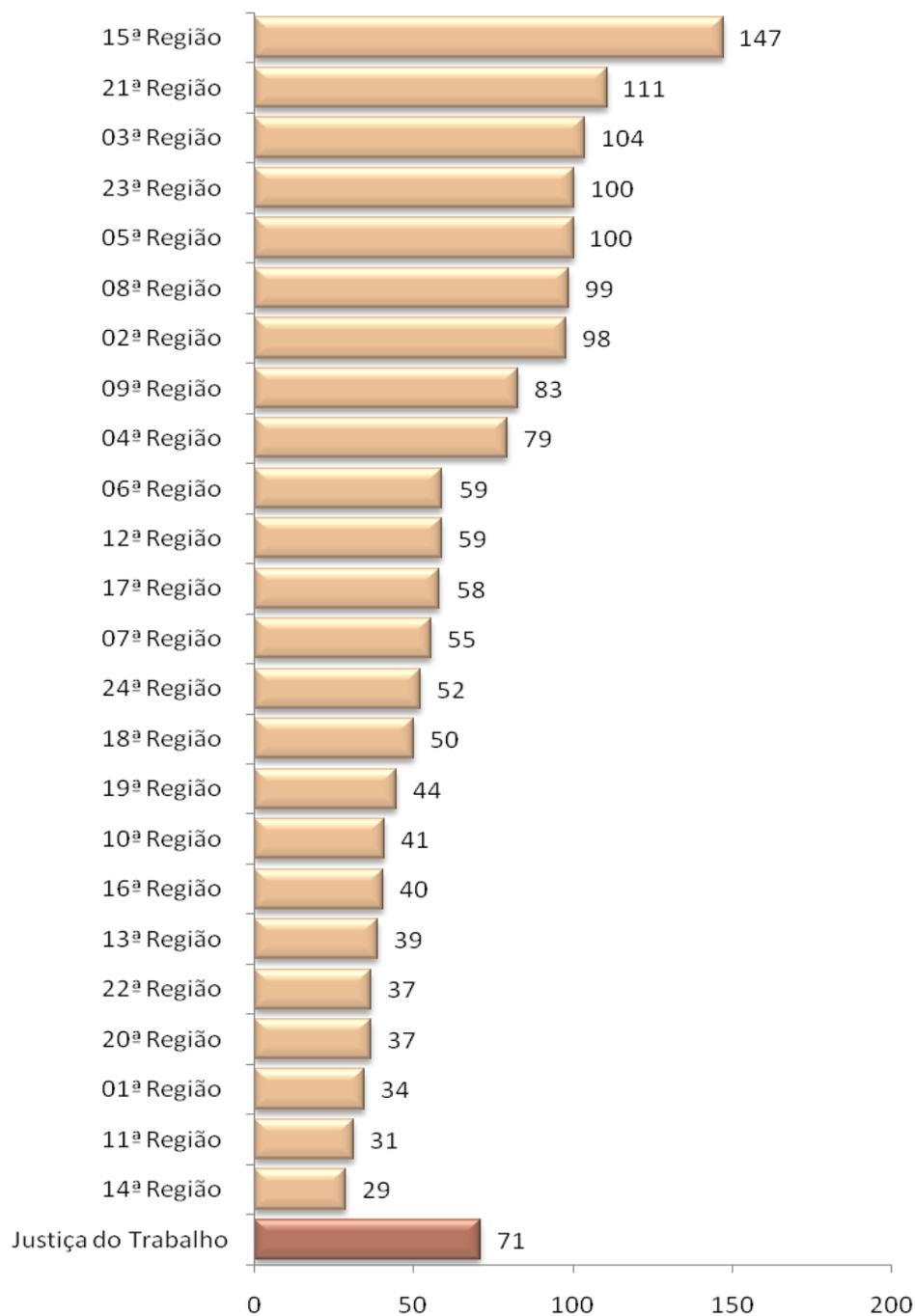
#### 2.1.3. Cs2º - Casos Novos por Servidor no 2º Grau

Tabela 2.3 - Cs2º - Casos Novos por Servidor no 2º Grau

Tribunal Regional do Trabalho	Cn2º - Casos Novos de 2º Grau	SaJud2º - Número de Servidores da Área Judiciária do 2º Grau	Cs2º - Casos Novos por Servidor no 2º Grau
01ª Região - RJ	36.670	1.064	34
02ª Região - SP	103.628	1.058	98
03ª Região - MG	56.544	545	104
04ª Região - RS	53.968	679	79
05ª Região - BA	28.696	286	100
06ª Região - PE	18.010	305	59
07ª Região - CE	9.031	163	55
08ª Região - AM e PA	12.516	127	99
09ª Região - PR	33.675	407	83
10ª Região - DF e TO	14.117	345	41
11ª Região - AM e RR	8.646	279	31
12ª Região - SC	20.944	356	59
13ª Região - PB	8.832	229	39
14ª Região - AC e RO	3.741	130	29
15ª Região - Campinas	64.299	437	147
16ª Região - MA	5.291	131	40
17ª Região - ES	10.414	179	58
18ª Região - GO	12.123	243	50
19ª Região - AL	4.138	93	44
20ª Região - SE	4.273	117	37
21ª Região - RN	11.859	107	111
22ª Região - PI	4.945	135	37
23ª Região - MT	5.723	57	100
24ª Região - MS	6.476	124	52
<b>Justiça do Trabalho</b>	<b>538.559</b>	<b>7.596</b>	<b>71</b>

Fonte: Justiça em Números 2009.

Gráfico 2.3 - Cs2º - Casos Novos por Servidor no 2º Grau



Glossário:

Cs2º - Casos Novos por Servidor no 2º Grau

Finalidade: Indicar o número de casos novos que ingressaram ou foram protocolizados Justiça do Trabalho de 2º Grau para cada servidor lotado na área judiciária da Justiça do Trabalho de 2º Grau no período-base (semestre).

Fórmula:  $Cs2º = Cn2º / SaJud2º$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

- Cn2º - Casos Novos de 2º Grau: Os processos originários e os em grau de recurso oriundos de instância inferior que foram protocolizados e interpostos para julgamento na Justiça do Trabalho de 2º Grau no período-base (semestre). Excluem-se os recursos internos (embargos de declaração, agravo regimental, agravo do art. 557 do CPC), as cartas precatórias, de ordem e rogatórias recebidas, os precatórios judiciais e as Requisições de Pequeno Valor (RPV's), os recursos destinados aos tribunais superiores e outros procedimentos passíveis de solução por despacho de mero expediente.
- SaJud2º - Número de Servidores da Área Judiciária do 2º Grau: Número total de servidores lotados na área judiciária do 2º grau da Justiça do Trabalho, em efetiva atividade no final do período-base (semestre), abrangendo os servidores efetivos (exceto cedidos), os requisitados e os ocupantes apenas de cargo em comissão.

**2. Litigiosidade.**
**2.1. Litigiosidade de 2º grau**
**2.1.4. K2º - Carga de Trabalho dos Magistrados no 2º Grau**

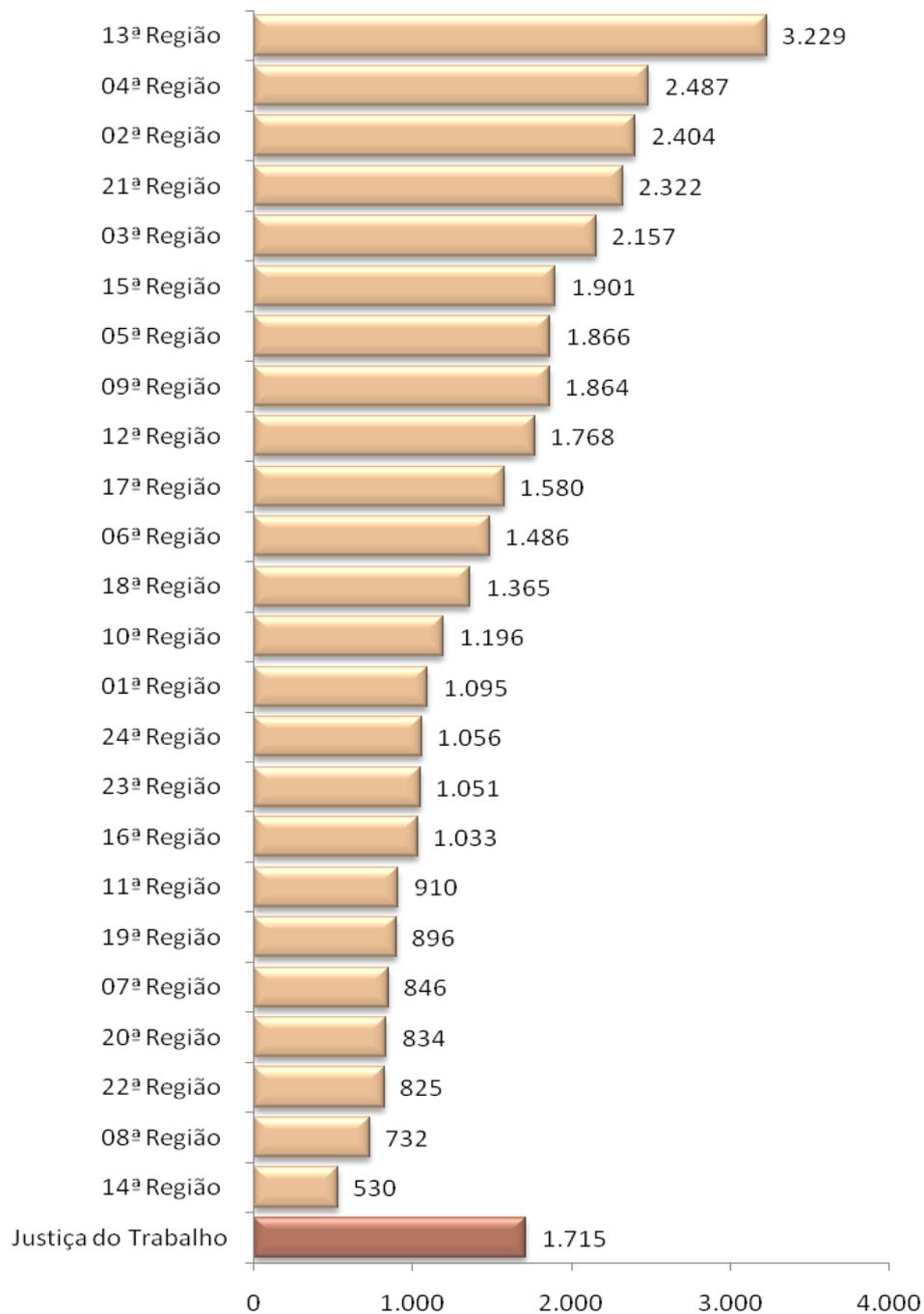
Tabela 2.4 - K2º - Carga de Trabalho dos Magistrados no 2º Grau

Tribunal Regional do Trabalho	Cn2º - Casos Novos de 2º Grau	Cp2º - Casos Pendentes no 2º Grau	RInt2º - Recursos Internos no 2º Grau	RIntP2º - Recursos Internos Pendentes no 2º Grau	Mag2º - Total de Magistrados no 2º Grau	K2º - Carga de Trabalho dos Magistrados no 2º Grau
01ª Região - RJ	36.670	10.039	11.779	632	54	1.095
02ª Região - SP	103.628	96.090	22.976	3.251	94	2.404
03ª Região - MG	56.544	6.196	14.371	527	36	2.157
04ª Região - RS	53.968	21.686	13.152	722	36	2.487
05ª Região - BA	28.696	16.995	6.838	1.583	29	1.866
06ª Região - PE	18.010	4.754	3.754	230	18	1.486
07ª Região - CE	9.031	1.697	1.122	nd	14	846
08ª Região - AM e PA	12.516	2.017	2.202	98	23	732
09ª Região - PR	33.675	8.627	9.219	662	28	1.864
10ª Região - DF e TO	14.117	3.014	3.006	202	17	1.196
11ª Região - AM e RR	8.646	1.959	1.593	545	14	910
12ª Região - SC	20.944	5.940	4.517	430	18	1.768
13ª Região - PB	8.832	2.986	10.628	3.387	8	3.229
14ª Região - AC e RO	3.741	171	329	2	8	530
15ª Região - Campinas	64.299	25.175	13.125	1.960	55	1.901
16ª Região - MA	5.291	2.224	616	129	8	1.033
17ª Região - ES	10.414	3.656	4.106	786	12	1.580
18ª Região - GO	12.123	3.153	2.401	62	13	1.365
19ª Região - AL	4.138	2.172	805	55	8	896
20ª Região - SE	4.273	1.287	1.098	12	8	834
21ª Região - RN	11.859	5.245	1.474	0	8	2.322
22ª Região - PI	4.945	837	746	72	8	825
23ª Região - MT	5.723	1.511	1.146	30	8	1.051
24ª Região - MS	6.476	813	1.116	39	8	1.056
<b>Justiça do Trabalho</b>	<b>538.559</b>	<b>228.244</b>	<b>132.119</b>	<b>15.416</b>	<b>533</b>	<b>1.715</b>

Fonte: Justiça em Números 2009.

Obs: 'nd' significa que o dado não está disponível.

Gráfico 2.4 - K2º - Carga de Trabalho dos Magistrados no 2º Grau



Obs: 'nd' significa que o dado não está disponível.

Glossário:

K2º - Carga de Trabalho dos Magistrados no 2º Grau

Finalidade: Indicar a carga de trabalho dos Magistrados da Justiça do Trabalho de 2º Grau no período-base (semestre).

Fórmula:  $K2^\circ = (Cn2^\circ + Cp2^\circ + RInt2^\circ + RIntP2^\circ) / Mag2^\circ$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

- Cn2º - Casos Novos de 2º Grau: Os processos originários e os em grau de recurso oriundos de instância inferior que foram protocolizados e interpostos para julgamento na Justiça do Trabalho de 2º Grau no período-base (semestre). Excluem-se os recursos internos (embargos de declaração, agravo regimental, agravo do art. 557 do CPC), as cartas precatórias, de ordem e rogatórias recebidas, os precatórios judiciais e as Requisições de Pequeno Valor (RPV's), os recursos destinados aos tribunais superiores e outros procedimentos passíveis de solução por despacho de mero expediente.
- Cp2º - Casos Pendentes no 2º Grau: Saldo residual de processos originários e os em grau de recurso oriundos de instância inferior que foram protocolizados e interpostos para julgamento na Justiça do Trabalho de 2º Grau até o final do período anterior ao período-base (semestre) e que não foram baixados até o final do período anterior ao período-base (semestre). Excluem-se os recursos internos (embargos de declaração, agravo regimental, agravo do art. 557 do CPC), as cartas precatórias, de ordem e rogatórias recebidas, os precatórios judiciais e as Requisições de Pequeno Valor (RPV's), os recursos destinados aos tribunais superiores e outros procedimentos passíveis de solução por despacho de mero expediente.
- RInt2º - Recursos Internos no 2º Grau: Os recursos interpostos de decisão de 2º Grau para julgamento no mesmo grau de jurisdição, no período-base (semestre), abrangendo os embargos de declaração, os agravos regimentais e os agravos do art. 557 do CPC e outros recursos regimentais.
- RIntP2º - Recursos Internos Pendentes no 2º Grau: Saldo residual de recursos interpostos contra decisão do 2º Grau, até o final do período anterior ao período-base (semestre), para julgamento no mesmo grau de jurisdição e que não foram decididos até o final do período anterior ao período-base (semestre), abrangendo embargos de declaração e infringentes, os agravos regimentais, os agravos do art. 557 do CPC e outros recursos regimentais.
- $Mag2^\circ = MagE2^\circ$

**2. Litigiosidade.**
**2.1. Litigiosidade de 2º grau**
**2.1.5. TC2º - Taxa de Congestionamento no 2º Grau**

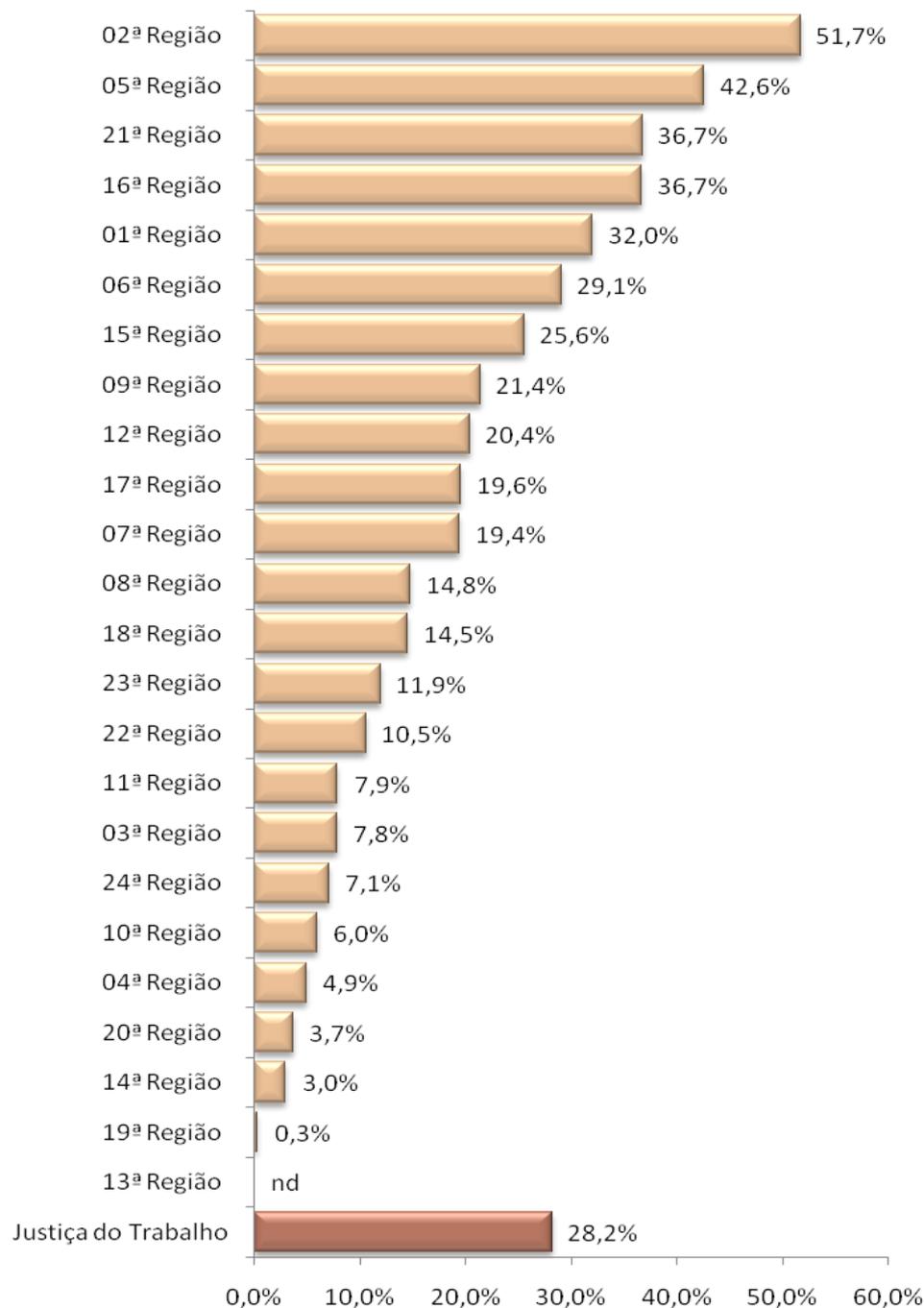
Tabela 2.5 - TC2º - Taxa de Congestionamento no 2º Grau

Tribunal Regional do Trabalho	TBaix2º - Total de Processos Baixados no 2º Grau	Cn2º - Casos Novos de 2º Grau	Cp2º - Casos Pendentes no 2º Grau	TC2º - Taxa de Congestionamento no 2º Grau
01ª Região - RJ	31.747	36.670	10.039	32,0%
02ª Região - SP	96.465	103.628	96.090	51,7%
03ª Região - MG	57.851	56.544	6.196	7,8%
04ª Região - RS	71.929	53.968	21.686	4,9%
05ª Região - BA	26.219	28.696	16.995	42,6%
06ª Região - PE	16.150	18.010	4.754	29,1%
07ª Região - CE	8.644	9.031	1.697	19,4%
08ª Região - AM e PA	12.380	12.516	2.017	14,8%
09ª Região - PR	33.250	33.675	8.627	21,4%
10ª Região - DF e TO	16.107	14.117	3.014	6,0%
11ª Região - AM e RR	9.768	8.646	1.959	7,9%
12ª Região - SC	21.401	20.944	5.940	20,4%
13ª Região - PB	nd	8.832	2.986	nd
14ª Região - AC e RO	3.795	3.741	171	3,0%
15ª Região - Campinas	66.608	64.299	25.175	25,6%
16ª Região - MA	4.760	5.291	2.224	36,7%
17ª Região - ES	11.312	10.414	3.656	19,6%
18ª Região - GO	13.056	12.123	3.153	14,5%
19ª Região - AL	6.289	4.138	2.172	0,3%
20ª Região - SE	5.353	4.273	1.287	3,7%
21ª Região - RN	10.825	11.859	5.245	36,7%
22ª Região - PI	5.172	4.945	837	10,5%
23ª Região - MT	6.370	5.723	1.511	11,9%
24ª Região - MS	6.774	6.476	813	7,1%
<b>Justiça do Trabalho</b>	<b>542.225</b>	<b>538.559</b>	<b>228.244</b>	<b>28,2%</b>

Fonte: Justiça em Números 2009.

Obs: 'nd' significa que o dado não está disponível.

Gráfico 2.5 - TC2º - Taxa de Congestionamento no 2º Grau



Obs: 'nd' significa que o dado não está disponível.

Glossário:

TC2º - Taxa de Congestionamento no 2º Grau

Finalidade: Indicar a taxa de congestionamento no 2º Grau da Justiça do Trabalho.

Fórmula:  $TC2^\circ = 1 - (TBaix2^\circ / (Cn2^\circ + Cp2^\circ))$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

- TBaix2º - Total de Processos Baixados no 2º Grau : Os processos originários e em grau de recurso oriundos de instância inferior, que foram baixados pela Justiça do Trabalho de 2º Grau no período-base (semestre). Consideram-se baixados os processos: a) remetidos para outros órgãos judiciais competentes, desde que vinculados a tribunais diferentes; b) remetidos para as instâncias superiores ou inferiores; c) arquivados definitivamente. Não se constituem por baixas as remessas para cumprimento de diligências e as entregas para carga/vista. Havendo mais de um movimento de baixa no mesmo processo, apenas o primeiro deve ser considerado. Incluem-se apenas as baixas nas classes processuais compreendidas na variável Cn2º - Casos Novos no 2º grau.

- Cn2º - Casos Novos de 2º Grau: Os processos originários e os em grau de recurso oriundos de instância inferior que foram protocolizados e interpostos para julgamento na Justiça do Trabalho de 2º Grau no período-base (semestre). Excluem-se os recursos internos (embargos de declaração, agravo regimental, agravo do art. 557 do CPC), as cartas precatórias, de ordem e rogatórias recebidas, os precatórios judiciais e as Requisições de Pequeno Valor (RPV's), os recursos destinados aos tribunais superiores e outros procedimentos passíveis de solução por despacho de mero expediente.

- Cp2º - Casos Pendentes no 2º Grau: Saldo residual de processos originários e os em grau de recurso oriundos de instância inferior que foram protocolizados e interpostos para julgamento na Justiça do Trabalho de 2º Grau até o final do período anterior ao período-base (semestre) e que não foram baixados até o final do período anterior ao período-base (semestre). Excluem-se os recursos internos (embargos de declaração, agravo regimental, agravo do art. 557 do CPC), as cartas precatórias, de ordem e rogatórias recebidas, os precatórios judiciais e as Requisições de Pequeno Valor (RPV's), os recursos destinados aos tribunais superiores e outros procedimentos passíveis de solução por despacho de mero expediente.

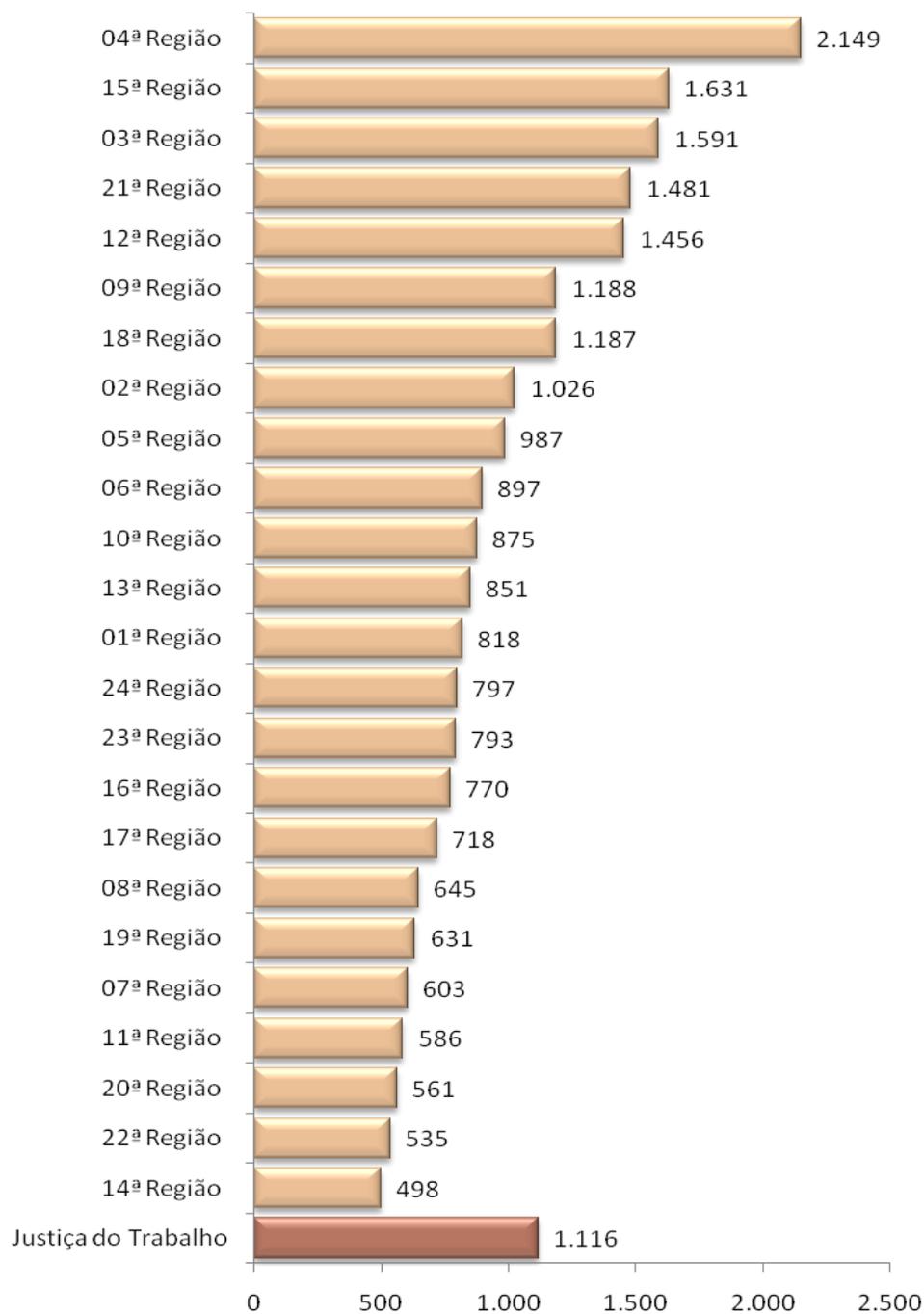
**2. Litigiosidade.**
**2.1. Litigiosidade de 2º grau**
**2.1.6. DTM2º - Decisões Terminativas de Processo por Magistrado no 2º Grau**

Tabela 2.6 - DTM2º - Decisões Terminativas de Processo por Magistrado no 2º Grau

<b>Tribunal Regional do Trabalho</b>	<b>Dec2º - Decisões que põem fim à relação processual no 2º Grau</b>	<b>Mag2º - Total de Magistrados no 2º Grau</b>	<b>DTM2º - Decisões Terminativas de Processo por Magistrado no 2º Grau</b>
01ª Região - RJ	44.195	54	818
02ª Região - SP	96.465	94	1.026
03ª Região - MG	57.286	36	1.591
04ª Região - RS	77.381	36	2.149
05ª Região - BA	28.618	29	987
06ª Região - PE	16.150	18	897
07ª Região - CE	8.440	14	603
08ª Região - AM e PA	14.839	23	645
09ª Região - PR	33.250	28	1.188
10ª Região - DF e TO	14.869	17	875
11ª Região - AM e RR	8.203	14	586
12ª Região - SC	26.202	18	1.456
13ª Região - PB	6.807	8	851
14ª Região - AC e RO	3.981	8	498
15ª Região - Campinas	89.725	55	1.631
16ª Região - MA	6.157	8	770
17ª Região - ES	8.615	12	718
18ª Região - GO	15.433	13	1.187
19ª Região - AL	5.048	8	631
20ª Região - SE	4.485	8	561
21ª Região - RN	11.849	8	1.481
22ª Região - PI	4.279	8	535
23ª Região - MT	6.340	8	793
24ª Região - MS	6.374	8	797
<b>Justiça do Trabalho</b>	<b>594.991</b>	<b>533</b>	<b>1.116</b>

Fonte: Justiça em Números 2009.

Gráfico 2.6 - DTM2<sup>o</sup> - Decisões Terminativas de Processo por Magistrado no 2<sup>o</sup> Grau



Glossário:

DTM2º - Decisões Terminativas de Processo por Magistrado no 2º Grau

Finalidade: Indicar a média de decisões terminativas de processo por Magistrado de 2º Grau no período-base (semestre).

Fórmula:  $DTM2^\circ = Dec2^\circ / Mag2^\circ$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

- Dec2º - Decisões que põem fim à relação processual no 2º Grau: Todas as decisões colegiadas e monocráticas que põem fim à relação processual no 2º Grau, excluindo os despachos de mero expediente, as decisões interlocutórias e as decisões de embargos de declaração no período-base (semestre). Havendo mais de uma decisão no mesmo processo, todas devem ser consideradas. Incluem-se apenas as decisões nas classes processuais compreendidas na variável Cn2º - Casos Novos no 2º Grau.

- $Mag2^\circ = MagE2^\circ$

**2. Litigiosidade.**
**2.1. Litigiosidade de 2º grau**
**2.1.7. ProcElet2º - Índice de Processos Eletrônicos no 2º Grau**

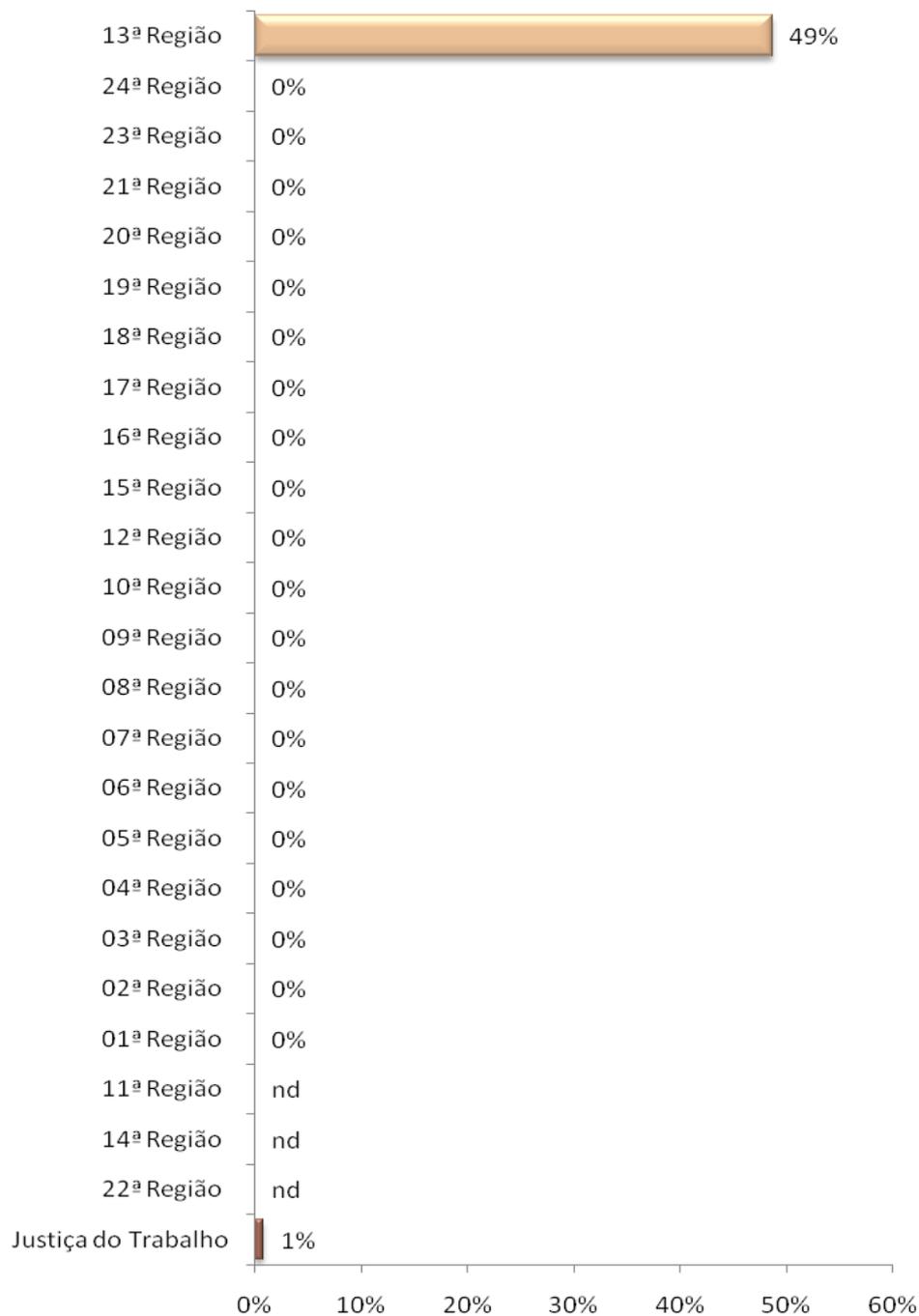
Tabela 2.7 - ProcElet2º - Índice de Processos Eletrônicos no 2º Grau

Tribunal Regional do Trabalho	CnElet2º - Casos Novos Eletrônicos no 2º Grau	Cn2º - Casos Novos de 2º Grau	ProcElet2º - Índice de Processos Eletrônicos no 2º Grau
01ª Região - RJ	0	36.670	0%
02ª Região - SP	0	103.628	0%
03ª Região - MG	0	56.544	0%
04ª Região - RS	0	53.968	0%
05ª Região - BA	0	28.696	0%
06ª Região - PE	0	18.010	0%
07ª Região - CE	0	9.031	0%
08ª Região - AM e PA	0	12.516	0%
09ª Região - PR	0	33.675	0%
10ª Região - DF e TO	0	14.117	0%
11ª Região - AM e RR	nd	8.646	nd
12ª Região - SC	0	20.944	0%
13ª Região - PB	4.308	8.832	49%
14ª Região - AC e RO	nd	3.741	nd
15ª Região - Campinas	0	64.299	0%
16ª Região - MA	0	5.291	0%
17ª Região - ES	0	10.414	0%
18ª Região - GO	0	12.123	0%
19ª Região - AL	0	4.138	0%
20ª Região - SE	0	4.273	0%
21ª Região - RN	0	11.859	0%
22ª Região - PI	nd	4.945	nd
23ª Região - MT	0	5.723	0%
24ª Região - MS	0	6.476	0%
<b>Justiça do Trabalho</b>	<b>4.308</b>	<b>538.559</b>	<b>1%</b>

Fonte: Justiça em Números 2009.

Obs: 'nd' significa que o dado não está disponível.

Gráfico 2.7 - ProcEI2º - Índice de Processos Eletrônicos no 2º Grau



Obs: 'nd' significa que o dado não está disponível.

### Glossário:

ProcEI2º - Índice de Processos Eletrônicos no 2º Grau

Finalidade: Demonstrar o percentual de processos que ingressaram por meio eletrônico em relação ao total de processos ingressados no 2º grau da Justiça do Trabalho no período-base (semestre).

Fórmula:  $\text{ProcEI2º} = \text{CnElet2º} / \text{Cn2º}$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

- CnElet2º - Casos Novos Eletrônicos no 2º Grau: Os processos eletrônicos, originários e em grau de recurso oriundos de instância inferior, que ingressaram na Justiça do Trabalho de 2º Grau no período-base (semestre). Incluem-se apenas as classes processuais compreendidas na variável Cn2º - Casos Novos de 2º Grau.
- Cn2º - Casos Novos de 2º Grau: Os processos originários e os em grau de recurso oriundos de instância inferior que foram protocolizados e interpostos para julgamento na Justiça do Trabalho de 2º Grau no período-base (semestre). Excluem-se os recursos internos (embargos de declaração, agravo regimental, agravo do art. 557 do CPC), as cartas precatórias, de ordem e rogatórias recebidas, os precatórios judiciais e as Requisições de Pequeno Valor (RPV's), os recursos destinados aos tribunais superiores e outros procedimentos passíveis de solução por despacho de mero expediente.

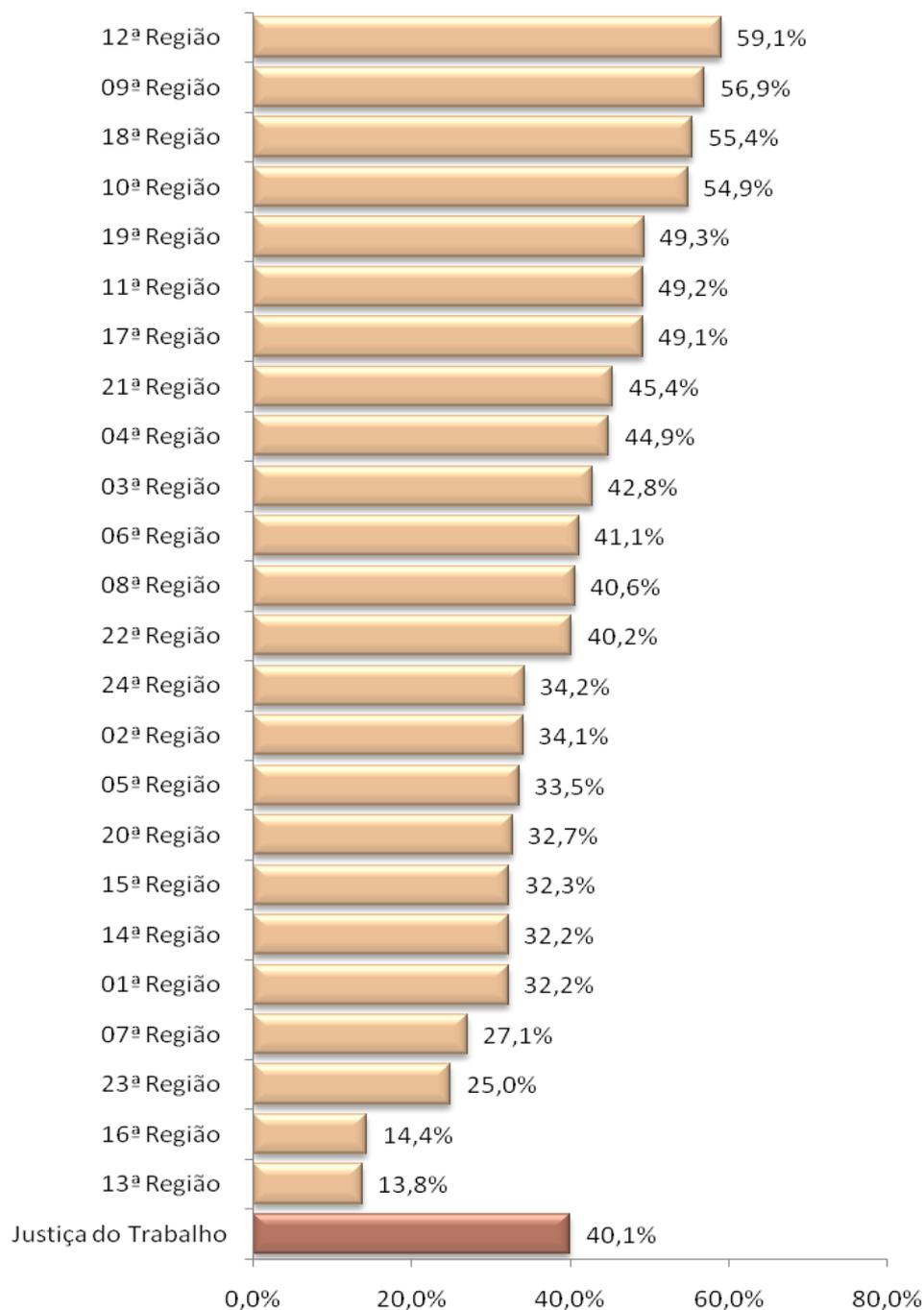
**2. Litigiosidade.**
**2.1. Litigiosidade de 2º grau**
**2.1.8. Rx2º - Recorribilidade Externa de 2º grau**

Tabela 2.8 - Rx2º - Recorribilidade Externa de 2º grau

<b>Tribunal Regional do Trabalho</b>	<b>Rsup2º - Recursos à Instância Superior no 2º Grau</b>	<b>Apublic2º - Acórdãos Publicados no 2º Grau</b>	<b>Rx2º - Recorribilidade Externa de 2º grau</b>
01ª Região - RJ	13.722	42.561	32,2%
02ª Região - SP	31.473	92.348	34,1%
03ª Região - MG	23.122	54.010	42,8%
04ª Região - RS	27.593	61.510	44,9%
05ª Região - BA	8.719	26.007	33,5%
06ª Região - PE	6.628	16.127	41,1%
07ª Região - CE	2.323	8.586	27,1%
08ª Região - AM e PA	4.809	11.853	40,6%
09ª Região - PR	19.260	33.836	56,9%
10ª Região - DF e TO	5.901	10.749	54,9%
11ª Região - AM e RR	3.573	7.266	49,2%
12ª Região - SC	12.316	20.854	59,1%
13ª Região - PB	27	196	13,8%
14ª Região - AC e RO	1.049	3.253	32,2%
15ª Região - Campinas	22.346	69.241	32,3%
16ª Região - MA	767	5.339	14,4%
17ª Região - ES	4.405	8.966	49,1%
18ª Região - GO	6.771	12.221	55,4%
19ª Região - AL	1.921	3.897	49,3%
20ª Região - SE	1.485	4.537	32,7%
21ª Região - RN	5.723	12.608	45,4%
22ª Região - PI	1.871	4.658	40,2%
23ª Região - MT	1.524	6.107	25,0%
24ª Região - MS	2.083	6.091	34,2%
<b>Justiça do Trabalho</b>	<b>209.411</b>	<b>522.821</b>	<b>40,1%</b>

Fonte: Justiça em Números 2009.

Gráfico 2.8 - Rx2º - Recorribilidade Externa de 2º grau



Glossário:

Rx2º - Recorribilidade Externa de 2º grau

Finalidade: Indicar o número de recursos endereçados aos Tribunais Superiores em relação ao número de acórdãos publicados pelos Tribunais Regionais do Trabalho passíveis de recurso no período-base (semestre).

Fórmula:  $Rx2^\circ = R_{sup2^\circ} / A_{public2^\circ}$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

- R<sub>sup2º</sub> - Recursos à Instância Superior no 2º Grau: Os recursos interpostos de acórdãos em processos judiciais de Tribunais de 2º Grau e endereçados aos Tribunais Superiores no período-base (semestre).
- A<sub>public2º</sub> - Acórdãos Publicados no 2º Grau: Os acórdãos em processos judiciais publicados pelo tribunal de 2º Grau passíveis de recurso para os Tribunais Superiores no período-base (semestre), excluídos os acórdãos proferidos em embargos de declaração.

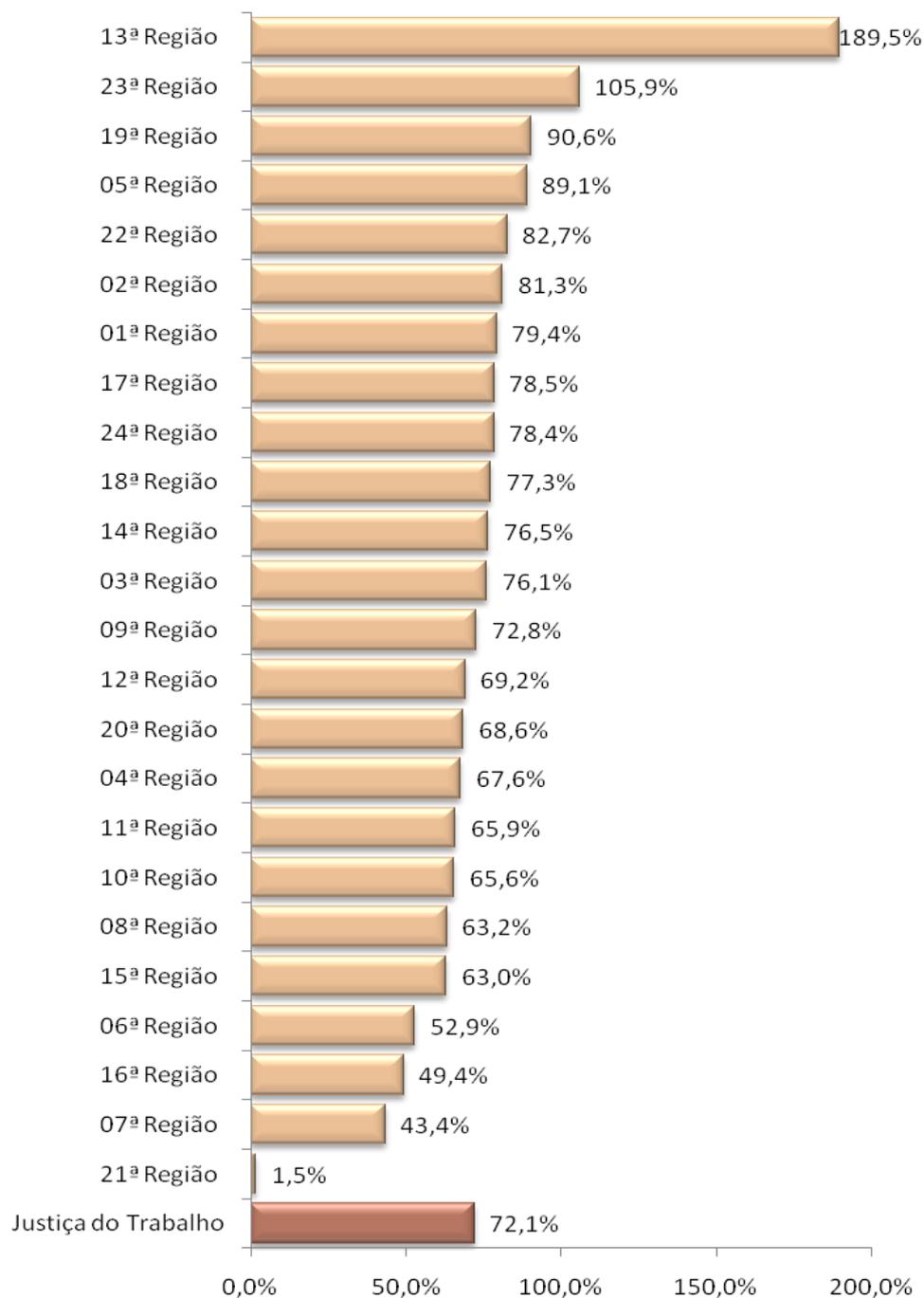
**2. Litigiosidade.**
**2.1. Litigiosidade de 2º grau**
**2.1.9. RxAI2º - Recorribilidade Externa de Agravo de Instrumento para o TST**

Tabela 2.9 - RxAI2º - Recorribilidade Externa de Agravo de Instrumento para o TST

<b>Tribunal Regional do Trabalho</b>	<b>AI2º - Agravos às Decisões Denegatórias de Admissibilidade de Recurso de Revista e Recurso Ordinário para o TST</b>	<b>DA2º - Decisões denegatórias de admissibilidade de Recurso de Revista e de Recurso Ordinário para o TST</b>	<b>RxAI2º - Recorribilidade Externa de Agravo de Instrumento para o TST</b>
01ª Região - RJ	10.982	13.837	79,4%
02ª Região - SP	20.574	25.309	81,3%
03ª Região - MG	14.571	19.159	76,1%
04ª Região - RS	13.986	20.689	67,6%
05ª Região - BA	6.874	7.716	89,1%
06ª Região - PE	2.915	5.515	52,9%
07ª Região - CE	762	1.756	43,4%
08ª Região - AM e PA	2.520	3.987	63,2%
09ª Região - PR	6.068	8.337	72,8%
10ª Região - DF e TO	3.655	5.568	65,6%
11ª Região - AM e RR	1.676	2.543	65,9%
12ª Região - SC	4.158	6.010	69,2%
13ª Região - PB	1.099	580	189,5%
14ª Região - AC e RO	678	886	76,5%
15ª Região - Campinas	10.600	16.837	63,0%
16ª Região - MA	269	545	49,4%
17ª Região - ES	1.754	2.234	78,5%
18ª Região - GO	2.733	3.534	77,3%
19ª Região - AL	1.094	1.208	90,6%
20ª Região - SE	772	1.125	68,6%
21ª Região - RN	47	3.082	1,5%
22ª Região - PI	863	1.044	82,7%
23ª Região - MT	1.439	1.359	105,9%
24ª Região - MS	1.416	1.805	78,4%
<b>Justiça do Trabalho</b>	<b>111.505</b>	<b>154.665</b>	<b>72,1%</b>

Fonte: Justiça em Números 2009.

Gráfico 2.9 - RxAl2º - Recorribilidade Externa de Agravo de Instrumento para o TST



Glossário:

RxAI2º - Recorribilidade Externa de Agravo de Instrumento para o TST

Finalidade: Indicar o número de recursos de agravo de instrumento interpostos ao Tribunal Superior do Trabalho em relação ao número de decisões denegatórias de seguimento a recursos proferidas pelo 2º Grau da Justiça do Trabalho.

Fórmula:  $RxAI2^\circ = AI2^\circ / DA2^\circ$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

- AI2º - Agravos às Decisões Denegatórias de Admissibilidade de Recurso de Revista e Recurso Ordinário para o TST: Os recursos de agravos de instrumento interpostos contra as decisões proferidas pela Justiça do Trabalho de 2º Grau denegatórias de admissibilidade de recursos para o TST (de revista e recurso ordinário) no período-base (semestre).
- DA2º - Decisões denegatórias de admissibilidade de Recurso de Revista e de Recurso Ordinário para o TST: O número de decisões proferidas pela Justiça do Trabalho de 2º Grau denegatórias de seguimento a recursos de revista e a recursos ordinários para o TST no período-base (semestre).

**2. Litigiosidade.**
**2.1. Litigiosidade de 2º grau**
**2.1.10. Rin2º - Recorribilidade Interna de 2º Grau**

Tabela 2.10 - Rin2º - Recorribilidade Interna de 2º Grau

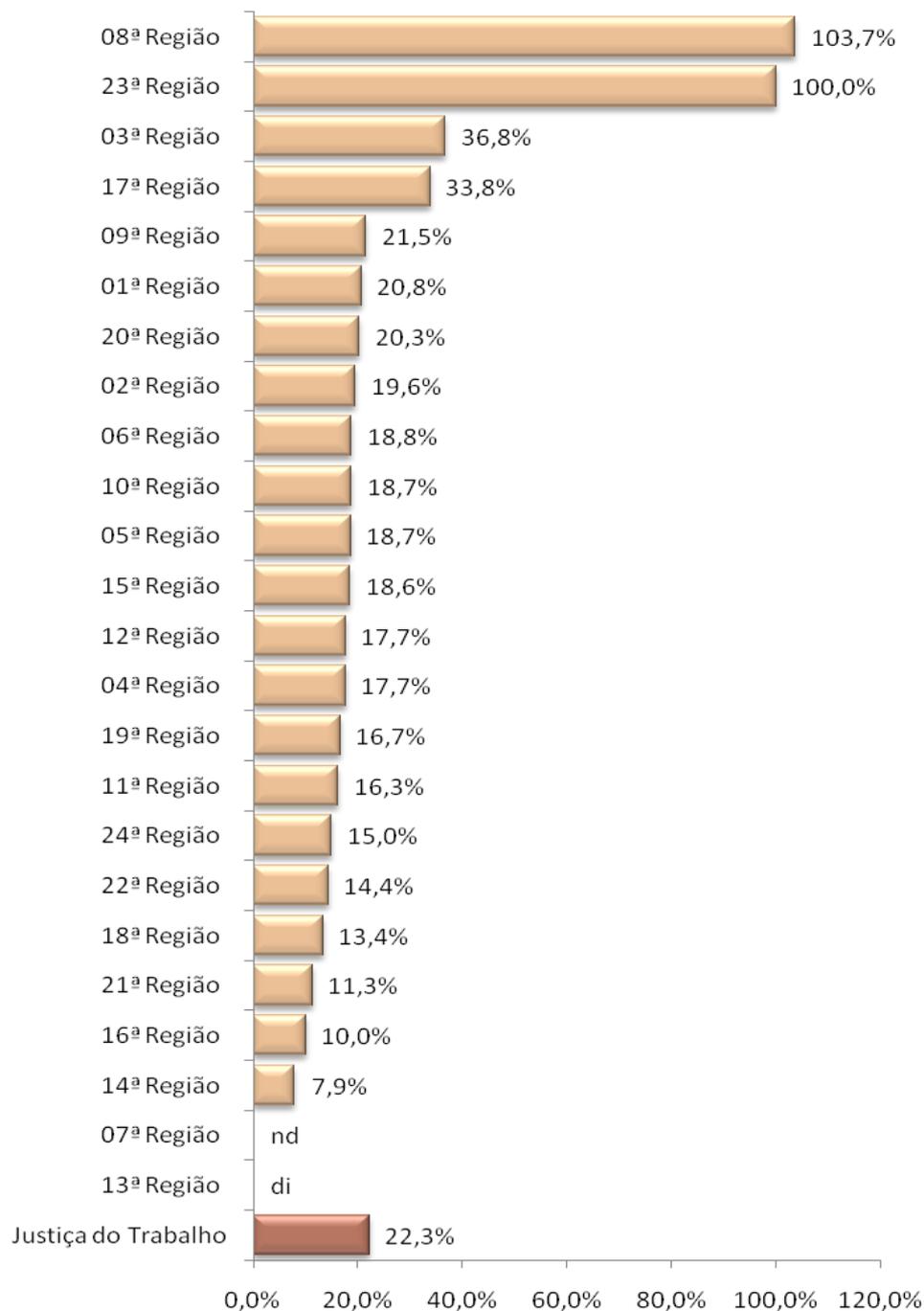
<b>Tribunal Regional do Trabalho</b>	<b>RInt2º - Recursos Internos no 2º Grau</b>	<b>DeRInt2º - Decisões Passíveis de Recurso Interno no 2º Grau</b>	<b>Rin2º - Recorribilidade Interna de 2º Grau</b>
01ª Região - RJ	11.779	56.756	20,8%
02ª Região - SP	22.976	117.274	19,6%
03ª Região - MG	14.371	39.022	36,8%
04ª Região - RS	13.152	74.501	17,7%
05ª Região - BA	6.838	36.556	18,7%
06ª Região - PE	3.754	19.929	18,8%
07ª Região - CE	1.122	nd	nd
08ª Região - AM e PA	2.202	2.123	103,7%
09ª Região - PR	9.219	42.791	21,5%
10ª Região - DF e TO	3.006	16.036	18,7%
11ª Região - AM e RR	1.593	9.768	16,3%
12ª Região - SC	4.517	25.551	17,7%
13ª Região - PB	10.628	139	7646%(*)
14ª Região - AC e RO	329	4.139	7,9%
15ª Região - Campinas	13.125	70.646	18,6%
16ª Região - MA	616	6.157	10,0%
17ª Região - ES	4.106	12.131	33,8%
18ª Região - GO	2.401	17.969	13,4%
19ª Região - AL	805	4.817	16,7%
20ª Região - SE	1.098	5.399	20,3%
21ª Região - RN	1.474	13.081	11,3%
22ª Região - PI	746	5.172	14,4%
23ª Região - MT	1.146	1.146	100,0%
24ª Região - MS	1.116	7.447	15,0%
<b>Justiça do Trabalho</b>	<b>132.119</b>	<b>588.550</b>	<b>22,3%</b>

Fonte: Justiça em Números 2009.

Obs: 'nd' significa que o dado não está disponível.

(\*) di: Valor apresentado está muito acima da média da Justiça.

Gráfico 2.10 - Rin2º - Recorribilidade Interna de 2º Grau



Obs: 'nd' significa que o dado não está disponível.

(\*): di: Valor apresentado está muito acima da média da Justiça.

Glossário:

Rin2º - Recorribilidade Interna de 2º Grau

Finalidade: Indicar o número de recursos internos interpostos na Justiça do Trabalho de 2º Grau em relação ao número de decisões proferidas pelo 2º Grau da Justiça do Trabalho.

Fórmula:  $Rin2^\circ = RInt2^\circ / DeRint2^\circ$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

- RInt2º - Recursos Internos no 2º Grau: Os recursos interpostos de decisão de 2º Grau para julgamento no mesmo grau de jurisdição, no período-base (semestre), abrangendo os embargos de declaração, os agravos regimentais e os agravos do art. 557 do CPC e outros recursos regimentais.
- DeRInt2º - Decisões Passíveis de Recurso Interno no 2º Grau: As decisões, colegiadas e monocráticas, proferidas no âmbito da Justiça do Trabalho de 2º Grau, das quais caiba recurso (embargos de declaração, agravos regimentais, agravos do art. 557 do CPC e outros recursos regimentais) para o próprio Tribunal no período-base (semestre), incluídas as decisões proferidas nestes recursos.

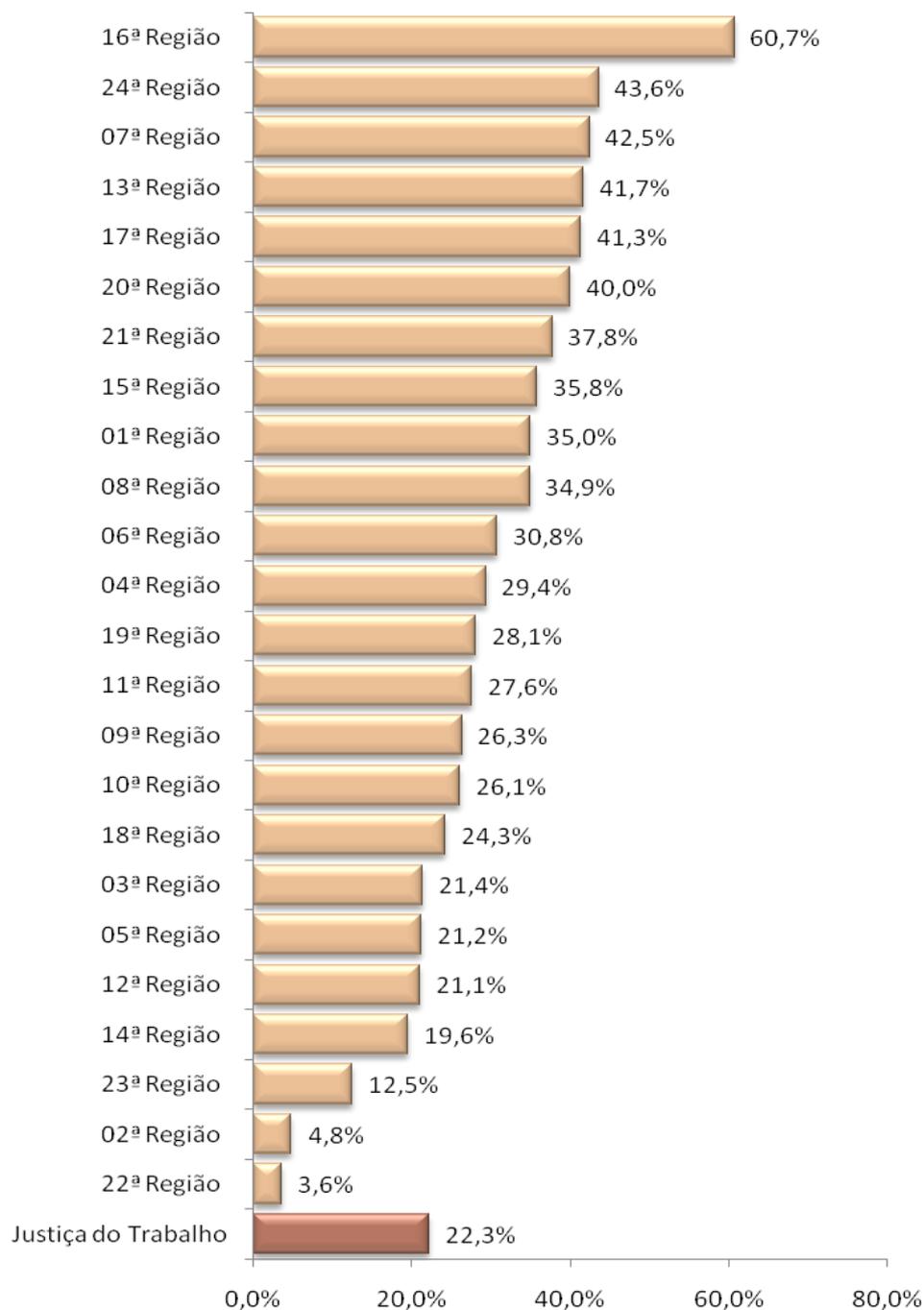
**2. Litigiosidade.**
**2.1. Litigiosidade de 2º grau**
**2.1.11. Rin2ªa - Recorribilidade Interna de Decisão Monocrática de 2º Grau**

Tabela 2.11 - Rin2ªa - Recorribilidade Interna de Decisão Monocrática de 2º Grau

<b>Tribunal Regional do Trabalho</b>	<b>Ag2º - Agravos de Recursos e Agravos do art. 557 de 2º Grau</b>	<b>DeMono2º - Decisões Monocráticas no 2º Grau</b>	<b>Rin2ªa - Recorribilidade Interna de Decisão Monocrática de 2º Grau</b>
01ª Região - RJ	339	968	35,0%
02ª Região - SP	251	5.216	4,8%
03ª Região - MG	428	2.004	21,4%
04ª Região - RS	429	1.461	29,4%
05ª Região - BA	349	1.645	21,2%
06ª Região - PE	191	621	30,8%
07ª Região - CE	82	193	42,5%
08ª Região - AM e PA	282	808	34,9%
09ª Região - PR	162	615	26,3%
10ª Região - DF e TO	228	873	26,1%
11ª Região - AM e RR	315	1.141	27,6%
12ª Região - SC	165	782	21,1%
13ª Região - PB	10	24	41,7%
14ª Região - AC e RO	70	358	19,6%
15ª Região - Campinas	676	1.887	35,8%
16ª Região - MA	51	84	60,7%
17ª Região - ES	119	288	41,3%
18ª Região - GO	150	618	24,3%
19ª Região - AL	56	199	28,1%
20ª Região - SE	52	130	40,0%
21ª Região - RN	99	262	37,8%
22ª Região - PI	2	56	3,6%
23ª Região - MT	36	287	12,5%
24ª Região - MS	51	117	43,6%
<b>Justiça do Trabalho</b>	<b>4.593</b>	<b>20.637</b>	<b>22,3%</b>

Fonte: Justiça em Números 2009.

Gráfico 2.11 - Rin2ªa - Recorribilidade Interna de Decisão Monocrática de 2º Grau



### Glossário:

Rin2<sup>ª</sup>a - Recorribilidade Interna de Decisão Monocrática de 2<sup>º</sup> Grau

Finalidade: Indicar o número de recursos de agravos (regimentais ou do art. 557 do CPC) interpostos na Justiça do Trabalho de 2<sup>º</sup> Grau em relação ao número de decisões monocráticas proferidas pelo 2<sup>º</sup> Grau da Justiça do Trabalho.

Fórmula:  $Rin2^{ª}a = Ag2^{º} / DeMono2^{º}$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

- Ag2<sup>º</sup> - Agravos de Recursos e Agravos do art. 557 de 2<sup>º</sup> Grau: Os Agravos Regimentais e os Agravos do art. 557 interpostos na Justiça do Trabalho de 2<sup>º</sup> Grau no período-base (semestre). Excluem-se os agravos regimentais em decisões correicionais.
- DeMono2<sup>º</sup> - Decisões Monocráticas no 2<sup>º</sup> Grau: As decisões monocráticas proferidas na Justiça do Trabalho de 2<sup>º</sup> Grau que solucionem processos originários ou recursos no período-base (semestre). Devem ser excluídas as decisões de natureza correicionais.

**2. Litigiosidade.**
**2.1. Litigiosidade de 2º grau**
**2.1.12. Rin2ºb - Recorribilidade Interna de Embargos de Declaração no 2º Grau**

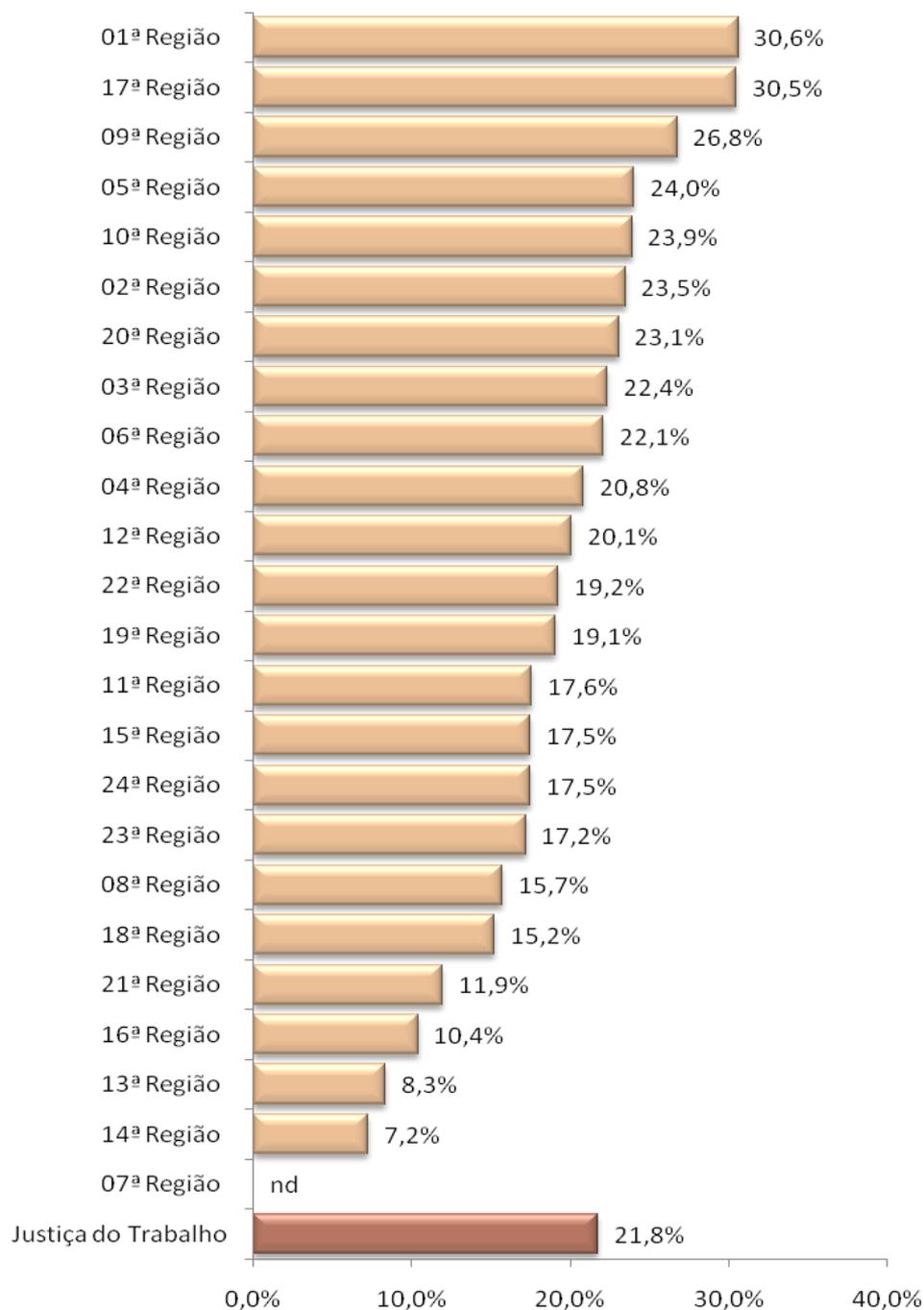
Tabela 2.12 - Rin2ºb - Recorribilidade Interna de Embargos de Declaração no 2º Grau

<b>Tribunal Regional do Trabalho</b>	<b>Ed2º - Embargos de Declaração no 2º Grau</b>	<b>DePub2º - Decisões no 2º Grau Publicadas</b>	<b>Rin2ºb - Recorribilidade Interna de Embargos de Declaração no 2º Grau</b>
01ª Região - RJ	11.440	37.344	30,6%
02ª Região - SP	22.715	96.771	23,5%
03ª Região - MG	13.943	62.319	22,4%
04ª Região - RS	12.820	61.510	20,8%
05ª Região - BA	6.646	27.652	24,0%
06ª Região - PE	3.611	16.350	22,1%
07ª Região - CE	1.040	nd	nd
08ª Região - AM e PA	1.874	11.902	15,7%
09ª Região - PR	9.057	33.836	26,8%
10ª Região - DF e TO	2.778	11.622	23,9%
11ª Região - AM e RR	1.278	7.266	17,6%
12ª Região - SC	4.346	21.636	20,1%
13ª Região - PB	23	277	8,3%
14ª Região - AC e RO	259	3.578	7,2%
15ª Região - Campinas	12.449	71.128	17,5%
16ª Região - MA	565	5.423	10,4%
17ª Região - ES	3.917	12.842	30,5%
18ª Região - GO	2.369	15.558	15,2%
19ª Região - AL	749	3.928	19,1%
20ª Região - SE	1.046	4.537	23,1%
21ª Região - RN	1.375	11.513	11,9%
22ª Região - PI	842	4.375	19,2%
23ª Região - MT	1.051	6.107	17,2%
24ª Região - MS	1.065	6.091	17,5%
<b>Justiça do Trabalho</b>	<b>117.258</b>	<b>533.565</b>	<b>21,8%</b>

Fonte: Justiça em Números 2009.

Obs: 'nd' significa que o dado não está disponível.

Gráfico 2.12 - Rin2ºb - Recorribilidade Interna de Embargos de Declaração no 2º Grau



Obs: 'nd' significa que o dado não está disponível.

Glossário:

Rin2ºb - Recorribilidade Interna de Embargos de Declaração no 2º Grau

Finalidade: Indicar o número de recursos no 2º Grau em relação ao número de decisões monocráticas ou colegiadas proferidas pelo 2º Grau.

Fórmula:  $Rin2ºb = ED2º / DePub2º$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

- Ed2º - Embargos de Declaração no 2º Grau: Os embargos de declaração opostos na Justiça do Trabalho de 2º Grau para julgamento no período-base (semestre).
- DePub2º - Decisões no 2º Grau Publicadas: As decisões, colegiadas ou monocráticas, proferidas no âmbito da Justiça do Trabalho de 2º Grau, publicadas no período-base (semestre). Excluem-se as decisões proferidas em embargos de declaração.

**2. Litigiosidade.**
**2.1. Litigiosidade de 2º grau**
**2.1.13. Rd2º - Reforma de Decisão no 2º Grau**

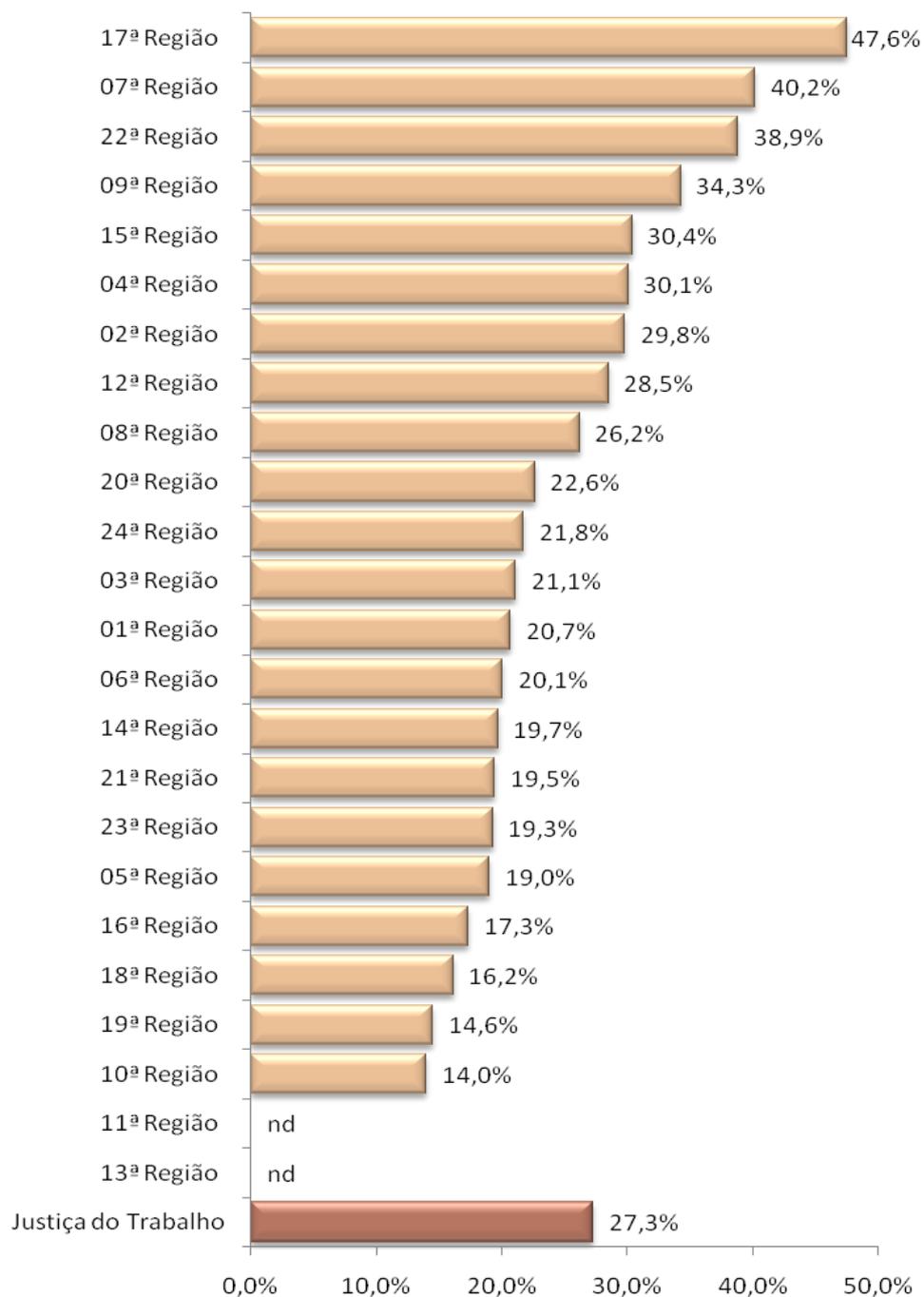
Tabela 2.13 - Rd2º - Reforma de Decisão no 2º Grau

<b>Tribunal Regional do Trabalho</b>	<b>Rp2º - Recursos das Decisões de 2º Grau Providos pelo TST(ainda que parcialmente)</b>	<b>Rj2º - Recursos Julgados pelo TST</b>	<b>Rd2º - Reforma de Decisão no 2º Grau</b>
01ª Região - RJ	3.071	14.833	20,7%
02ª Região - SP	7.925	26.578	29,8%
03ª Região - MG	3.108	14.711	21,1%
04ª Região - RS	7.382	24.542	30,1%
05ª Região - BA	1.218	6.404	19,0%
06ª Região - PE	876	4.361	20,1%
07ª Região - CE	483	1.201	40,2%
08ª Região - AM e PA	769	2.931	26,2%
09ª Região - PR	4.332	12.642	34,3%
10ª Região - DF e TO	503	3.593	14,0%
11ª Região - AM e RR	nd	nd	nd
12ª Região - SC	1.579	5.539	28,5%
13ª Região - PB	nd	nd	nd
14ª Região - AC e RO	131	665	19,7%
15ª Região - Campinas	5.068	16.657	30,4%
16ª Região - MA	100	577	17,3%
17ª Região - ES	2.206	4.639	47,6%
18ª Região - GO	344	2.128	16,2%
19ª Região - AL	195	1.340	14,6%
20ª Região - SE	222	981	22,6%
21ª Região - RN	287	1.475	19,5%
22ª Região - PI	572	1.472	38,9%
23ª Região - MT	227	1.176	19,3%
24ª Região - MS	286	1.313	21,8%
<b>Justiça do Trabalho</b>	<b>40.884</b>	<b>149.758</b>	<b>27,3%</b>

Fonte: Justiça em Números 2009.

Obs: 'nd' significa que o dado não está disponível.

Gráfico 2.13 - Rd2º - Reforma de Decisão no 2º Grau



Obs: 'nd' significa que o dado não está disponível.

Glossário:

Rd2º - Reforma de Decisão no 2º Grau

Finalidade: Indicar a proporção de recursos interpostos contra decisões da Justiça do Trabalho de 2º Grau e providos pelo TST, ainda que parcialmente, em relação ao número de recursos interpostos contra decisões da Justiça do Trabalho de 2º Grau, no período-base (semestre).

Fórmula:  $Rd2^\circ = (RpAI2^\circ + RpRR2^\circ + RpRO2^\circ) / (RjAI2^\circ + RjRR2^\circ + RjRO2^\circ)$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

- Rp2º - Recursos das Decisões de 2º Grau Providos pelo TST (ainda que parcialmente): Os acórdãos e decisões monocráticas julgados providos pelo TST, ainda que parcialmente, no período-base (semestre).
- Rj2º - Recursos Julgados pelo TST: O número total de acórdãos e de decisões monocráticas proferidos pelo TST no período-base (semestre).

**2. Litigiosidade.**
**2.2. Litigiosidade de 1º grau**
**2.2.1. CnEx1º - Casos Novos de Execução no 1º Grau**

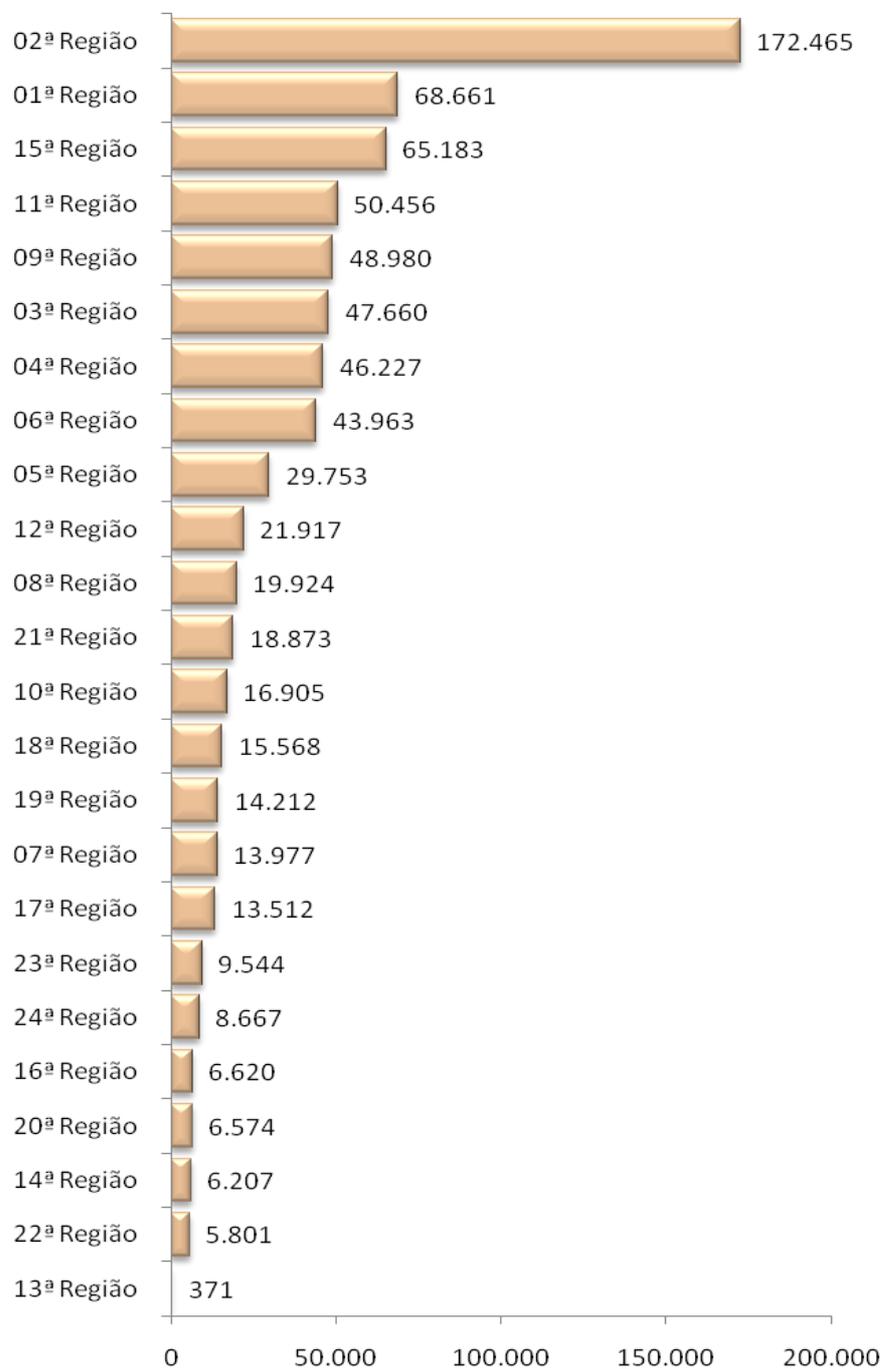
Tabela 2.14 - CnEx1º - Casos Novos de Execução no 1º Grau

<b>Tribunal Regional do Trabalho</b>	<b>CnExt1º - Casos Novos de Execução de Título Extrajudicial no 1º Grau</b>	<b>ExeJud1º - Execuções Judiciais em 1º Grau</b>	<b>CnEx1º - Casos Novos de Execução no 1º Grau</b>
01ª Região - RJ	1.963	66.698	68.661
02ª Região - SP	nd	172.465	172.465
03ª Região - MG	1.906	45.754	47.660
04ª Região - RS	467	45.760	46.227
05ª Região - BA	1.073	28.680	29.753
06ª Região - PE	683	43.280	43.963
07ª Região - CE	34	13.943	13.977
08ª Região - AM e PA	610	19.314	19.924
09ª Região - PR	12.493	36.487	48.980
10ª Região - DF e TO	525	16.380	16.905
11ª Região - AM e RR	3.789	46.667	50.456
12ª Região - SC	1.027	20.890	21.917
13ª Região - PB	363	8	371
14ª Região - AC e RO	154	6.053	6.207
15ª Região - Campinas	1.063	64.120	65.183
16ª Região - MA	185	6.435	6.620
17ª Região - ES	262	13.250	13.512
18ª Região - GO	1.184	14.384	15.568
19ª Região - AL	208	14.004	14.212
20ª Região - SE	501	6.073	6.574
21ª Região - RN	566	18.307	18.873
22ª Região - PI	174	5.627	5.801
23ª Região - MT	436	9.108	9.544
24ª Região - MS	245	8.422	8.667
<b>Justiça do Trabalho</b>	<b>29.911</b>	<b>722.109</b>	<b>752.020</b>

Fonte: Justiça em Números 2009.

Obs: 'nd' significa que o dado não está disponível.

Gráfico 2.14 - CnEx1º - Casos Novos de Execução no 1º Grau



Obs: 'nd' significa que o dado não está disponível.

Glossário:

CnEx1º - Casos Novos de Execução no 1º Grau

Finalidade: Indicar o número de casos novos de execução de títulos judiciais e extrajudiciais que iniciaram no 1º Grau da Justiça do Trabalho no período-base (semestre).

Fórmula:  $CnEx1^\circ = CnExt1^\circ + ExeJud1^\circ$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

- $CnExt1^\circ = CnExtFisc1^\circ + CnExtNFisc1^\circ$
- ExeJud1º - Execuções Judiciais em 1º Grau: Os processos de execução de título judicial que ingressaram ou foram protocolizados no período-base (semestre), inclusive os decorrentes de certidões de crédito trabalhista. Excluem-se os precatórios judiciais e as Requisições de Pequeno Valor (RPV's).

**2. Litigiosidade.**
**2.2. Litigiosidade de 1º grau**
**2.2.2. CnExt1º - Casos Novos de Execução de Título Extrajudicial no 1º Grau**

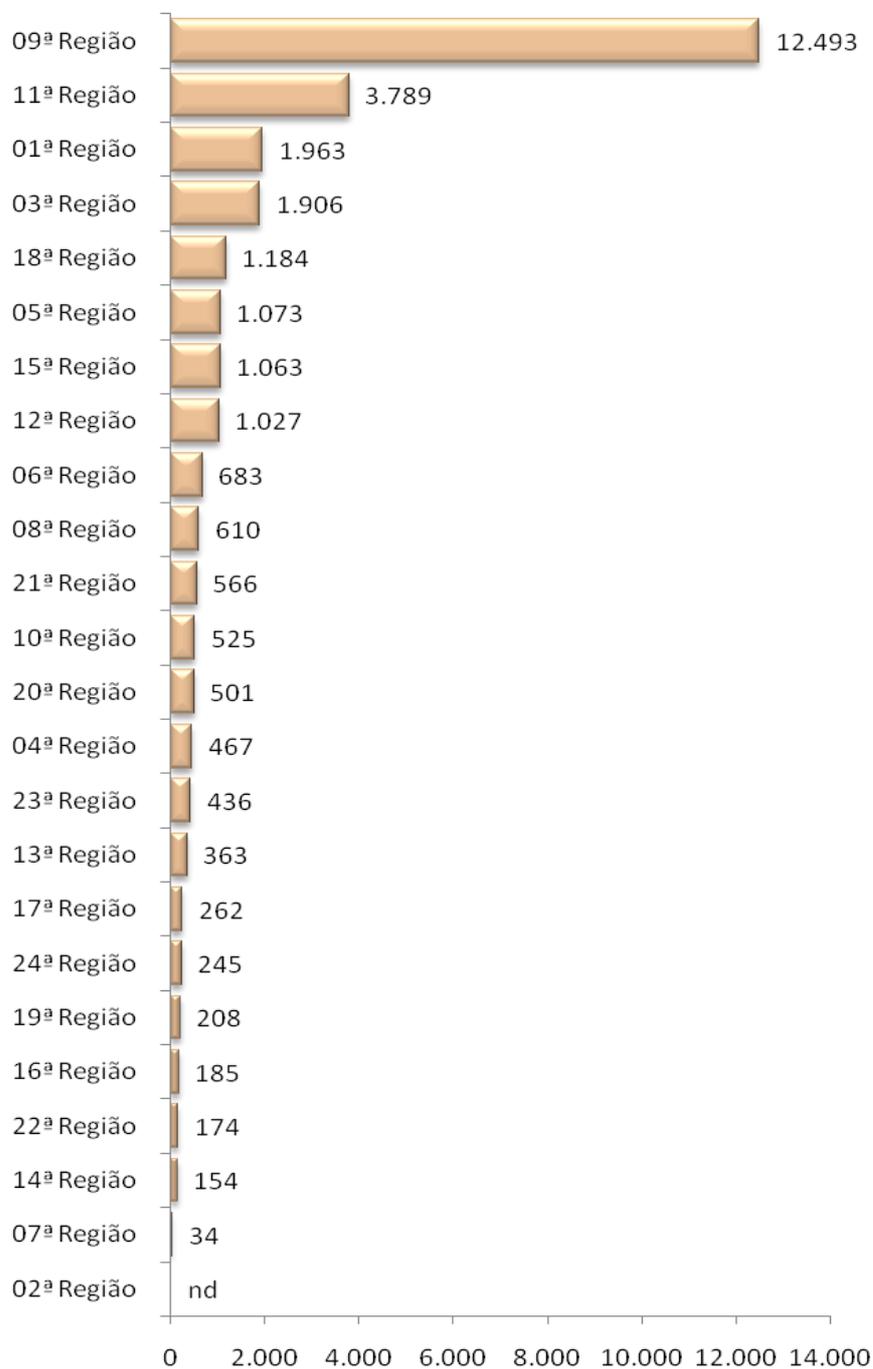
Tabela 2.15 - CnExt1º - Casos Novos de Execução de Título Extrajudicial no 1º Grau

<b>Tribunal Regional do Trabalho</b>	<b>CnExtFisc1º - Casos Novos de Execução Fiscal no 1º grau</b>	<b>CnExtNFisc1º - Casos Novos de Execução de Título Extrajudicial no 1º grau, exceto execuções fiscais</b>	<b>CnExt1º - Casos Novos de Execução de Título Extrajudicial no 1º Grau</b>
01ª Região - RJ	1.566	397	1.963
02ª Região - SP	nd	nd	nd
03ª Região - MG	1.704	202	1.906
04ª Região - RS	305	162	467
05ª Região - BA	706	367	1.073
06ª Região - PE	45	638	683
07ª Região - CE	30	4	34
08ª Região - AM e PA	91	519	610
09ª Região - PR	10.985	1.508	12.493
10ª Região - DF e TO	189	336	525
11ª Região - AM e RR	3.772	17	3.789
12ª Região - SC	901	126	1.027
13ª Região - PB	227	136	363
14ª Região - AC e RO	125	29	154
15ª Região - Campinas	613	450	1.063
16ª Região - MA	167	18	185
17ª Região - ES	217	45	262
18ª Região - GO	932	252	1.184
19ª Região - AL	186	22	208
20ª Região - SE	501	0	501
21ª Região - RN	521	45	566
22ª Região - PI	154	20	174
23ª Região - MT	390	46	436
24ª Região - MS	151	94	245
<b>Justiça do Trabalho</b>	<b>24.478</b>	<b>5.433</b>	<b>29.911</b>

Fonte: Justiça em Números 2009.

Obs: 'nd' significa que o dado não está disponível.

Gráfico 2.15 - CnExt1º - Casos Novos de Execução de Título Extrajudicial no 1º Grau



Obs: 'nd' significa que o dado não está disponível.

### Glossário:

CnExt1º - Casos Novos de Execução de Título Extrajudicial no 1º Grau

Finalidade: Indicar o número de casos novos de execução de títulos executivos extrajudiciais que iniciaram no 1º Grau da Justiça do Trabalho no período-base (semestre).

Fórmula:  $CnExt1^\circ = CnExtFisc1^\circ + CnExtNFisc1^\circ$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

- CnExtFisc1º - Casos Novos de Execução Fiscal no 1º grau: As execuções fiscais que ingressaram ou foram protocolizadas na Justiça do Trabalho de 1º Grau no período-base (semestre). Excluem-se os precatórios judiciais e as Requisições de Pequeno Valor (RPV's).
- CnExtNFisc1º - Casos Novos de Execução de Título Extrajudicial no 1º grau, exceto execuções fiscais: As execuções de títulos executivos extrajudiciais (exceto execuções fiscais) que ingressaram ou foram protocolizadas na Justiça do Trabalho de 1º Grau no período-base (semestre). Excluem-se os precatórios judiciais e as Requisições de Pequeno Valor (RPV's).

**2. Litigiosidade.**
**2.2. Litigiosidade de 1º grau**
**2.2.3. CpExt1º - Casos Pendentes de Execução de Título Extrajudicial no 1º Grau**

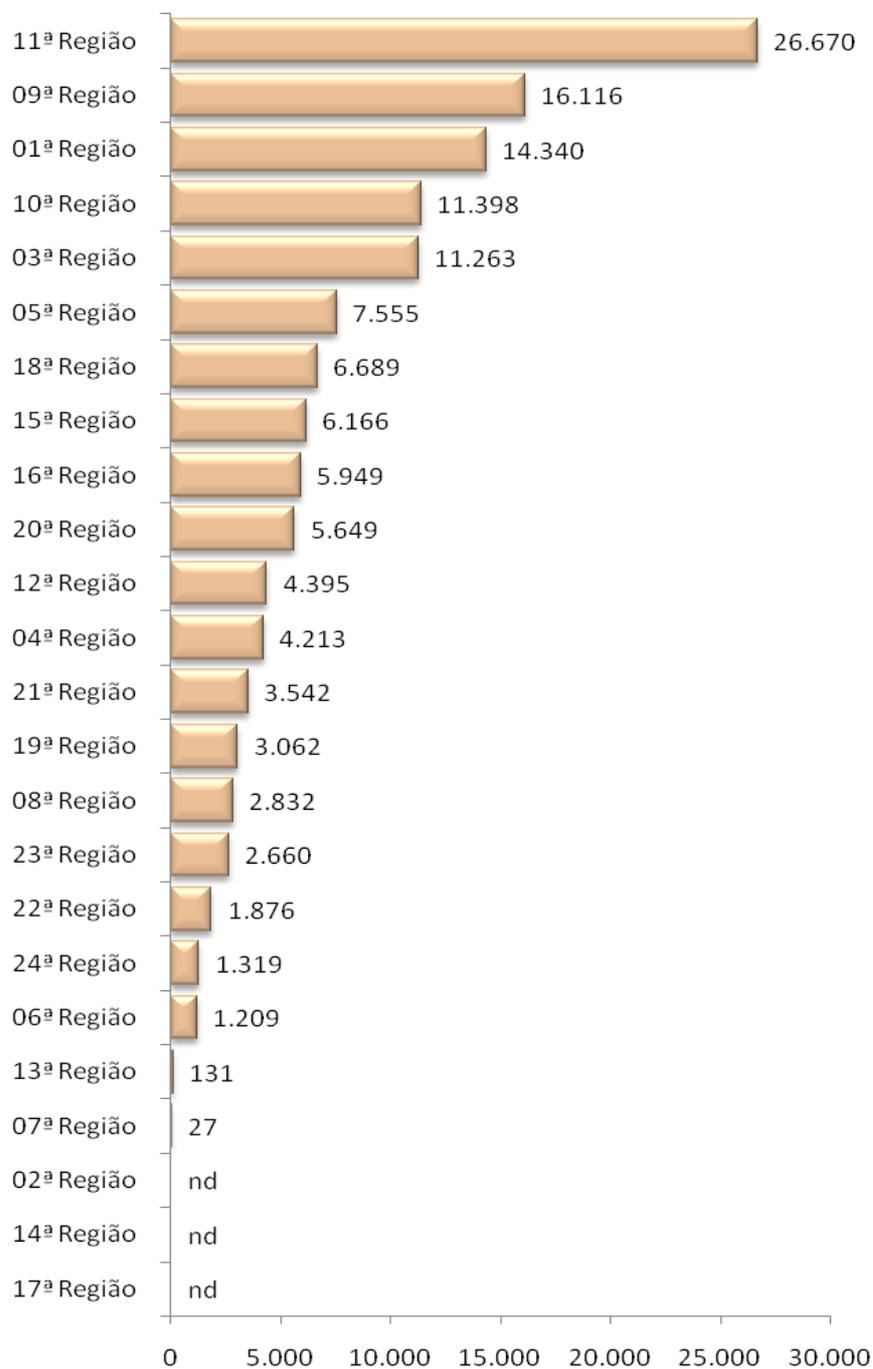
Tabela 2.16 - CpExt1º - Casos Pendentes de Execução de Título Extrajudicial no 1º Grau

<b>Tribunal Regional do Trabalho</b>	<b>CpExtFisc1º - Casos Pendentes de Execução Fiscal no 1º grau</b>	<b>CpExtNFisc1º - Casos Pendentes de Execução de Título Extrajudicial no 1º grau, exceto execuções fiscais</b>	<b>CpExt1º - Casos Pendentes de Execução de Título Extrajudicial no 1º Grau</b>
01ª Região - RJ	9.877	4.463	14.340
02ª Região - SP	nd	nd	nd
03ª Região - MG	10.994	269	11.263
04ª Região - RS	3.417	796	4.213
05ª Região - BA	7.219	336	7.555
06ª Região - PE	1.209	0	1.209
07ª Região - CE	27	nd	27
08ª Região - AM e PA	130	2.702	2.832
09ª Região - PR	14.523	1.593	16.116
10ª Região - DF e TO	10.700	698	11.398
11ª Região - AM e RR	26.670	0	26.670
12ª Região - SC	3.723	672	4.395
13ª Região - PB	88	43	131
14ª Região - AC e RO	nd	nd	nd
15ª Região - Campinas	5.754	412	6.166
16ª Região - MA	5.949	nd	5.949
17ª Região - ES	nd	nd	nd
18ª Região - GO	6.441	248	6.689
19ª Região - AL	2.951	111	3.062
20ª Região - SE	3.726	1.923	5.649
21ª Região - RN	2.835	707	3.542
22ª Região - PI	1.796	80	1.876
23ª Região - MT	661	1.999	2.660
24ª Região - MS	1.200	119	1.319
<b>Justiça do Trabalho</b>	<b>119.890</b>	<b>17.171</b>	<b>137.061</b>

Fonte: Justiça em Números 2009.

Obs: 'nd' significa que o dado não está disponível.

Gráfico 2.16 - CpExt1º - Casos Pendentes de Execução de Título Extrajudicial no 1º Grau



Obs: 'nd' significa que o dado não está disponível.

Glossário:

CpExt1º - Casos Pendentes de Execução de Título Extrajudicial no 1º Grau

Finalidade: Indicar o número de casos pendentes de execução de títulos executivos extrajudiciais no 1º Grau da Justiça do Trabalho no início do período-base (semestre).

Fórmula:  $CpExt1^\circ = CpExtFisc1^\circ + CpExtNFisc1^\circ$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

- CpExtFisc1º - Casos Pendentes de Execução Fiscal no 1º grau: Saldo residual de processos de execução fiscal (inclusive os recebidos da Justiça Comum) que ingressaram ou foram protocolizados na Justiça do Trabalho de 1º Grau até o final do período anterior ao período-base (semestre), e que não foram baixados até o final do período anterior ao período-base (semestre). Excluem-se os precatórios judiciais e as Requisições de Pequeno Valor (RPV's)
- CpExtNFisc1º - Casos Pendentes de Execução de Título Extrajudicial no 1º grau, exceto execuções fiscais: Saldo residual de processos de execução de títulos executivos extrajudiciais, exceto execuções fiscais, (inclusive os recebidos da Justiça Comum) que ingressaram ou foram protocolizados na Justiça do Trabalho de 1º Grau até o final do período anterior ao período-base (semestre), e que não foram baixados até o final do período anterior ao período-base (semestre). Excluem-se os precatórios judiciais e as Requisições de Pequeno Valor (RPV's).

**2. Litigiosidade.**
**2.2. Litigiosidade de 1º grau**
**2.2.4. CpEx1º - Casos Pendentes de Execução no 1º Grau**

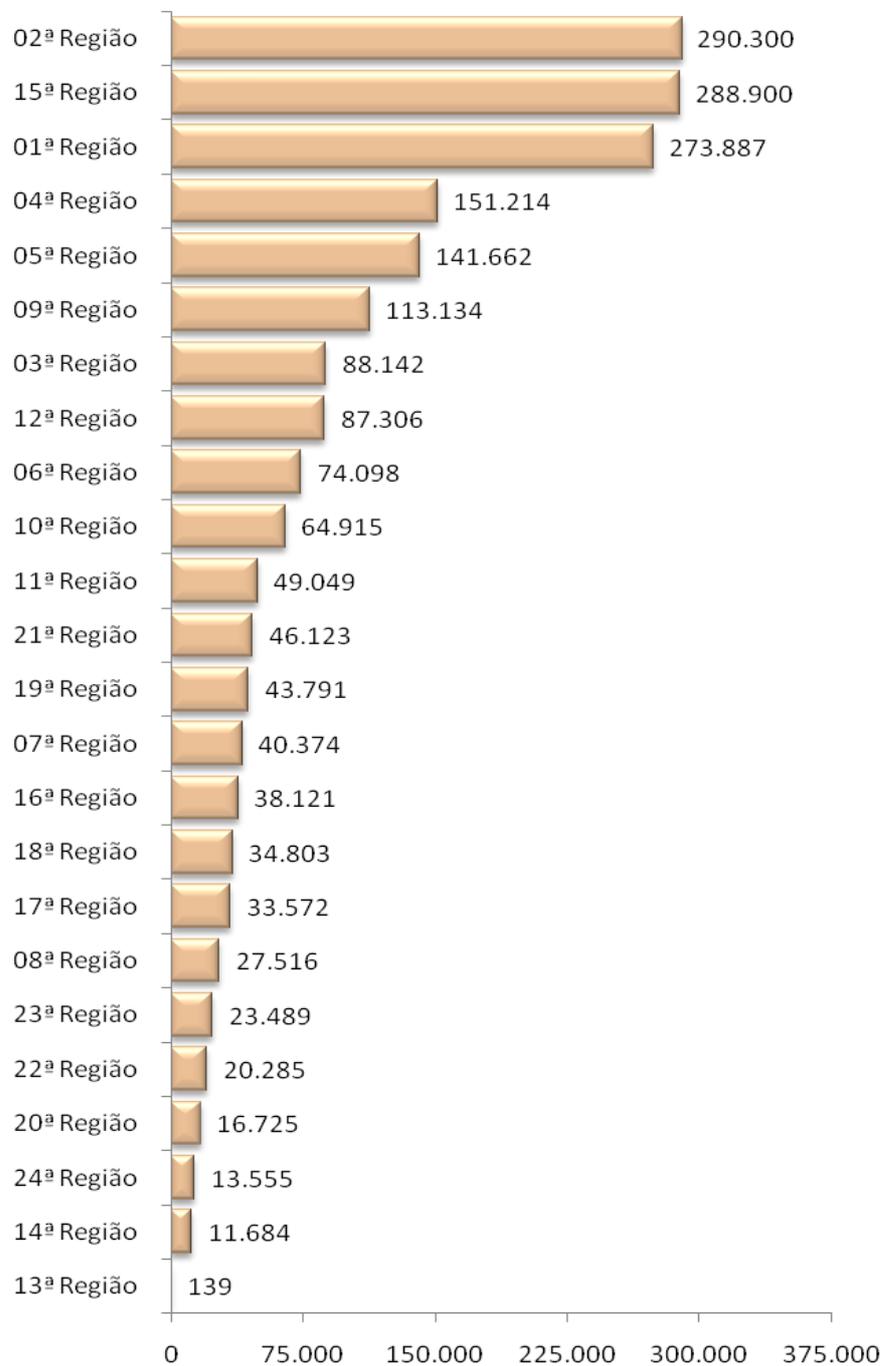
Tabela 2.17 - CpEx1º - Casos Pendentes de Execução no 1º Grau

<b>Tribunal Regional do Trabalho</b>	<b>CpExt1º - Casos Pendentes de Execução de Título Extrajudicial no 1º Grau</b>	<b>ExeJudP1º - Execuções Judiciais pendentes em 1º Grau</b>	<b>CpEx1º - Casos Pendentes de Execução no 1º Grau</b>
01ª Região - RJ	14.340	259.547	273.887
02ª Região - SP	nd	290.300	290.300
03ª Região - MG	11.263	76.879	88.142
04ª Região - RS	4.213	147.001	151.214
05ª Região - BA	7.555	134.107	141.662
06ª Região - PE	1.209	72.889	74.098
07ª Região - CE	27	40.347	40.374
08ª Região - AM e PA	2.832	24.684	27.516
09ª Região - PR	16.116	97.018	113.134
10ª Região - DF e TO	11.398	53.517	64.915
11ª Região - AM e RR	26.670	22.379	49.049
12ª Região - SC	4.395	82.911	87.306
13ª Região - PB	131	8	139
14ª Região - AC e RO	nd	11.684	11.684
15ª Região - Campinas	6.166	282.734	288.900
16ª Região - MA	5.949	32.172	38.121
17ª Região - ES	nd	33.572	33.572
18ª Região - GO	6.689	28.114	34.803
19ª Região - AL	3.062	40.729	43.791
20ª Região - SE	5.649	11.076	16.725
21ª Região - RN	3.542	42.581	46.123
22ª Região - PI	1.876	18.409	20.285
23ª Região - MT	2.660	20.829	23.489
24ª Região - MS	1.319	12.236	13.555
<b>Justiça do Trabalho</b>	<b>137.061</b>	<b>1.835.723</b>	<b>1.972.784</b>

Fonte: Justiça em Números 2009.

Obs: 'nd' significa que o dado não está disponível.

Gráfico 2.17 - CpEx1º - Casos Pendentes de Execução no 1º Grau



Obs: 'nd' significa que o dado não está disponível.

Glossário:

CpEx1º - Casos Pendentes de Execução no 1º Grau

Finalidade: Indicar o número de casos pendentes de execução de títulos judiciais e extrajudiciais no 1º Grau da Justiça do Trabalho no início do período-base (semestre).

Fórmula:  $CpEx1^\circ = CpExt1^\circ + ExeJudP1^\circ$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

- $CpExt1^\circ = CpExtFisc1^\circ + CpExtNFisc1^\circ$
- ExeJudP1º - Execuções Judiciais pendentes em 1º Grau: Saldo residual de processos de execução de título judicial que ingressaram ou foram protocolizados na Justiça do Trabalho de 1º Grau até o final do período anterior ao período-base (semestre), inclusive os decorrentes de certidões de crédito trabalhista, e que não foram baixados até o final do período anterior ao período-base (semestre). Excluem-se os precatórios judiciais e as Requisições de Pequeno Valor (RPV's).

**2. Litigiosidade.**
**2.2. Litigiosidade de 1º grau**
**2.2.5. TBAixExt1º - Total de Processos Baixados de Execução de Título Extrajudicial no 1º Grau**

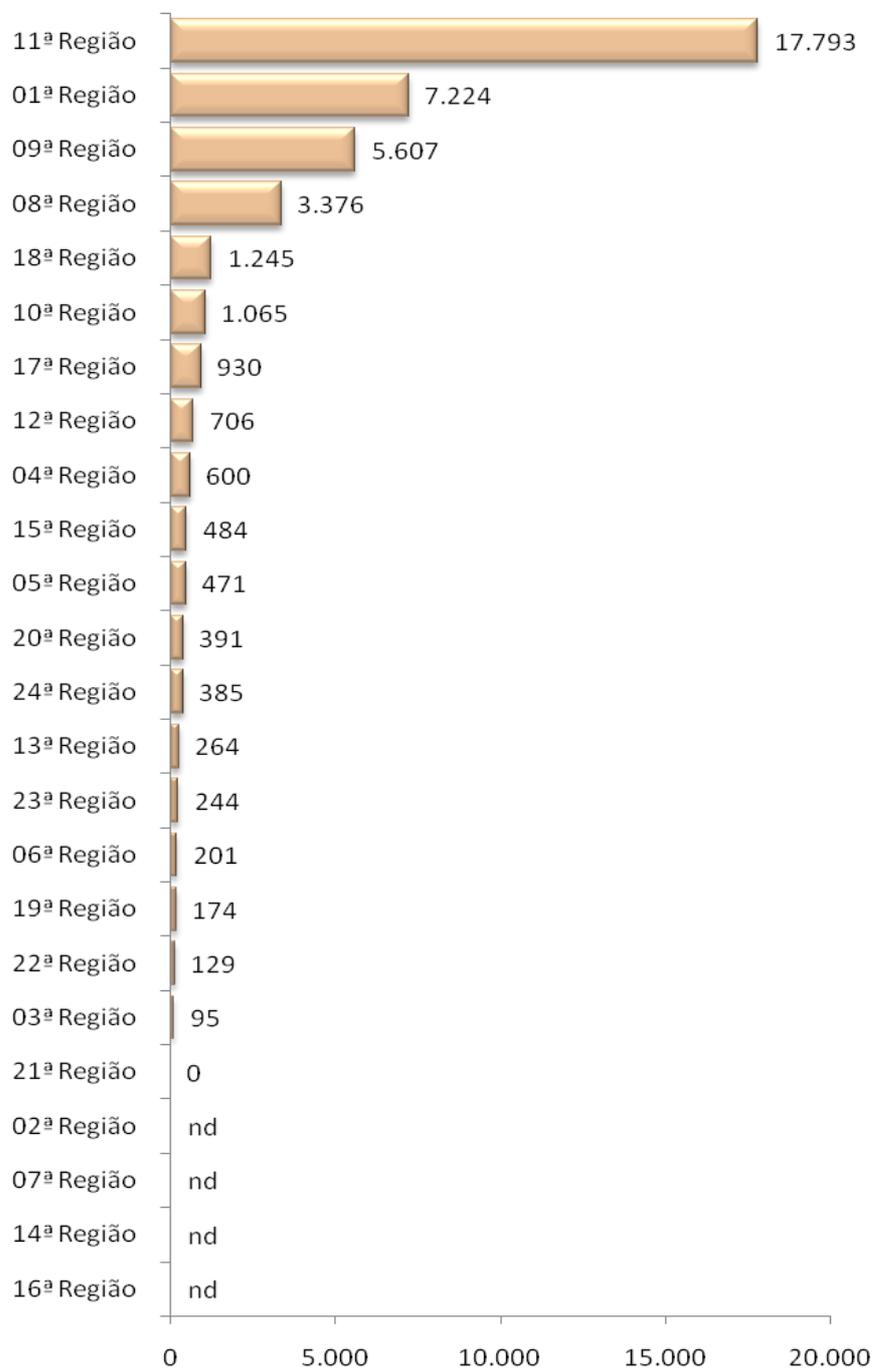
Tabela 2.18 - TBAixExt1º - Total de Processos Baixados de Execução de Título Extrajudicial no 1º Grau

<b>Tribunal Regional do Trabalho</b>	<b>TBAixExtFisc1º - Total de Processos Baixados de Execução Fiscal no 1º Grau</b>	<b>TBAixExtNFisc1º - Total de Processos Baixados de Execução de Títulos Extrajudiciais no 1º Grau, exceto execuções fiscais</b>	<b>TBAixExt1º - Total de Processos Baixados de Execução de Título Extrajudicial no 1º Grau</b>
01ª Região - RJ	5.104	2.120	7.224
02ª Região - SP	nd	nd	nd
03ª Região - MG	69	26	95
04ª Região - RS	341	259	600
05ª Região - BA	356	115	471
06ª Região - PE	201	0	201
07ª Região - CE	nd	nd	nd
08ª Região - AM e PA	8	3.368	3.376
09ª Região - PR	5.607	nd	5.607
10ª Região - DF e TO	956	109	1.065
11ª Região - AM e RR	2.644	15.149	17.793
12ª Região - SC	528	178	706
13ª Região - PB	207	57	264
14ª Região - AC e RO	nd	nd	nd
15ª Região - Campinas	332	152	484
16ª Região - MA	nd	nd	nd
17ª Região - ES	844	86	930
18ª Região - GO	1.149	96	1.245
19ª Região - AL	163	11	174
20ª Região - SE	391	nd	391
21ª Região - RN	0	0	0
22ª Região - PI	114	15	129
23ª Região - MT	130	114	244
24ª Região - MS	303	82	385
<b>Justiça do Trabalho</b>	<b>19.447</b>	<b>21.937</b>	<b>41.384</b>

Fonte: Justiça em Números 2009.

Obs: 'nd' significa que o dado não está disponível.

Gráfico 2.18 - TBAixExt1º - Total de Processos Baixados de Execução de Título Extrajudicial no 1º Grau



Obs: 'nd' significa que o dado não está disponível.

### Glossário:

TBaixExt1º - Total de Processos Baixados de Execução de Título Extrajudicial no 1º Grau

Finalidade: Indicar o número de processos de execução de títulos executivos extrajudiciais que foram baixados no 1º Grau da Justiça do Trabalho no período-base (semestre).

Fórmula:  $TBaixExt1º = TBaixExtFisc1º + TBaixExtNFisc1º$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

· TBaixExtFisc1º - Total de Processos Baixados de Execução Fiscal no 1º Grau: Os processos de execuções fiscais que foram baixados na Justiça do Trabalho de 1º Grau no período-base (semestre). Consideram-se baixados os processos: a) remetidos para outros órgãos judiciais competentes, desde que vinculados a tribunais diferentes; b) remetidos para a instância superior; c) arquivados definitivamente. Não se constituem por baixas as remessas para cumprimento de diligências e as entregas para carga/vista. Havendo mais de um movimento de baixa no mesmo processo, apenas o primeiro deve ser considerado.

· TBaixExtNFisc1º - Total de Processos Baixados de Execução de Títulos Extrajudiciais no 1º Grau, exceto execuções fiscais: Os processos de execução de títulos executivos extrajudiciais que foram baixados na Justiça do Trabalho de 1º Grau no período-base (semestre). Consideram-se baixados os processos: a) remetidos para outros órgãos judiciais competentes, desde que vinculados a tribunais diferentes; b) remetidos para a instância superior; c) arquivados definitivamente. Não se constituem por baixas as remessas para cumprimento de diligências e as entregas para carga/vista. Excluem-se as execuções fiscais. Havendo mais de um movimento de baixa no mesmo processo, apenas o primeiro deve ser considerado. Incluem-se apenas as baixas nas classes processuais compreendidas na variável CnEx1ºNFisc - Casos novos de execução de título extrajudicial no 1º grau, exceto execuções fiscais.

**2. Litigiosidade.**
**2.2. Litigiosidade de 1º grau**
**2.2.6. TBAixEx1º - Total de Processos Baixados de Execução no 1º Grau**

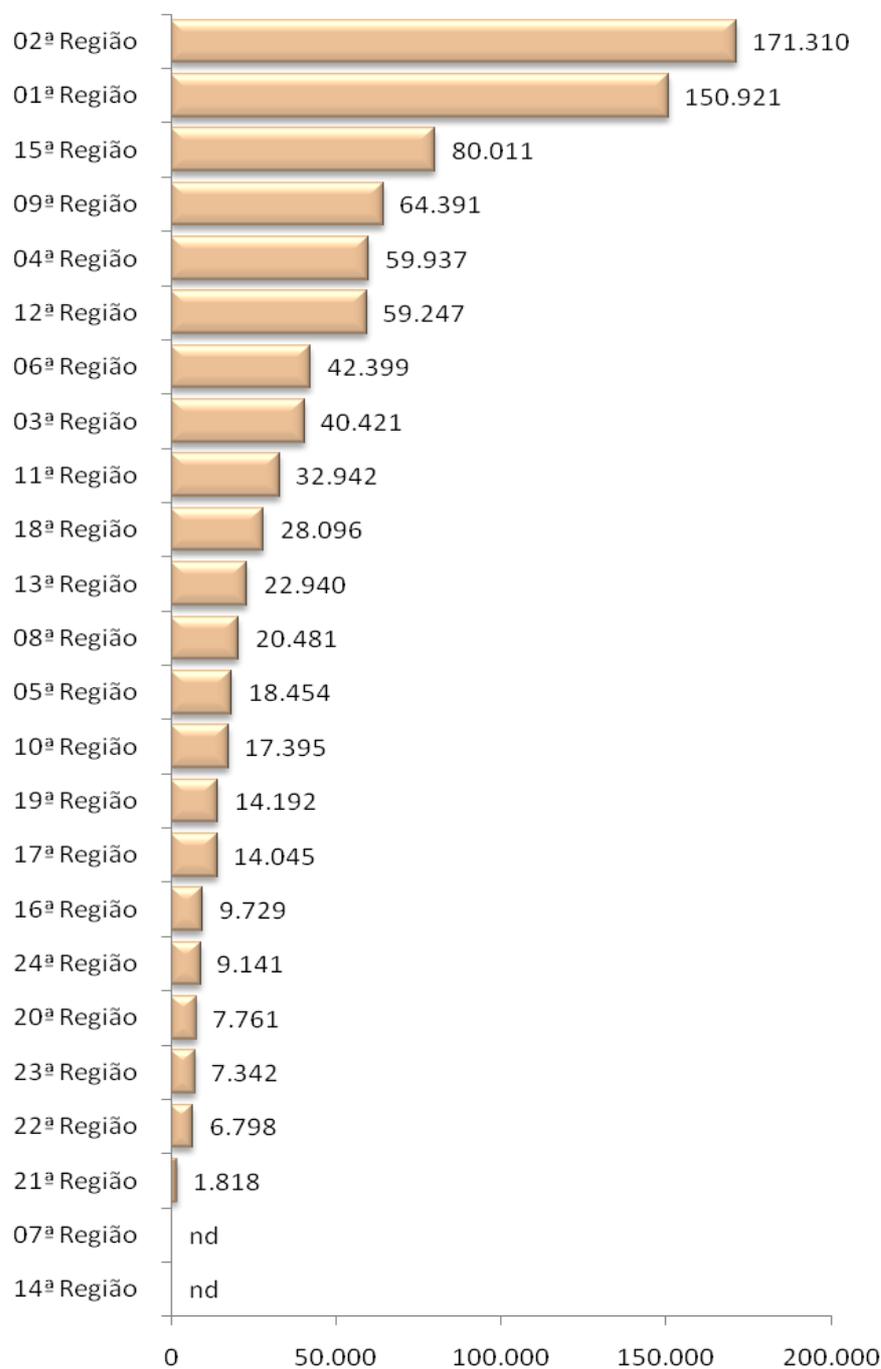
Tabela 2.19 - TBAixEx1º - Total de Processos Baixados de Execução no 1º Grau

<b>Tribunal Regional do Trabalho</b>	<b>TBAixExt1º - Total de Processos Baixados de Execução de Título Extrajudicial no 1º Grau</b>	<b>TBAixJud1º - Total de Processos Baixados de Execução Judicial no 1º Grau</b>	<b>TBAixEx1º - Total de Processos Baixados de Execução no 1º Grau</b>
01ª Região - RJ	7.224	143.697	150.921
02ª Região - SP	nd	171.310	171.310
03ª Região - MG	95	40.326	40.421
04ª Região - RS	600	59.337	59.937
05ª Região - BA	471	17.983	18.454
06ª Região - PE	201	42.198	42.399
07ª Região - CE	nd	nd	nd
08ª Região - AM e PA	3.376	17.105	20.481
09ª Região - PR	5.607	58.784	64.391
10ª Região - DF e TO	1.065	16.330	17.395
11ª Região - AM e RR	17.793	15.149	32.942
12ª Região - SC	706	58.541	59.247
13ª Região - PB	264	22.676	22.940
14ª Região - AC e RO	nd	nd	nd
15ª Região - Campinas	484	79.527	80.011
16ª Região - MA	nd	9.729	9.729
17ª Região - ES	930	13.115	14.045
18ª Região - GO	1.245	26.851	28.096
19ª Região - AL	174	14.018	14.192
20ª Região - SE	391	7.370	7.761
21ª Região - RN	0	1.818	1.818
22ª Região - PI	129	6.669	6.798
23ª Região - MT	244	7.098	7.342
24ª Região - MS	385	8.756	9.141
<b>Justiça do Trabalho</b>	<b>41.384</b>	<b>838.387</b>	<b>879.771</b>

Fonte: Justiça em Números 2009.

Obs: 'nd' significa que o dado não está disponível.

Gráfico 2.19 - TBaixEx1º - Total de Processos Baixados de Execução no 1º Grau



Obs: 'nd' significa que o dado não está disponível.

### Glossário:

TBaixEx1º - Total de Processos Baixados de Execução no 1º Grau

Finalidade: Indicar o número de processos de execução de títulos judiciais e extrajudiciais que foram baixados no 1º Grau da Justiça do Trabalho no período-base (semestre).

Fórmula:  $TBaixEx1^\circ = TBaixExt1^\circ + TBaixJud1^\circ$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

·  $TBaixExt1^\circ = TBaixExtFisc1^\circ + TBaixExtNFisc1^\circ$

· TBaixJud1º - Total de Processos Baixados de Execução Judicial no 1º Grau: Os processos de execução judicial que foram baixados na Justiça do Trabalho de 1º Grau no período-base (semestre). Consideram-se baixados os processos: a) remetidos para outros órgãos judiciais competentes, desde que vinculados a tribunais diferentes; b) remetidos para a instância superior; c) arquivados definitivamente. Não se constituem por baixas as remessas para cumprimento de diligências e as entregas para carga/vista. Havendo mais de um movimento de baixa no mesmo processo, apenas o primeiro deve ser considerado. Incluem-se apenas as baixas nas classes processuais compreendidas na variável ExeJud1º - Execuções Judiciais no 1º Grau.

**2. Litigiosidade.**
**2.2. Litigiosidade de 1º grau**
**2.2.7. SentExt1º - Sentenças em Execução de Título Extrajudicial no 1º Grau**

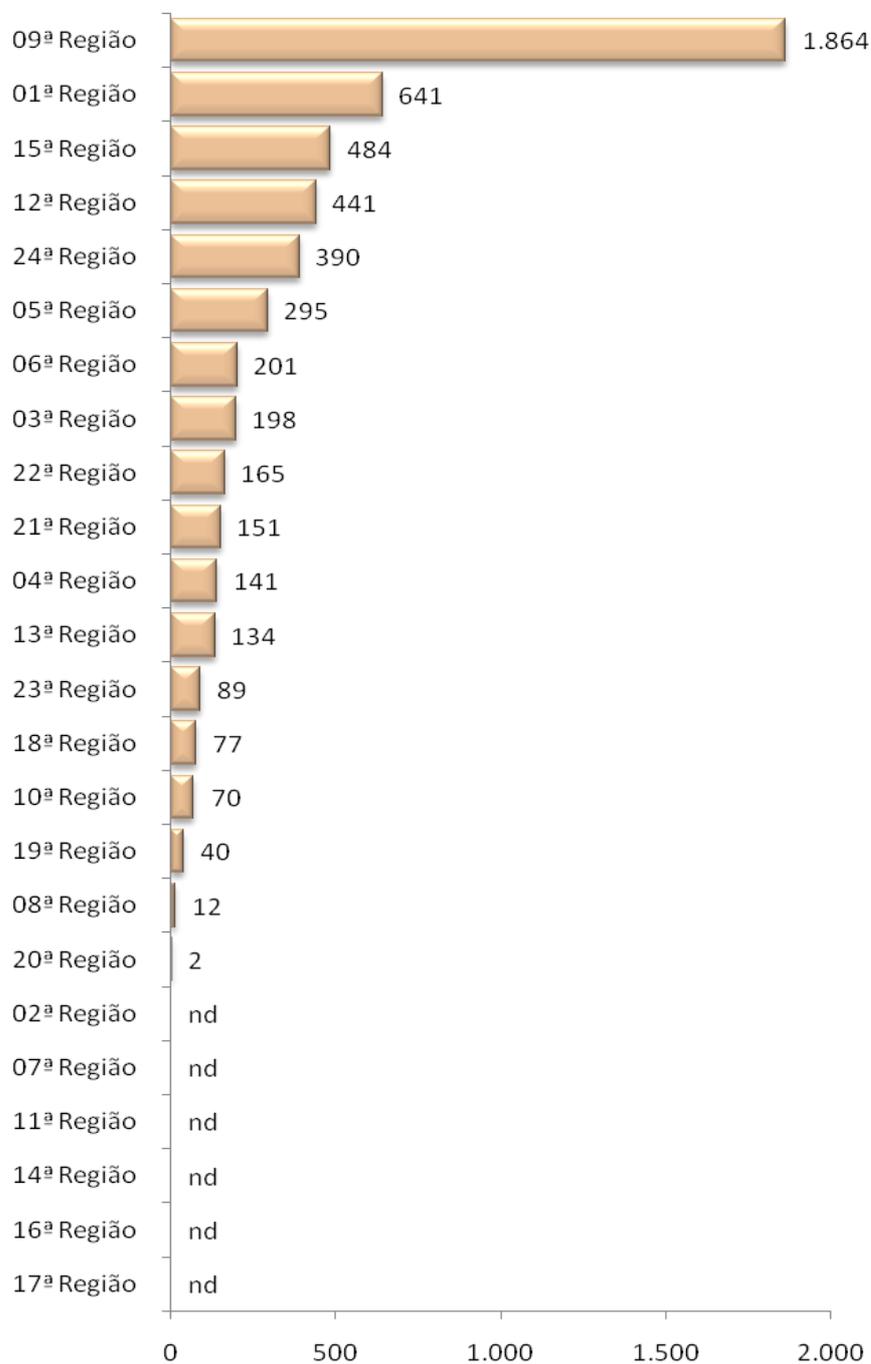
Tabela 2.20 - SentExt1º - Sentenças em Execução de Título Extrajudicial no 1º Grau

<b>Tribunal Regional do Trabalho</b>	<b>SentExtFisc1º - Sentenças em Execução Fiscal no 1º grau</b>	<b>SentExtNFisc1º - Sentenças em Execução de Título Extrajudicial no 1º grau, exceto sentenças em execução fiscal</b>	<b>SentExt1º - Sentenças em Execução de Título Extrajudicial no 1º Grau</b>
01ª Região - RJ	443	198	641
02ª Região - SP	nd	nd	nd
03ª Região - MG	13	185	198
04ª Região - RS	86	55	141
05ª Região - BA	204	91	295
06ª Região - PE	201	0	201
07ª Região - CE	nd	nd	nd
08ª Região - AM e PA	1	11	12
09ª Região - PR	915	949	1.864
10ª Região - DF e TO	55	15	70
11ª Região - AM e RR	nd	nd	nd
12ª Região - SC	330	111	441
13ª Região - PB	130	4	134
14ª Região - AC e RO	nd	nd	nd
15ª Região - Campinas	332	152	484
16ª Região - MA	nd	nd	nd
17ª Região - ES	nd	nd	nd
18ª Região - GO	62	15	77
19ª Região - AL	32	8	40
20ª Região - SE	2	0	2
21ª Região - RN	101	50	151
22ª Região - PI	142	23	165
23ª Região - MT	57	32	89
24ª Região - MS	308	82	390
<b>Justiça do Trabalho</b>	<b>3.414</b>	<b>1.981</b>	<b>5.395</b>

Fonte: Justiça em Números 2009.

Obs: 'nd' significa que o dado não está disponível.

Gráfico 2.20 - SentExt1º - Sentenças em Execução de Título Extrajudicial no 1º Grau



Obs: 'nd' significa que o dado não está disponível.

### Glossário:

SentExt1º - Sentenças em Execução de Título Extrajudicial no 1º Grau

Finalidade: Indicar o número de sentenças em execução de títulos executivos extrajudiciais que foram proferidas no 1º Grau da Justiça do Trabalho no período-base (semestre).

Fórmula:  $SentExt1^\circ = SentExtFisc1^\circ + SentExtNFisc1^\circ$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

- SentExtFisc1º - Sentenças em Execução Fiscal no 1º grau: Todas as sentenças em execução fiscal proferidas no 1º Grau da Justiça do Trabalho no período-base (semestre). Havendo mais de uma sentença no mesmo processo, todas devem ser consideradas.
- SentExtNFisc1º - Sentenças em Execução de Título Extrajudicial no 1º grau, exceto sentenças em execução fiscal: Todas as sentenças em títulos executivos extrajudiciais proferidas no 1º Grau da Justiça do Trabalho no período-base (semestre). Excluem-se as sentenças proferidas em execuções fiscais. Havendo mais de uma sentença no mesmo processo, todas devem ser consideradas. Incluem-se apenas as sentenças nas classes processuais compreendidas na variável CnExNFisc1º - Casos novos de execução de título extrajudicial no 1º grau, exceto execuções fiscais:

**2. Litigiosidade.**
**2.2. Litigiosidade de 1º grau**
**2.2.8. SentEx1º - Sentenças em Execução no 1º Grau**

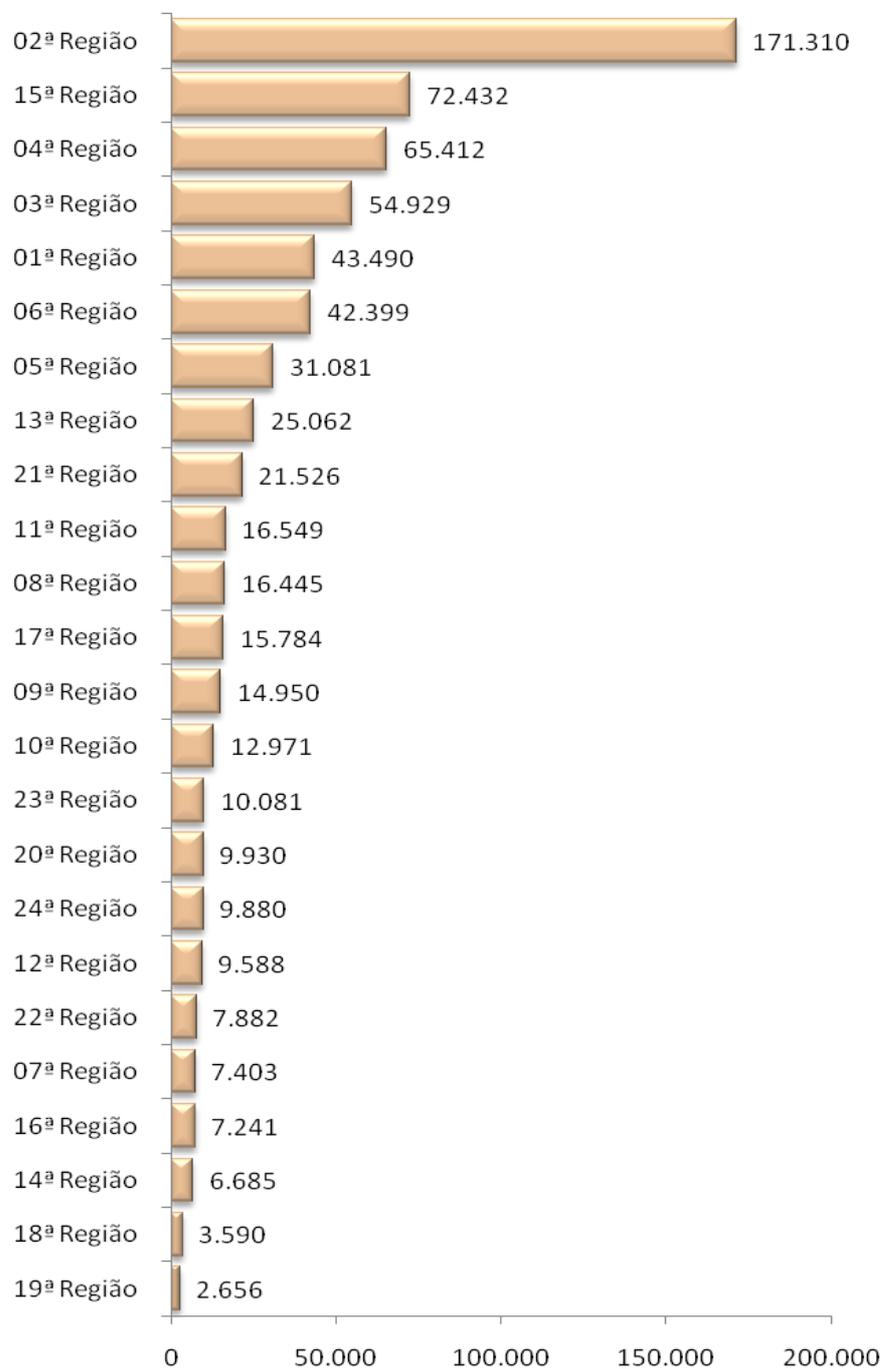
Tabela 2.21 - SentEx1º - Sentenças em Execução no 1º Grau

<b>Tribunal Regional do Trabalho</b>	<b>SentExt1º - Sentenças em Execução de Título Extrajudicial no 1º Grau</b>	<b>SentJud1º - Sentenças em Execução Judicial no 1º grau</b>	<b>SentEx1º - Sentenças em Execução no 1º Grau</b>
01ª Região - RJ	641	42.849	43.490
02ª Região - SP	nd	171.310	171.310
03ª Região - MG	198	54.731	54.929
04ª Região - RS	141	65.271	65.412
05ª Região - BA	295	30.786	31.081
06ª Região - PE	201	42.198	42.399
07ª Região - CE	nd	7.403	7.403
08ª Região - AM e PA	12	16.433	16.445
09ª Região - PR	1.864	13.086	14.950
10ª Região - DF e TO	70	12.901	12.971
11ª Região - AM e RR	nd	16.549	16.549
12ª Região - SC	441	9.147	9.588
13ª Região - PB	134	24.928	25.062
14ª Região - AC e RO	nd	6.685	6.685
15ª Região - Campinas	484	71.948	72.432
16ª Região - MA	nd	7.241	7.241
17ª Região - ES	nd	15.784	15.784
18ª Região - GO	77	3.513	3.590
19ª Região - AL	40	2.616	2.656
20ª Região - SE	2	9.928	9.930
21ª Região - RN	151	21.375	21.526
22ª Região - PI	165	7.717	7.882
23ª Região - MT	89	9.992	10.081
24ª Região - MS	390	9.490	9.880
<b>Justiça do Trabalho</b>	<b>5.395</b>	<b>673.881</b>	<b>679.276</b>

Fonte: Justiça em Números 2009.

Obs: 'nd' significa que o dado não está disponível.

Gráfico 2.21 - SentEx1º - Sentenças em Execução no 1º Grau



Obs: 'nd' significa que o dado não está disponível.

Glossário:

SentEx1º - Sentenças em Execução no 1º Grau

Finalidade: Indicar o número de sentenças em execução de títulos judiciais e extrajudiciais no 1º Grau da Justiça do Trabalho no período-base (semestre).

Fórmula:  $SentEx1^\circ = SentExt1^\circ + SentJud1^\circ$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

- $SentExt1^\circ = SentExtFisc1^\circ + SentExtNFisc1^\circ$
- SentJud1º - Sentenças em Execução Judicial no 1º grau: Todas as sentenças em execução judicial proferidas no 1º Grau da Justiça do Trabalho no período-base (semestre). Havendo mais de uma sentença no mesmo processo, todas devem ser consideradas. Incluem-se apenas as sentenças nas classes processuais compreendidas na variável ExeJud1º - Execuções judiciais no 1º Grau.

**2. Litigiosidade.**
**2.2. Litigiosidade de 1º grau**
**2.2.9. IncEx1º - Incidentes em Execução no 1º Grau**

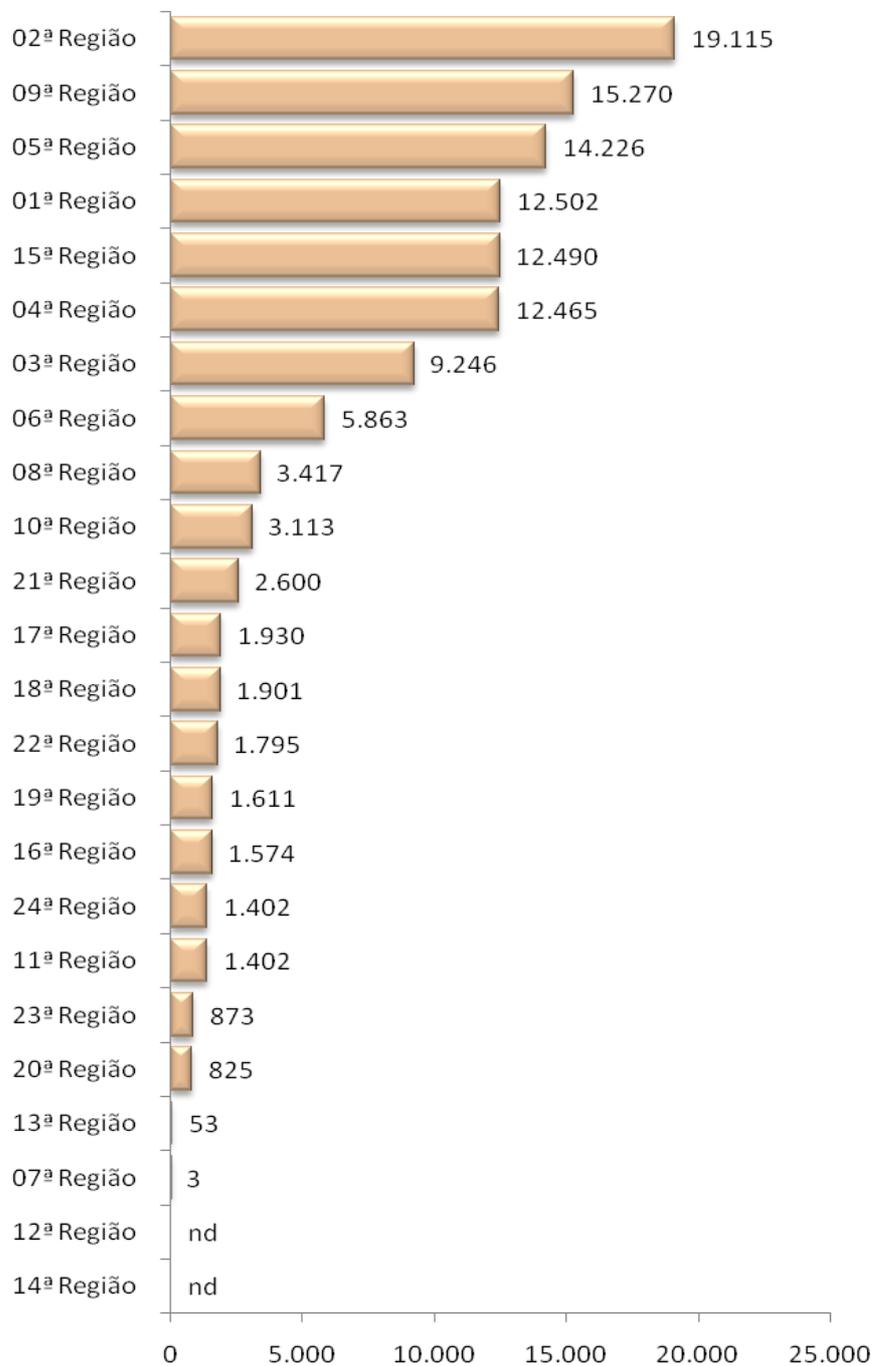
Tabela 2.22 - IncEx1º - Incidentes em Execução no 1º Grau

<b>Tribunal Regional do Trabalho</b>	<b>IncExFisc1º - Incidentes de Execução Fiscal no 1º Grau</b>	<b>IncExNFisc1º - Incidentes de Execução no 1º Grau, exceto em execuções fiscais</b>	<b>IncEx1º - Incidentes em Execução no 1º Grau</b>
01ª Região - RJ	294	12.208	12.502
02ª Região - SP	19.115	nd	19.115
03ª Região - MG	0	9.246	9.246
04ª Região - RS	2	12.463	12.465
05ª Região - BA	4	14.222	14.226
06ª Região - PE	0	5.863	5.863
07ª Região - CE	3	nd	3
08ª Região - AM e PA	9	3.408	3.417
09ª Região - PR	142	15.128	15.270
10ª Região - DF e TO	58	3.055	3.113
11ª Região - AM e RR	nd	1.402	1.402
12ª Região - SC	nd	nd	nd
13ª Região - PB	5	48	53
14ª Região - AC e RO	nd	nd	nd
15ª Região - Campinas	59	12.431	12.490
16ª Região - MA	nd	1.574	1.574
17ª Região - ES	125	1.805	1.930
18ª Região - GO	56	1.845	1.901
19ª Região - AL	36	1.575	1.611
20ª Região - SE	0	825	825
21ª Região - RN	0	2.600	2.600
22ª Região - PI	17	1.778	1.795
23ª Região - MT	13	860	873
24ª Região - MS	45	1.357	1.402
<b>Justiça do Trabalho</b>	<b>19.983</b>	<b>103.693</b>	<b>123.676</b>

Fonte: Justiça em Números 2009.

Obs: 'nd' significa que o dado não está disponível.

Gráfico 2.22 - IncEx1º - Incidentes em Execução no 1º Grau



Obs: 'nd' significa que o dado não está disponível.

Glossário:

IncEx1º - Incidentes em Execução no 1º Grau

Finalidade: Indicar o número de incidentes de execução no 1º Grau da Justiça do Trabalho no período-base (semestre).

Fórmula:  $\text{IncEx1}^\circ = \text{IncExFisc1}^\circ + \text{IncExNFisc1}^\circ$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

- IncExFisc1º - Incidentes de Execução Fiscal no 1º Grau: Os embargos à adjudicação e os embargos à arrematação, ambos em relação às execuções fiscais, opostos na Justiça do Trabalho de 1º Grau no período-base (semestre).
- IncExNFisc1º - Incidentes de Execução no 1º Grau, exceto em execuções fiscais: Os embargos à execução de títulos judiciais, as impugnações ao cumprimento de sentença, os embargos à adjudicação e os embargos à arrematação opostos na Justiça do Trabalho de 1º Grau no período-base (semestre). Excluem-se os incidentes em execuções fiscais.

**2. Litigiosidade.**
**2.2. Litigiosidade de 1º grau**
**2.2.10. IncExP1º - Incidentes em Execução Pendentes no 1º Grau**

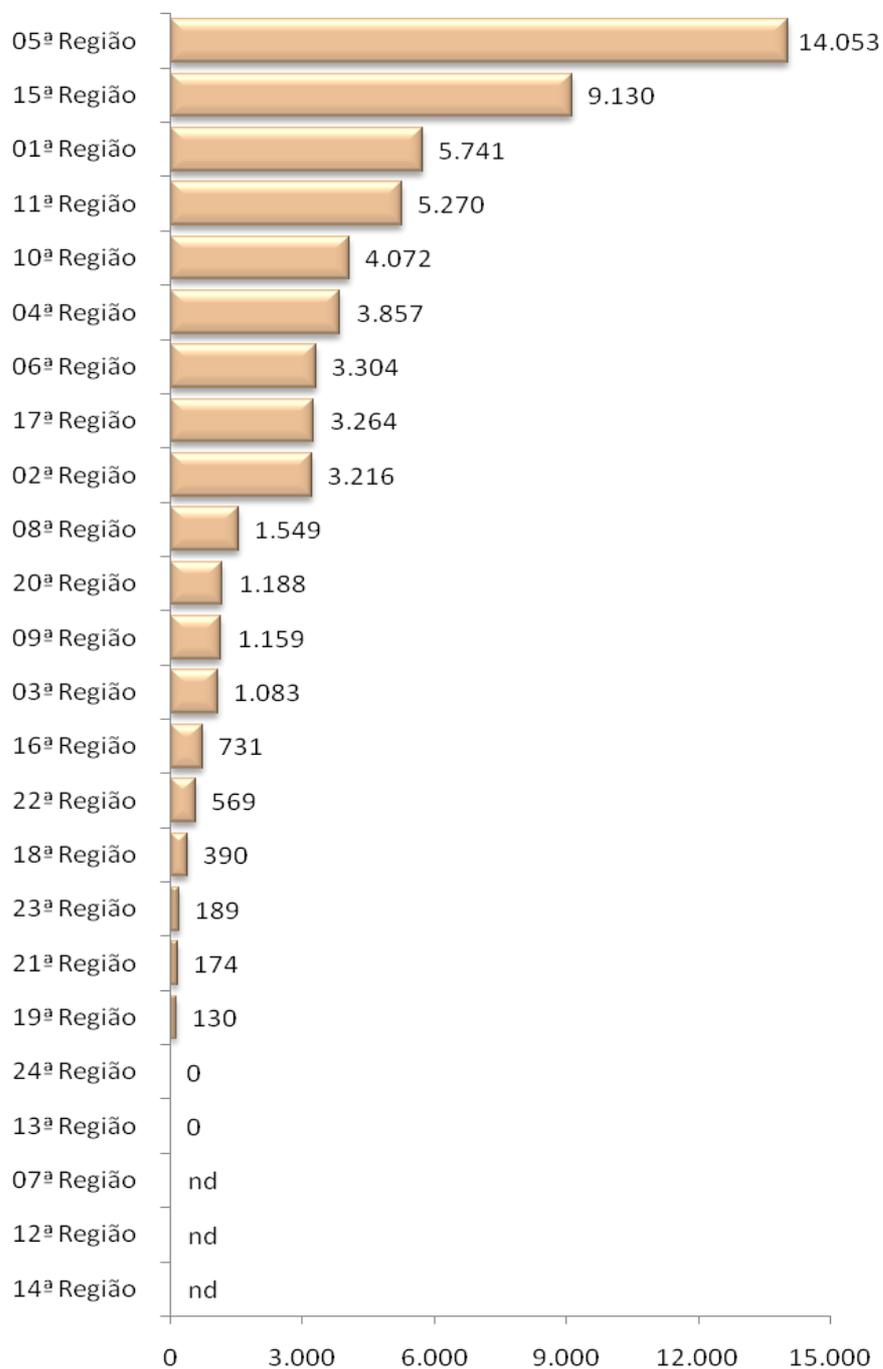
Tabela 2.23 - IncExP1º - Incidentes em Execução Pendentes no 1º Grau

<b>Tribunal Regional do Trabalho</b>	<b>IncExPFisc1º - Incidentes de Execução Fiscal Pendentes no 1º Grau</b>	<b>IncExPNFisc1º - Incidentes de Execução Pendentes no 1º Grau, exceto em execuções fiscais</b>	<b>IncExP1º - Incidentes em Execução Pendentes no 1º Grau</b>
01ª Região - RJ	503	5.238	5.741
02ª Região - SP	3.216	nd	3.216
03ª Região - MG	0	1.083	1.083
04ª Região - RS	2	3.855	3.857
05ª Região - BA	1	14.052	14.053
06ª Região - PE	0	3.304	3.304
07ª Região - CE	nd	nd	nd
08ª Região - AM e PA	2	1.547	1.549
09ª Região - PR	nd	1.159	1.159
10ª Região - DF e TO	65	4.007	4.072
11ª Região - AM e RR	4.907	363	5.270
12ª Região - SC	nd	nd	nd
13ª Região - PB	0	0	0
14ª Região - AC e RO	nd	nd	nd
15ª Região - Campinas	50	9.080	9.130
16ª Região - MA	nd	731	731
17ª Região - ES	200	3.064	3.264
18ª Região - GO	13	377	390
19ª Região - AL	4	126	130
20ª Região - SE	0	1.188	1.188
21ª Região - RN	0	174	174
22ª Região - PI	9	560	569
23ª Região - MT	9	180	189
24ª Região - MS	0	0	0
<b>Justiça do Trabalho</b>	<b>8.981</b>	<b>50.088</b>	<b>59.069</b>

Fonte: Justiça em Números 2009.

Obs: 'nd' significa que o dado não está disponível.

Gráfico 2.23 - IncExp1º - Incidentes em Execução Pendentes no 1º Grau



Obs: 'nd' significa que o dado não está disponível.

Glossário:

IncExp1º - Incidentes em Execução Pendentes no 1º Grau

Finalidade: Indicar o número de incidentes de execução pendentes no 1º Grau da Justiça do Trabalho no período-base (semestre).

Fórmula:  $\text{IncExp1}^\circ = \text{IncExpPFisc1}^\circ + \text{IncExpPNFisc1}^\circ$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

- IncExpPFisc1º - Incidentes de Execução Fiscal Pendentes no 1º Grau: Saldo residual dos embargos à adjudicação e dos embargos à arrematação, ambos em relação às execuções fiscais, opostos na Justiça do Trabalho de 1º Grau até o final do período anterior ao período-base (semestre), e que não foram baixados até o final do período anterior ao período-base (semestre).
- IncExpPNFisc1º - Incidentes de Execução Pendentes no 1º Grau, exceto em execuções fiscais: Saldo residual dos embargos à execução de títulos judiciais, das impugnações ao cumprimento de sentença, dos embargos à adjudicação e dos embargos à arrematação opostos na Justiça do Trabalho de 1º Grau até o final do período anterior ao período-base (semestre), e que não foram baixados até o final do período anterior ao período-base (semestre). Excluem-se os incidentes em execuções fiscais.

**2. Litigiosidade.**
**2.2. Litigiosidade de 1º grau**
**2.2.11. ExeSuS1º - Execuções Suspensas, Sobrestadas ou em Arquivo Provisório no 1º Grau**

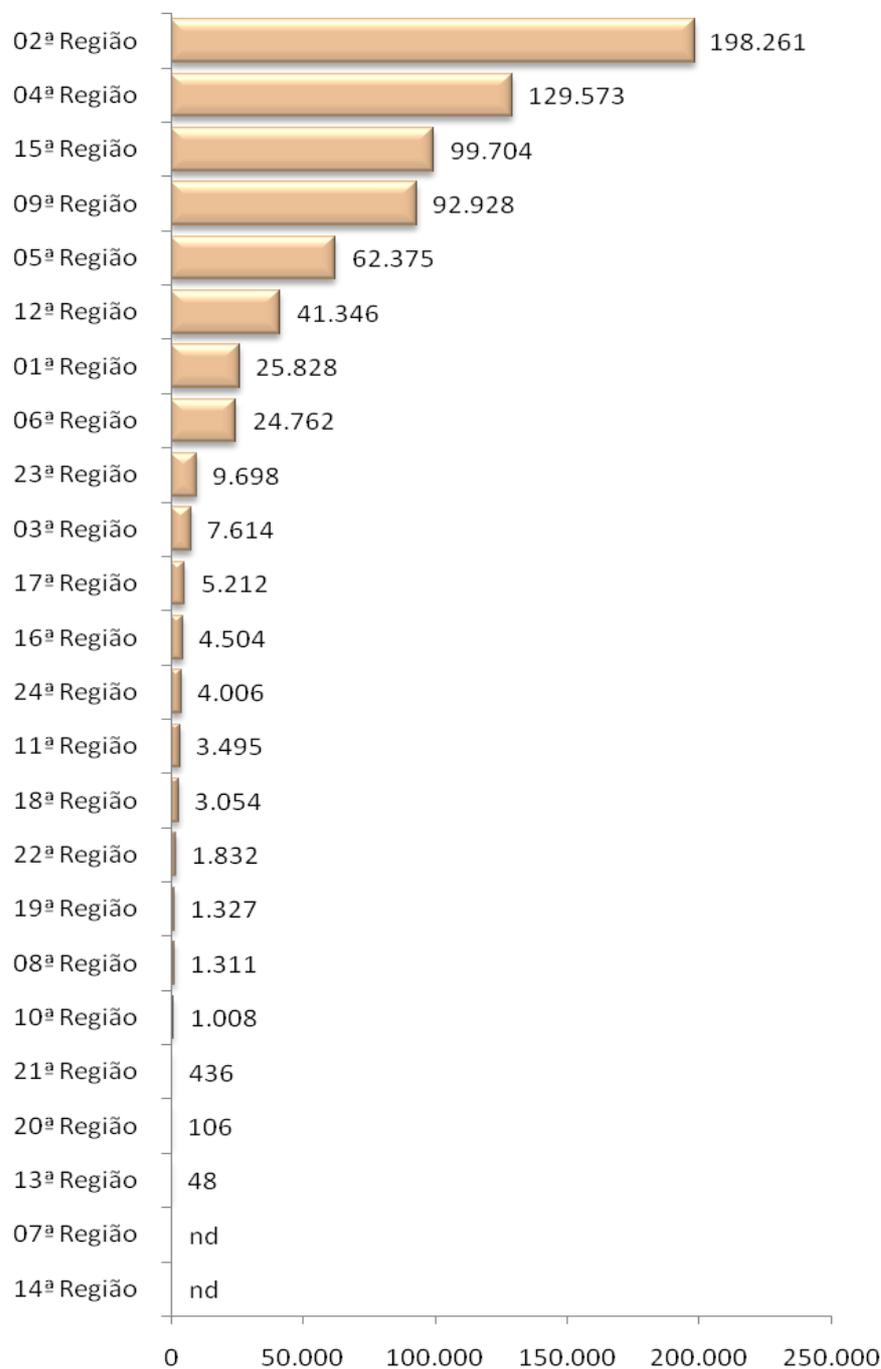
Tabela 2.24 - ExeSuS1º - Execuções Suspensas, Sobrestadas ou em Arquivo Provisório no 1º Grau

<b>Tribunal Regional do Trabalho</b>	<b>ExeSuSFisc1º - Execuções Fiscais Sobrestadas ou Suspensas ou em Arquivo Provisório</b>	<b>ExeSuSNfisc1º - Execuções Sobrestadas ou Suspensas ou em Arquivo Provisório, exceto execuções fiscais</b>	<b>ExeSuS1º - Execuções Suspensas, Sobrestadas ou em Arquivo Provisório no 1º Grau</b>
01ª Região - RJ	nd	25.828	25.828
02ª Região - SP	nd	198.261	198.261
03ª Região - MG	63	7.551	7.614
04ª Região - RS	1.716	127.857	129.573
05ª Região - BA	4.289	58.086	62.375
06ª Região - PE	0	24.762	24.762
07ª Região - CE	nd	nd	nd
08ª Região - AM e PA	0	1.311	1.311
09ª Região - PR	3.691	89.237	92.928
10ª Região - DF e TO	201	807	1.008
11ª Região - AM e RR	nd	3.495	3.495
12ª Região - SC	2.961	38.385	41.346
13ª Região - PB	44	4	48
14ª Região - AC e RO	nd	nd	nd
15ª Região - Campinas	1.842	97.862	99.704
16ª Região - MA	nd	4.504	4.504
17ª Região - ES	1.687	3.525	5.212
18ª Região - GO	930	2.124	3.054
19ª Região - AL	55	1.272	1.327
20ª Região - SE	106	0	106
21ª Região - RN	331	105	436
22ª Região - PI	239	1.593	1.832
23ª Região - MT	50	9.648	9.698
24ª Região - MS	366	3.640	4.006
<b>Justiça do Trabalho</b>	<b>18.571</b>	<b>699.857</b>	<b>718.428</b>

Fonte: Justiça em Números 2009.

Obs: 'nd' significa que o dado não está disponível.

Gráfico 2.24 - ExeSuS1º - Execuções Suspensas, Sobrestadas ou em Arquivo Provisório no 1º Grau



Obs: 'nd' significa que o dado não está disponível.

### Glossário:

ExeSuS1º - Execuções Suspensas, Sobrestadas ou em Arquivo Provisório no 1º Grau

Finalidade: Indicar o número de Execuções Suspensas, Sobrestadas ou em arquivo provisório no 1º Grau da Justiça do Trabalho no período-base (semestre).

Fórmula:  $ExeSuS1^\circ = ExeSuSFisc1^\circ + ExeSuSNFisc1^\circ$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

- ExeSuSFisc1º - Execuções Fiscais Sobrestadas ou Suspensas ou em Arquivo Provisório: Os processos de execução fiscal ingressados na Justiça do Trabalho de 1º Grau que se encontram sobrestados ou suspensos ou em arquivo provisório no final do período-base.
- ExeSuSNfisc1º - Execuções Sobrestadas ou Suspensas ou em Arquivo Provisório, exceto execuções fiscais: Os processos de execução de títulos judiciais e extrajudiciais ingressados na Justiça do Trabalho de 1º Grau que se encontram sobrestados ou suspensos ou em arquivo provisório no final do período-base (semestre). Excluem-se as execuções fiscais.

**2. Litigiosidade.**
**2.2. Litigiosidade de 1º grau**
**2.2.12. Ch1º - Casos Novos por 100.000 habitantes no 1º Grau**

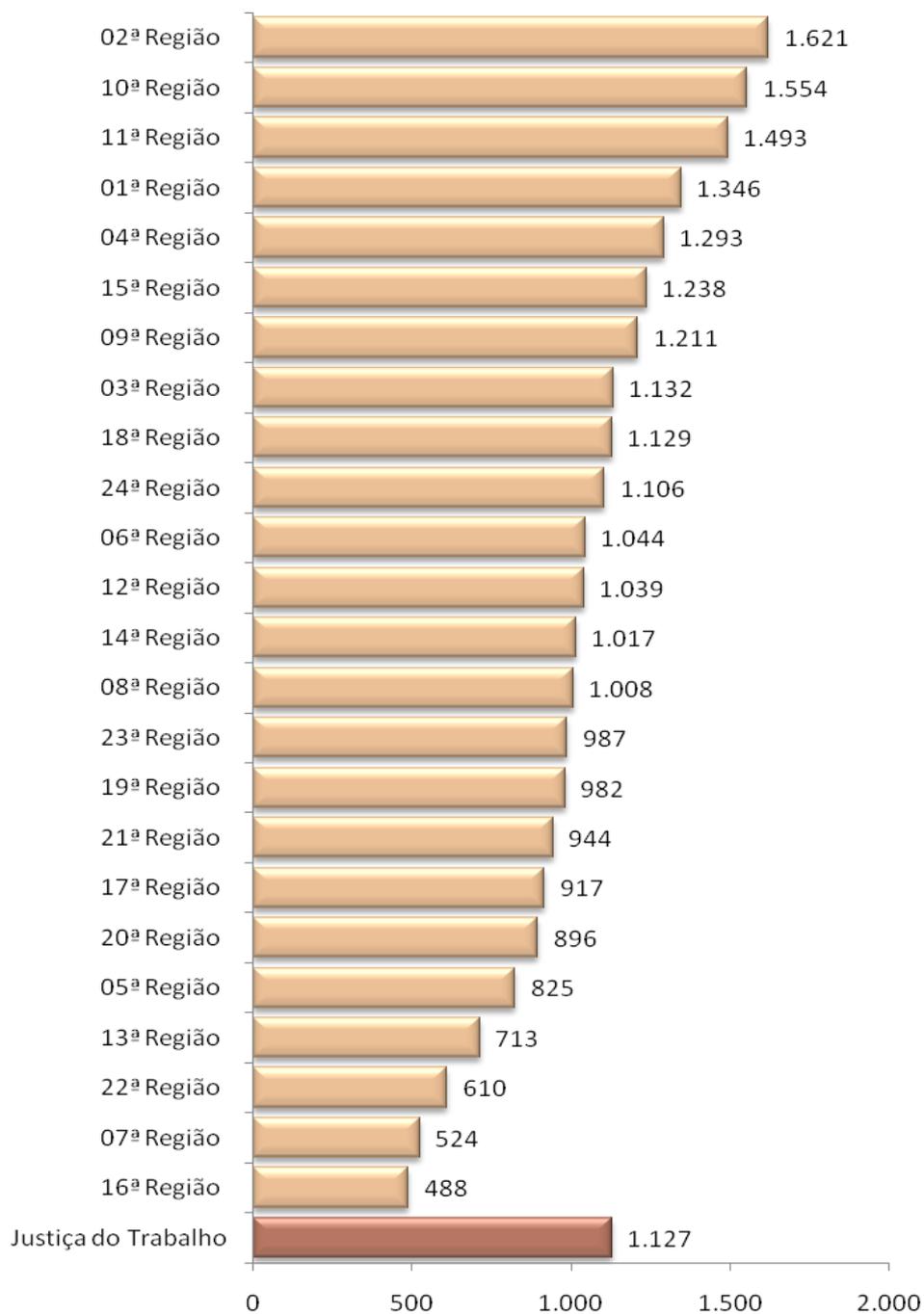
Tabela 2.25 - Ch1º - Casos Novos por 100.000 habitantes no 1º Grau

Tribunal Regional do Trabalho	CnC1º - Casos Novos de Conhecimento em 1º Grau	CnExt1º - Casos Novos de Execução de Título Extrajudicial no 1º Grau	h2 - Número de Habitantes dividido por 100.000	Ch1º - Casos Novos por 100.000 habitantes no 1º Grau
01ª Região - RJ	213.521	1.963	160	1.346
02ª Região - SP	342.771	nd	211	1.621
03ª Região - MG	224.850	1.906	200	1.132
04ª Região - RS	140.615	467	109	1.293
05ª Região - BA	119.682	1.073	146	825
06ª Região - PE	91.301	683	88	1.044
07ª Região - CE	44.736	34	85	524
08ª Região - AM e PA	80.273	610	80	1.008
09ª Região - PR	116.916	12.493	107	1.211
10ª Região - DF e TO	60.058	525	39	1.554
11ª Região - AM e RR	53.178	3.789	38	1.493
12ª Região - SC	62.575	1.027	61	1.039
13ª Região - PB	26.511	363	38	713
14ª Região - AC e RO	22.161	154	22	1.017
15ª Região - Campinas	249.518	1.063	202	1.238
16ª Região - MA	30.896	185	64	488
17ª Região - ES	31.724	262	35	917
18ª Região - GO	65.747	1.184	59	1.129
19ª Região - AL	30.800	208	32	982
20ª Região - SE	17.590	501	20	896
21ª Região - RN	29.068	566	31	944
22ª Região - PI	19.004	174	31	610
23ª Região - MT	29.193	436	30	987
24ª Região - MS	25.857	245	24	1.106
<b>Justiça do Trabalho</b>	<b>2.128.545</b>	<b>29.911</b>	<b>1.914</b>	<b>1.127</b>

Fonte: Justiça em Números 2009.

Obs: 'nd' significa que o dado não está disponível.

Gráfico 2.25 - Ch1º - Casos Novos por 100.000 habitantes no 1º Grau



Obs: 'nd' significa que o dado não está disponível.

Glossário:

Ch1º - Casos Novos por 100.000 habitantes no 1º Grau

Finalidade: Indicar o número de casos novos na fase de conhecimento e de execução, que ingressaram no 1º Grau da Justiça do Trabalho para cada 100.000 habitantes da Região no período-base (semestre).

Fórmula:  $Ch1^\circ = (CnC1^\circ + CnExt1^\circ) / h2$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

- CnC1º - Casos Novos de Conhecimento em 1º Grau: Os processos de conhecimento, cautelares, mandamentais e ações constitucionais que ingressaram ou foram protocolizados na Justiça do Trabalho de 1º Grau no período-base (semestre), incluídos os embargos de terceiros e os embargos do devedor na execução de título extrajudicial. Excluem-se os embargos à execução em título judicial, as impugnações a sentença de liquidação e ao cumprimento de títulos judiciais, os recursos internos (embargos de declaração), as cartas precatórias e de ordem recebidas e outros procedimentos passíveis de solução por despacho de mero expediente.
- $CnExt1^\circ = CnExtFisc1^\circ + CnExtNFisc1^\circ$
- h2 - Número de Habitantes dividido por 100.000: Número de habitantes baseado nas estimativas realizadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística dividido por 100.000 (Fonte: IBGE).

**2. Litigiosidade.**
**2.2. Litigiosidade de 1º grau**
**2.2.13. Cm1º - Casos Novos por Magistrado no 1º Grau**

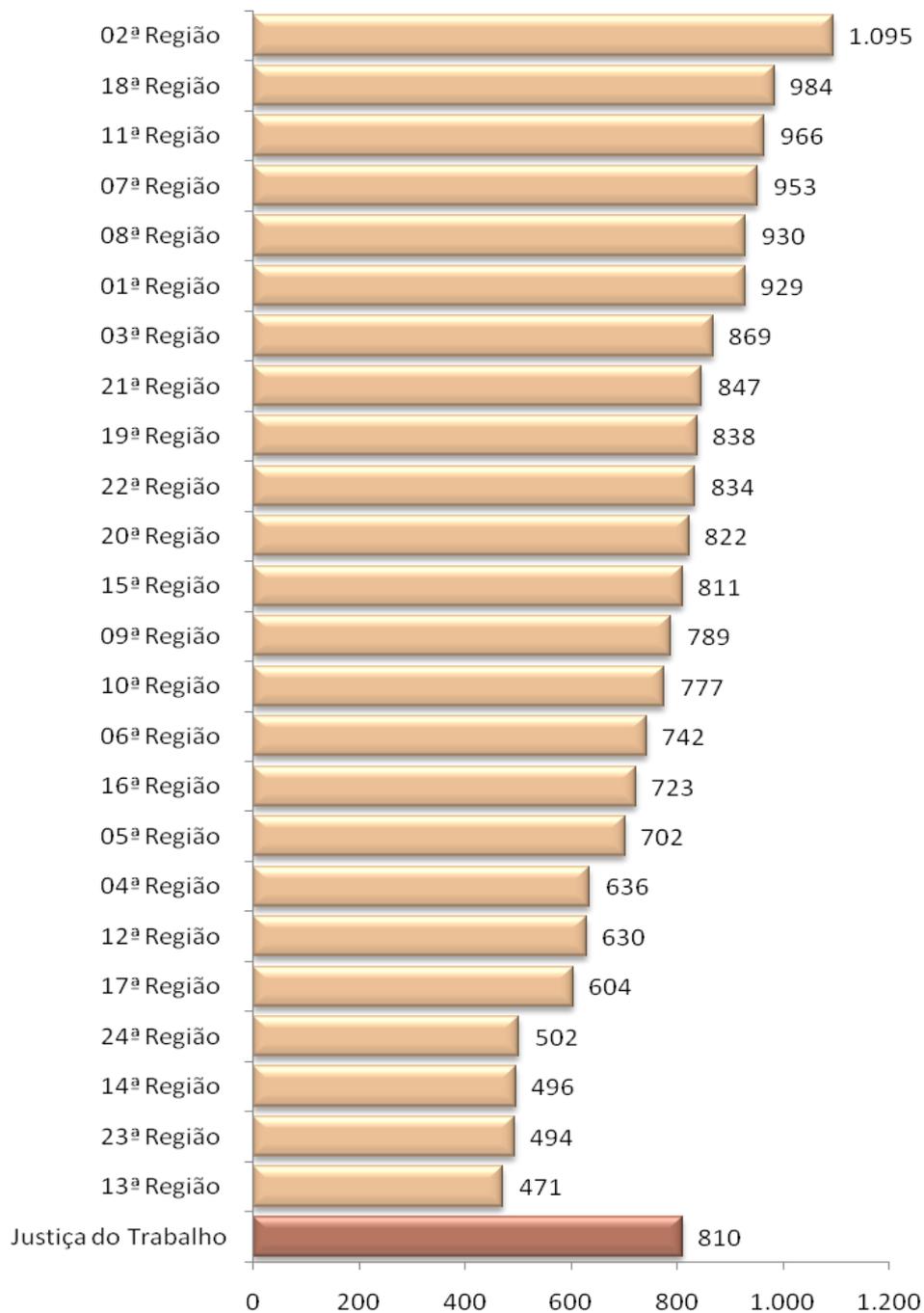
Tabela 2.26 - Cm1º - Casos Novos por Magistrado no 1º Grau

<b>Tribunal Regional do Trabalho</b>	<b>CnC1º - Casos Novos de Conhecimento em 1º Grau</b>	<b>CnExt1º - Casos Novos de Execução de Título Extrajudicial no 1º Grau</b>	<b>Mag1º - Total de Magistrados no 1º Grau</b>	<b>Cm1º - Casos Novos por Magistrado no 1º Grau</b>
01ª Região - RJ	213.521	1.963	232	929
02ª Região - SP	342.771	nd	313	1.095
03ª Região - MG	224.850	1.906	261	869
04ª Região - RS	140.615	467	222	636
05ª Região - BA	119.682	1.073	172	702
06ª Região - PE	91.301	683	124	742
07ª Região - CE	44.736	34	47	953
08ª Região - AM e PA	80.273	610	87	930
09ª Região - PR	116.916	12.493	164	789
10ª Região - DF e TO	60.058	525	78	777
11ª Região - AM e RR	53.178	3.789	59	966
12ª Região - SC	62.575	1.027	101	630
13ª Região - PB	26.511	363	57	471
14ª Região - AC e RO	22.161	154	45	496
15ª Região - Campinas	249.518	1.063	309	811
16ª Região - MA	30.896	185	43	723
17ª Região - ES	31.724	262	53	604
18ª Região - GO	65.747	1.184	68	984
19ª Região - AL	30.800	208	37	838
20ª Região - SE	17.590	501	22	822
21ª Região - RN	29.068	566	35	847
22ª Região - PI	19.004	174	23	834
23ª Região - MT	29.193	436	60	494
24ª Região - MS	25.857	245	52	502
<b>Justiça do Trabalho</b>	<b>2.128.545</b>	<b>29.911</b>	<b>2.664</b>	<b>810</b>

Fonte: Justiça em Números 2009.

Obs: 'nd' significa que o dado não está disponível.

Gráfico 2.26 - Cm1º - Casos Novos por Magistrado no 1º Grau



Obs: 'nd' significa que o dado não está disponível.

Glossário:

Cm1º - Casos Novos por Magistrado no 1º Grau

Finalidade: Indicar o número de casos novos, na fase de conhecimento e de execução, que ingressaram ou foram protocolizados no 1º Grau para cada magistrado da Justiça do Trabalho de 1º Grau no período-base (semestre).

Fórmula:  $Cm1^\circ = (CnC1^\circ + CnExt1^\circ) / Mag1^\circ$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

- CnC1º - Casos Novos de Conhecimento em 1º Grau: Os processos de conhecimento, cautelares, mandamentais e ações constitucionais que ingressaram ou foram protocolizados na Justiça do Trabalho de 1º Grau no período-base (semestre), incluídos os embargos de terceiros e os embargos do devedor na execução de título extrajudicial. Excluem-se os embargos à execução em título judicial, as impugnações a sentença de liquidação e ao cumprimento de títulos judiciais, os recursos internos (embargos de declaração), as cartas precatórias e de ordem recebidas e outros procedimentos passíveis de solução por despacho de mero expediente.
- $CnExt1^\circ = CnExtFisc1^\circ + CnExtNFisc1^\circ$
- $Mag1^\circ = MagP1^\circ - MagAj1^\circ$

**2. Litigiosidade.**
**2.2. Litigiosidade de 1º grau**
**2.2.14. Cs1º - Casos Novos por Servidor no 1º Grau**

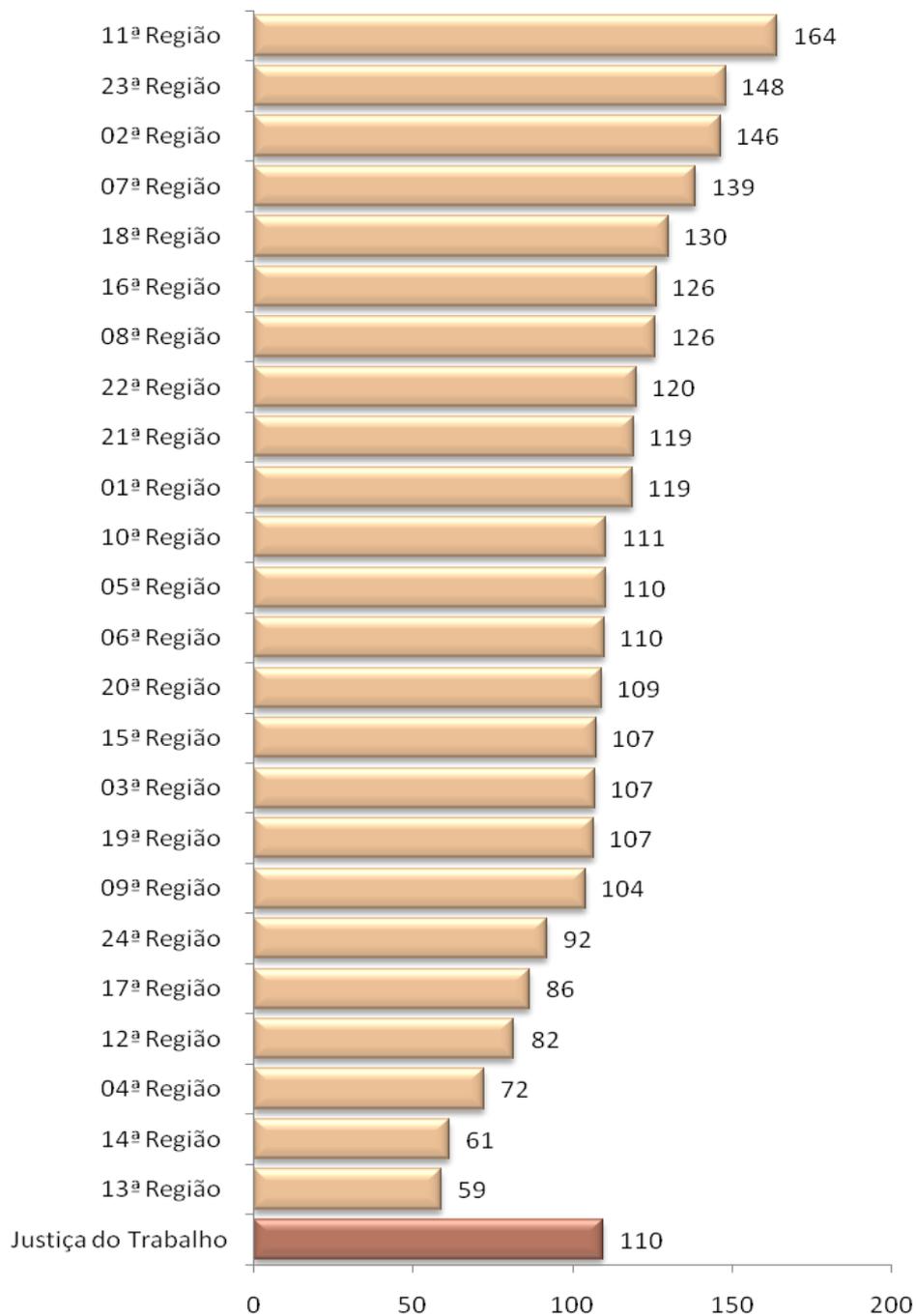
Tabela 2.27 - Cs1º - Casos Novos por Servidor no 1º Grau

Tribunal Regional do Trabalho	CnC1º - Casos Novos de Conhecimento em 1º Grau	CnExt1º - Casos Novos de Execução de Título Extrajudicial no 1º Grau	SaJud1º - Número de Servidores da Área Judiciária no 1º Grau	Cs1º - Casos Novos por Servidor no 1º Grau
01ª Região - RJ	213.521	1.963	1.817	119
02ª Região - SP	342.771	nd	2.340	146
03ª Região - MG	224.850	1.906	2.122	107
04ª Região - RS	140.615	467	1.951	72
05ª Região - BA	119.682	1.073	1.093	110
06ª Região - PE	91.301	683	837	110
07ª Região - CE	44.736	34	323	139
08ª Região - AM e PA	80.273	610	642	126
09ª Região - PR	116.916	12.493	1.243	104
10ª Região - DF e TO	60.058	525	548	111
11ª Região - AM e RR	53.178	3.789	347	164
12ª Região - SC	62.575	1.027	779	82
13ª Região - PB	26.511	363	456	59
14ª Região - AC e RO	22.161	154	363	61
15ª Região - Campinas	249.518	1.063	2.333	107
16ª Região - MA	30.896	185	246	126
17ª Região - ES	31.724	262	370	86
18ª Região - GO	65.747	1.184	515	130
19ª Região - AL	30.800	208	291	107
20ª Região - SE	17.590	501	166	109
21ª Região - RN	29.068	566	249	119
22ª Região - PI	19.004	174	160	120
23ª Região - MT	29.193	436	200	148
24ª Região - MS	25.857	245	284	92
<b>Justiça do Trabalho</b>	<b>2.128.545</b>	<b>29.911</b>	<b>19.675</b>	<b>110</b>

Fonte: Justiça em Números 2009.

Obs: 'nd' significa que o dado não está disponível.

Gráfico 2.27 - Cs1º - Casos Novos por Servidor no 1º Grau



Obs: 'nd' significa que o dado não está disponível.

Glossário:

Cs1º - Casos Novos por Servidor no 1º Grau

Finalidade: Indicar o número de casos novos que ingressaram ou foram protocolizados na Justiça do Trabalho de 1º Grau, por servidor lotado na área judiciária da Justiça do Trabalho de 1º Grau no período-base (semestre).

Fórmula:  $Cs1^\circ = (CnC1^\circ + CnExt1^\circ) / SaJud1^\circ$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

- CnC1º - Casos Novos de Conhecimento em 1º Grau: Os processos de conhecimento, cautelares, mandamentais e ações constitucionais que ingressaram ou foram protocolizados na Justiça do Trabalho de 1º Grau no período-base (semestre), incluídos os embargos de terceiros e os embargos do devedor na execução de título extrajudicial. Excluem-se os embargos à execução em título judicial, as impugnações a sentença de liquidação e ao cumprimento de títulos judiciais, os recursos internos (embargos de declaração), as cartas precatórias e de ordem recebidas e outros procedimentos passíveis de solução por despacho de mero expediente.
- $CnExt1^\circ = CnExtFisc1^\circ + CnExtNFisc1^\circ$
- SaJud1º - Número de Servidores da Área Judiciária no 1º Grau: Número total de servidores lotados na área judiciária no 1º grau da Justiça do Trabalho, e que estão em efetiva atividade no final do período-base (semestre), abrangendo os servidores efetivos (exceto cedidos), os requisitados e os ocupantes apenas de cargo em comissão.

**2. Litigiosidade.**
**2.2. Litigiosidade de 1º grau**
**2.2.15. PExtFisc1º - Percentual de Processos de Execução Fiscal em Tramitação no 1º grau**

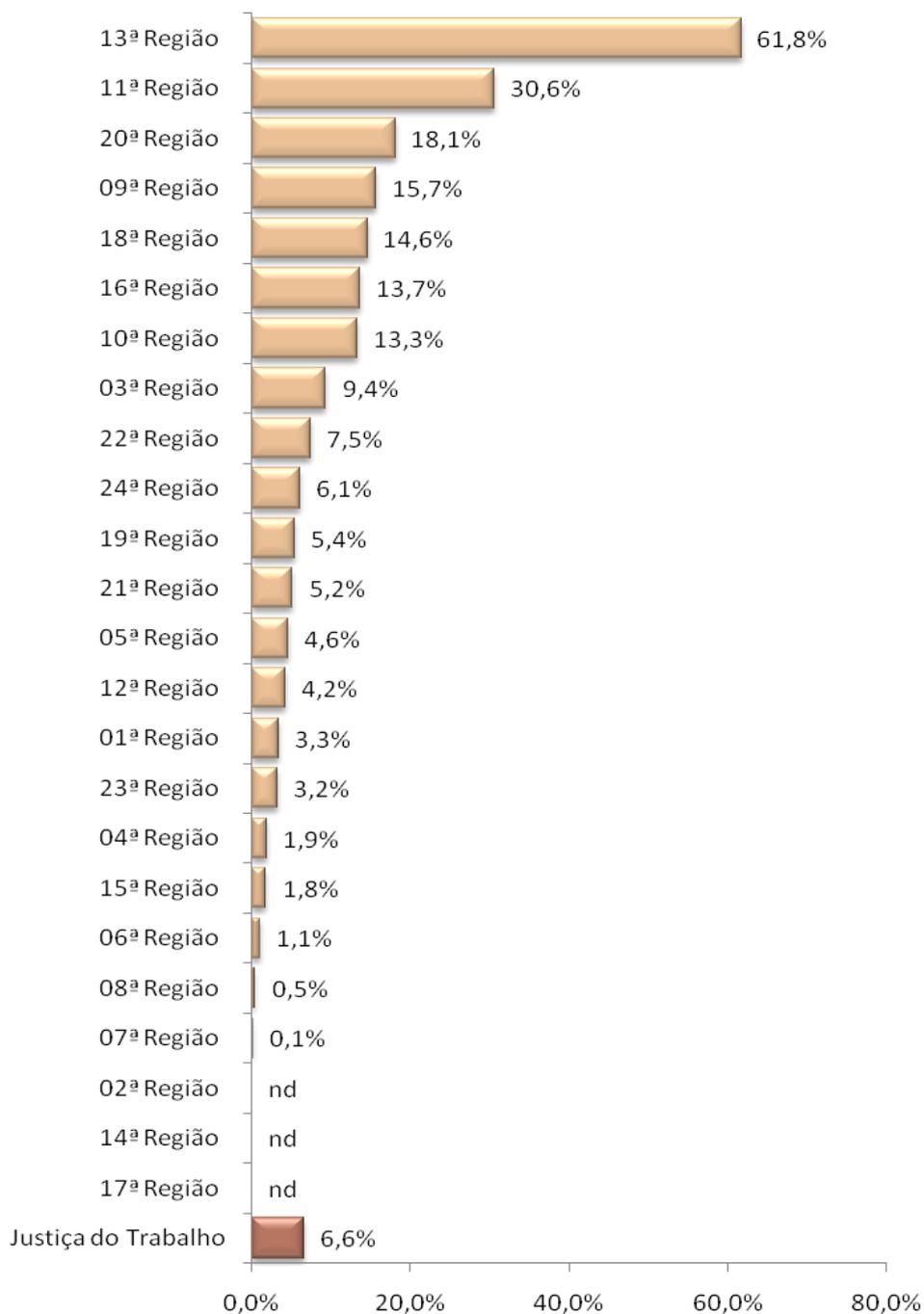
Tabela 2.28 - PExtFisc1º - Percentual de Processos de Execução Fiscal em Tramitação no 1º grau

Tribunal Regional do Trabalho	CnExtFisc1º - Casos Novos de Execução Fiscal no 1º grau	CpExtFisc1º - Casos Pendentes de Execução Fiscal no 1º grau	CnEx1º - Casos Novos de Execução no 1º Grau	CpEx1º - Casos Pendentes de Execução no 1º Grau	PExtFisc1º - Percentual de Processos de Execução Fiscal em Tramitação no 1º grau
01ª Região - RJ	1.566	9.877	68.661	273.887	3,3%
02ª Região - SP	nd	nd	172.465	290.300	nd
03ª Região - MG	1.704	10.994	47.660	88.142	9,4%
04ª Região - RS	305	3.417	46.227	151.214	1,9%
05ª Região - BA	706	7.219	29.753	141.662	4,6%
06ª Região - PE	45	1.209	43.963	74.098	1,1%
07ª Região - CE	30	27	13.977	40.374	0,1%
08ª Região - AM e PA	91	130	19.924	27.516	0,5%
09ª Região - PR	10.985	14.523	48.980	113.134	15,7%
10ª Região - DF e TO	189	10.700	16.905	64.915	13,3%
11ª Região - AM e RR	3.772	26.670	50.456	49.049	30,6%
12ª Região - SC	901	3.723	21.917	87.306	4,2%
13ª Região - PB	227	88	371	139	61,8%
14ª Região - AC e RO	125	nd	6.207	11.684	nd
15ª Região - Campinas	613	5.754	65.183	288.900	1,8%
16ª Região - MA	167	5.949	6.620	38.121	13,7%
17ª Região - ES	217	nd	13.512	33.572	nd
18ª Região - GO	932	6.441	15.568	34.803	14,6%
19ª Região - AL	186	2.951	14.212	43.791	5,4%
20ª Região - SE	501	3.726	6.574	16.725	18,1%
21ª Região - RN	521	2.835	18.873	46.123	5,2%
22ª Região - PI	154	1.796	5.801	20.285	7,5%
23ª Região - MT	390	661	9.544	23.489	3,2%
24ª Região - MS	151	1.200	8.667	13.555	6,1%
<b>Justiça do Trabalho</b>	<b>24.478</b>	<b>119.890</b>	<b>752.020</b>	<b>1.972.784</b>	<b>6,6%</b>

Fonte: Justiça em Números 2009.

Obs: 'nd' significa que o dado não está disponível.

Gráfico 2.28 - PExtFisc1º - Percentual de Processos de Execução Fiscal em Tramitação no 1º grau



Obs: 'nd' significa que o dado não está disponível.

### Glossário:

PExtFisc1º - Percentual de Processos de Execução Fiscal em Tramitação no 1º grau

Finalidade: Indicar o percentual de processos de execução fiscal (em tramitação) em relação ao total de processos de execução (em tramitação) na Justiça do Trabalho de 1º grau no período-base (semestre).

Fórmula:  $PExtFisc1º = ((CnExtFisc1º + CPExtFisc1º) / (CnEx1º + CpEx1º)) \times 100$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

- CnExtFisc1º - Casos Novos de Execução Fiscal no 1º grau: As execuções fiscais que ingressaram ou foram protocolizadas na Justiça do Trabalho de 1º Grau no período-base (semestre). Excluem-se os precatórios judiciais e as Requisições de Pequeno Valor (RPV's).
- CpExtFisc1º - Casos Pendentes de Execução Fiscal no 1º grau: Saldo residual de processos de execução fiscal (inclusive os recebidos da Justiça Comum) que ingressaram ou foram protocolizados na Justiça do Trabalho de 1º Grau até o final do período anterior ao período-base (semestre), e que não foram baixados até o final do período anterior ao período-base (semestre). Excluem-se os precatórios judiciais e as Requisições de Pequeno Valor (RPV's)
- $CnEx1º = CnExt1º + ExeJud1º$
- $CpEx1º = CpExt1º + ExeJudP1º$

**2. Litigiosidade.**
**2.2. Litigiosidade de 1º grau**
**2.2.16. PExSFisc1º - Percentual de Processos de Execução Fiscal Suspensos ou Sobrestados ou em Arquivo Provisório no 1º grau**

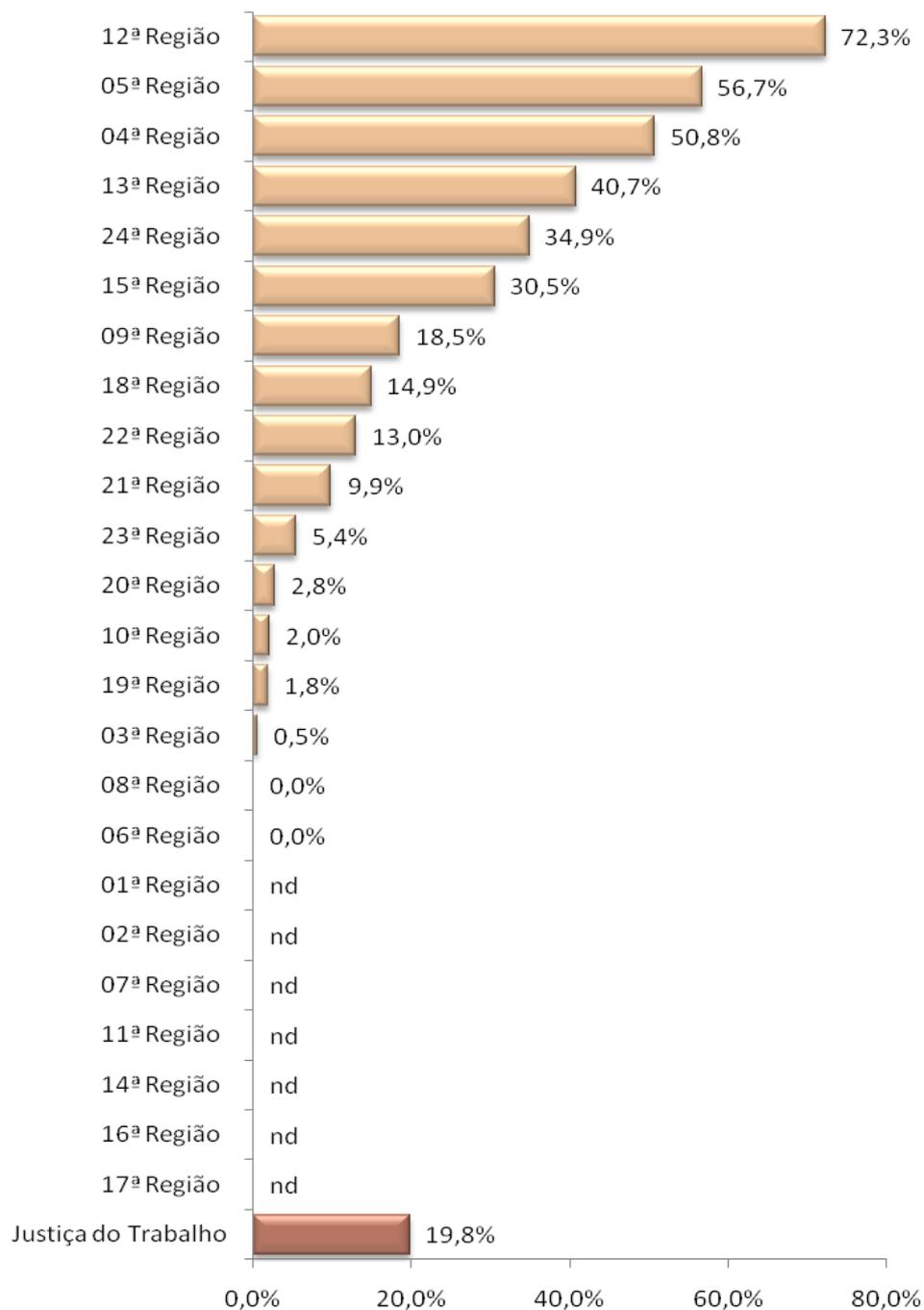
Tabela 2.29 - PExSFisc1º - Percentual de Processos de Execução Fiscal Suspensos ou Sobrestados ou em Arquivo Provisório no 1º grau

Tribunal Regional do Trabalho	ExeSuSFisc1º - Execuções Fiscais Sobrestadas ou Suspensas ou em Arquivo Provisório	CnExtFisc1º - Casos Novos de Execução Fiscal no 1º grau	CpExtFisc1º - Casos Pendentes de Execução Fiscal no 1º grau	TBaixExtFisc1º - Total de Processos Baixados de Execução Fiscal no 1º Grau	PExSFisc1º - Percentual de Processos de Execução Fiscal Suspensos ou Sobrestados ou em Arquivo Provisório no 1º grau
01ª Região - RJ	nd	1.566	9.877	5.104	nd
02ª Região - SP	nd	nd	nd	nd	nd
03ª Região - MG	63	1.704	10.994	69	0,5%
04ª Região - RS	1.716	305	3.417	341	50,8%
05ª Região - BA	4.289	706	7.219	356	56,7%
06ª Região - PE	0	45	1.209	201	0,0%
07ª Região - CE	nd	30	27	nd	nd
08ª Região - AM e PA	0	91	130	8	0,0%
09ª Região - PR	3.691	10.985	14.523	5.607	18,5%
10ª Região - DF e TO	201	189	10.700	956	2,0%
11ª Região - AM e RR	nd	3.772	26.670	2.644	nd
12ª Região - SC	2.961	901	3.723	528	72,3%
13ª Região - PB	44	227	88	207	40,7%
14ª Região - AC e RO	nd	125	nd	nd	nd
15ª Região - Campinas	1.842	613	5.754	332	30,5%
16ª Região - MA	nd	167	5.949	nd	nd
17ª Região - ES	1.687	217	nd	844	nd
18ª Região - GO	930	932	6.441	1.149	14,9%
19ª Região - AL	55	186	2.951	163	1,8%
20ª Região - SE	106	501	3.726	391	2,8%
21ª Região - RN	331	521	2.835	0	9,9%
22ª Região - PI	239	154	1.796	114	13,0%
23ª Região - MT	50	390	661	130	5,4%
24ª Região - MS	366	151	1.200	303	34,9%
<b>Justiça do Trabalho</b>	<b>18.571</b>	<b>24.478</b>	<b>119.890</b>	<b>19.447</b>	<b>19,8%</b>

Fonte: Justiça em Números 2009.

Obs: 'nd' significa que o dado não está disponível.

Gráfico 2.29 - PEXSFisc1º - Percentual de Processos de Execução Fiscal Suspensos ou Sobrestados ou em Arquivo Provisório no 1º grau



Obs: 'nd' significa que o dado não está disponível.

Glossário:

PExSFisc1º - Percentual de Processos de Execução Fiscal Suspensos ou Sobrestados ou em Arquivo Provisório no 1º grau

Finalidade: Indicar o percentual de processos de execução fiscal que se encontram suspensos ou sobrestados ou em arquivo provisório em relação ao total de processos de execução fiscal no final do período-base (semestre).

Fórmula:  $PexSFisc1º = (ExeSuSFisc1º / (CnExtFisc1º + CpExtFisc1º - TBaixExtFisc1º)) \times 100$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

- ExeSuSFisc1º - Execuções Fiscais Sobrestadas ou Suspensas ou em Arquivo Provisório: Os processos de execução fiscal ingressados na Justiça do Trabalho de 1º Grau que se encontram sobrestados ou suspensos ou em arquivo provisório no final do período-base.
- CnExtFisc1º - Casos Novos de Execução Fiscal no 1º grau: As execuções fiscais que ingressaram ou foram protocolizadas na Justiça do Trabalho de 1º Grau no período-base (semestre). Excluem-se os precatórios judiciais e as Requisições de Pequeno Valor (RPV's).
- CpExtFisc1º - Casos Pendentes de Execução Fiscal no 1º grau: Saldo residual de processos de execução fiscal (inclusive os recebidos da Justiça Comum) que ingressaram ou foram protocolizados na Justiça do Trabalho de 1º Grau até o final do período anterior ao período-base (semestre), e que não foram baixados até o final do período anterior ao período-base (semestre). Excluem-se os precatórios judiciais e as Requisições de Pequeno Valor (RPV's)
- TBaixExtFisc1º - Total de Processos Baixados de Execução Fiscal no 1º Grau: Os processos de execuções fiscais que foram baixados na Justiça do Trabalho de 1º Grau no período-base (semestre). Consideram-se baixados os processos: a) remetidos para outros órgãos judiciais competentes, desde que vinculados a tribunais diferentes; b) remetidos para a instância superior; c) arquivados definitivamente. Não se constituem por baixas as remessas para cumprimento de diligências e as entregas para carga/vista. Havendo mais de um movimento de baixa no mesmo processo, apenas o primeiro deve ser considerado.

**2. Litigiosidade.**
**2.2. Litigiosidade de 1º grau**
**2.2.17. PExS1º - Percentual de Processos de Execução de Títulos Judiciais e Extrajudiciais (exceto fiscal) que estão Suspensos ou Sobrestados ou em Arquivo Provisório no 1º grau**

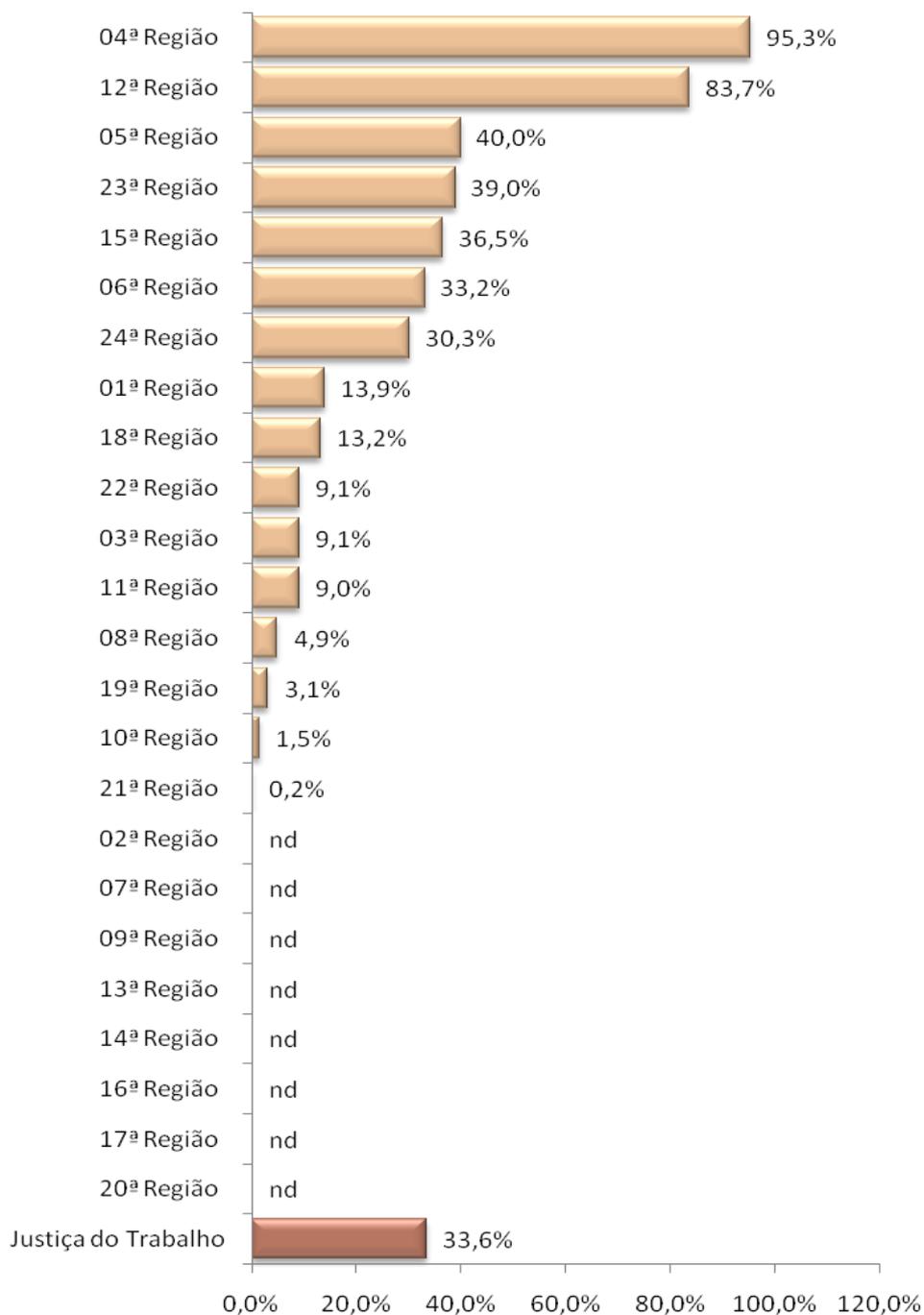
Tabela 2.30 - PExS1º - Percentual de Processos de Execução de Títulos Judiciais e Extrajudiciais (exceto fiscal) que estão Suspensos ou Sobrestados ou em Arquivo Provisório no 1º grau

<b>Tribunal Regional do Trabalho</b>	<b>ExeSuSNfisc1º - Execuções Sobrestadas ou Suspensas ou em Arquivo Provisório, exceto execuções fiscais</b>	<b>Total de Casos novos Extrajudiciais não fiscais e de Execuções Judiciais no 1º Grau</b>	<b>Total de Casos pendentes Extrajudiciais não fiscais e de Execuções Judiciais pendentes no 1º Grau</b>	<b>Total de Processos Baixados Extrajudiciais não fiscais e de Execuções Judiciais baixadas no 1º Grau</b>	<b>PExS1º - Percentual de Processos de Execução de Títulos Judiciais e Extrajudiciais (exceto fiscal) que estão Suspensos ou Sobrestados ou em Arquivo Provisório no 1º grau</b>
01ª Região - RJ	25.828	67.095	264.010	145.817	13,9%
02ª Região - SP	198.261	nd	nd	nd	nd
03ª Região - MG	7.551	45.956	77.148	40.352	9,1%
04ª Região - RS	127.857	45.922	147.797	59.596	95,3%
05ª Região - BA	58.086	29.047	134.443	18.098	40,0%
06ª Região - PE	24.762	43.918	72.889	42.198	33,2%
07ª Região - CE	nd	13.947	nd	nd	nd
08ª Região - AM e PA	1.311	19.833	27.386	20.473	4,9%
09ª Região - PR	89.237	37.995	98.611	nd	nd
10ª Região - DF e TO	807	16.716	54.215	16.439	1,5%
11ª Região - AM e RR	3.495	46.684	22.379	30.298	9,0%
12ª Região - SC	38.385	21.016	83.583	58.719	83,7%
13ª Região - PB	4	144	51	22.733	nd
14ª Região - AC e RO	nd	6.082	nd	nd	nd
15ª Região - Campinas	97.862	64.570	283.146	79.679	36,5%
16ª Região - MA	4.504	6.453	nd	nd	nd
17ª Região - ES	3.525	13.295	nd	13.201	nd
18ª Região - GO	2.124	14.636	28.362	26.947	13,2%
19ª Região - AL	1.272	14.026	40.840	14.029	3,1%
20ª Região - SE	0	6.073	12.999	nd	nd
21ª Região - RN	105	18.352	43.288	1.818	0,2%
22ª Região - PI	1.593	5.647	18.489	6.684	9,1%
23ª Região - MT	9.648	9.154	22.828	7.212	39,0%
24ª Região - MS	3.640	8.516	12.355	8.838	30,3%
<b>Justiça do Trabalho</b>	<b>699.857</b>	<b>555.077</b>	<b>1.444.819</b>	<b>613.131</b>	<b>33,6%</b>

Fonte: Justiça em Números 2009.

Obs: 'nd' significa que o dado não está disponível.

Gráfico 2.30 - PExS1º - Percentual de Processos de Execução de Títulos Judiciais e Extrajudiciais (exceto fiscal) que estão Suspensos ou Sobrestados ou em Arquivo Provisório no 1º grau



Obs: 'nd' significa que o dado não está disponível.

Glossário:

PExS1º - Percentual de Processos de Execução de Títulos Judiciais e Extrajudiciais (exceto fiscal) que estão Suspensos ou Sobrestados ou em Arquivo Provisório no 1º grau

Finalidade: Indicar o percentual de processos de execução que se encontram suspensos ou sobrestados ou em arquivo provisório em relação ao total de processos de execução no final período-base (semestre). Não são consideradas as execuções fiscais.

Fórmula:  $PexS1º = (ExeSuSNFisc1º / (CnExtNFisc1º + ExeJud1º + CpExtNFisc1º + ExeJudP1º - TbaixExtNFisc1º - TbaixJud1º)) \times 100$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

- ExeSuSNfisc1º - Execuções Sobrestadas ou Suspensas ou em Arquivo Provisório, exceto execuções fiscais: Os processos de execução de títulos judiciais e extrajudiciais ingressados na Justiça do Trabalho de 1º Grau que se encontram sobrestados ou suspensos ou em arquivo provisório no final do período-base (semestre). Excluem-se as execuções fiscais.
- Total de Casos novos Extrajudiciais não fiscais e de Execuções Judiciais no 1º Grau: É a soma do número de Casos novos Extrajudiciais não fiscais com o quantitativo de Execuções Judiciais no 1º Grau.
- Total de Casos pendentes Extrajudiciais não fiscais e de Execuções Judiciais pendentes no 1º Grau: É a soma do número de Casos pendentes Extrajudiciais não fiscais com o quantitativo de Execuções Judiciais pendentes no 1º Grau.
- Total de Processos Baixados Extrajudiciais não fiscais e de Execuções Judiciais baixadas no 1º Grau: É a soma do número de processos Baixados Extrajudiciais não fiscais com o quantitativo de Execuções Judiciais baixadas no 1º Grau.

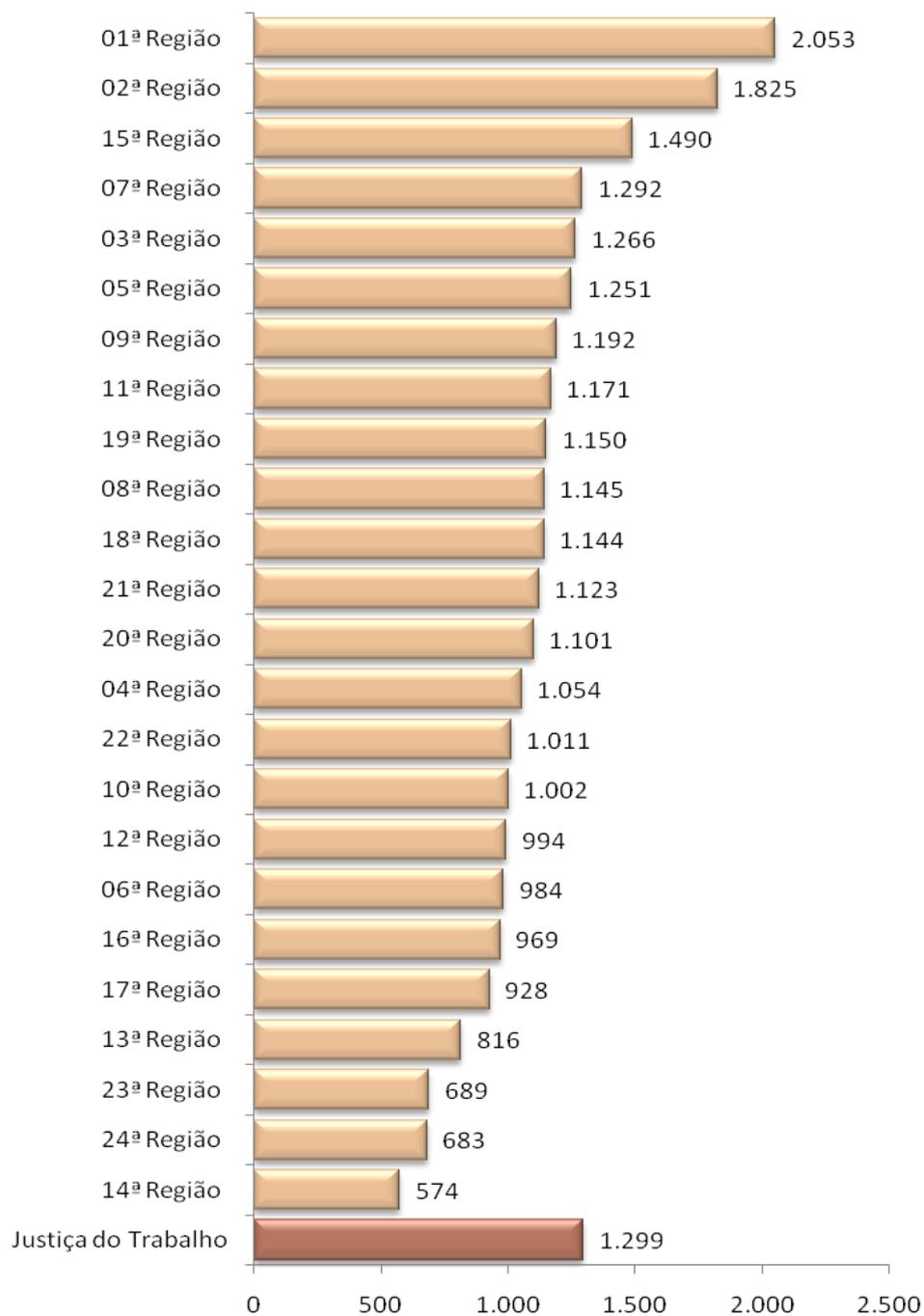
**2. Litigiosidade.**
**2.2. Litigiosidade de 1º grau**
**2.2.18. KC1º - Carga de Trabalho dos Magistrados na Fase de Conhecimento do 1º Grau**

Tabela 2.31 - KC1º - Carga de Trabalho dos Magistrados na Fase de Conhecimento do 1º Grau

Tribunal Regional do Trabalho	CnC1º - Casos Novos de Conhecimento em 1º Grau	CpC1º - Casos Pendentes de Conhecimento em 1º Grau	RIntC1º - Recursos Internos da Fase de Conhecimento no 1º Grau	RIntCP1º - Recursos Internos Pendentes da Fase de Conhecimento no 1º Grau	Mag1º - Total de Magistrados no 1º Grau	KC1º - Carga de Trabalho dos Magistrados na Fase de Conhecimento do 1º Grau
01ª Região - RJ	213.521	227.883	29.375	5.578	232	2.053
02ª Região - SP	342.771	168.873	54.783	4.791	313	1.825
03ª Região - MG	224.850	75.175	29.651	691	261	1.266
04ª Região - RS	140.615	69.130	18.210	5.944	222	1.054
05ª Região - BA	119.682	66.897	16.193	12.321	172	1.251
06ª Região - PE	91.301	18.944	10.102	1.666	124	984
07ª Região - CE	44.736	13.562	1.891	537	47	1.292
08ª Região - AM e PA	80.273	15.088	3.450	773	87	1.145
09ª Região - PR	116.916	60.249	17.984	287	164	1.192
10ª Região - DF e TO	60.058	11.881	5.609	592	78	1.002
11ª Região - AM e RR	53.178	13.863	1.752	268	59	1.171
12ª Região - SC	62.575	30.296	7.006	532	101	994
13ª Região - PB	26.511	17.019	2.865	114	57	816
14ª Região - AC e RO	22.161	2.992	628	32	45	574
15ª Região - Campinas	249.518	180.141	25.463	5.413	309	1.490
16ª Região - MA	30.896	8.265	2.104	409	43	969
17ª Região - ES	31.724	10.111	6.281	1.058	53	928
18ª Região - GO	65.747	7.036	4.758	274	68	1.144
19ª Região - AL	30.800	9.806	1.844	117	37	1.150
20ª Região - SE	17.590	4.065	2.130	434	22	1.101
21ª Região - RN	29.068	6.073	2.967	1.187	35	1.123
22ª Região - PI	19.004	2.681	1.376	198	23	1.011
23ª Região - MT	29.193	9.638	2.162	364	60	689
24ª Região - MS	25.857	7.899	1.741	0	52	683
<b>Justiça do Trabalho</b>	<b>2.128.545</b>	<b>1.037.567</b>	<b>250.325</b>	<b>43.580</b>	<b>2.664</b>	<b>1.299</b>

Fonte: Justiça em Números 2009.

Gráfico 2.31 - KC1º - Carga de Trabalho dos Magistrados na Fase de Conhecimento do 1º Grau



### Glossário:

KC1º - Carga de Trabalho dos Magistrados na Fase de Conhecimento do 1º Grau

Finalidade: Indicar a carga de trabalho na fase de conhecimento dos Magistrados de 1º Grau da Justiça do Trabalho no período-base (semestre).

Fórmula:  $KC1^\circ = (CnC1^\circ + CpC1^\circ + RIntC1^\circ + RIntCP1^\circ) / Mag1^\circ$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

- CnC1º - Casos Novos de Conhecimento em 1º Grau: Os processos de conhecimento, cautelares, mandamentais e ações constitucionais que ingressaram ou foram protocolizados na Justiça do Trabalho de 1º Grau no período-base (semestre), incluídos os embargos de terceiros e os embargos do devedor na execução de título extrajudicial. Excluem-se os embargos à execução em título judicial, as impugnações a sentença de liquidação e ao cumprimento de títulos judiciais, os recursos internos (embargos de declaração), as cartas precatórias e de ordem recebidas e outros procedimentos passíveis de solução por despacho de mero expediente.
- CpC1º - Casos Pendentes de Conhecimento em 1º Grau: Saldo residual de processos de conhecimento, cautelares, mandamentais, ações constitucionais que ingressaram ou foram protocolizados na Justiça do Trabalho de 1º Grau até o final do período anterior ao período-base (semestre), incluídos os embargos de terceiros e os embargos do devedor na execução de título extrajudicial, e que não foram baixados até o final do período anterior ao período-base (semestre). Excluem-se os embargos à execução em título judicial, as impugnações à sentença de liquidação e ao cumprimento de títulos judiciais, os recursos internos (embargos de declaração); as cartas precatórias de ordem recebidas e outros procedimentos passíveis de solução por despacho de mero expediente.
- RIntC1º - Recursos Internos da Fase de Conhecimento no 1º Grau: Os embargos de declaração opostos contra decisão de 1º Grau, no período-base (semestre).
- RIntCP1º - Recursos Internos Pendentes da Fase de Conhecimento no 1º Grau: Saldo residual de embargos de declaração opostos contra decisão de 1º Grau opostos até o final do período anterior ao período-base (semestre) e que não foram decididos até o final do período anterior ao período-base (semestre).
- $Mag1^\circ = MagP1^\circ - MagAj1^\circ$

**2. Litigiosidade.**
**2.2. Litigiosidade de 1º grau**
**2.2.19. KEx1º - Carga de Trabalho dos Magistrados na Fase de Execução do 1º Grau**

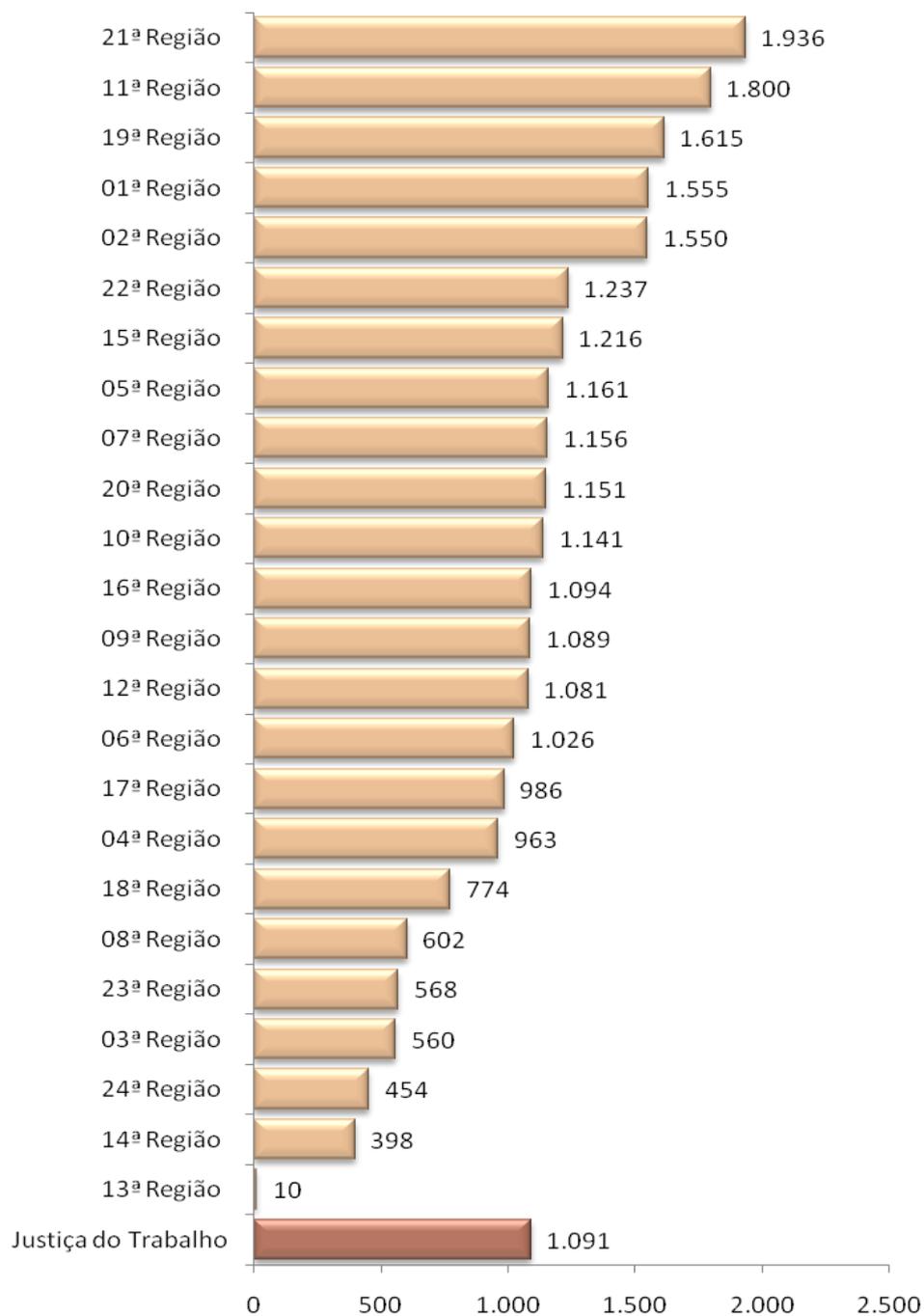
Tabela 2.32 - KEx1º - Carga de Trabalho dos Magistrados na Fase de Execução do 1º Grau

Tribunal Regional do Trabalho	CnEx1º - Casos Novos de Execução no 1º Grau	CpEx1º - Casos Pendentes de Execução no 1º Grau	IncEx1º - Incidentes em Execução no 1º Grau	IncExP1º - Incidentes em Execução Pendentes no 1º Grau	Mag1º - Total de Magistrados no 1º Grau	KEx1º - Carga de Trabalho dos Magistrados na Fase de Execução do 1º Grau
01ª Região - RJ	68.661	273.887	12.502	5.741	232	1.555
02ª Região - SP	172.465	290.300	19.115	3.216	313	1.550
03ª Região - MG	47.660	88.142	9.246	1.083	261	560
04ª Região - RS	46.227	151.214	12.465	3.857	222	963
05ª Região - BA	29.753	141.662	14.226	14.053	172	1.161
06ª Região - PE	43.963	74.098	5.863	3.304	124	1.026
07ª Região - CE	13.977	40.374	3	nd	47	1.156
08ª Região - AM e PA	19.924	27.516	3.417	1.549	87	602
09ª Região - PR	48.980	113.134	15.270	1.159	164	1.089
10ª Região - DF e TO	16.905	64.915	3.113	4.072	78	1.141
11ª Região - AM e RR	50.456	49.049	1.402	5.270	59	1.800
12ª Região - SC	21.917	87.306	nd	nd	101	1.081
13ª Região - PB	371	139	53	0	57	10
14ª Região - AC e RO	6.207	11.684	nd	nd	45	398
15ª Região - Campinas	65.183	288.900	12.490	9.130	309	1.216
16ª Região - MA	6.620	38.121	1.574	731	43	1.094
17ª Região - ES	13.512	33.572	1.930	3.264	53	986
18ª Região - GO	15.568	34.803	1.901	390	68	774
19ª Região - AL	14.212	43.791	1.611	130	37	1.615
20ª Região - SE	6.574	16.725	825	1.188	22	1.151
21ª Região - RN	18.873	46.123	2.600	174	35	1.936
22ª Região - PI	5.801	20.285	1.795	569	23	1.237
23ª Região - MT	9.544	23.489	873	189	60	568
24ª Região - MS	8.667	13.555	1.402	0	52	454
<b>Justiça do Trabalho</b>	<b>752.020</b>	<b>1.972.784</b>	<b>123.676</b>	<b>59.069</b>	<b>2.664</b>	<b>1.091</b>

Fonte: Justiça em Números 2009.

Obs: 'nd' significa que o dado não está disponível.

Gráfico 2.32 - KEx1º - Carga de Trabalho dos Magistrados na Fase de Execução do 1º Grau



Obs: 'nd' significa que o dado não está disponível.

Glossário:

KEx1º - Carga de Trabalho dos Magistrados na Fase de Execução do 1º Grau

Finalidade: Indicar a carga de trabalho na fase de execução dos Magistrados de 1º Grau da Justiça do Trabalho no período-base (semestre).

Fórmula:  $KEx1^\circ = (CnEx1^\circ + CpEx1^\circ + IncEx1^\circ + IncExP1^\circ) / Mag1^\circ$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

- $CnEx1^\circ = CnExt1^\circ + ExeJud1^\circ$
- $CpEx1^\circ = CpExt1^\circ + ExeJudP1^\circ$
- $IncEx1^\circ = IncExFisc1^\circ + IncExNFisc1^\circ$
- $IncExP1^\circ = IncExPFisc1^\circ + IncExPNFisc1^\circ$
- $Mag1^\circ = MagP1^\circ - MagAj1^\circ$

## 2. Litigiosidade.

### 2.2. Litigiosidade de 1º grau

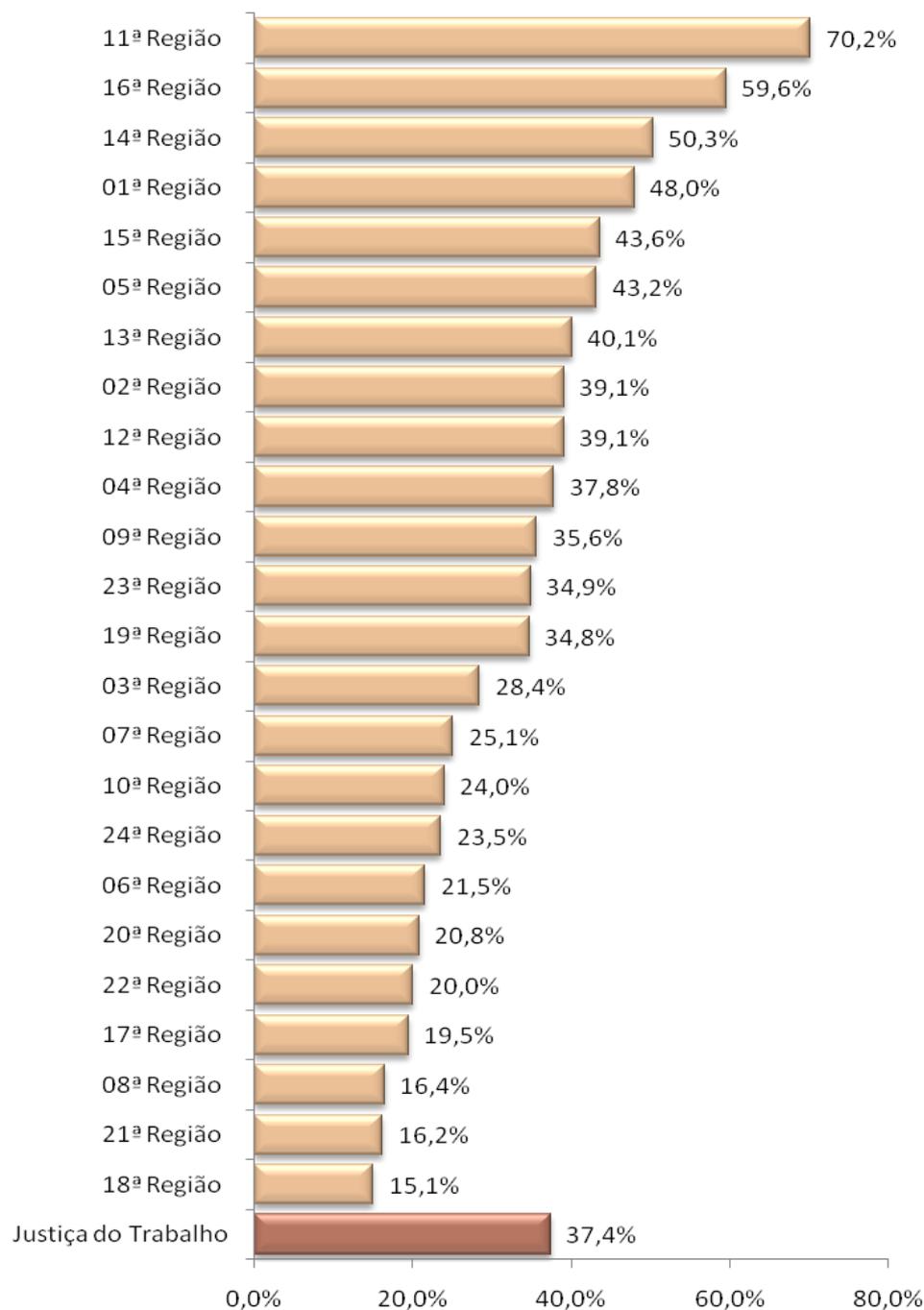
#### 2.2.20. TCC1º - Taxa de Congestionamento na Fase de Conhecimento do 1º Grau

Tabela 2.33 - TCC1º - Taxa de Congestionamento na Fase de Conhecimento do 1º Grau

Tribunal Regional do Trabalho	TBaixC1º - Processos de Conhecimento Baixados no 1º Grau	CnC1º - Casos Novos de Conhecimento em 1º Grau	CpC1º - Casos Pendentes de Conhecimento em 1º Grau	TCC1º - Taxa de Congestionamento na Fase de Conhecimento do 1º Grau
01ª Região - RJ	229.743	213.521	227.883	48,0%
02ª Região - SP	311.573	342.771	168.873	39,1%
03ª Região - MG	214.780	224.850	75.175	28,4%
04ª Região - RS	130.400	140.615	69.130	37,8%
05ª Região - BA	105.897	119.682	66.897	43,2%
06ª Região - PE	86.515	91.301	18.944	21,5%
07ª Região - CE	43.667	44.736	13.562	25,1%
08ª Região - AM e PA	79.711	80.273	15.088	16,4%
09ª Região - PR	114.033	116.916	60.249	35,6%
10ª Região - DF e TO	54.659	60.058	11.881	24,0%
11ª Região - AM e RR	19.994	53.178	13.863	70,2%
12ª Região - SC	56.563	62.575	30.296	39,1%
13ª Região - PB	26.064	26.511	17.019	40,1%
14ª Região - AC e RO	12.490	22.161	2.992	50,3%
15ª Região - Campinas	242.213	249.518	180.141	43,6%
16ª Região - MA	15.839	30.896	8.265	59,6%
17ª Região - ES	33.684	31.724	10.111	19,5%
18ª Região - GO	61.829	65.747	7.036	15,1%
19ª Região - AL	26.493	30.800	9.806	34,8%
20ª Região - SE	17.149	17.590	4.065	20,8%
21ª Região - RN	29.451	29.068	6.073	16,2%
22ª Região - PI	17.344	19.004	2.681	20,0%
23ª Região - MT	25.284	29.193	9.638	34,9%
24ª Região - MS	25.810	25.857	7.899	23,5%
<b>Justiça do Trabalho</b>	<b>1.981.185</b>	<b>2.128.545</b>	<b>1.037.567</b>	<b>37,4%</b>

Fonte: Justiça em Números 2009.

Gráfico 2.33 - TCC1<sup>o</sup> - Taxa de Congestionamento na Fase de Conhecimento do 1<sup>o</sup> Grau



Glossário:

TCC1º - Taxa de Congestionamento na Fase de Conhecimento do 1º Grau

Finalidade: Indicar a taxa de congestionamento na fase de conhecimento no 1º Grau da Justiça do Trabalho no período-base (semestre).

Fórmula:  $TCC1^\circ = 1 - (TBaixC1^\circ / (CnC1^\circ + CpC1^\circ))$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

- **TBaixC1º** - Processos de Conhecimento Baixados no 1º Grau: Os processos de conhecimento, cautelares, mandamentais, ações constitucionais que foram baixados na Justiça do Trabalho de 1º Grau no período-base (semestre), incluídos os embargos de terceiros. Consideram-se baixados os processos: a) remetidos para outros órgãos judiciais competentes, desde que vinculados a tribunais diferentes; b) remetidos para as instâncias superiores; c) arquivados definitivamente; d) em que houve decisões que transitaram em julgado e iniciou-se a liquidação, cumprimento ou execução. Não se constituem por baixas as remessas para cumprimento de diligências e as entregas para carga/vista. Havendo mais de um movimento de baixa no mesmo processo, apenas o primeiro deve ser considerado. Incluem-se apenas as baixas nas classes processuais compreendidas na variável CnC1º - Casos novos de conhecimento no 1º grau.
- **CnC1º** - Casos Novos de Conhecimento em 1º Grau: Os processos de conhecimento, cautelares, mandamentais e ações constitucionais que ingressaram ou foram protocolizados na Justiça do Trabalho de 1º Grau no período-base (semestre), incluídos os embargos de terceiros e os embargos do devedor na execução de título extrajudicial. Excluem-se os embargos à execução em título judicial, as impugnações a sentença de liquidação e ao cumprimento de títulos judiciais, os recursos internos (embargos de declaração), as cartas precatórias e de ordem recebidas e outros procedimentos passíveis de solução por despacho de mero expediente.
- **CpC1º** - Casos Pendentes de Conhecimento em 1º Grau: Saldo residual de processos de conhecimento, cautelares, mandamentais, ações constitucionais que ingressaram ou foram protocolizados na Justiça do Trabalho de 1º Grau até o final do período anterior ao período-base (semestre), incluídos os embargos de terceiros e os embargos do devedor na execução de título extrajudicial, e que não foram baixados até o final do período anterior ao período-base (semestre). Excluem-se os embargos à execução em título judicial, as impugnações à sentença de liquidação e ao cumprimento de títulos judiciais, os recursos internos (embargos de declaração); as cartas precatórias de ordem recebidas e outros procedimentos passíveis de solução por despacho de mero expediente.

**2. Litigiosidade.**
**2.2. Litigiosidade de 1º grau**
**2.2.21. TCEx1º - Taxa de Congestionamento na Fase de Execução do 1º Grau**

Tabela 2.34 - TCEx1º - Taxa de Congestionamento na Fase de Execução do 1º Grau

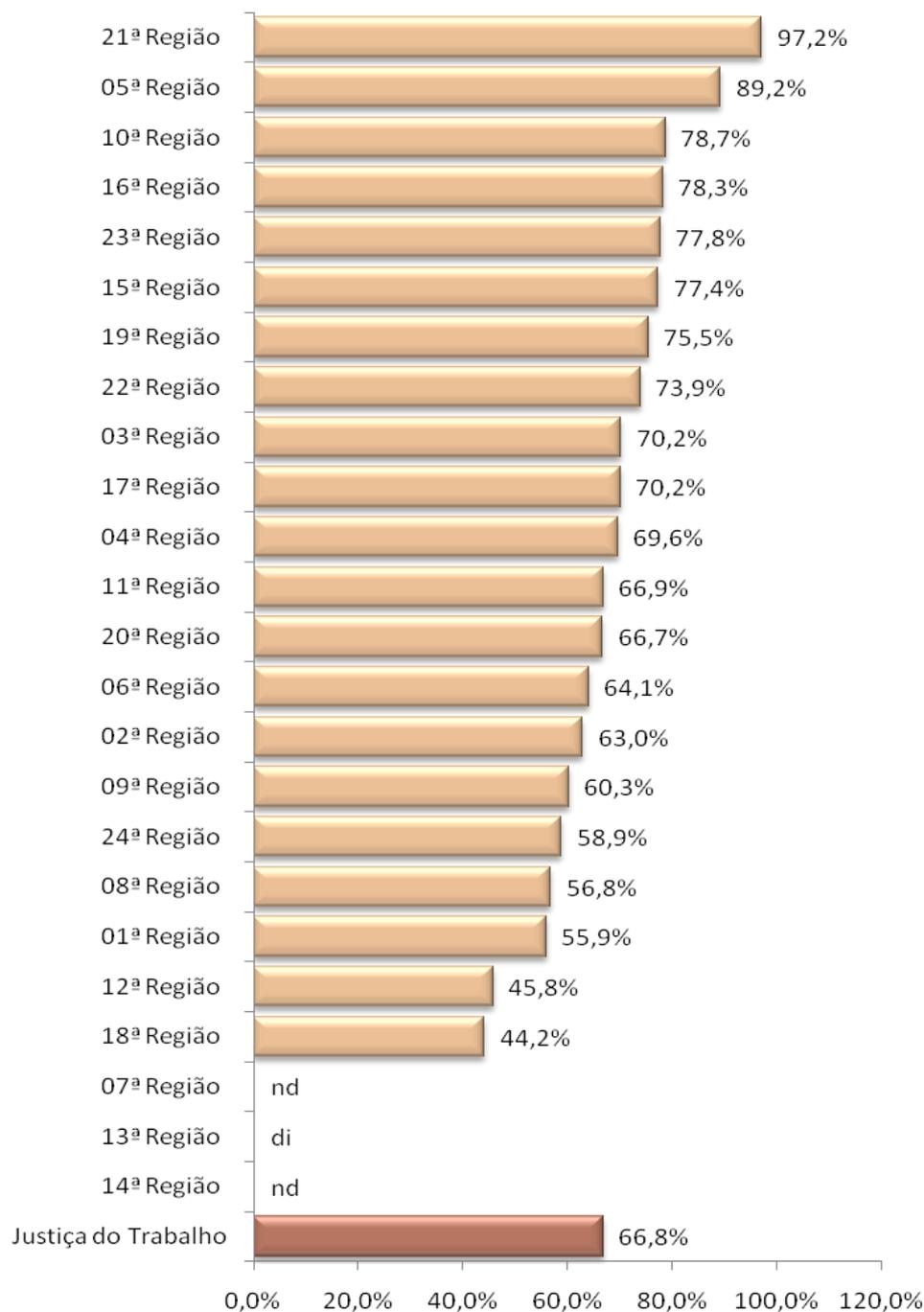
<b>Tribunal Regional do Trabalho</b>	<b>TBaixEx1º - Total de Processos Baixados de Execução no 1º Grau</b>	<b>CnEx1º - Casos Novos de Execução no 1º Grau</b>	<b>CpEx1º - Casos Pendentes de Execução no 1º Grau</b>	<b>TCEx1º - Taxa de Congestionamento na Fase de Execução do 1º Grau</b>
01ª Região - RJ	150.921	68.661	273.887	55,9%
02ª Região - SP	171.310	172.465	290.300	63,0%
03ª Região - MG	40.421	47.660	88.142	70,2%
04ª Região - RS	59.937	46.227	151.214	69,6%
05ª Região - BA	18.454	29.753	141.662	89,2%
06ª Região - PE	42.399	43.963	74.098	64,1%
07ª Região - CE	nd	13.977	40.374	nd
08ª Região - AM e PA	20.481	19.924	27.516	56,8%
09ª Região - PR	64.391	48.980	113.134	60,3%
10ª Região - DF e TO	17.395	16.905	64.915	78,7%
11ª Região - AM e RR	32.942	50.456	49.049	66,9%
12ª Região - SC	59.247	21.917	87.306	45,8%
13ª Região - PB	22.940	371	139	-4398%(*)
14ª Região - AC e RO	nd	6.207	11.684	nd
15ª Região - Campinas	80.011	65.183	288.900	77,4%
16ª Região - MA	9.729	6.620	38.121	78,3%
17ª Região - ES	14.045	13.512	33.572	70,2%
18ª Região - GO	28.096	15.568	34.803	44,2%
19ª Região - AL	14.192	14.212	43.791	75,5%
20ª Região - SE	7.761	6.574	16.725	66,7%
21ª Região - RN	1.818	18.873	46.123	97,2%
22ª Região - PI	6.798	5.801	20.285	73,9%
23ª Região - MT	7.342	9.544	23.489	77,8%
24ª Região - MS	9.141	8.667	13.555	58,9%
<b>Justiça do Trabalho</b>	<b>879.771</b>	<b>752.020</b>	<b>1.972.784</b>	<b>66,8%</b>

Fonte: Justiça em Números 2009.

Obs: 'nd' significa que o dado não está disponível.

(\*) di: O total de Processos Baixados foi maior que o número de processos em tramitação.

Gráfico 2.34 - TCEx1º - Taxa de Congestionamento na Fase de Execução do 1º Grau



Obs: 'nd' significa que o dado não está disponível.

(\*) di: O total de Processos Baixados foi maior que o número de processos em tramitação.

Glossário:

TCEx1º - Taxa de Congestionamento na Fase de Execução do 1º Grau

Finalidade: Indicar a taxa de congestionamento na fase de execução no 1º Grau da Justiça do Trabalho no período-base (semestre).

Fórmula:  $TCEx1º = 1 - (T BaixEx1º / (CnEx1º + CpEx1º))$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

- $T BaixEx1º = T BaixExt1º + T BaixJud1º$
- $CnEx1º = CnExt1º + ExeJud1º$
- $CpEx1º = CpExt1º + ExeJudP1º$

## 2. Litigiosidade.

### 2.2. Litigiosidade de 1º grau

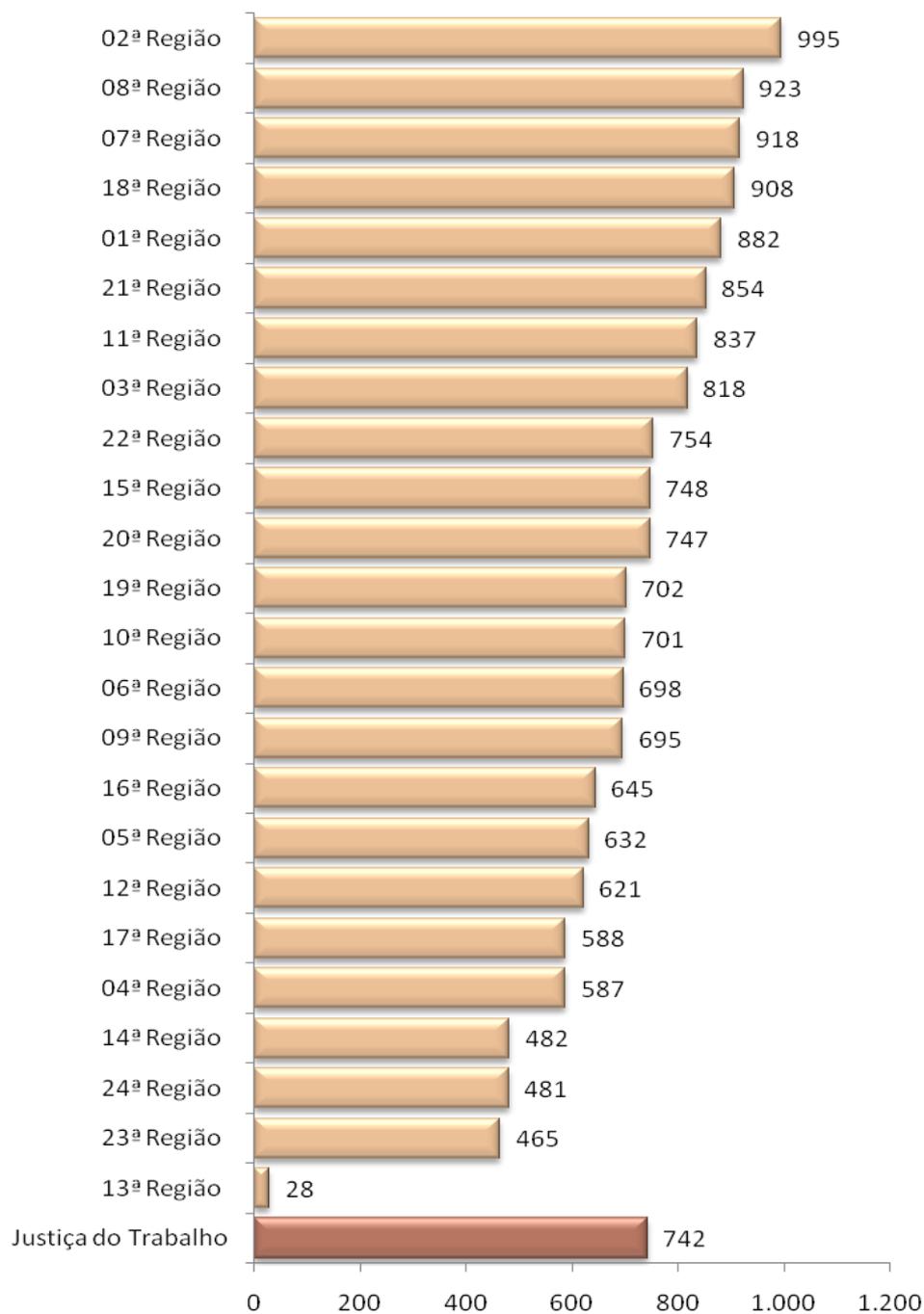
#### 2.2.22. SMC1º - Sentenças por Magistrados na Fase de Conhecimento do 1º Grau

Tabela 2.35 - SMC1º - Sentenças por Magistrados na Fase de Conhecimento do 1º Grau

Tribunal Regional do Trabalho	SentC1º - Sentenças de Conhecimento no 1º grau	Mag1º - Total de Magistrados no 1º Grau	SMC1º - Sentenças por Magistrados na Fase de Conhecimento do 1º Grau
01ª Região - RJ	204.696	232	882
02ª Região - SP	311.573	313	995
03ª Região - MG	213.495	261	818
04ª Região - RS	130.400	222	587
05ª Região - BA	108.705	172	632
06ª Região - PE	86.515	124	698
07ª Região - CE	43.132	47	918
08ª Região - AM e PA	80.343	87	923
09ª Região - PR	114.033	164	695
10ª Região - DF e TO	54.659	78	701
11ª Região - AM e RR	49.371	59	837
12ª Região - SC	62.751	101	621
13ª Região - PB	1.615	57	28
14ª Região - AC e RO	21.709	45	482
15ª Região - Campinas	231.141	309	748
16ª Região - MA	27.729	43	645
17ª Região - ES	31.155	53	588
18ª Região - GO	61.722	68	908
19ª Região - AL	25.974	37	702
20ª Região - SE	16.437	22	747
21ª Região - RN	29.877	35	854
22ª Região - PI	17.344	23	754
23ª Região - MT	27.877	60	465
24ª Região - MS	25.024	52	481
<b>Justiça do Trabalho</b>	<b>1.977.277</b>	<b>2.664</b>	<b>742</b>

Fonte: Justiça em Números 2009.

Gráfico 2.35 - SMC1º - Sentenças por Magistrados na Fase de Conhecimento do 1º Grau



Glossário:

SMC1º - Sentenças por Magistrados na Fase de Conhecimento do 1º Grau

Finalidade: Indicar a média de sentenças por Magistrado de 1º Grau na fase de conhecimento da Justiça do Trabalho no período-base (semestre).

Fórmula:  $SMC1^\circ = \text{SentC}1^\circ / \text{Mag}1^\circ$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

- SentC1º - Sentenças de Conhecimento no 1º grau: Todas as sentenças proferidas na fase de conhecimento no 1º Grau da Justiça do Trabalho no período-base (semestre). Havendo mais de uma sentença no mesmo processo, todas devem ser consideradas. Incluem-se apenas as sentenças nas classes processuais compreendidas na variável CnC1º - Casos novos de conhecimento no 1º grau.

- $\text{Mag}1^\circ = \text{MagP}1^\circ - \text{MagAj}1^\circ$

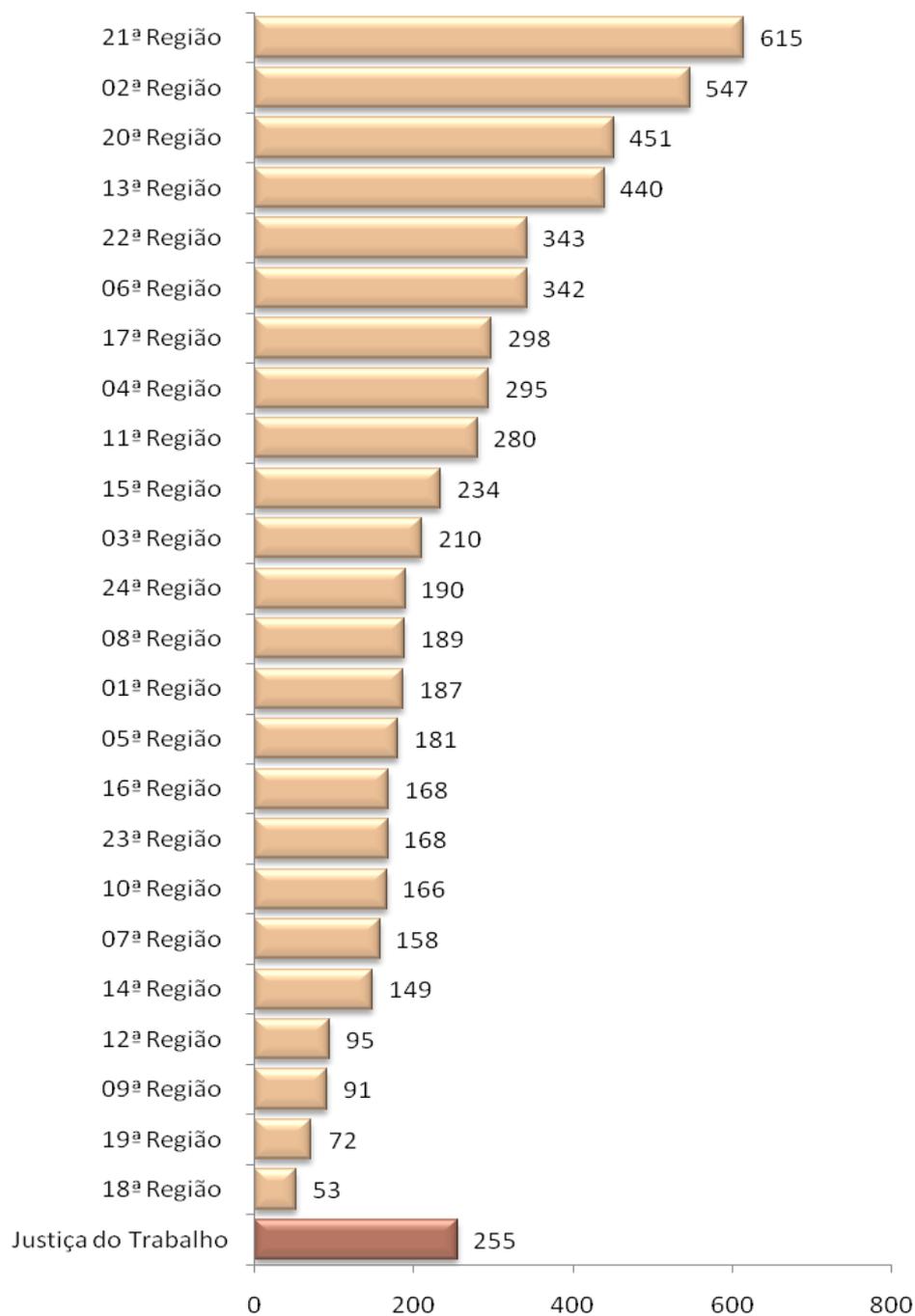
**2. Litigiosidade.**
**2.2. Litigiosidade de 1º grau**
**2.2.23. SMEx1º - Sentenças por Magistrados na Fase de Execução do 1º Grau**

Tabela 2.36 - SMEx1º - Sentenças por Magistrados na Fase de Execução do 1º Grau

<b>Tribunal Regional do Trabalho</b>	<b>SentEx1º - Sentenças em Execução no 1º Grau</b>	<b>Mag1º - Total de Magistrados no 1º Grau</b>	<b>SMEx1º - Sentenças por Magistrados na Fase de Execução do 1º Grau</b>
01ª Região - RJ	43.490	232	187
02ª Região - SP	171.310	313	547
03ª Região - MG	54.929	261	210
04ª Região - RS	65.412	222	295
05ª Região - BA	31.081	172	181
06ª Região - PE	42.399	124	342
07ª Região - CE	7.403	47	158
08ª Região - AM e PA	16.445	87	189
09ª Região - PR	14.950	164	91
10ª Região - DF e TO	12.971	78	166
11ª Região - AM e RR	16.549	59	280
12ª Região - SC	9.588	101	95
13ª Região - PB	25.062	57	440
14ª Região - AC e RO	6.685	45	149
15ª Região - Campinas	72.432	309	234
16ª Região - MA	7.241	43	168
17ª Região - ES	15.784	53	298
18ª Região - GO	3.590	68	53
19ª Região - AL	2.656	37	72
20ª Região - SE	9.930	22	451
21ª Região - RN	21.526	35	615
22ª Região - PI	7.882	23	343
23ª Região - MT	10.081	60	168
24ª Região - MS	9.880	52	190
<b>Justiça do Trabalho</b>	<b>679.276</b>	<b>2.664</b>	<b>255</b>

Fonte: Justiça em Números 2009.

Gráfico 2.36 - SMEx1º - Sentenças por Magistrados na Fase de Execução do 1º Grau



Glossário:

SMEEx1º - Sentenças por Magistrados na Fase de Execução do 1º Grau

Finalidade: Indicar a média de sentenças por Magistrado de 1º Grau na fase de execução da Justiça do Trabalho no período-base (semestre).

Fórmula:  $SMEEx1^\circ = SentEx1^\circ / Mag1^\circ$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

- $SentEx1^\circ = SentExt1^\circ + SentJud1^\circ$
- $Mag1^\circ = MagP1^\circ - MagAj1^\circ$

**2. Litigiosidade.**
**2.2. Litigiosidade de 1º grau**
**2.2.24. ProcEI1º - Índice de Processos Eletrônicos no 1º Grau**

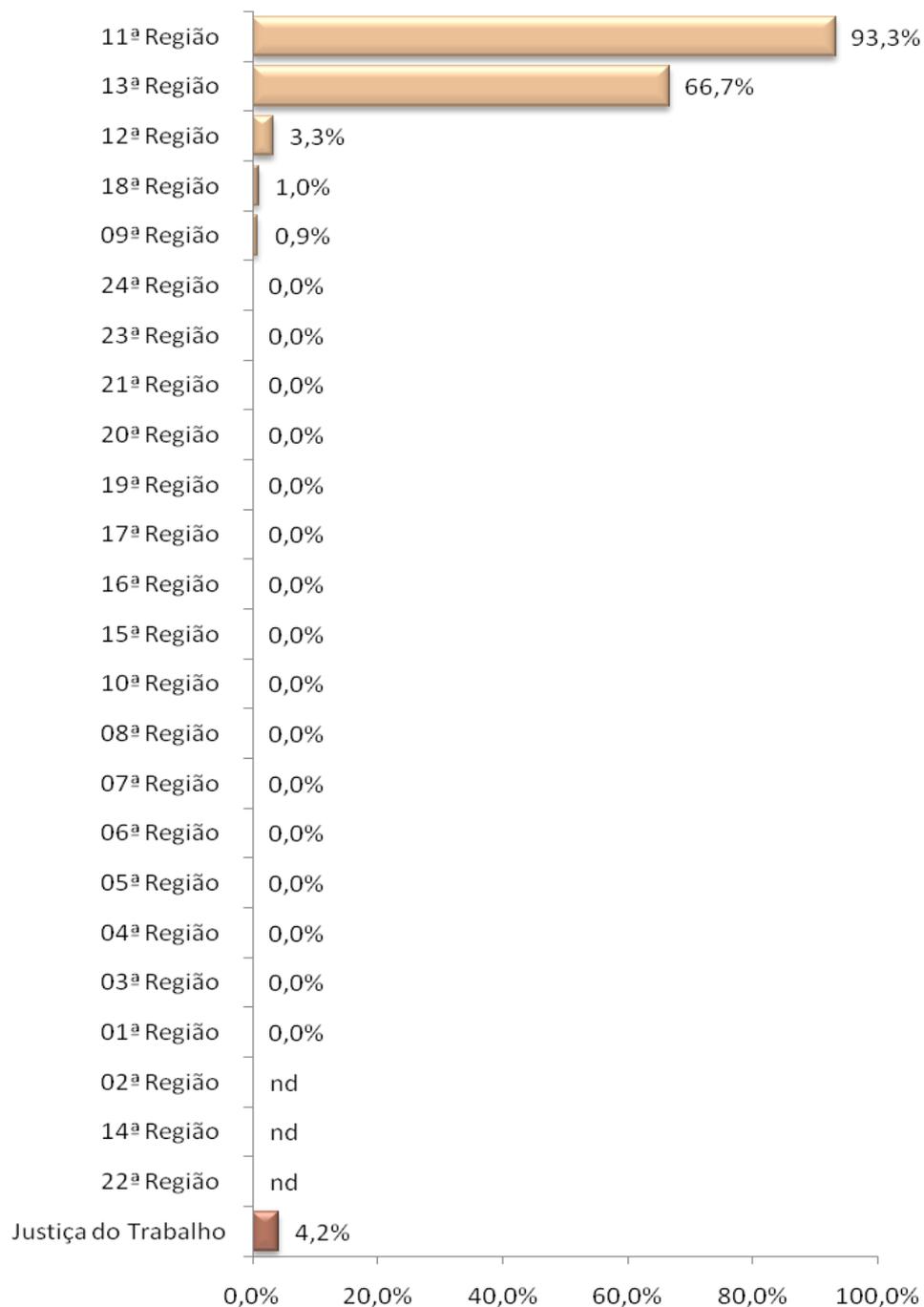
Tabela 2.37 - ProcEI1º - Índice de Processos Eletrônicos no 1º Grau

Tribunal Regional do Trabalho	CnElet1º - Casos Novos Eletrônicos no 1º Grau	CnC1º - Casos Novos de Conhecimento em 1º Grau	CnExt1º - Casos Novos de Execução de Título Extrajudicial no 1º Grau	ProcEI1º - Índice de Processos Eletrônicos no 1º Grau
01ª Região - RJ	0	213.521	1.963	0,0%
02ª Região - SP	0	342.771	nd	nd
03ª Região - MG	0	224.850	1.906	0,0%
04ª Região - RS	0	140.615	467	0,0%
05ª Região - BA	0	119.682	1.073	0,0%
06ª Região - PE	0	91.301	683	0,0%
07ª Região - CE	0	44.736	34	0,0%
08ª Região - AM e PA	0	80.273	610	0,0%
09ª Região - PR	1.176	116.916	12.493	0,9%
10ª Região - DF e TO	0	60.058	525	0,0%
11ª Região - AM e RR	53.178	53.178	3.789	93,3%
12ª Região - SC	2.074	62.575	1.027	3,3%
13ª Região - PB	17.920	26.511	363	66,7%
14ª Região - AC e RO	nd	22.161	154	nd
15ª Região - Campinas	0	249.518	1.063	0,0%
16ª Região - MA	0	30.896	185	0,0%
17ª Região - ES	0	31.724	262	0,0%
18ª Região - GO	663	65.747	1.184	1,0%
19ª Região - AL	0	30.800	208	0,0%
20ª Região - SE	0	17.590	501	0,0%
21ª Região - RN	0	29.068	566	0,0%
22ª Região - PI	nd	19.004	174	nd
23ª Região - MT	0	29.193	436	0,0%
24ª Região - MS	0	25.857	245	0,0%
<b>Justiça do Trabalho</b>	<b>75.011</b>	<b>2.128.545</b>	<b>29.911</b>	<b>4,2%</b>

Fonte: Justiça em Números 2009.

Obs: 'nd' significa que o dado não está disponível.

Gráfico 2.37 - ProcE11º - Índice de Processos Eletrônicos no 1º Grau



Obs: 'nd' significa que o dado não está disponível.

Glossário:

ProcEl1º - Índice de Processos Eletrônicos no 1º Grau

Finalidade: Demonstrar o percentual de processos que ingressaram por meio eletrônico em relação ao total de processos ingressados no 1º grau da Justiça do Trabalho no período-base (semestre).

Fórmula:  $\text{ProcEl1}^\circ = \text{CnElet1}^\circ / (\text{CnC1}^\circ + \text{CnExt1}^\circ)$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

- CnElet1º - Casos Novos Eletrônicos no 1º Grau: Os processos eletrônicos que ingressaram na Justiça do Trabalho de 1º Grau no período-base (semestre). Incluem-se apenas as classes processuais compreendidas nas variáveis: a) CnC1º - Casos Novos de Conhecimento no 1º Grau; b) CnExtFisc1º - Casos Novos de Execução Fiscal no 1º grau; d) CnExtNFisc1º - Casos Novos de Execução de Título Extrajudicial no 1º grau.
- CnC1º - Casos Novos de Conhecimento em 1º Grau: Os processos de conhecimento, cautelares, mandamentais e ações constitucionais que ingressaram ou foram protocolizados na Justiça do Trabalho de 1º Grau no período-base (semestre), incluídos os embargos de terceiros e os embargos do devedor na execução de título extrajudicial. Excluem-se os embargos à execução em título judicial, as impugnações a sentença de liquidação e ao cumprimento de títulos judiciais, os recursos internos (embargos de declaração), as cartas precatórias e de ordem recebidas e outros procedimentos passíveis de solução por despacho de mero expediente.
- $\text{CnExt1}^\circ = \text{CnExtFisc1}^\circ + \text{CnExtNFisc1}^\circ$

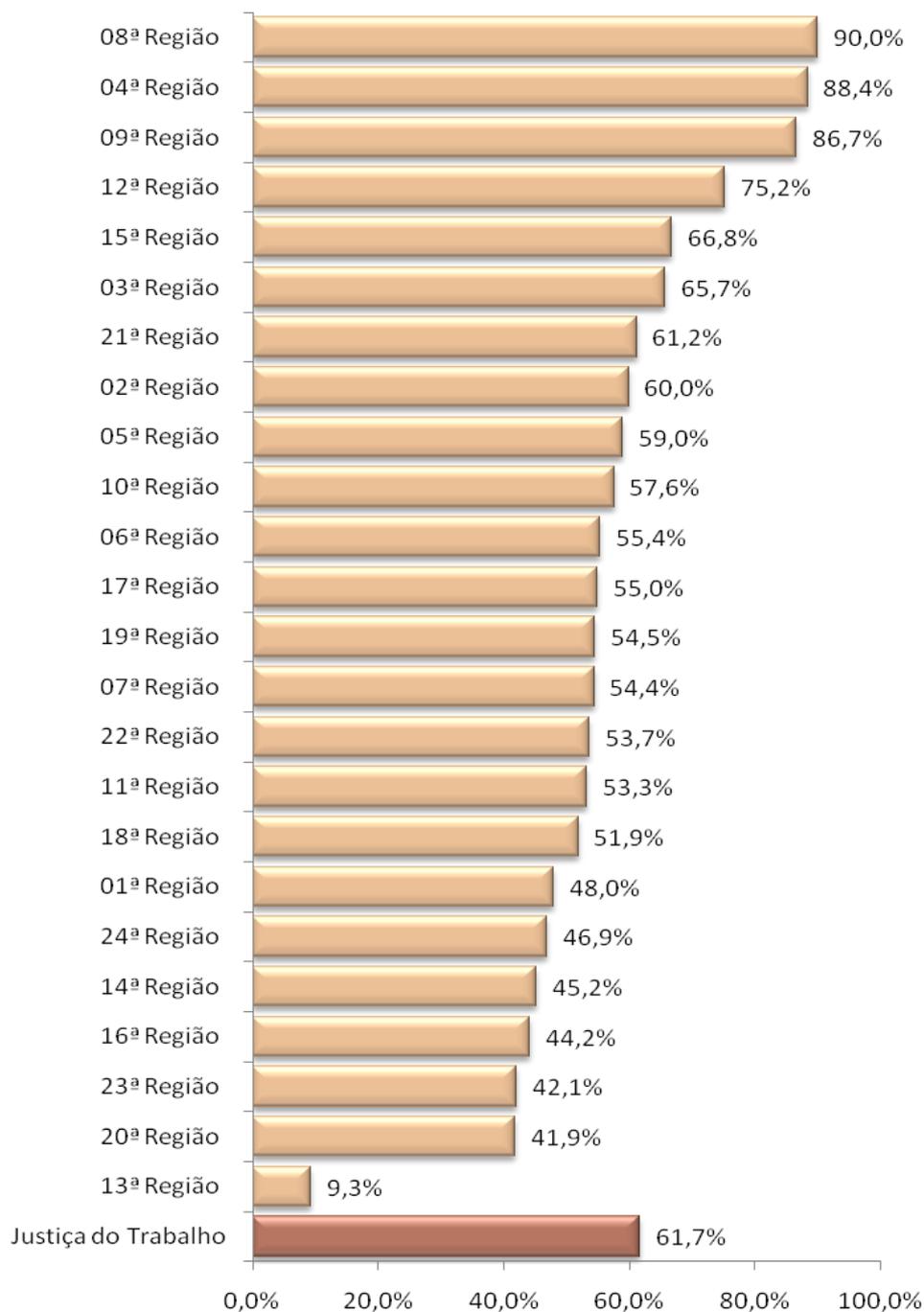
**2. Litigiosidade.**
**2.2. Litigiosidade de 1º grau**
**2.2.25. RxRO1º - Recorribilidade Externa na Fase de Conhecimento no 1º Grau**

Tabela 2.38 - RxRO1º - Recorribilidade Externa na Fase de Conhecimento no 1º Grau

<b>Tribunal Regional do Trabalho</b>	<b>ROROPS1º - Recursos Ordinários no 1º Grau</b>	<b>SeReC1º - Sentenças de Conhecimento de 1º Grau Passíveis de Recurso Externo</b>	<b>RxRO1º - Recorribilidade Externa na Fase de Conhecimento no 1º Grau</b>
01ª Região - RJ	44.739	93.266	48,0%
02ª Região - SP	96.002	160.130	60,0%
03ª Região - MG	55.300	84.178	65,7%
04ª Região - RS	53.685	60.696	88,4%
05ª Região - BA	28.442	48.246	59,0%
06ª Região - PE	18.544	33.484	55,4%
07ª Região - CE	9.158	16.826	54,4%
08ª Região - AM e PA	14.413	16.006	90,0%
09ª Região - PR	35.995	41.537	86,7%
10ª Região - DF e TO	13.325	23.148	57,6%
11ª Região - AM e RR	7.560	14.191	53,3%
12ª Região - SC	20.281	26.960	75,2%
13ª Região - PB	1.188	12.816	9,3%
14ª Região - AC e RO	3.286	7.267	45,2%
15ª Região - Campinas	67.465	101.062	66,8%
16ª Região - MA	6.223	14.066	44,2%
17ª Região - ES	9.476	17.244	55,0%
18ª Região - GO	11.014	21.208	51,9%
19ª Região - AL	4.481	8.218	54,5%
20ª Região - SE	3.681	8.784	41,9%
21ª Região - RN	11.859	19.384	61,2%
22ª Região - PI	5.348	9.958	53,7%
23ª Região - MT	5.323	12.644	42,1%
24ª Região - MS	4.835	10.312	46,9%
<b>Justiça do Trabalho</b>	<b>531.623</b>	<b>861.631</b>	<b>61,7%</b>

Fonte: Justiça em Números 2009.

Gráfico 2.38 - RxRO1º - Recorribilidade Externa na Fase de Conhecimento no 1º Grau



### Glossário:

RxRO1º - Recorribilidade Externa na Fase de Conhecimento no 1º Grau

Finalidade: Indicar o número de recursos interpostos ao Tribunal Regional do Trabalho na fase de conhecimento em relação ao número de sentenças que põem fim à relação processual de conhecimento no 1º Grau com ou sem a análise do mérito, excluídas as decisões de homologação de acordo, de extinção de processo por desistência ou renúncia ao direito sobre que se funda a ação e de arquivamento no período-base (semestre).

Fórmula:  $RxRO1^\circ = (RO + ROPS) 1^\circ / SeReC1^\circ$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

- ROROPS1º - Recursos Ordinários no 1º Grau: Os Recursos Ordinários e os Recursos Ordinários em Procedimento Sumaríssimo interpostos no 1º Grau no período-base (semestre).
- SeReC1º - Sentenças de Conhecimento de 1º Grau Passíveis de Recurso Externo: As decisões que põem fim à relação processual de conhecimento no 1º Grau com ou sem a análise do mérito, excluídas as decisões de homologação de acordo, de extinção de processo por desistência ou renúncia ao direito sobre que se funda a ação, de arquivamento e as decisões em Embargos de Terceiros no período-base (semestre).

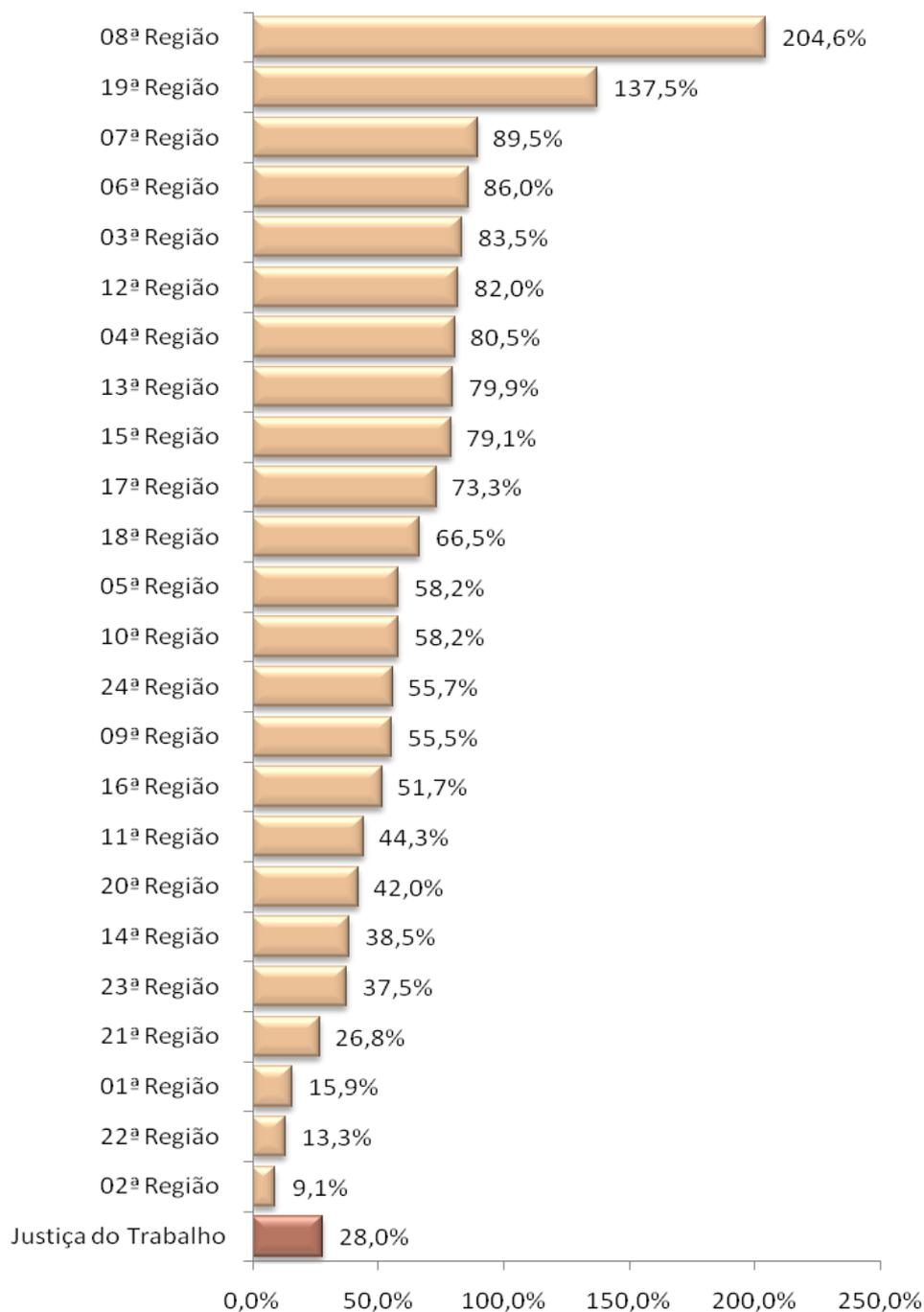
**2. Litigiosidade.**
**2.2. Litigiosidade de 1º grau**
**2.2.26. RxAP1º - Recorribilidade Externa na Fase de Execução no 1º Grau**

Tabela 2.39 - RxAP1º - Recorribilidade Externa na Fase de Execução no 1º Grau

<b>Tribunal Regional do Trabalho</b>	<b>AP1º - Agravos de Petição</b>	<b>SeReEx1º - Sentenças de Execução de 1º Grau Passíveis de Recurso Externo</b>	<b>RxAP1º - Recorribilidade Externa na Fase de Execução no 1º Grau</b>
01ª Região - RJ	6.839	42.960	15,9%
02ª Região - SP	20.500	225.378	9,1%
03ª Região - MG	12.599	15.086	83,5%
04ª Região - RS	10.820	13.436	80,5%
05ª Região - BA	6.460	11.094	58,2%
06ª Região - PE	4.155	4.830	86,0%
07ª Região - CE	673	752	89,5%
08ª Região - AM e PA	2.564	1.253	204,6%
09ª Região - PR	8.208	14.789	55,5%
10ª Região - DF e TO	2.300	3.952	58,2%
11ª Região - AM e RR	645	1.456	44,3%
12ª Região - SC	7.245	8.839	82,0%
13ª Região - PB	1.329	1.663	79,9%
14ª Região - AC e RO	481	1.248	38,5%
15ª Região - Campinas	12.000	15.165	79,1%
16ª Região - MA	655	1.268	51,7%
17ª Região - ES	2.749	3.751	73,3%
18ª Região - GO	2.353	3.537	66,5%
19ª Região - AL	1.997	1.452	137,5%
20ª Região - SE	552	1.315	42,0%
21ª Região - RN	1.508	5.630	26,8%
22ª Região - PI	1.043	7.823	13,3%
23ª Região - MT	809	2.156	37,5%
24ª Região - MS	781	1.402	55,7%
<b>Justiça do Trabalho</b>	<b>109.265</b>	<b>390.235</b>	<b>28,0%</b>

Fonte: Justiça em Números 2009.

Gráfico 2.39 - RxAP1º - Recorribilidade Externa na Fase de Execução no 1º Grau



Glossário:

RxAP1º - Recorribilidade Externa na Fase de Execução no 1º Grau

Finalidade: Indicar o número de recursos interpostos ao Tribunal Regional do Trabalho na fase de execução em relação ao número de decisões proferidas pelo 1º Grau da Justiça do Trabalho na fase de execução, abrangendo as decisões em embargos à execução, embargos de terceiros, impugnação aos cálculos, embargos à adjudicação, embargos à arrematação.

Fórmula:  $RxAP1^\circ = AP1^\circ / SeReEx1^\circ$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

- AP1º - Agravos de Petição: Os recursos de agravo de petição interpostos no 1º Grau no período-base (semestre).
- SeReEx1º - Sentenças de Execução de 1º Grau Passíveis de Recurso Externo: As decisões proferidas na fase de execução, no período- base (semestre), pelo 1º Grau da Justiça do Trabalho, abrangendo as decisões em embargos à execução, embargos de terceiros, impugnação aos cálculos, embargos à adjudicação e embargos à arrematação.

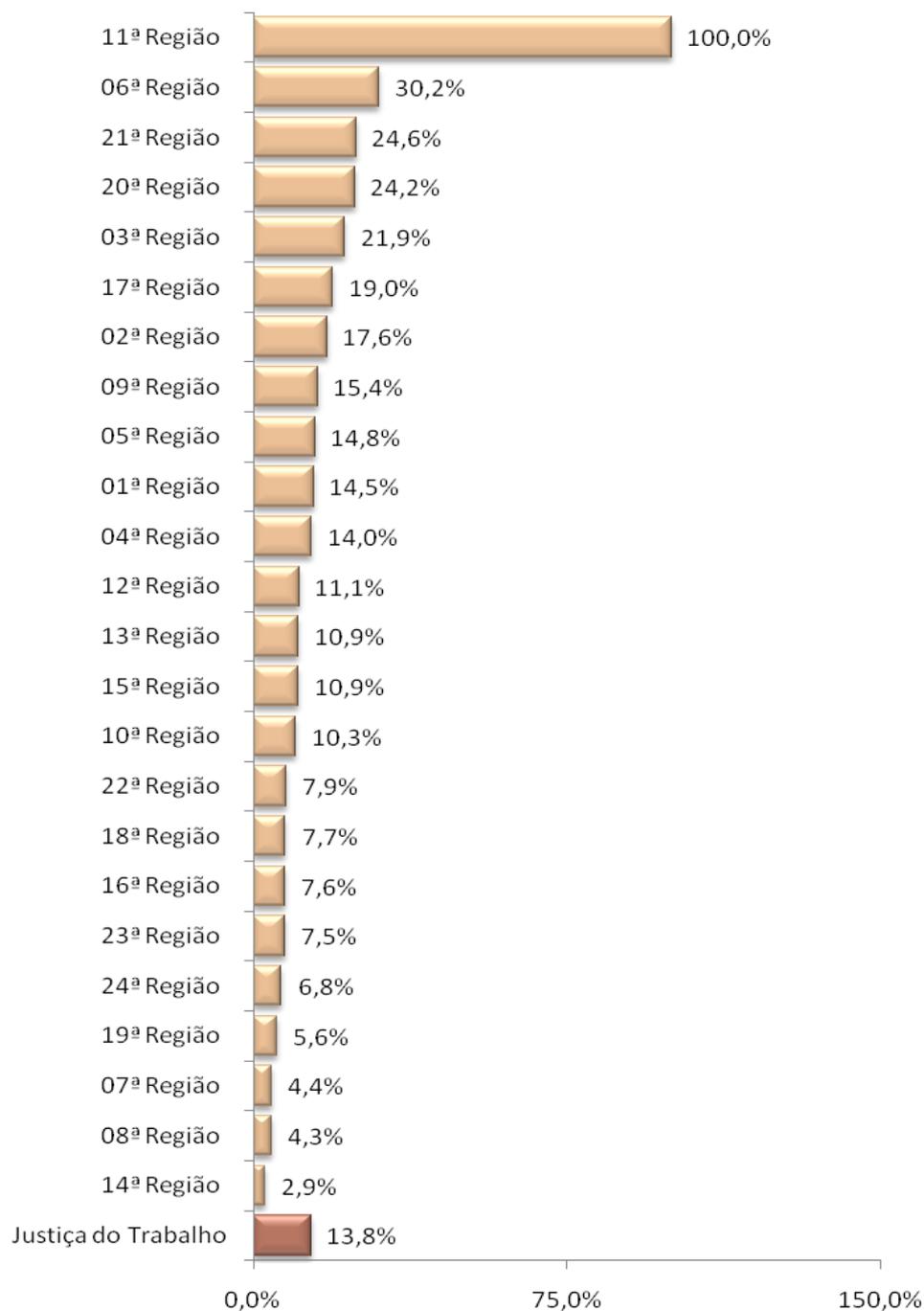
**2. Litigiosidade.**
**2.2. Litigiosidade de 1º grau**
**2.2.27. Rin1º - Recorribilidade Interna de 1º Grau**

Tabela 2.40 - Rin1º - Recorribilidade Interna de 1º Grau

<b>Tribunal Regional do Trabalho</b>	<b>RIntC1º - Recursos Internos da Fase de Conhecimento no 1º Grau</b>	<b>SeRInC1º - Sentenças de Conhecimento de 1º Grau Passíveis de Recurso Interno</b>	<b>Rin1º - Recorribilidade Interna de 1º Grau</b>
01ª Região - RJ	29.375	202.922	14,5%
02ª Região - SP	54.783	311.554	17,6%
03ª Região - MG	29.651	135.118	21,9%
04ª Região - RS	18.210	130.400	14,0%
05ª Região - BA	16.193	109.773	14,8%
06ª Região - PE	10.102	33.484	30,2%
07ª Região - CE	1.891	43.422	4,4%
08ª Região - AM e PA	3.450	80.338	4,3%
09ª Região - PR	17.984	116.504	15,4%
10ª Região - DF e TO	5.609	54.659	10,3%
11ª Região - AM e RR	1.752	1.752	100,0%
12ª Região - SC	7.006	63.358	11,1%
13ª Região - PB	2.865	26.334	10,9%
14ª Região - AC e RO	628	21.709	2,9%
15ª Região - Campinas	25.463	234.500	10,9%
16ª Região - MA	2.104	27.694	7,6%
17ª Região - ES	6.281	32.977	19,0%
18ª Região - GO	4.758	61.722	7,7%
19ª Região - AL	1.844	33.153	5,6%
20ª Região - SE	2.130	8.784	24,2%
21ª Região - RN	2.967	12.063	24,6%
22ª Região - PI	1.376	17.344	7,9%
23ª Região - MT	2.162	28.749	7,5%
24ª Região - MS	1.741	25.759	6,8%
<b>Justiça do Trabalho</b>	<b>250.325</b>	<b>1.814.072</b>	<b>13,8%</b>

Fonte: Justiça em Números 2009.

Gráfico 2.40 - Rin1º - Recorribilidade Interna de 1º Grau



Glossário:

Rin1º - Recorribilidade Interna de 1º Grau

Finalidade: Indicar a o número de recursos de embargos de declaração opostos no 1º Grau da Justiça do Trabalho em relação ao número de decisões proferidas no 1º Grau.

Fórmula:  $Rin1^\circ = RIntC1^\circ / SeRInC1^\circ$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

- RIntC1º - Recursos Internos da Fase de Conhecimento no 1º Grau: Os embargos de declaração opostos contra decisão de 1º Grau, no período-base (semestre).
- SeRInC1º - Sentenças de Conhecimento de 1º Grau Passíveis de Recurso Interno: As decisões que põem fim à relação processual de conhecimento no 1º Grau com ou sem a análise do mérito, incluídas as decisões de homologação de acordo, de extinção de processo por desistência ou renúncia ao direito sobre que se funda a ação, de arquivamento e as decisões em Embargos de Terceiros no período-base (semestre).

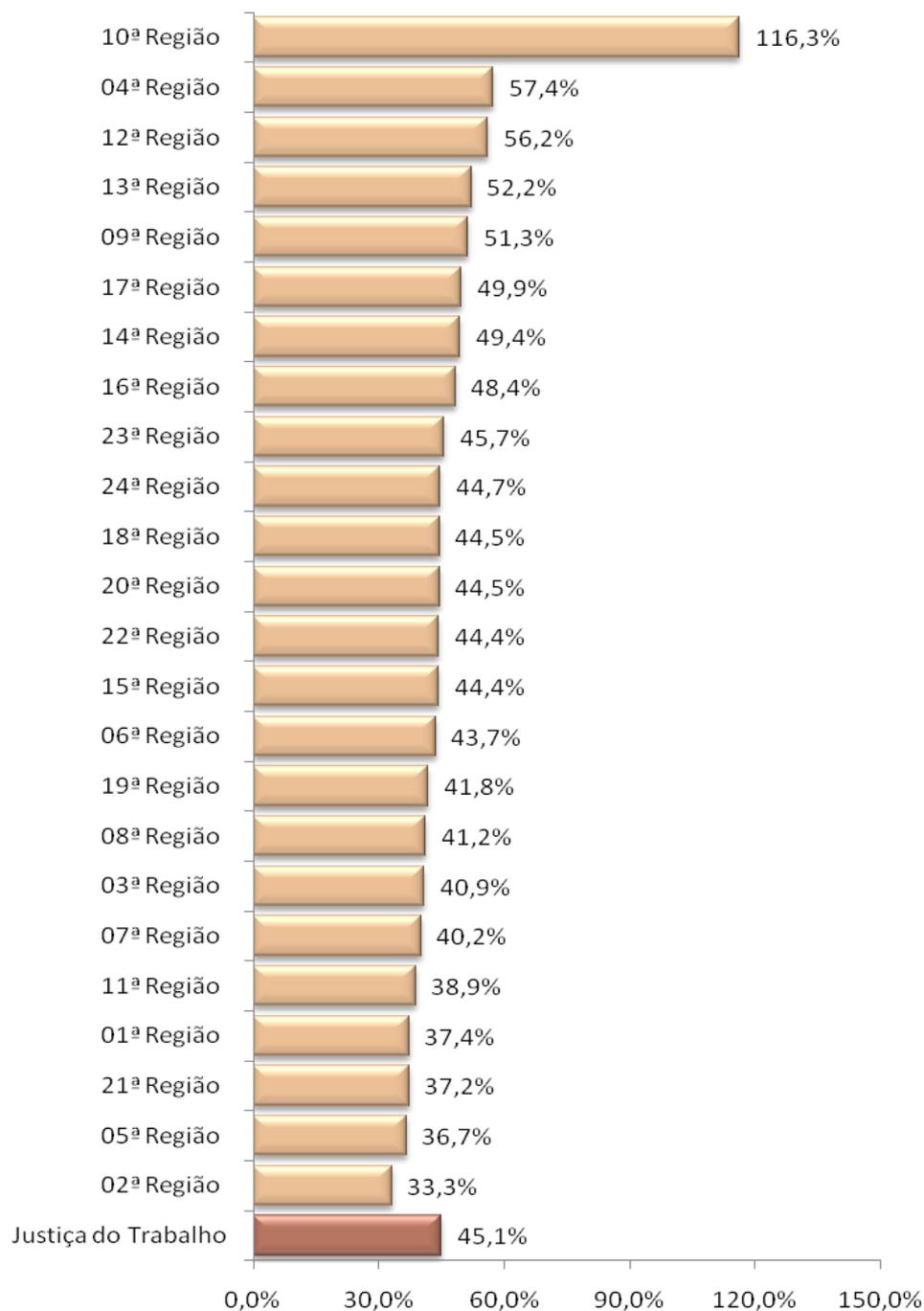
**2. Litigiosidade.**
**2.2. Litigiosidade de 1º grau**
**2.2.28. Rd1º - Reforma de Decisão no 1º Grau**

Tabela 2.41 - Rd1º - Reforma de Decisão no 1º Grau

<b>Tribunal Regional do Trabalho</b>	<b>Rp1º - Recursos das decisões de 1º Grau providos pelo TRT (ainda que parcialmente)</b>	<b>Rj1º - Recursos julgados pelo TRT</b>	<b>Rd1º - Reforma de Decisão no 1º Grau</b>
01ª Região - RJ	13.961	37.375	37,4%
02ª Região - SP	30.313	91.165	33,3%
03ª Região - MG	22.859	55.902	40,9%
04ª Região - RS	34.085	59.418	57,4%
05ª Região - BA	10.080	27.441	36,7%
06ª Região - PE	6.861	15.703	43,7%
07ª Região - CE	3.154	7.847	40,2%
08ª Região - AM e PA	5.071	12.314	41,2%
09ª Região - PR	16.433	32.014	51,3%
10ª Região - DF e TO	14.410	12.394	116,3%
11ª Região - AM e RR	2.926	7.524	38,9%
12ª Região - SC	11.451	20.384	56,2%
13ª Região - PB	3.862	7.405	52,2%
14ª Região - AC e RO	1.607	3.252	49,4%
15ª Região - Campinas	29.651	66.749	44,4%
16ª Região - MA	2.490	5.146	48,4%
17ª Região - ES	4.055	8.129	49,9%
18ª Região - GO	5.570	12.505	44,5%
19ª Região - AL	2.037	4.872	41,8%
20ª Região - SE	1.863	4.185	44,5%
21ª Região - RN	4.043	10.863	37,2%
22ª Região - PI	1.940	4.365	44,4%
23ª Região - MT	2.708	5.920	45,7%
24ª Região - MS	2.654	5.939	44,7%
<b>Justiça do Trabalho</b>	<b>234.084</b>	<b>518.811</b>	<b>45,1%</b>

Fonte: Justiça em Números 2009.

Gráfico 2.41 - Rd1º - Reforma de Decisão no 1º Grau



Glossário:

Rd1º - Reforma de Decisão no 1º Grau

Finalidade: Indicar a proporção de recursos interpostos contra decisões da Justiça do Trabalho de 1º Grau e providos pelo Tribunal Regional do Trabalho, ainda que parcialmente, em relação ao número de recursos interpostos contra decisões da Justiça do Trabalho de 1º Grau.

Fórmula:  $Rd1^\circ = (RpAl1^\circ + RpRO1^\circ + RpROPS1^\circ + RpAP1^\circ) / (RjAl1^\circ + RjRO1^\circ + RjROPS1^\circ + RjAP1^\circ)$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

- Rp1º - Recursos das decisões de 1º Grau providos pelo TRT (ainda que parcialmente): Os acórdãos e decisões monocráticas julgados providos pelo TRT, ainda que parcialmente, no período-base (semestre).
- Rj1º - Recursos julgados pelo TRT: O número total de acórdãos e de decisões monocráticas proferidos pelo TRT no período-base (semestre).

## 3. Acesso à Justiça e Perfil das Demandas.

### 3.1 A1 - Assistência Judiciária Gratuita em relação à Despesa Total da Justiça do Trabalho

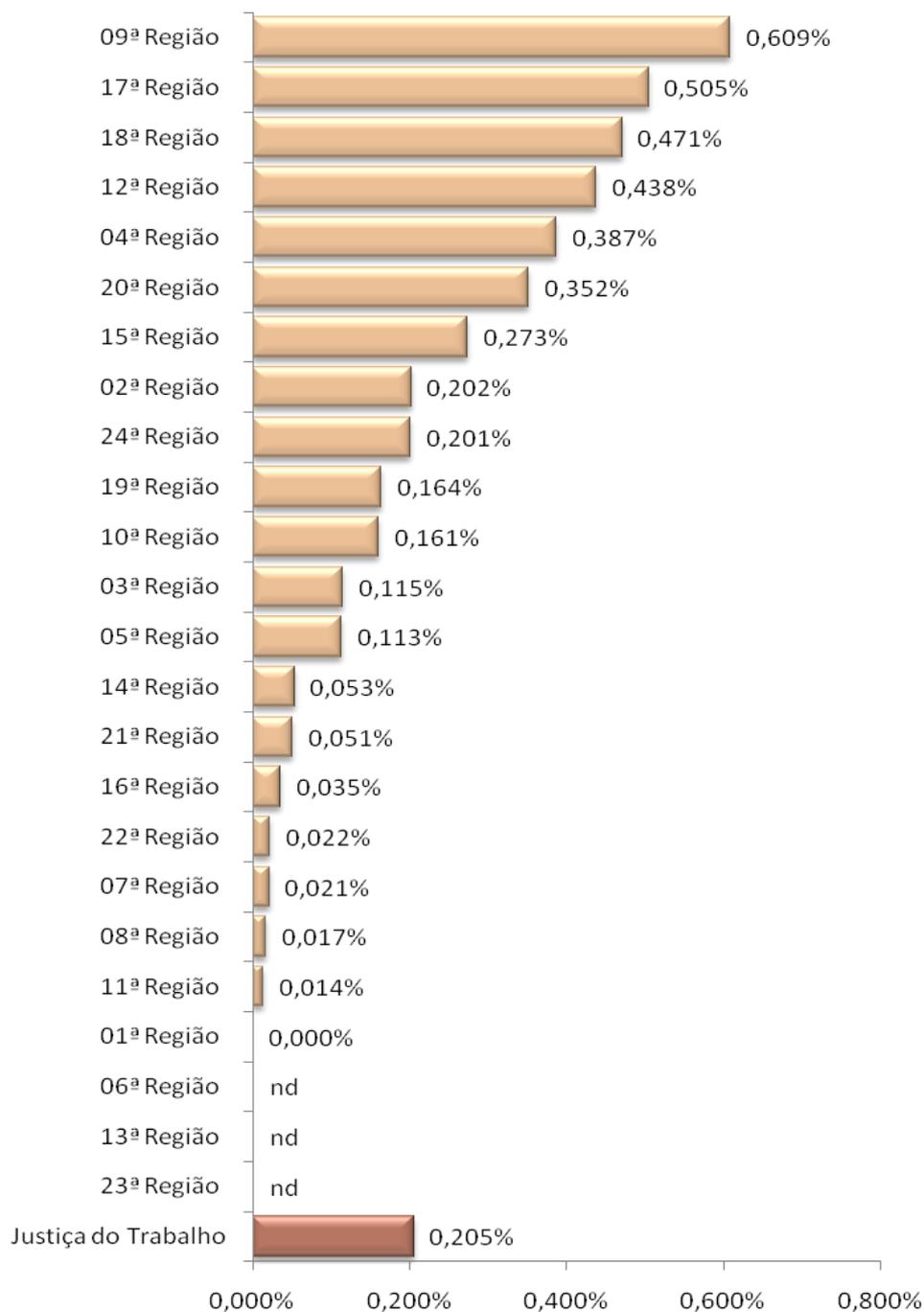
Tabela 3.1 A1 - Assistência Judiciária Gratuita em relação à Despesa Total da Justiça do Trabalho

Tribunal Regional do Trabalho	JG - Assistência Judiciária Gratuita	Dpj - Despesa Total da Justiça do Trabalho	A1 - Assistência Judiciária Gratuita em relação à Despesa Total da Justiça do Trabalho
01ª Região - RJ	0	1.139.906.890	0,000%
02ª Região - SP	2.518.466	1.246.930.370	0,202%
03ª Região - MG	1.167.376	1.015.793.285	0,115%
04ª Região - RS	3.548.709	917.483.938	0,387%
05ª Região - BA	746.131	659.436.837	0,113%
06ª Região - PE	nd	480.454.195	nd
07ª Região - CE	49.602	232.926.815	0,021%
08ª Região - AM e PA	56.601	332.697.786	0,017%
09ª Região - PR	3.178.121	521.719.533	0,609%
10ª Região - DF e TO	570.174	353.542.717	0,161%
11ª Região - AM e RR	38.000	277.304.415	0,014%
12ª Região - SC	1.867.803	426.077.723	0,438%
13ª Região - PB	nd	264.910.174	nd
14ª Região - AC e RO	107.846	202.626.127	0,053%
15ª Região - Campinas	2.334.754	854.265.730	0,273%
16ª Região - MA	39.942	114.081.576	0,035%
17ª Região - ES	817.164	161.924.038	0,505%
18ª Região - GO	1.063.333	225.829.549	0,471%
19ª Região - AL	198.000	120.428.558	0,164%
20ª Região - SE	344.651	97.866.941	0,352%
21ª Região - RN	72.780	142.729.951	0,051%
22ª Região - PI	17.992	83.105.269	0,022%
23ª Região - MT	nd	142.099.304	nd
24ª Região - MS	290.739	144.395.182	0,201%
<b>Justiça do Trabalho</b>	<b>19.028.184</b>	<b>10.158.536.903</b>	<b>0,205%</b>

Fonte: Justiça em Números 2009.

Obs: 'nd' significa que o dado não está disponível.

Gráfico 3.1 A1 - Assistência Judiciária Gratuita em relação à Despesa Total da Justiça do Trabalho



Obs: 'nd' significa que o dado não está disponível.

### Glossário:

A1 - Assistência Judiciária Gratuita em relação à Despesa Total da Justiça do Trabalho

Finalidade: Indicar o que o gasto com assistência judiciária representa em relação à Despesa Total da Justiça do Trabalho no ano-base.

Fórmula:  $A1 = JG / Dpj$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

- JG - Assistência Judiciária Gratuita: As despesas com assistência judiciária gratuita efetivamente realizadas no ano-base pelo Tribunal Regional do Trabalho e suas respectivas unidades judiciárias, abrangendo remuneração de tradutor/intérprete e peritos. Excluem-se as despesas de exercícios anteriores.
- Dpj - Despesa Total da Justiça do Trabalho: As despesas efetivamente realizadas no ano-base pelo Tribunal Regional do Trabalho e suas respectivas unidades judiciárias, abrangendo as despesas liquidadas e as despesas empenhadas inscritas em “restos a pagar”. Excluem-se os gastos com precatórios judiciais, com as Requisições de Pequeno Valor (RPV's) e com as despesas de exercícios anteriores no ano-base.

### 3. Acesso à Justiça e Perfil das Demandas.

#### 3.2 A2 - Assistência Judiciária Gratuita por 100.000 habitantes (R\$)

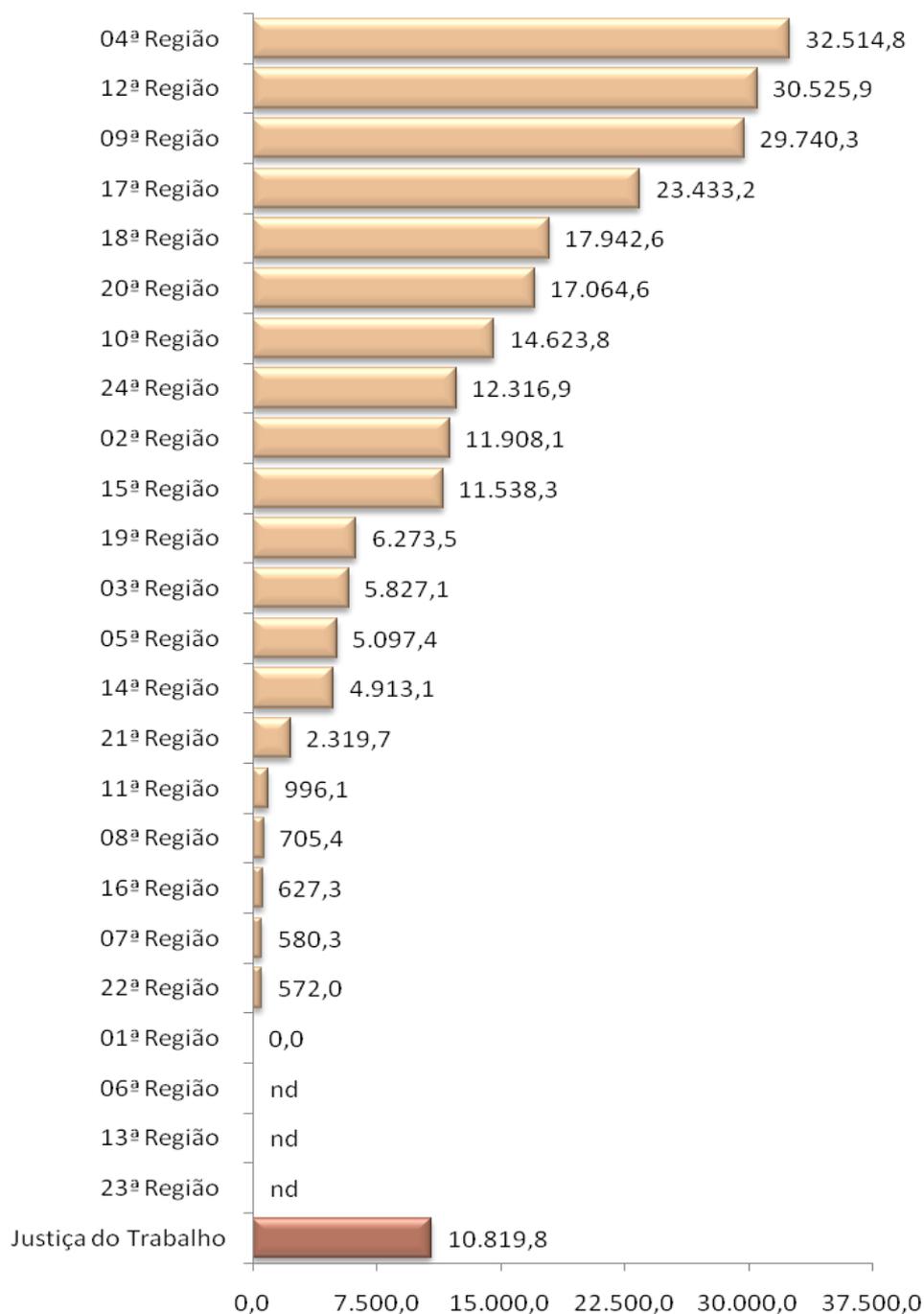
Tabela 3.2 A2 - Assistência Judiciária Gratuita por 100.000 habitantes (R\$)

Tribunal Regional do Trabalho	JG - Assistência Judiciária Gratuita	h2 - Número de Habitantes dividido por 100.000	A2 - Assistência Judiciária Gratuita por 100.000 habitantes (R\$)
01ª Região - RJ	0	160	0,0
02ª Região - SP	2.518.466	211	11.908,1
03ª Região - MG	1.167.376	200	5.827,1
04ª Região - RS	3.548.709	109	32.514,8
05ª Região - BA	746.131	146	5.097,4
06ª Região - PE	nd	88	nd
07ª Região - CE	49.602	85	580,3
08ª Região - AM e PA	56.601	80	705,4
09ª Região - PR	3.178.121	107	29.740,3
10ª Região - DF e TO	570.174	39	14.623,8
11ª Região - AM e RR	38.000	38	996,1
12ª Região - SC	1.867.803	61	30.525,9
13ª Região - PB	nd	38	nd
14ª Região - AC e RO	107.846	22	4.913,1
15ª Região - Campinas	2.334.754	202	11.538,3
16ª Região - MA	39.942	64	627,3
17ª Região - ES	817.164	35	23.433,2
18ª Região - GO	1.063.333	59	17.942,6
19ª Região - AL	198.000	32	6.273,5
20ª Região - SE	344.651	20	17.064,6
21ª Região - RN	72.780	31	2.319,7
22ª Região - PI	17.992	31	572,0
23ª Região - MT	nd	30	nd
24ª Região - MS	290.739	24	12.316,9
<b>Justiça do Trabalho</b>	<b>19.028.184</b>	<b>1.914</b>	<b>10.819,8</b>

Fonte: Justiça em Números 2009.

Obs: 'nd' significa que o dado não está disponível.

Gráfico 3.2 A2 - Assistência Judiciária Gratuita por 100.000 habitantes (R\$)



Obs: 'nd' significa que o dado não está disponível.

### Glossário:

A2 - Assistência Judiciária Gratuita por 100.000 habitantes (R\$)

Finalidade: Indicar qual a despesa da Justiça do Trabalho com assistência judiciária para cada 100.000 habitantes no ano-base.

Fórmula:  $A2 = JG / h2$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

- JG - Assistência Judiciária Gratuita: As despesas com assistência judiciária gratuita efetivamente realizadas no ano-base pelo Tribunal Regional do Trabalho e suas respectivas unidades judiciárias, abrangendo remuneração de tradutor/intérprete e peritos. Excluem-se as despesas de exercícios anteriores.
- h2 - Número de Habitantes dividido por 100.000: Número de habitantes baseado nas estimativas realizadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística dividido por 100.000 (Fonte: IBGE).

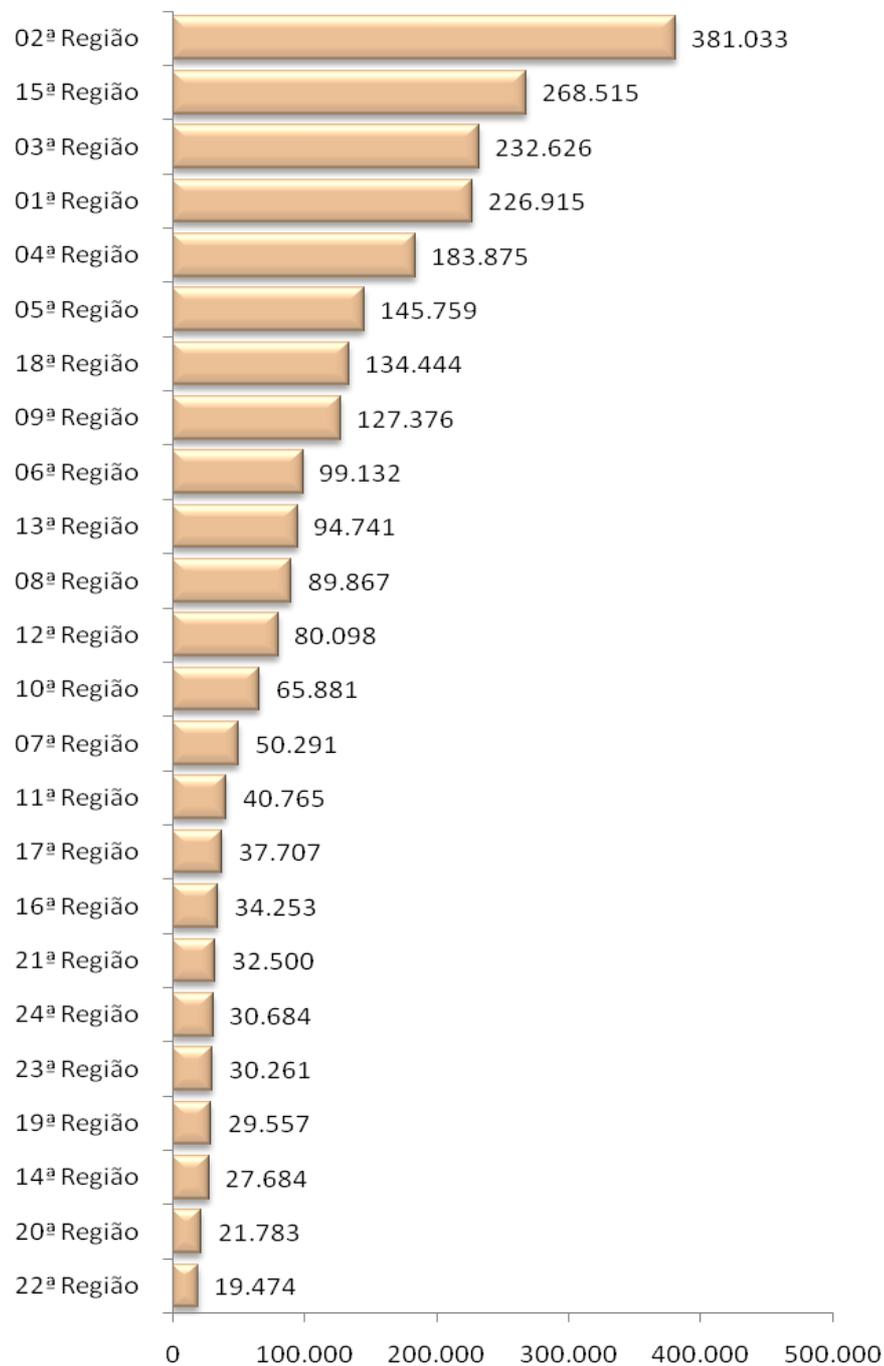
**3. Acesso à Justiça e Perfil das Demandas.**
**3.3 Dem - Demandantes**

Tabela 3.3 Dem - Demandantes

<b>Tribunal Regional do Trabalho</b>	<b>Dem - Demandantes</b>
01ª Região - RJ	226.915
02ª Região - SP	381.033
03ª Região - MG	232.626
04ª Região - RS	183.875
05ª Região - BA	145.759
06ª Região - PE	99.132
07ª Região - CE	50.291
08ª Região - AM e PA	89.867
09ª Região - PR	127.376
10ª Região - DF e TO	65.881
11ª Região - AM e RR	40.765
12ª Região - SC	80.098
13ª Região - PB	94.741
14ª Região - AC e RO	27.684
15ª Região - Campinas	268.515
16ª Região - MA	34.253
17ª Região - ES	37.707
18ª Região - GO	134.444
19ª Região - AL	29.557
20ª Região - SE	21.783
21ª Região - RN	32.500
22ª Região - PI	19.474
23ª Região - MT	30.261
24ª Região - MS	30.684
<b>Justiça do Trabalho</b>	<b>2.485.221</b>

Fonte: Justiça em Números 2009.

Gráfico 3.3 Dem - Demandantes



Glossário:

Dem - Demandantes

Finalidade: Demonstrar o quantitativo de demandantes que tiveram acesso à Justiça do Trabalho no ano-base.

Fórmula: Dem = Demandantes

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

- Dem - Pessoas Demandantes: O número de pessoas que ingressaram com alguma ação judicial na Justiça no ano-base, considerando como partes demandantes (Autores) pessoas físicas e pessoas jurídicas de direito privado não governamental. Nos tribunais devem ser incluídos apenas os demandantes de ações originárias.

**3. Acesso à Justiça e Perfil das Demandas.**
**3.4. Poder Público como Demandante.**
**3.4.1. DGovP2º - Poder Público como Demandante no 2º Grau:**

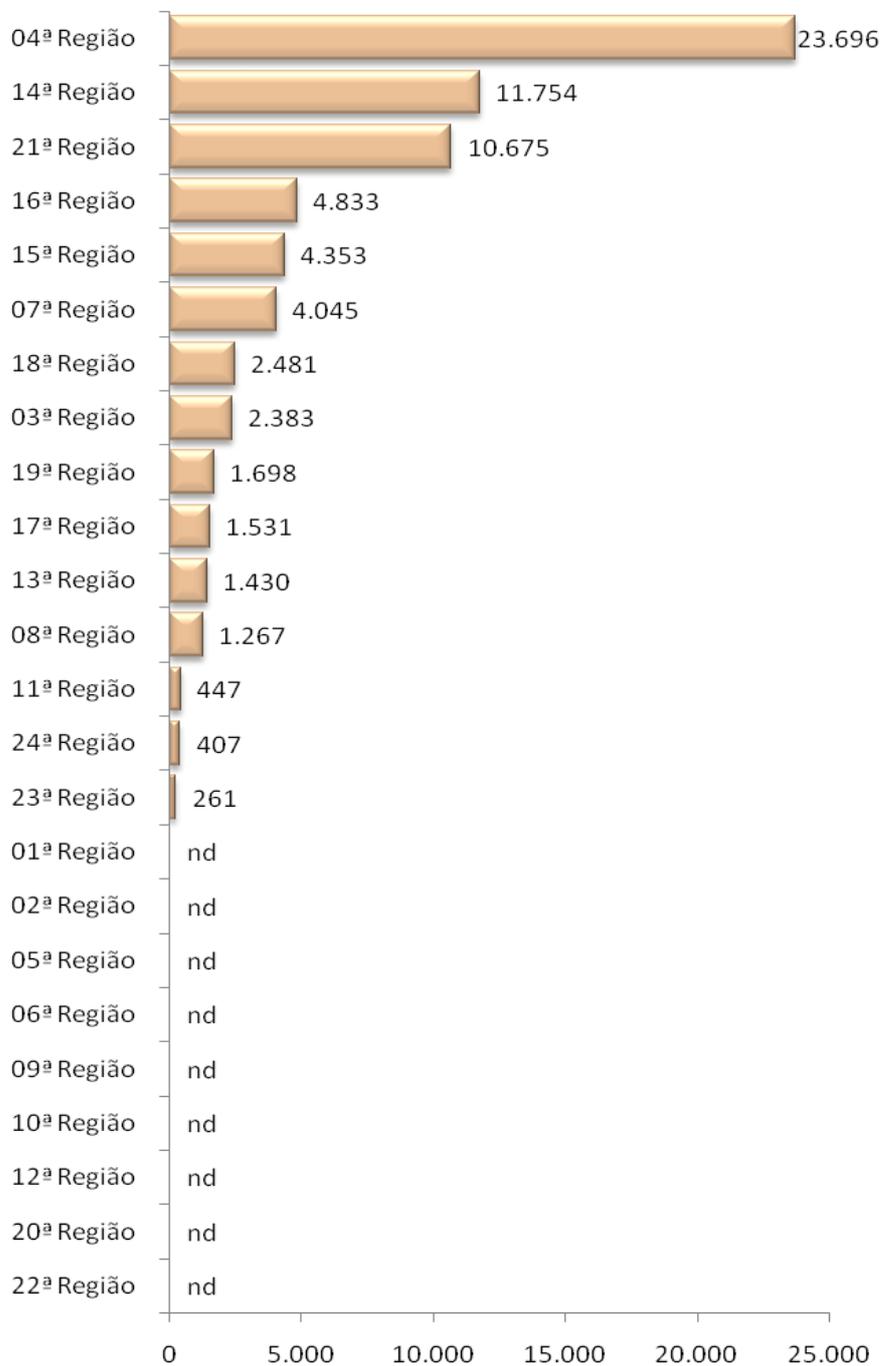
Tabela 3.4 DGovP2º - Poder Público como Demandante no 2º Grau:

<b>Tribunal Regional do Trabalho</b>	<b>Casos Novos e Pendentes no 2º Grau Propostos Pela União, Autarquias, Fundações e Empresas Públicas Federais</b>	<b>Casos Novos e Pendentes no 2º Grau Propostos Pelos Estados, Distrito Federal, Autarquias, Fundações e Empresas Públicas Estaduais ou Distritais</b>	<b>Casos Novos e Pendentes no 2º Grau Propostos Pelos Municípios, Autarquias, Fundações e Empresas Públicas Municipais</b>	<b>DGovP2º - Poder Público como Demandante no 2º Grau:</b>
01ª Região - RJ	nd	nd	nd	nd
02ª Região - SP	nd	nd	nd	nd
03ª Região - MG	498	1.446	439	2.383
04ª Região - RS	12.920	3.924	6.852	23.696
05ª Região - BA	nd	nd	nd	nd
06ª Região - PE	nd	nd	nd	nd
07ª Região - CE	1.540	182	2.323	4.045
08ª Região - AM e PA	758	306	203	1.267
09ª Região - PR	nd	nd	nd	nd
10ª Região - DF e TO	nd	nd	nd	nd
11ª Região - AM e RR	386	26	35	447
12ª Região - SC	nd	nd	nd	nd
13ª Região - PB	1.063	42	325	1.430
14ª Região - AC e RO	2.549	4.601	4.604	11.754
15ª Região - Campinas	3.028	600	725	4.353
16ª Região - MA	567	316	3.950	4.833
17ª Região - ES	815	291	425	1.531
18ª Região - GO	1.933	413	135	2.481
19ª Região - AL	688	387	623	1.698
20ª Região - SE	nd	nd	nd	nd
21ª Região - RN	2.015	774	7.886	10.675
22ª Região - PI	nd	nd	nd	nd
23ª Região - MT	156	57	48	261
24ª Região - MS	73	154	180	407
<b>Justiça do Trabalho</b>	<b>28.989</b>	<b>13.519</b>	<b>28.753</b>	<b>71.261</b>

Fonte: Justiça em Números 2009.

Obs: 'nd' significa que o dado não está disponível.

Gráfico 3.4 DGovP2º - Poder Público como Demandante no 2º Grau:



Obs: 'nd' significa que o dado não está disponível.

Glossário:

DGovP2º - Poder Público como Demandante no 2º Grau:

Finalidade: Demonstrar o quantitativo de ações propostas pelos entes públicos no âmbito da Justiça do Trabalho de 2º Grau no ano-base.

Fórmula:  $DGovP2^\circ = CnPF2^\circ + CnPE2^\circ + CnPM2^\circ + CpPF2^\circ + CpPE2^\circ + CpPM2^\circ$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

- Casos Novos e Pendentes no 2º Grau Propostos Pela União, Autarquias, Fundações e Empresas Públicas Federais: É a soma dos Casos Novos e Pendentes propostos pela União, Autarquias, Fundações e Empresas Públicas Federais na Justiça de 2º Grau até o final do ano-base.
- Casos Novos e Pendentes no 2º Grau Propostos Pelos Estados, Distrito Federal, Autarquias, Fundações e Empresas Públicas Estaduais ou Distritais: É a soma dos Casos Novos e Pendentes propostos pelos Estados, Distrito Federal, Autarquias, Fundações e Empresas Públicas Estaduais ou Distritais na Justiça de 2º Grau até o final do ano-base.
- Casos Novos e Pendentes no 2º Grau Propostos Pelos Municípios, Autarquias, Fundações e Empresas Públicas Municipais: É a soma dos Casos Novos e Pendentes propostos pelos Municípios, Autarquias, Fundações e Empresas Públicas Municipais na Justiça de 2º Grau até o final do ano-base.

**3. Acesso à Justiça e Perfil das Demandas.**
**3.4. Poder Público como Demandante.**
**3.4.2. DGovP1º - Poder Público como Demandante no 1º Grau:**

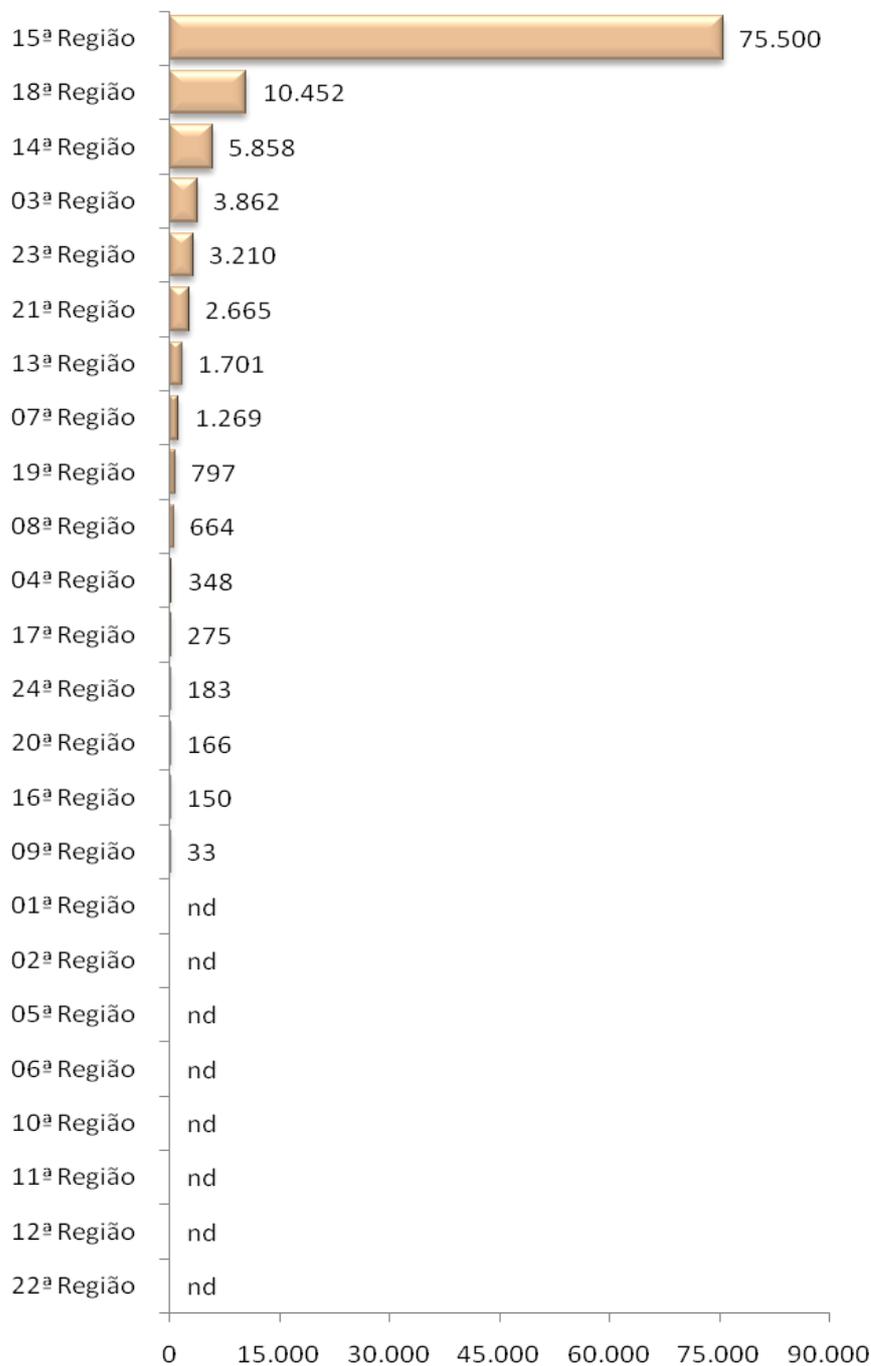
Tabela 3.5 DGovP1º - Poder Público como Demandante no 1º Grau:

<b>Tribunal Regional do Trabalho</b>	<b>Casos Novos e Pendentes no 1º Grau Propostos Pela União, Autarquias, Fundações e Empresas Públicas Federais</b>	<b>Casos Novos e Pendentes no 1º Grau Propostos Pelos Estados, Distrito Federal, Autarquias, Fundações e Empresas Públicas Estaduais ou Distritais</b>	<b>Casos Novos e Pendentes no 1º Grau Propostos Pelos Municípios, Autarquias, Fundações e Empresas Públicas Municipais</b>	<b>DGovP1º - Poder Público como Demandante no 1º Grau:</b>
01ª Região - RJ	nd	nd	nd	nd
02ª Região - SP	nd	nd	nd	nd
03ª Região - MG	3.775	10	77	3.862
04ª Região - RS	232	49	67	348
05ª Região - BA	nd	nd	nd	nd
06ª Região - PE	nd	nd	nd	nd
07ª Região - CE	1.246	9	14	1.269
08ª Região - AM e PA	550	41	73	664
09ª Região - PR	3	1	29	33
10ª Região - DF e TO	nd	nd	nd	nd
11ª Região - AM e RR	nd	nd	nd	nd
12ª Região - SC	nd	nd	nd	nd
13ª Região - PB	1.696	3	2	1.701
14ª Região - AC e RO	2.378	3.166	314	5.858
15ª Região - Campinas	74.967	67	466	75.500
16ª Região - MA	107	0	43	150
17ª Região - ES	248	23	4	275
18ª Região - GO	10.417	19	16	10.452
19ª Região - AL	759	25	13	797
20ª Região - SE	156	4	6	166
21ª Região - RN	1.870	753	42	2.665
22ª Região - PI	nd	nd	nd	nd
23ª Região - MT	3.169	27	14	3.210
24ª Região - MS	181	2	0	183
<b>Justiça do Trabalho</b>	<b>101.754</b>	<b>4.199</b>	<b>1.180</b>	<b>107.133</b>

Fonte: Justiça em Números 2009.

Obs: 'nd' significa que o dado não está disponível.

Gráfico 3.5 DGovP1º - Poder Público como Demandante no 1º Grau:



Obs: 'nd' significa que o dado não está disponível.

Glossário:

DGovP1º - Poder Público como Demandante no 1º Grau:

Finalidade: Demonstrar o quantitativo de ações propostas pelos entes públicos no âmbito da Justiça do Trabalho de 1º Grau no ano-base.

Fórmula:  $DGovP1^\circ = CnPF1^\circ + CnPE1^\circ + CnPM1^\circ + CpPF1^\circ + CpPE1^\circ + CpPM1^\circ$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

- Casos Novos e Pendentes no 1º Grau Propostos Pela União, Autarquias, Fundações e Empresas Públicas Federais: É a soma dos Casos Novos e Pendentes propostos pela União, Autarquias, Fundações e Empresas Públicas Federais na Justiça de 1º Grau até o final do ano-base.
- Casos Novos e Pendentes no 1º Grau Propostos Pelos Estados, Distrito Federal, Autarquias, Fundações e Empresas Públicas Estaduais ou Distritais: É a soma dos Casos Novos e Pendentes propostos pelos Estados, Distrito Federal, Autarquias, Fundações e Empresas Públicas Estaduais ou Distritais na Justiça de 1º Grau até o final do ano-base.
- Casos Novos e Pendentes no 1º Grau Propostos Pelos Municípios, Autarquias, Fundações e Empresas Públicas Municipais: É a soma dos Casos Novos e Pendentes propostos pelos Municípios, Autarquias, Fundações e Empresas Públicas Municipais na Justiça de 1º Grau até o final do ano-base.

## 3. Acesso à Justiça e Perfil das Demandas.

### 3.5. Poder Público como Demandado.

#### 3.5.1. DGovC2º - Poder Público como Demandado no 2º Grau:

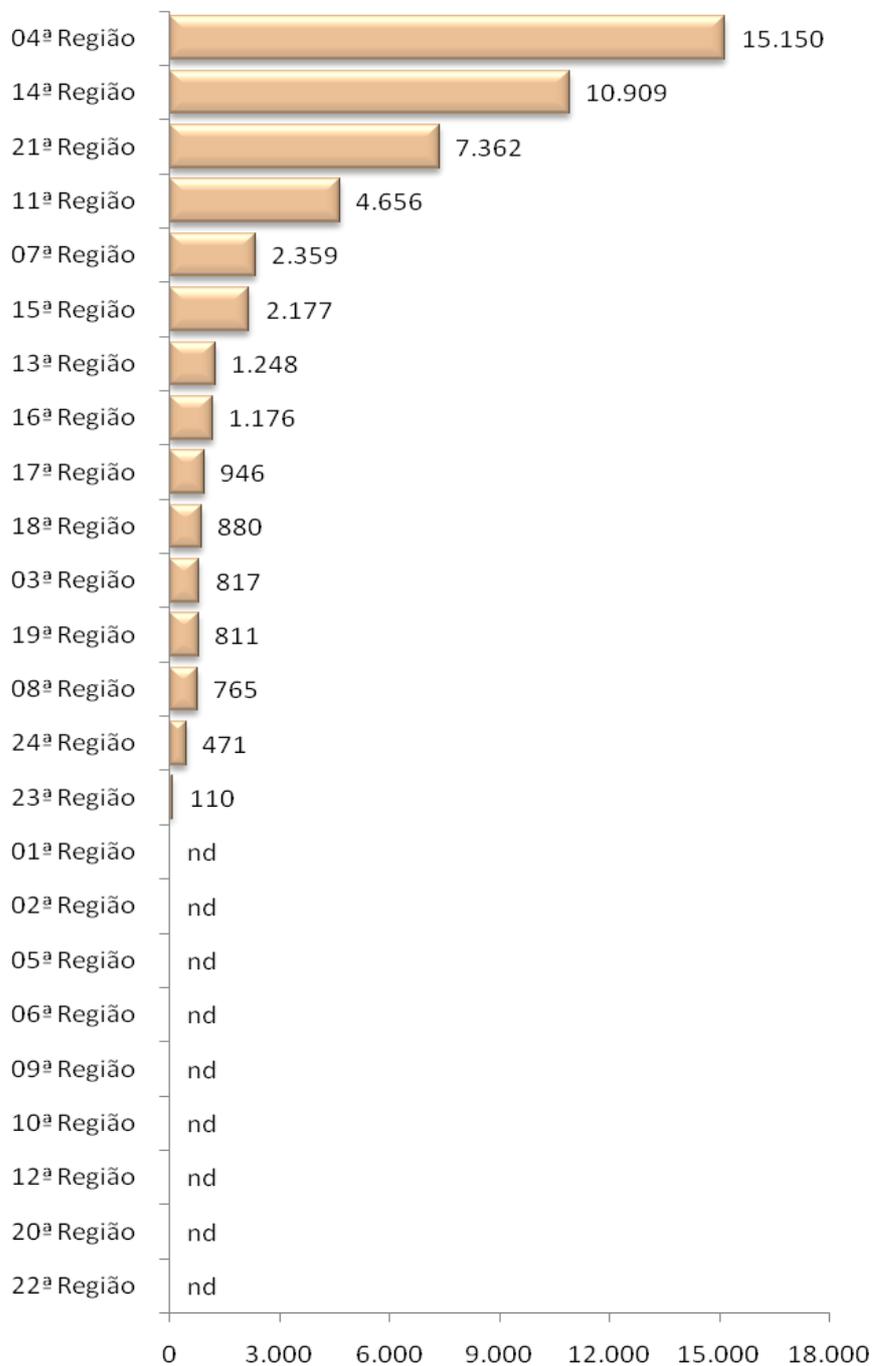
Tabela 3.6 DGovC2º - Poder Público como Demandado no 2º Grau:

Tribunal Regional do Trabalho	Casos Novos e Pendentes no 2º Grau Propostos Contra a União, Autarquias, Fundações e Empresas Públicas Federais	Casos Novos e Pendentes no 2º Grau Propostos Contra os Estados, Distrito Federal, Autarquias, Fundações e Empresas Públicas Estaduais ou Distritais	Casos Novos e Pendentes no 2º Grau Propostos Contra os Municípios, Autarquias, Fundações e Empresas Públicas Municipais	DGovC2º - Poder Público como Demandado no 2º Grau:
01ª Região - RJ	nd	nd	nd	nd
02ª Região - SP	nd	nd	nd	nd
03ª Região - MG	183	450	184	817
04ª Região - RS	4.548	4.942	5.660	15.150
05ª Região - BA	nd	nd	nd	nd
06ª Região - PE	nd	nd	nd	nd
07ª Região - CE	173	46	2.140	2.359
08ª Região - AM e PA	406	222	137	765
09ª Região - PR	nd	nd	nd	nd
10ª Região - DF e TO	nd	nd	nd	nd
11ª Região - AM e RR	160	275	4.221	4.656
12ª Região - SC	nd	nd	nd	nd
13ª Região - PB	195	578	475	1.248
14ª Região - AC e RO	923	3.895	6.091	10.909
15ª Região - Campinas	1.113	758	306	2.177
16ª Região - MA	192	71	913	1.176
17ª Região - ES	525	168	253	946
18ª Região - GO	393	215	272	880
19ª Região - AL	223	87	501	811
20ª Região - SE	nd	nd	nd	nd
21ª Região - RN	1.267	592	5.503	7.362
22ª Região - PI	nd	nd	nd	nd
23ª Região - MT	62	31	17	110
24ª Região - MS	79	154	238	471
<b>Justiça do Trabalho</b>	<b>10.442</b>	<b>12.484</b>	<b>26.911</b>	<b>49.837</b>

Fonte: Justiça em Números 2009.

Obs: 'nd' significa que o dado não está disponível.

Gráfico 3.6 DGovC2º - Poder Público como Demandado no 2º Grau:



Obs: 'nd' significa que o dado não está disponível.

Glossário:

DGovC2º - Poder Público como Demandado no 2º Grau:

Finalidade: Demonstrar o quantitativo de ações propostas contra os entes públicos no âmbito da Justiça do Trabalho de 2º Grau no ano-base.

Fórmula:  $DGovC2^\circ = CnCF2^\circ + CnCE2^\circ + CnCM2^\circ + CpCF2^\circ + CpCE2^\circ + CpCM2^\circ$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

- Casos Novos e Pendentes no 2º Grau Propostos Contra a União, Autarquias, Fundações e Empresas Públicas Federais: É a soma dos Casos Novos e Pendentes propostos Contra a União, Autarquias, Fundações e Empresas Públicas Federais na Justiça de 2º Grau até o final do ano-base.
- Casos Novos e Pendentes no 2º Grau Propostos Contra os Estados, Distrito Federal, Autarquias, Fundações e Empresas Públicas Estaduais ou Distritais: É a soma dos Casos Novos e Pendentes propostos Contra os Estados, Distrito Federal, Autarquias, Fundações e Empresas Públicas Estaduais ou Distritais na Justiça de 2º Grau até o final do ano-base.
- Casos Novos e Pendentes no 2º Grau Propostos Contra os Municípios, Autarquias, Fundações e Empresas Públicas Municipais: É a soma dos Casos Novos e Pendentes propostos Contra os Municípios, Autarquias, Fundações e Empresas Públicas Municipais na Justiça de 2º Grau até o final do ano-base.

## 3. Acesso à Justiça e Perfil das Demandas.

### 3.5. Poder Público como Demandado.

#### 3.5.2. DGovC1º - Poder Público como Demandado no 1º Grau:

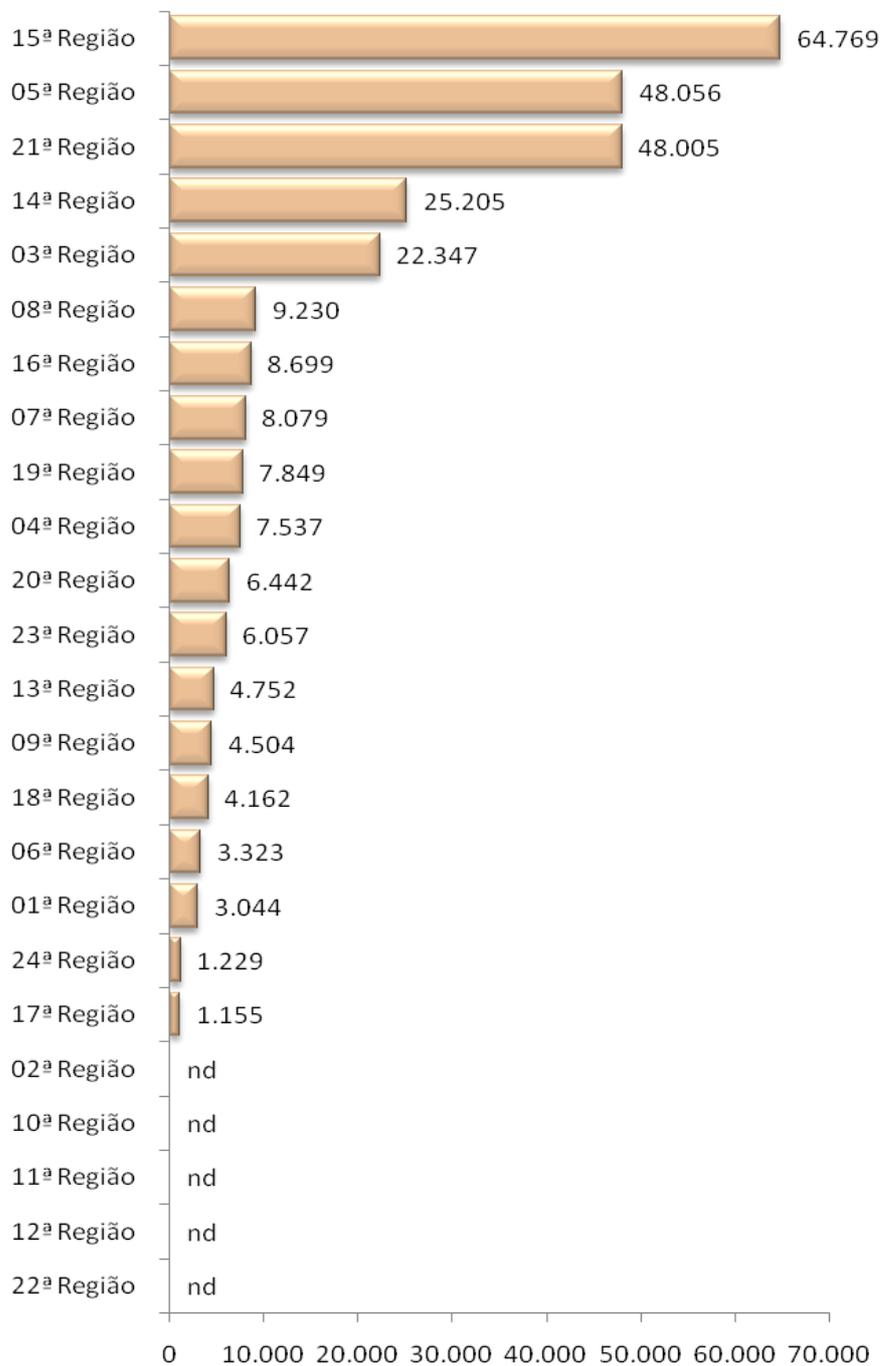
Tabela 3.7 DGovC1º - Poder Público como Demandado no 1º Grau:

Tribunal Regional do Trabalho	Casos Novos e Pendentes no 1º Grau Propostos Contra a União, Autarquias, Fundações e Empresas Públicas Federais	Casos Novos e Pendentes no 1º Grau Propostos Contra os Estados, Distrito Federal, Autarquias, Fundações e Empresas Públicas Estaduais ou Distritais	Casos Novos e Pendentes no 1º Grau Propostos Contra os Municípios, Autarquias, Fundações e Empresas Públicas Municipais	DGovC1º - Poder Público como Demandado no 1º Grau:
01ª Região - RJ	163	237	2.644	3.044
02ª Região - SP	nd	nd	nd	nd
03ª Região - MG	7.816	3.148	11.383	22.347
04ª Região - RS	858	1.972	4.707	7.537
05ª Região - BA	343	796	46.917	48.056
06ª Região - PE	94	136	3.093	3.323
07ª Região - CE	307	268	7.504	8.079
08ª Região - AM e PA	1.026	3.867	4.337	9.230
09ª Região - PR	342	470	3.692	4.504
10ª Região - DF e TO	nd	nd	nd	nd
11ª Região - AM e RR	nd	nd	nd	nd
12ª Região - SC	nd	nd	nd	nd
13ª Região - PB	1.074	397	3.281	4.752
14ª Região - AC e RO	3.015	13.226	8.964	25.205
15ª Região - Campinas	10.965	13.565	40.239	64.769
16ª Região - MA	411	594	7.694	8.699
17ª Região - ES	318	322	515	1.155
18ª Região - GO	806	1.651	1.705	4.162
19ª Região - AL	854	2.213	4.782	7.849
20ª Região - SE	4.814	876	752	6.442
21ª Região - RN	2.142	3.196	42.667	48.005
22ª Região - PI	nd	nd	nd	nd
23ª Região - MT	1.846	3.050	1.161	6.057
24ª Região - MS	200	155	874	1.229
<b>Justiça do Trabalho</b>	<b>37.394</b>	<b>50.139</b>	<b>196.911</b>	<b>284.444</b>

Fonte: Justiça em Números 2009.

Obs: 'nd' significa que o dado não está disponível.

Gráfico 3.7 DGovC1º - Poder Público como Demandado no 1º Grau:



Obs: 'nd' significa que o dado não está disponível.

Glossário:

DGovC1º - Poder Público como Demandado no 1º Grau:

Finalidade: Demonstrar o quantitativo de ações propostas contra os entes públicos no âmbito da Justiça do Trabalho de 1º Grau no ano-base.

Fórmula:  $DGovC1^\circ = CnCF1^\circ + CnCE1^\circ + CnCM1^\circ + CpCF1^\circ + CpCE1^\circ + CpCM1^\circ$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

- Casos Novos e Pendentes no 1º Grau Propostos Contra a União, Autarquias, Fundações e Empresas Públicas Federais: É a soma dos Casos Novos e Pendentes propostos Contra a União, Autarquias, Fundações e Empresas Públicas Federais na Justiça de 1º Grau até o final do ano-base.
- Casos Novos e Pendentes no 1º Grau Propostos Contra os Estados, Distrito Federal, Autarquias, Fundações e Empresas Públicas Estaduais ou Distritais: É a soma dos Casos Novos e Pendentes propostos Contra os Estados, Distrito Federal, Autarquias, Fundações e Empresas Públicas Estaduais ou Distritais na Justiça de 1º Grau até o final do ano-base.
- Casos Novos e Pendentes no 1º Grau Propostos Contra os Municípios, Autarquias, Fundações e Empresas Públicas Municipais: É a soma dos Casos Novos e Pendentes propostos Contra os Municípios, Autarquias, Fundações e Empresas Públicas Municipais na Justiça de 1º Grau até o final do ano-base.